

Anais Eletrônicos do IV Encontro Nacional GT História e Marxismo

DE 29 DE NOVEMBRO A 1 DE DEZEMBRO DE 2022

CCHLA - UFPB

JOÃO PESSOA - PARAÍBA - BRASIL



Informações:

[https://sigeventos.ufpb.br/eventos/public/evento/
IVHistoriaeMarxismo](https://sigeventos.ufpb.br/eventos/public/evento/IVHistoriaeMarxismo)

ou

<https://shre.ink/UJL>



IV Encontro Nacional GT História e Marxismo

DE 29 DE NOVEMBRO A 1 DE DEZEMBRO DE 2022
CCHLA - UFPB
JOÃO PESSOA - PARAÍBA - BRASIL



ANAIS ELETRÔNICOS DO IV ENCONTRO NACIONAL GT HISTÓRIA E MARXISMO

DE 29 DE NOVEMBRO A 1º DE DEZEMBRO DE 2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB)
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES (CCHLA)
JOÃO PESSOA – PARAÍBA – BRASIL

Realização:

GT História e Marxismo - ANPUH

GEPEHTO - Grupo de Estudos e Pesquisas em História do Trabalho - UFPB

Grupo de Pesquisa História e Poder - Unioeste

GTO - Grupo de Trabalho e Orientação - UFF

LABELU - Laboratório de História e Memória da Esquerda e das Lutas Sociais - UEFS

NEPHC - Núcleo de Estudos e Pesquisas em História Contemporânea - UFG

Politiza - Grupo de Pesquisa História Política, dos Partidos e Movimentos Contemporâneos de Esquerda e Direita - UFBA

TEMPO – Território, Movimentos Sociais e Relações de Poder – UERJ

Grupo de Estudo e Pesquisa em Marxismo - UFCCG

Apoio:

Departamento de História - UFPB

Programa de Pós-Graduação em História - UFPB (PPGH-UFPB)

Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA-UFPB)



Layout e Editoração Eletrônica:
Tiago Bernardon de Oliveira

Imagem da capa:
Estátuas de Marx e Engels em Bishkek, Quirguistão

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS AOS AUTORES

É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal. A revisão ortográfica e gramatical e o conteúdo dos textos são responsabilidade dos/as autores/as. Foram acolhidos aqui textos de trabalhos apresentados durante o IV Encontro Nacional GT História e Marxismo, cujas propostas, sob a forma de resumos, foram aprovadas previamente pelos/as respectivos/as coordenadores/as dos Eixos Temáticos, integrantes da Comissão Científica. O envio dos textos integrais para a publicação nos anais eletrônicos não era obrigatório.

Esta versão eletrônica encontra-se no site do evento:

<https://sigeventos.ufpb.br/eventos/public/evento/IVHistoriaeMarxismo> .

Ficha Catalográfica

A532 Anais eletrônicos do IV Encontro Nacional GT História e Marxismo (2022 : João Pessoa, PB).

Anais eletrônicos do IV Encontro Nacional GT História e Marxismo [recurso eletrônico], de 29 de novembro a 1 de dezembro de 2022, João Pessoa, Brasil [Manuscrito]. - 2022.

265 p. : il. ; 6.45 MB.

ISBN: 978-65-00-59296-2

1. Marxismo. 2. História. 3. Ensino superior. I. Título.

21. ed. CDD 335.411 9

Ficha catalográfica elaborada por Taciany Kariny dos Santos Almeida – CRB-15/789

Comissão Organizadora:

Ana Beatriz Ribeiro Barros Silva (GEPEHTO-UFPB)
Ana Carolina Monteiro Paiva (GEPEHTO-UFPB)
Iyalê Tahyrine Moura Correia (GEPEHTO-UFPB)
José Jonas Duarte da Costa (UFPB)
Julio Cesar dos Santos Nascimento (GEPEHTO-UFPB)
Lidineide Vieira da Costa (UFBA; GEPEHTO-UFPB)
Luiza Paiva Duarte de Andrade Carneiro (GEPEHTO-UFPB)
Márcio Tiago Aprígio de Figueiredo (Secretaria Estadual de Educação – PB; GEPEHTO-UFPB)
Maria Clara Lima de Menezes (UFPB)
Paula Tamyres Veríssimo da Silva (GEPEHTO-UFPB)
Tiago Bernardon de Oliveira (Coordenador Responsável – GEPEHTO-UFPB)
Waléria Kássia Martins da Silva (GEPEHTO-UFPB)

Comissão Científica:

Adriana Medeiros Farias (UEL)
André Pereira Guiot (Sec. Mun. de Edu. de Duque de Caxias – RJ)
Aruã Silva de Lima (UFAL)
Carla Luciana Souza da Silva (Unioeste)
Carlos Zacarias Figueiroa de Sena Junior (UFBA)
David Maciel (UFG)
Eduardo Daflon (UFF)
Eurelino Teixeira Coelho Neto (UEFS)
Flávio Henrique Calheiros Casimiro (IFSULDEMINAS)
Frederico Duarte Bartz (UFRGS)
Gelsom Rozentino de Almeida (UERJ)
Gilberto Grassi Calil (Unioeste)
Marco Vinícius Moreira Lamarão (IFFluminense)
Mário Jorge da Motta Bastos (UFF)
Oswaldo Batista Acioly Maciel (UFAL)
Rejane Carolina Hoeveler (UFF)
Thiago Pereira da Silva Magela (UNEMAT)
Vicente Neves da Silva Ribeiro (UFFS)
Virgínia Maria Gomes de Mattos Fontes (UFF)

Direção do CCHLA:

Rodrigo Freire de Carvalho e Silva (Diretor)
Marcelo Sitcovsky Santos Pereira (Vice-Diretor)

Chefia do Departamento de História:

Fernando Cauduro Pureza (Chefe)
Monique Guimarães Cittadino (Vice-Chefe)

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH-UFPB):

Surya Aaronovich Pombo de Barros (Coordenadora)
Ana Maria Veiga (Vice-Cordenadora)

PROGRAMAÇÃO GERAL

Mesa Redonda 1 (29 de novembro, às 18h30 – Auditório 412 – CCHLA/UEPB)

CAPITAL, TRABALHO E LUTAS DE CLASSES

Virgínia Maria Gomes de Mattos Fontes (UEPB)

Carla Luciana Souza Silva (Unioeste)

Luciana Aparecida Aliaga Azara de Oliveira (UEPB)

Mesa Redonda 2 (30 de novembro, às 18h30 – Auditório 412 – CCHLA/UEPB)

LUTAS SOCIAIS, AMÉRICA LATINA E IMPERIALISMO

Gilberto Grassi Calil (Unioeste)

Aruã Silva de Lima (UFAL)

José Jonas Duarte da Costa (UEPB)

Mesa Redonda 3 (1º de dezembro, às 18h30 – Auditório 412 – CCHLA/UEPB)

DESAFIOS DA CONJUNTURA PÓS-ELEITORAL

Oswaldo Batista Acioly Maciel (UFAL)

David Maciel (UFG)

Dilei Aparecida Schiochet (Centro de Formação Elizabeth e João Pedro Teixeira)

Sessões Coordenadas (Apresentações de Comunicações)

As Sessões Coordenadas ocorreram nas manhãs (das 8h30 às 12h) de 29 e 30 de novembro e 1º de dezembro de modo remoto (<https://www.youtube.com/@en.historia.e.marxismo>). Elas foram organizadas em torno dos seguintes **Eixos Temáticos**:

1 - Trabalho e Trabalhadoras/es: organizações, exploração e opressões (Coord.: Frederico Bartz - UFRGS; Oswaldo Acioly - UFAL)

2 - Movimentos sociais: campo e cidade (Coord.: Gelson Rozentino - UERJ; Tiago Bernardon - UEPB)

3 - Golpe, Ditadura e Transição: repressão e resistências (Coord.: Carla Silva - Unioeste; David Maciel - UFG)

4 - Brasil, anos recentes: direita, esquerda e lutas de classes (Coord.: Flávio Casimiro - IFSULDEMINAS; Gilberto Calil - Unioeste)

5 - Imperialismo: crise, conflitos, resistências (Coord.: Carlos Zacarias Sêna Jr. - UFBA; Virgínia Fontes - UFF)

6 - Intelectuais, hegemonia e cultura (Coord.: Aruã de Lima - UFAL; Eurelino Coelho - UEFS)

7 - Educação, projetos sociais e lutas de classes (Coord.: Adriana Farias - UEL; Marco Lamarão - IFFluminense)

8 - Poder, Dominação e Resistência nas Sociedades Antigas, Medievais e Modernas (Coord. Eduardo Daflon - UFF; Mário Jorge Bastos - UFF; Thiago Magela - UNEMAT)

9 - Classes dominantes: configuração e formas de atuação (Coord.: André Guiot - SME-Duque de Caxias; Rejane Hoeveler - UFF)

Textos Completos de Comunicações

Canal de transmissão ao vivo:

<https://www.youtube.com/@en.historia.e.marxismo>

Sumário

Notas sobre as formas que precederam a sociedade capitalista dos Grundrisse e a centralidade do valor

Paulo Henrique Furtado de Araujo

Mariana Pacheco de Araujo 9

Lutas de Classes na Transição da Antiguidade à Idade Média

Mário Jorge da Motta Bastos 28

Consideraciones sobre la renta feudal como relación de dominación (Baja Edad Media occidental)

Laura Cecilia da Graca 37

Expulsões e Resistência em Parati (1960-2020): repertórios de conflitos fundiários

Álvaro Mendes Ferreira 54

Subjetividad y resistencia del campesino medieval

Carlos Alberto Astarita 69

A formação das classes dominantes regionais em Uberaba-MG: o fim do escravismo colonial entre o coronelismo e o capitalismo dependente

João Pedro Passos de Barros Borges 82

<i>A Questão Negra e a Fundação Ford: uma nova pedagogia da hegemonia?</i>	
Luciano da Silva Barboza.....	89
<i>O Centro de Inovação para a Educação Brasileira: pressupostos e estratégias para a ampliação do Mercado das Edtechs na Educação Pública</i>	
Patricia Ferreira Duarte	103
<i>Uma análise sobre as pesquisas do Instituto Península durante a pandemia de COVID-19</i>	
Raphael Mota Fernandes.....	112
<i>Livro didático e formação docente: reflexos da literatura africana e afro-brasileira de autoria feminina na contemporaneidade</i>	
Rodrigo Nunes de Souza.....	127
<i>Movimentos sociais e colaboração do pensamento de Paulo Freire para frear avanço neoliberal</i>	
João Camilo Sevilla	143
<i>Eric Hobsbawm e a sina do historiador público</i>	
Marcos Roberto Pirateli.....	152
<i>Golpe brando no Brasil: da instabilidade nacional à contínua submissão econômica estadunidense</i>	
Tamires Maia Araújo	163
<i>Autocracia Burguesa e Neofascismo no Brasil: Bolsonaro e a atualidade de Florestan Fernandes</i>	
Matheus de Carvalho Barros	177
<i>Democracia à brasileira: a fragilidade de uma construção, com vitórias e derrotas entre os enfrentamentos da luta de classes e golpes no Brasil (1889-2016)</i>	
Gelsom Rozentino de Almeida.....	192
<i>A ocupação do interior do Nordeste: migrações e consequências</i>	
Hévilla Wanderley Fernandes.....	217

A “Tragédia de Mari” sob a perspectiva do judiciário, polícia militar e exército (1964): uma análise a partir do conceito de Estado Ampliado

Ítalo Ramon Coelho de Aquino 229

Trajatória formativa da Diocese de Guarabira - PB (1981): inspirações, tendências e ações

Lidineide Vieira da Costa 244

O Amor Necrófilo do Patrão Pela Classe Trabalhadora: As profissões e a profissão técnica e uma formação de classe para lutar contra a opressão dos patrões

Edson Alberto Correia Barros..... 254

Notas sobre as formas que precederam a sociedade capitalista dos *Grundrisse* e a centralidade do valor

Paulo Henrique Furtado de Araujo¹
phfaraujo@id.uff.br
Universidade Federal Fluminense - GEPOC-UFF

Mariana Pacheco de Araujo²
mparaujo@id.uff.br
Universidade Federal Fluminense - GEPOC-UFF

1. Introdução

Sustentamos que a instauração da teoria do valor por Marx é um marco na constituição do pensamento propriamente marxiano. Os manuscritos de 1857-58, conhecidos como *Grundrisse*, são a primeira expressão da crítica ontológica da economia política feita por Marx. Decorre que, em nosso entendimento, ao tratar, nesse manuscrito, das formas sociais que precedem à sociedade capitalista, o autor germânico já se afastara da centralidade, até então atribuída, à forma jurídica da propriedade na explicação da dinâmica social de toda a historicidade do ser social. Em outras palavras, Marx já vislumbra que na sociedade do capital há uma essência (valor) que é permanência na mudança e que se modifica na quantidade e não na qualidade e que, ao mesmo tempo é a forma específica da riqueza, forma de dominação social específica da sociedade capitalista (dominação abstrata), forma social automediadora e *médium* social (o que permite o laço social indireto entre os produtores)³. Essa substância só existe socialmente no interior de um inexorável processo de autoexpansão que é nomeado por Marx como capital. Capital, desse modo, revela-se um constrangimento lógico que em seu nível mais crucial independe da forma jurídica da propriedade para se efetivar no mundo humano.

Acreditamos que este é o marco no qual devém patente para o autor a inadequação de tomar a forma de propriedade enquanto chave explicativa de toda dinâmica do ser social. Ainda assim, Marx, ao examinar as formas que precedem a sociedade moderna, faz todo um esforço por diferenciar as formas de propriedade vigente em cada formação social sob escrutínio e parece sugerir

¹ Professor da Faculdade de Economia da UFF, Professor do PPGE-UFF, membro do NIEP-MARX-UFF e Coordenador do GEPOC-UFF. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0003-1454-4888>>.

² Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela EAU-UFF. Participante do GEPOC-UFF.

³ Cf. POSTONE, Moíshe. *Tempo, trabalho e dominação social: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx*. São Paulo: Boitempo, 2014; DUAYER, M.; ARAUJO, P. H. F. Para a crítica da centralidade do trabalho: contribuições de Lukács e Postone. *Revista Em Pauta*, v. 13, p. 15-36, 2015; DUAYER, M.; ARAUJO, P. H. F. Valor como Forma de Mediação Social: Interpretação de Marx a partir de Postone. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, v. 57, p. 45-82, 2020; DUAYER, M.; ARAUJO, P. H. F. Trabalho Abstrato, Objetivação, Alienação, Fetiche – Marx lido por Postone. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, v. 62, p. 10-41, 2022.

que a propriedade da terra é uma forma do aparecimento da substância dessas formações sociais. Naturalmente, sabemos que há vários tipos de substância no ser social⁴ e, além disso, Marx parece ter por meta o desvendar dos modos pelos quais cada particularidade humana, ou personalidade singular, se conecta com sua comunidade. Em outras palavras, ele parece se ocupar de esclarecer quais são os laços sociais constitutivos de cada formação social específica que antecedeu a sociedade do capital, posto que, nos *Grundrisse*, ele já descobriu que o laço social, na sociedade moderna, o indivíduo traz no bolso (dinheiro – forma autonomizada do valor)⁵.

A chave de leitura aqui delineada exige a elucidação do que é a contradição fundamental da sociedade do capital e do próprio ser social. Para o marxismo tradicional, a contradição fundamental, em ambos os casos, se apresenta como a antítese entre relações de produção e forças produtivas. Com o desenvolvimento das forças produtivas, ou seja, com o aumento de produtividade, nos momentos iniciais de constituição do ser social, há a possibilidade de que os produtores dos valores de uso não se apropriem da totalidade do que foi produzido por eles. Ou seja, surge um grupo de humanos não produtores que passa a explorar os produtores e constituem formas de propriedade que privam os produtores da possibilidade da economia de tempo de trabalho. Trata-se, para o marxismo tradicional, do surgimento da luta de classes que, apesar de decorrer da contradição fundamental, é o motor da história do ser social. Para esta leitura, na sociedade moderna, a sociedade do capital, a luta de classes se simplifica, pois se opõem duas classes fundamentais (burguesia e proletariado) e, ao mesmo tempo, a exploração se complexifica, pois se trata de extração de mais-valor que não se manifesta imediatamente aos produtores (proletários), mas de forma mediada pelos salários. Por este entendimento, a luta de classes é o que estrutura a sociabilidade do capital e a relação que constitui a classe antípoda ao capital portadora da missão histórica de emancipar a si mesma e a toda humanidade da propriedade privada e da exploração.

Aceitando que a teoria do valor é o momento mais importante da constituição do pensamento marxiano e que trata-se de uma crítica ao trabalho produtor de mercadorias, pode-se compreender que a contradição fundamental da sociedade do capital⁶, e somente nela, é constituída pelo par antitético formador da categoria mercadoria (valor de uso e valor), do que decorre que, em última instância, trata-se de uma contradição que aciona uma forma específica de temporalidade (tempo abstrato) e, com ela, a constituição de um tipo único de dominação social – a dominação temporal, impessoal. O que esclarece a perda da centralidade das formas jurídicas da propriedade na crítica de Marx à sociedade moderna e explicita que a crítica oferecida pelo autor é ao trabalho determinado por mercadoria⁷. Este só pode existir na sociedade do capital, na medida em que toda

⁴ Cf. ARAUJO, P. H. F. Trabalho fundante e substância do ser social segundo o último Lukács – Observações preliminares. *REVISTA DIALECTUS*, v. 23, p. 365-394, 2021.

⁵ Cf. MARX, K. H. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 105.

⁶ Cf. ARAUJO, P. H. F. A Contradição Fundamental da Sociedade Capitalista no Livro Primeiro de O capital: Determinações Gerais e consequências. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, 2022; POSTONE, Moishe, *Tempo, trabalho...*, op. cit.

⁷ Em formações que precedem ao modo de produção capitalista havia trabalho produtor de mercadorias. Todavia, esta era uma atividade lateral e não central a cada uma destas formações sociais. No capitalismo todo trabalho é determinado pela obrigatoriedade de produzir valor, pois valor é o laço social que só pode

a sociedade já se encontra dividida entre uma massa humana que é obrigada a vender a mercadoria força de trabalho e uma pequena parcela que compra esta mercadoria força de trabalho. Ainda que os dois polos da operação sejam determinações do valor em expansão (capital) e que as singularidades humanas envolvidas na relação sejam máscaras de caráter de valor (vendedores e compradores de mercadorias), não há perda do livre arbítrio dos indivíduos. Eles mantêm sua liberdade de escolha, todavia, como toda escolha, sempre condicionada. Eis que se pode dizer que Marx ampara a ideia de que o valor (que só existe socialmente se expandindo) molda ou plasma as subjetividades humanas, além de plasmar a objetividade social de modo a garantir as condições para a sua perpétua reproduzibilidade. Neste caso, a luta de classes, as forças produtivas e as formas de produtividade têm no valor a prioridade ontológica no sentido lukácsiano⁸. Em outras palavras, há uma contradição entre relações de produção e forças produtivas na sociedade do capital que é plasmada pelo valor e por sua lógica. Naturalmente, isso não se aplica às formações sociais que antecederam ao modo de produção capitalista.

Duas questões, a partir da leitura sustentada no presente artigo, permaneceram pendentes: nas formações precedentes havia a contradição entre relações de produção e forças produtivas? A luta de classes era a chave explicativa dessas formações? A resposta adequada a ambas exigiria mais do que um artigo específico. Ainda assim, explicitando que buscamos arrimo na “Ontologia” de Lukács e na interpretação do marxismo proposta por Moishe Postone, adiantaremos os traços gerais da nossa compreensão a respeito desse conjunto de questões.

Advogamos que a categoria trabalho universal/geral é fundante do ser social e a protoforma do agir humano⁹. Ou seja, o trabalho entendido como práxis humana vital, que se caracteriza pelo pôr teleológico, transforma o meio exterior ao indivíduo para o atendimento das necessidades (do estômago e do intelecto) do indivíduo e da comunidade a que ele pertence – sendo evidente que esta práxis só pode ser efetivada coletivamente – e é o que permite o salto ontológico do ser orgânico para o ser social. A formação puramente social humana tem por caráter distintivo se reproduzir de forma não mais muda. Se no ser orgânico a reprodução do indivíduo e do gênero está inscrita e determinada em seus cromossomos, no ser social a reprodução aciona, necessariamente, o novo. Esta novidade é cada vez mais puramente social, distanciando-se (sem poder jamais eliminar) os limites impostos à pura sociabilidade pelo ser natural (orgânico e inorgânico). Lukács, seguindo Marx, assinala que se trata de um processo de afastamento das barreiras naturais ou da manifestação da única lei transistórica do ser social: a lei da economia de tempo de trabalho¹⁰. Economia de tempo

existir na forma de mercadoria ou dinheiro (e o dinheiro, na sociedade moderna, é um tipo especial de mercadoria).

⁸ Cf. LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social I*, São Paulo: Boitempo, 2012; LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social II*, São Paulo: Boitempo, 2013.

⁹ Cf. LUKÁCS, G. *Para uma ontologia...*, op. cit., vol. I; LUKÁCS, G. *Para uma ontologia...*, op. cit., v. II; ARAUJO, P. H. F. O Trabalho na Ontologia. In. *Introdução à Ontologia do Ser Social de Gyorgy Lukács*. Rio de Janeiro: Consequência, 2022, p. 37-62.

¹⁰ Cf. MARX, K. H. *Grundrisse*: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011; MARX, K. H. *O capital: crítica da economia política*: livro 1: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013; MARX, K. H. *O capital: crítica da economia política*: livro 3: o processo

de trabalho é decorrente do próprio trabalho universal/geral, é um corolário necessário deste. Todo trabalho humano objetiva e exterioriza ao mesmo tempo. A exteriorização retroage sobre o produtor obrigando-o a corrigir e aperfeiçoar a práxis de trabalho. Portanto, ela aciona a economia de tempo de trabalho, o aumento de produtividade. Ocioso enfatizar que tarefas de trabalho executadas exitosamente, que efetivam a prévia ideação, são copiadas e reproduzidas pela comunidade a que pertence o trabalhador. O trabalho universal/geral em suas manifestações mais primevas já exige o desenvolvimento da subjetividade, da consciência, do intelecto do produtor. Ela dá partida à constituição da individuação (formação das personalidades), às formas de pensamento científicas, ocupadas de capturar do modo o mais adequado possível as legalidades do ser natural e social, aos valores ético-morais pois exige formas de comportamento nas tarefas coletivas de trabalho que sejam aceitáveis pela comunidade etc. Além disso, quando consideramos os pores teleológicos de segunda ordem¹¹, que incidem sobre as consciências de outras singularidades humanas, podemos perceber que, na constituição de formas ideológicas¹², a práxis humana vital é o modelo do agir (verifica-se o mesmo para todas as outras práxis humanas).

A economia de tempo de trabalho manifesta-se de modo diferente nas diferentes formações socioeconômicas pelas quais o gênero humano se organizou historicamente. Naturalmente, ela possibilita o surgimento, em formações muito iniciais, de possuidores e não possuidores e, em formações posteriores, de proprietários e não proprietários. Em todas essas formações que precedem ao modo de produção capitalista o laço social entre as singularidades humanas se dá de modo manifesto (laços parentais, costume, tradição, formas religiosas etc.) e a forma da propriedade é de fundamental importância para a efetivação do laço social manifesto. Estamos diante de uma contradição entre relações de produção e forças produtivas? Ainda que seja este o caso, há que se destacar que tal contradição não parece acionar uma historicidade direcional movida por uma substância que é o próprio trabalho abstrato em seu movimento autoexpansivo e que constitui um tempo abstrato que tem sua porosidade preenchida por uma pletora de valores de uso/mercadorias. Estas são características exclusivas da sociedade do capital. Além disso, permanece o desafio de se comprovar, com robustas fontes historiográficas, as formas de manifestação de tal contradição ao longo das várias formações socioeconômicas que precedem à sociedade do capital e, em particular, como a referida contradição conduz às fases de transição entre os modos de produção.

Considerando o exposto até agora, podemos aduzir que no ser social há categorias¹³ simples que só desenvolvem todo o seu potencial (*dýnamis*) em um todo concreto mais complexo¹⁴. Em outras palavras, há amparo para dizermos que, em formações sociais pretéritas, é possível identificar protoformas de categorias que trazem em si uma potencialidade que só irá se realizar na sociedade

global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017; LUKÁCS, G., 2012 op. cit.; LUKÁCS, G., 2013, op. cit.

¹¹ Cf LUKÁCS, G. *Para uma ontologia...*, op. cit., v. II

¹² Ideologia para Lukács, em sua concepção mais geral, é proposta de resolução dos conflitos sociais que se apossa da consciência da massa do povo em certos momentos.

¹³ “*Categorias expressam formas de ser, determinações de existência*”. MARX, K. H. *O Capital...*, op. cit., Livro 3, p. 59.

¹⁴ Cf. MARX, K. H. *Grundrisse*, op. cit.

complexa mais desenvolvida¹⁵ em termos do número de laços sociais que é a sociedade do capital. Por evidente, não se trata de algum tipo de teleologia histórica¹⁶, de um sujeito que põe um ponto de chegada no desenvolvimento do ser social e, tampouco, de algum anacronismo. Na verdade, aqui se adota a sugestão de Marx (2011, p. 56-58)¹⁷ de que as formas categoriais mais desenvolvidas são uma chave para a compreensão das formas menos desenvolvidas e para a elucidação da gênese dos complexos sociais totais. Essas indicações nos permitem delinear nosso argumento a respeito da questão: as relações de produção das sociedades pretéritas são estruturadas por classes sociais e por suas lutas?

No nosso entendimento é inadequado postular a existência de classes sociais plenamente constituídas em formações sociais anteriores à sociedade do capital. Assim, podemos fazer uma analogia com as categorias dinheiro e capital que aparecem em tais formações enquanto protoformas ou formas embrionárias das categorias dinheiro e capital plenamente constituídas – encontradas somente no interior da sociedade do capital – e com isso podemos amparar a ideia de que a categoria classe social, em sua forma plenamente efetivada, só se verifica na sociedade do capital¹⁸. Aqui as classes são corolário necessário do valor em expansão e suas lutas são moldadas pelo valor sem que engendrem, por si, um mecanismo de constituição de um sujeito antípoda ao capital e à sua lógica. Com isto, permanece o desafio de explicar o que produz a luta das protoformas de classes nas formações que antecedem ao capitalismo, posto que valor em expansão só existe de forma generalizado na sociedade moderna. Trata-se de um mecanismo endógeno a cada modo de produção? O resultado é direcional, ou seja, aponta para o aumento dos laços sociais e para o afastamento da barreira natural? Mais uma vez, são perguntas que exigem um robusto arrimo bibliográfico para que comecem a ser adequadamente elucidadas.

Por fim, registramos que o afastamento das barreiras naturais, a economia de tempo de trabalho, constitui a condição necessária para a constituição do que há de especificamente humano no ser humano. Lukács¹⁹ explica que a substância do ser social é permanência na mudança que também se modifica em cada forma de manifestação que se verifica ao longo das várias formações socioeconômicas. Essa substância é a humanização do humano ou a efetivação da omnilateralidade do ser humano, a humanização dos seus sentidos e a possibilidade da fruição da vida de modo

¹⁵ O desenvolvimento do ser social, em Lukács e Marx, é explicado pelo número de laços sociais que cada singularidade humana tem que estabelecer para se reproduzir e permitir a reprodução da totalidade da sociabilidade. Naturalmente, quanto maior a divisão social do trabalho, maior será o número de laços e, com eles, maior o afastamento da barreira natural.

¹⁶ Lembrando que, segundo Lukács (2013, op. cit.), a teleologia existe e se restringe à práxis humana. Ainda que toda história do ser social seja resultado do agir humano e este agir só vem a ser através do pôr do fim, a teleologia não existe no âmbito da própria história do ser social.

¹⁷ MARX, K. H. *Grundrisse*, op. cit.

¹⁸ Cf. ARAUJO, P. H. F. Marx: Capital, Estado e Política - Notas. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, v. 43, p. 37-62, 2016; ARAUJO, P. H. F. Notas Críticas à compreensão de Lênin sobre o Estado: revisitando O Estado e a Revolução. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, v. 50, p. 114-141, 2018; ARAUJO, P. H. F. As Categorias classes sociais e Estado no Livro Primeiro de O capital. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, v. 56, p. 21-47, 2020.

¹⁹ LUKÁCS, G. *Para uma ontologia...*, op. cit., v. II.

especificamente humano²⁰. Não obstante, o processo de humanização do ser humano não se apresenta como uma tendência linear, na verdade ele é marcado por idas e vindas, avanços e recuos e, ainda assim, se tomarmos um arco temporal bastante dilatado é possível constatar factualmente o andamento desta processualidade. Ocorre que, essa processualidade sempre está associada ao estranhamento de cada singularidade em seu processo de individuação (formação da personalidade). De tal modo que há uma cisão entre os dois polos constitutivos do ser social: o indivíduo e o gênero. Melhor dizendo, o desenvolvimento das capacidades do gênero humano, o maior conhecimento e domínio sobre as legalidades do ser natural e social, estão associados ao bloqueio das possibilidades de efetivação da humanização da maior parte das individualidades. Neste sentido, em cada formação social há várias formas de estranhamento que se modificam de acordo com as alterações das formações socioeconômicas.

Na sociedade do capital, no entanto, temos algo novo, distinto, a humanidade parece estar diante de um beco sem saída. Na sociedade moderna o laço social (valor) é objetivado na forma mercadoria, o laço é *objetual*, possui autonomia em relação aos produtores e uma vez produzido apaga a processualidade que o constitui enquanto mercadoria – ou seja, produzir mercadorias é produzir reificação, fetiche²¹. Lukács²² adverte que esta não é uma reificação inocente, muito pelo contrário, trata-se de uma reificação autoestranhadora, produtora de estranhamento social. Ou seja, produtora de uma sociedade alienada em que os produtos do trabalho humano dominam as vidas dos produtores sem que essa dominação apareça diretamente enquanto tal para estes produtores. Como a sociedade do capital, por sua lógica imanente, é uma máquina fantástica de aumento de produtividade, de recuo das barreiras naturais, ela traz consigo, em potência (*dýnamis*), a possibilidade de uma maior humanização do ser humano e, ao mesmo tempo, como valor é trabalho humano abstrato e a lógica do capital é a lógica da ampliação do valor, ela exige o aumento permanente do trabalho (tanto intensivo quanto extensivo) de modo a inviabilizar o tempo livre da obrigatoriedade do trabalho para a massa do povo produtor. Não podemos perder de vista que, além disso, a contradição fundamental, entre valor de uso e valor, aciona o aumento da composição do capital e a formação de uma, cada vez maior e permanente, população supranumerária²³ cuja consumação histórica é vir a ser a massa do povo (*Volksmasse*) composta, em sua maior parte, pelo

²⁰ Cf. ARAUJO, P. H. F. Trabalho fundante..., op. cit.

²¹ Cf. POSTONE, Moishe, *Tempo, trabalho...*, op. cit.; DUAYER, M.; ARAUJO, P. H. F. Para a crítica da centralidade..., op. cit.; DUAYER, M.; ARAUJO, P. H. F. Valor como Forma de Mediação Social: Interpretação de Marx a partir de Postone. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, v. 57, p. 45-82, 2020; DUAYER, M.; ARAUJO, P. H. F., Trabalho Abstrato..., op. cit.; ARAUJO, P. H. F. Trabalho fundante..., op. cit.; ARAUJO, P. H. F. Trabalho, objetivação e alienação na ontologia do ser social de Lukács: notas introdutórias. *Geminal: marxismo e educação em debate*, 2022.

²² *Para uma ontologia...*, op. cit., v. II.

²³ Cf. ARAUJO, P. H. F. Dissolução dos Laços Sociais Mediados pelo Valor: crise estrutural da sociedade do capital e o fim do seu processo civilizatório. *Anais do 46º Encontro Nacional da ANPOCS – Campinas*, 2022. Disponível em:

https://www.encontro2022.anpocs.com/atividade/view?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyI7czozNjoiYToxOntzOjE5OiJIRF9BVEIWSURBREUiO3M6MzoiMTYxIjtzOjE6ImgiO3M6MzI6IjJjNDUzYTJiZjRhMGQ2NDIyYmE5ZGI4MWM1ZTk3M2VjIj9&ID_ATIVIDADE=161

sedimento mais baixo da antiga classe trabalhadora produtiva. O que delinea o advento da pura barbárie da sociedade do capital e do colapso dessa formação social²⁴.

2. Formas de propriedade e mediação social

Marx²⁵ (2011) inicia a exposição das formas de propriedade na seção *Formas que precederam a produção capitalista* (título dado pela edição Instituto Marx-Engels-Lênin) dos *Grundrisse*, destacando que a sociabilidade do capital – que, como sabemos, é arrimada pelo valor enquanto *médium* do laço social indireto entre os produtores – tem por pressuposto a existência de trabalhadores livres e a imposição da venda da força de trabalho por dinheiro (salário). Em outras palavras, o acento é dado à mudança radical do tipo de laço social que se instaura com o advento da sociedade do capital. Marx inicia por destacar que os laços sociais manifestos das formas que precederam a produção capitalista têm que desaparecer para que o novo laço social indireto, e sua formação social específica, emerjam. É cristalino que esse devir exige a separação do produtor das condições objetivas de trabalho, sua separação dos objetos e meios de trabalho. Como a vinculação do produto à terra era a marca comum de todas as formações sociais que antecederam a sociedade do capital, o filósofo alemão se ocupa em esclarecer as linhas gerais dessas principais formações socioeconômicas e enfatiza que em todas elas o trabalhador tinha na terra o seu laboratório natural e se relacionava “*consigo mesmo como proprietário, como senhor das condições de sua realidade*”²⁶. Decorre que esse produtor se relacionava com os outros indivíduos e com sua comunidade como proprietários ou coproprietários – a depender de se o pressuposto da propriedade da terra é posto pela comunidade ou pelas famílias singulares que estruturam a comunidade. Nos dois casos os laços sociais não articulam produtores, mas proprietários que são membros da comunidade e, simultaneamente, produtores/trabalhadores. Os trabalhos executados não têm por meta a produção de valor, por evidente, mas a reprodução do indivíduo produtor, enquanto proprietário, de sua família e de sua comunidade.

Demarcado o terreno no interior do qual se movimenta, o autor passa a tratar das formas de propriedade que tipificam as formações socioeconômicas que antecederam à sociedade moderna e que serão dissolvidas a partir do florescimento da sociabilidade fundada no valor.

A primeira forma de propriedade de terras, analisada por Marx, é aquela que se apresenta como pressuposto inicial da comunidade natural constituída por famílias, clãs ou combinação de clãs. Neste caso, em seus primórdios, a vida pastoril nômade era a característica dominante e o pertencimento à comunidade é o pressuposto para a posse e uso do solo, ainda que de modo temporário. A subsequente fixação da comunidade provocará necessariamente modificações (sobredeterminadas por condições climáticas, geográficas etc. e por suas características tribais específicas) originando a coletividade tribal enquanto “*comunidade de sangue, linguagem, costumes*

²⁴ Ibidem.

²⁵ MARX, K. H. *Grundrisse*, op. cit.

²⁶ Ibidem, p. 388.

etc." (Marx, 2011, p. 389)²⁷ que é, pelo autor, identificada como "*o primeiro pressuposto [...] da apropriação das condições objetivas da sua vida e da atividade que a reproduz e objetiva*" (Idem). Marx destaca o limite da natureza na estruturação do ser social nesta primeira forma de comunidade humana. Traço que permanecerá nas três formas subsequentes, conforme demonstraremos em seguida, e que será superado na primeira formação puramente social (a sociedade do capital) na qual a barreira da natureza é supracumida por uma forma de manifestação do ser social organizada por um conjunto categorial puramente social. Aqui estamos enfatizando, mais uma vez que, na sociedade do capital, o valor (trabalho abstrato) é o *médium* das ligações sociais entre os humanos e não a forma da propriedade.

Ainda sobre a primeira forma de propriedade, Marx, corretamente, ressalta que a terra (natureza) é objeto de trabalho pré-existente para a comunidade, constituindo-se em sua sede e arrimo. A terra, neste momento, é propriedade da comunidade e a comunidade se realiza e reproduz a partir do trabalho vivo associado à terra. Decorre que o processo de trabalho só pode se efetivar na medida em que cada particularidade humana age como possuidor ou proprietário da terra, sendo que tal pressuposto é tomado, subjetivamente, como desígnio divino ou da própria natureza. Marx (2011, p. 389)²⁸ adverte que esta forma de propriedade se apresenta de formas diversificadas como ocorre, por exemplo, nas formas asiáticas primordiais em que a unidade social se expressa ou manifesta como o proprietário último (déspota, imperador, rei etc.) e as comunidades, a ele subordinadas, são possuidoras hereditárias da terra. Neste caso, como a unidade da comunidade se manifesta como um particular acima do universal, que são as comunidades a ele subsumidas, o indivíduo é apartado da propriedade da terra. Dizendo de outro modo, a propriedade da terra surge, para esse indivíduo, através da mediação do déspota e da comunidade particular à qual o indivíduo singular pertence. A unidade geral da comunidade, portanto, sua forma de manifestação, é suprimida. O resultado, prossegue Marx, é que o excedente produzido é de propriedade da unidade suprema (o déspota). E isso explica como na forma asiática – em que há um despotismo com aparente ausência de propriedade jurídica da terra pelas comunidades e individualidades humanas –, ocorre propriedade comunitária constituída por uma produção autossuficiente efetuada pelas pequenas propriedades e que articula agricultura e atividades manufatureiras e tem condições de se reproduzirem e, ao mesmo tempo, gerarem mais-produto. Esse mais-produto em parte é apropriado pela comunidade e em parte é apropriado pela unidade geral da coletividade na figura do déspota ou de alguma divindade religiosa.

Para Marx, essa forma de propriedade comunitária pode se apresentar: (a) de maneira que as pequenas comunidades se reproduzem de modo vegetativo e sem estreitarem vínculos entre si. No interior dessas pequenas comunidades os produtores trabalham com suas famílias nas glebas de terra que lhes foram destinadas e este é o fundamento do controle senhorial que Marx identifica nas comunidades eslavas, romenas etc. e que são "*a causa da transição para a servidão etc.*" (Marx, 2011, p. 390)²⁹. (b) A unidade coletiva ou da comunidade pode abarcar o próprio trabalho e sua necessária característica coletiva originando um sistema formal de trabalho coletivo como, prossegue Marx, é

²⁷ Ibidem, p. 389.

²⁸ Ibidem.

²⁹ Ibidem, p. 390.

o caso verificado no México, no Peru, entre os celtas e em algumas tribos hindus. Ele avança dizendo que comunidades mais despóticas ou mais democráticas podem ser explicadas a partir do modo pelo qual o referido caráter coletivo do trabalho, enquanto unidade comunal, aparece num caso como a autoridade do chefe da família tribal e noutra como relação mútua entre os chefes das famílias que constituem a comunidade.

Por fim, Marx constata que: (a) as condições de produção coletivas (aquedutos, meios de comunicação etc.) que são decisivas para a efetivação do trabalho e apropriação da produção de valores de uso, aparecem, nessas comunidades que estão associadas a este tipo de propriedade da terra, como realização do governo despótico autonomizado em relação às próprias comunidades. (b) Nesse período histórico e considerando essa forma de propriedade, as cidades têm duas possíveis origens: (1) em pontos geográficos favoráveis ao comércio exterior e, portanto, ao lado das pequenas comunidades; (2) nos espaços geográficos em que o déspota, e toda burocracia religiosa e militar, escolhiam para a constituição do espaço urbano e trocavam o produto excedente apropriado das comunidades por trabalho de todo tipo. Antes de passarmos à segunda forma de propriedade analisada por Marx, cabe realçar que aqui não há, como sustenta, por exemplo, Lefebvre (2001)³⁰, a constituição da cidade como sujeito da história humana que, ao surgir, instaura uma contradição fundamental com o campo e explica a própria dinâmica histórica. O que Marx oferta é algo muito distinto, ele explora a instauração de um laço social direto que tem na terra sua essência ou *médium* e esclarece que essa essência pode se manifestar através de formas sociais diversas que, em certos casos, propiciam o surgimento do espaço urbano (cidades). Estas, por seu turno, apenas guardam semelhança com as cidades modernas³¹, posto que se no primeiro caso há a expressão de uma essência dada pela forma de propriedade da terra, no segundo caso a dinâmica social e, por extensão, do espaço urbano, é dada pela essência totalizadora da sociedade moderna – o valor (trabalho abstrato) em expansão.

A segunda forma de propriedade, esclarece Marx (2011, p. 390)³², é resultado do acaso e de mudanças das tribos mais antigas, o que ocorre no interior de uma maior movimentação da vida dessas comunidades ao longo de sua história. Essa forma, de modo semelhante ao verificado com a primeira forma de propriedade, tem a comunidade (agrupamento de famílias e clãs) como pressuposto. Não obstante, se na primeira forma a propriedade da terra é a definidora da comunidade e cada singularidade humana é um componente acidental ou natural da comunidade, na segunda forma a propriedade da terra já não é o fundamento da comunidade. Ao revés, a cidade é o centro estabelecido dos proprietários da terra. Agora o espaço urbano não é mera extensão do espaço rural, ocorrendo o exato oposto: o rural é o território da cidade. Nas formações sociais caracterizadas por esta segunda forma de propriedade, a comunidade não tem na própria terra (que

³⁰ Para H. Lefebvre (*A cidade do capital*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p. 49), “o Sujeito da história é incontestavelmente a Cidade”. Assim, ele pontua que Marx não exprime verbalmente, apesar de indicar, para ele, que a cidade, atuando de forma transistórica em todas as formações sociais humanas, seria o sujeito com agência capaz de modificar os seres humanos e suas relações – servindo como catalisador das movimentações sociais.

³¹ Mais uma protoforma categorial, de acordo com o que argumentamos mais acima.

³² MARX, K. H. *Grundrisse*, op. cit.

é objeto de trabalho pré-existente) empecilhos à sua reprodução social. Os entraves que surgem têm por origem outras comunidades que já ocupam espaços territoriais ou que ameaçam a comunidade em questão com a tomada de seu próprio espaço territorial. O resultado destas dificuldades é a guerra e esta devém atividade conjunta (trabalho conjunto) necessária para a captura e defesa dos espaços territoriais básicos para a produção e reprodução da comunidade. Temos, nesse caso, comunidades cuja característica distintiva é a de se organizarem inicialmente como um sistema social militar, voltado para a guerra, ou seja, uma comunidade guerreira. Marx (2011, p. 391)³³ evidencia que este é um dos pressupostos fundamentais para a existência das famílias enquanto proprietárias de terras. Como indicado, o fundamento dessa comunidade estruturada para a guerra é a concentração das famílias nas cidades; associado a esta centralidade das cidades verifica-se a cisão social entre castas (elevadas e baixas) e o aprofundamento desta cisão com a mestiçagem que ocorre com as tribos derrotadas nas guerras. Nessas formações sociais verifica-se a presença de Estado (enquanto protoforma do Estado moderno³⁴) e, com ele, uma divisão da propriedade da terra em propriedade comunitária (que é do próprio Estado) e propriedade privada. Se na primeira forma a propriedade do indivíduo singular não é privada, pois “*é propriedade imediatamente comunitária*” (Marx, 2011, p. 391)³⁵, o que coloca o indivíduo singular na condição de possuidor que não se encontra separado da comunidade; na segunda forma verifica-se o oposto e o proprietário privado encontra-se cindido de sua comunidade e sua propriedade priva o acesso de outras famílias ao seu espaço fundiário. Nos casos em que o trabalho coletivo comum é central para a operação profícua da propriedade privada do indivíduo singular, há um reforço do caráter natural do sistema comunal (famílias-clãs-tribos). Nos casos em que há perda de importância desse aspecto e a ele acrescentamos o movimento migratório, o distanciamento geográfico da tribo em relação à sua sede original (a cidade e seu entorno rural) e a ocupação de territórios forâneos, há o estímulo ao desenvolvimento das capacidades das singularidades individuais e o aspecto comunitário se manifesta enquanto “*unidade negativa voltada para o exterior*” (Marx, 2011, p. 391)³⁶. Tais são condições para que a singularidade individual se torne proprietário privado de terras que serão cultivadas por ele e por sua família.

O Estado³⁷, prossegue nosso autor, apresenta-se como manifestação da comunidade e é a expressão dos laços entre os proprietários privados que se ligam em relações de igualdade. Além disso, o Estado é, ao mesmo tempo, o âmbito em que se efetuam os vínculos entre os proprietários privados contra o exterior (outras tribos) e o garantidor desses proprietários privados contra os forâneos. Nessas formações socioeconômicas a comunidade tem por fundamento a propriedade privada das singularidades humanas que trabalham em suas terras, e nas terras públicas (*ager publicus*), com suas famílias. Segundo Marx (Idem), esses proprietários privados têm sua autonomia constituída por seus laços sociais de pertencimento à comunidade, pela luta pela preservação das

³³ Ibidem.

³⁴ Cf. ARAUJO, P. H. F. Marx: Capital, Estado..., op. cit.; ARAUJO, P. H. F. As Categorias classes sociais e Estado no Livro Primeiro de O capital. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, v. 56, p. 21-47, 2020.

³⁵ MARX, K. H. *Grundrisse*, op. cit., p. 391.

³⁶ Ibidem.

³⁷ Que aqui é uma protoforma ou forma embrionária.

terras públicas tendo em vista o reconhecimento e os carecimentos da comunidade etc. Assim como na primeira forma de propriedade, há aqui uma determinação de reflexão entre propriedade da terra e pertencimento à comunidade. A diferença é que no primeiro caso não havia o proprietário privado e ser o proprietário/possuidor das terras comunais era determinado pelo pertencimento à comunidade. Na segunda forma também ser membro da comunidade é o pressuposto de ser proprietário privado e ter acesso às terras públicas. Deste modo, sua manutenção enquanto proprietário privado é a manutenção de sua condição de membro da comunidade e, por decorrência, a manutenção e reprodução da própria comunidade. Nesta segunda forma a comunidade, que se constitui como produto histórico, enquanto fato e reconhecimento deste fato, é o pressuposto da propriedade da terra (assim como se verifica na primeira forma), da possibilidade da relação do produtor com o objeto de trabalho pré-existente (a terra). Diferentemente da primeira forma, aqui o pertencimento do indivíduo à sua comunidade e o acesso à propriedade da terra tem outro pressuposto: ser membro do Estado e, prossegue Marx³⁸, este Estado assume, para o indivíduo, um caráter divino. As características distintivas da segunda forma de propriedade são resumidas por Marx de modo a: (1) enfatizar a concentração das famílias na cidade e a transformação do campo em território das cidades; (2) destacar o predomínio da pequena agricultura que produz para o consumo imediato; (3) esclarecer que a manufatura se apresenta basicamente como atividade doméstica complementar da família (mulheres fiam e tecem) ou como forma autonomizada em alguns ramos específicos de produção. Para Marx³⁹, a reprodução contínua desse complexo comunitário é a permanência e reprodução da igualdade entre os proprietários privados que cultivam suas terras com suas famílias e que têm em seu trabalho e em sua liberdade pessoal a condição da continuidade da propriedade privada da terra. É o seu trabalho pessoal que permite sua permanência enquanto proprietário privado e, por evidente, plasma sua subjetividade e personalidade. Marx não descuida em nos lembrar que esse complexo comunitário ou que esse tipo de comunidade aciona, necessariamente, uma tendência guerreira que é a força motriz de uma tendência expansionista da própria comunidade e oferece como exemplos Roma, Grécia etc. Tal tendência deve ser apreendida a partir da consideração de que cada singularidade ao trabalhar para atender às suas necessidades vitais não tem por tólos a apreensão da riqueza enquanto fim em si, mas objetiva a manutenção da vida pessoal e familiar, a reprodução de sua condição de membro da comuna, a condição de ser parte constitutiva da comunidade enquanto proprietário privado. A comunidade se mantém ao se reproduzir ao longo do tempo, o que exige a reprodução simultânea dos membros que a constituem, os camponeses autônomos, os proprietários privados dos quais o tempo excedente de trabalho é apropriado pela comuna sob a forma de atividade militar etc. Somente a propriedade sobre o objeto pré-existente de trabalho (a terra) pode garantir a propriedade sobre o próprio trabalho. A propriedade da terra, como já dito, só pode existir se preexiste a comunidade e a comunidade só existe se os membros da comuna ofertam trabalho excedente sob a forma de labor militar. Em suma, só é proprietário privado de terras aquele que já é membro da comunidade, no caso de Roma, por exemplo, se é cidadão romano.

³⁸ MARX, K. H. *Grundrisse*, op. cit., p. 391.

³⁹ *Ibidem*, p. 392.

Nessa altura de nossa exposição é lícito adiantar que Marx, nos *Grundrisse*, abandona a crítica à categoria de substância como algo metafísico⁴⁰, e identifica no trabalho abstrato a substância do valor (que ainda aparece em várias passagens do texto como sinônimo de valor de troca). Ao analisar as formas de propriedade, o autor parece sugerir que, na primeira forma, a comunidade é uma substância (permanência na mudança) à qual a singularidade se liga de modo imediato. Na segunda forma a propriedade privada da terra, garantida pelo Estado, que se encontra em determinação reflexiva com ser membro da comunidade, é o elo entre a singularidade humana e sua comunidade agora expressa no Estado. Adiante retomaremos esta questão, que se liga ao desaparecimento das formações greco-romanas, e veremos como ela reaparece na terceira forma de propriedade. De todo modo, sustentamos que Marx faz esse esforço analítico para esclarecer que na sociedade do capital a substância e o laço social são inteiramente distintos de objetividades materiais-naturais. Eles são puramente sociais, já não tendo qualquer determinação da natureza – o laço é o valor e a substância o trabalho abstrato e o dinheiro a representação abstrata da comunidade real⁴¹.

Marx esclarece que a germânica é a terceira forma de propriedade de singularidades humanas que se autossustentam e que constituem comunidades a partir das “*condições naturais de seu trabalho*”⁴². O autor procura especificar a relação do membro da comunidade germânica com a forma da propriedade contrapondo esta relação ao que se verifica nas comunidades orientais e nas formas romana e grega (Antiguidade Clássica).

No caso oriental a singularidade é copossuidora da propriedade coletiva pois a propriedade só se apresenta enquanto propriedade comunitária. O que garante ao membro da comunidade a posse privada (hereditária) de uma fração da terra, mas não a propriedade privada. Em outras palavras a posse da terra (substância universal da existência desta formação social cujo fruto é produto do trabalho coletivo da comunidade) é assegurada pela identidade imediata entre a singularidade e a comunidade. A forma da posse privada em relação à propriedade comunal se apresenta de maneiras distintas, tanto em termos históricos quanto de localização geográfica. O principal fator a explicar essas diferenciações é como se realiza o trabalho na terra: (a) se efetivado pelo possuidor privado apartado de sua comunidade; (b) se o trabalho é efetuado a partir da comunidade ou (c) se é trabalho efetivado pela unidade produtiva situada além da comunidade particular.

Na Antiguidade Clássica a terra, que é ocupada pela comunidade, é solo da comunidade, solo romano, por exemplo. Uma parte da terra é da comunidade (terras públicas) e a outra parte é dividida e transforma-se em propriedade privada do cidadão romano e, portanto, solo romano. A singularidade humana só é reconhecida como romana ao ter o direito absoluto sobre a fração da terra que é romana. Na Antiguidade Clássica, o trabalho agrícola era valorizado e respeitado, já o trabalho no comércio e na manufatura/artesanato era depreciado. A lavra da terra, nestas formações, era tida como atividade legítima do produtor-cidadão, a escola do soldado e a atividade que

⁴⁰ Cf. ARAUJO, P. H. F. Trabalho fundante..., op. cit.

⁴¹ “Com isso, o dinheiro é, ao mesmo tempo, imediatamente a *comunidade real* [destaque de Marx], uma vez que é a substância universal da existência para todos e o produto coletivo de todos”. Cf. MARX, K. H. *Grundrisse*, op. cit. p. 169.

⁴² *Ibidem*, p. 392-393.

conservava a linhagem do povo constituinte da comunidade. Os ofícios ligados ao comércio e ao artesanato/manufatura eram exercidos por estrangeiros ou por escravos libertos, apresentavam-se como inconvenientes para o cidadão, decorrendo toda dificuldade para a outorga de cidadania plena para comerciantes e artífices. Esse conjunto parece prenunciar a compreensão, não consciente, por parte dessas sociabilidades, do caráter dissolvente do dinheiro, que associado ao comércio enquanto o espaço para dinheiro gerar mais dinheiro, permite que o dinheiro se manifeste de modo autônomo e diluente dos laços sociais manifestos da Antiguidade. Marx⁴³ sustenta que ainda que na Antiguidade Clássica não se verifique um sistema de corporações de ofício, como o que virá a existir na época urbana europeia medieval, à medida em que as corporações superam as linhagens constitutivas da comunidade original ocorre o declínio do espírito guerreiro da comunidade até sua completa extinção. A consequência foi a redução do temor das cidades por parte de povos estrangeiros e o declínio da liberdade das cidades. O que indica traços gerais do processo de declínio e desaparecimento da Antiguidade Clássica. Por fim, registre-se que os patrícios tinham a prerrogativa de utilizar as terras públicas, portanto, comunitárias, através da posse e podiam formar feudo para seus vassalos. Já a transferência de propriedade da terra pública era operação exclusiva dos plebeus. Segundo Marx (2011, p. 393), a propriedade da terra em sentido estrito, com exceção da área abarcada pelos muros das cidades, estava, em seus primórdios, nas mãos dos plebeus e a *“essência da plebe romana como um conjunto de camponeses [...] está indicad[a] em sua propriedade quirítaria”* (Idem)⁴⁴.

No caso da comunidade germânica não se verifica sua aglutinação na cidade. Ocorre, ainda segundo nosso autor, que a cidade devém eixo da vida rural, como local de residência dos rurais e núcleo de coordenação da guerra. Neste caso de concentração simples, podemos inferir que a comunidade existe externamente ao indivíduo singular, ou seja, não há identificação imediata entre os dois polos. Se considerarmos a história da Antiguidade clássica, poderemos verificar que é a história de cidades arrimadas na propriedade pública e privada da terra e na agricultura. Já nas formações asiáticas, segundo Marx⁴⁵, ao longo de sua história é possível verificar um tipo de união vulgar entre cidade e campo e, além disso, as cidades grandes tinham a qualidade de serem instalações provisórias opulentas que se acrescentavam como uma camada desnecessária sobre a estrutura econômica em sentido restrito. No período de hegemonia germânica da Idade Média, prossegue Marx⁴⁶, a terra é o ponto de partida inicial da história. Marx acrescenta que o desenvolvimento posterior da história da Idade Média nesse período *“se desenrola como oposição entre cidade e campo”*⁴⁷ e arremata dizendo que a história do capitalismo é a da urbanização do campo e não, como ocorrera em outras formações sociais anteriores, *“a ruralização da cidade”*.

Como nas formações germânicas havia o costume da fixação à terra, do patriarca e das famílias, mantendo grande distância de outras famílias e agrupamentos, a comunidade só pode existir externamente ao indivíduo. Ainda que seja evidente a existência de uma unidade a partir da

⁴³ Ibidem, p. 394.

⁴⁴ Ibidem, p. 393.

⁴⁵ Ibidem, p. 395.

⁴⁶ Ibidem, p. 395.

⁴⁷ Ibidem, p. 395.

língua, da história comum, da ascendência comum etc. a comunidade só existe a partir da congregação frequente dos constituintes dessa comunidade. Esse é o motivo pelo qual Marx afirma, para o caso germânico, que a “*comunidade aparece, portanto, como reunião [Vereinigung], não como associação [Verein], como unificação [Einigung] constituída por sujeitos autônomos, os proprietários de terra, e não como unidade [Einheit]*”⁴⁸. E conclui afirmando que nessa formação a comunidade só tem existência de fato quando os proprietários de terra se reuniam em assembleia e, por essa especificidade, a comunidade germânica não poderia existir como um sistema estatal, um Estado, tal como se verificava na Antiguidade clássica. Na Antiguidade clássica, a comunidade existe de modo independente das reuniões dos proprietários de terra em assembleia. Ela existe, argumenta Marx (Idem), na própria cidade e na burocracia estatal a ela associada. Nesse caso a comunidade ganha existência econômica com a simples presença da cidade. Algo distinto se passa com a formação germânica quando comparada ao caso da Antiguidade clássica, pois ainda que nela também se verifique a existência da terra pública, comum ou do povo, que não pode ser repartida, e que esta terra pública seja distinta da propriedade privada, a terra pública não se revela como presença econômica específica do Estado adjacente às propriedades privadas dos chefes de família. Na formação germânica, os patriarcas só podem ser proprietários privados se estão privados do uso da terra pública. Por isso, a terra pública só funciona como acréscimo à propriedade privada e só tem, de fato, existência enquanto propriedade quando é defendida enquanto terra comunal do ataque de outras tribos. Ao contrário do que ocorria na Antiguidade clássica, em que a propriedade privada aparecia mediada pela comunidade, pelas relações mútuas entre os indivíduos constituintes da comunidade, na formação germânica é a comunidade e a propriedade comunal que se apresentam mediadas.

No mundo germânico, a casa singular abarca em si um polo autossuficiente de produção de valores de uso, ela é item na terra que pertence à família enquanto unidade autossuficiente. E isto é o oposto do que se verifica no caso clássico em que a cidade e seu contorno rural são a totalidade do econômico. Marx toma os romanos como o caso clássico da Antiguidade clássica e argumenta que neles se evidencia que a forma contraditória entre a propriedade estatal de terra (*ager publicus*) e a propriedade privada produz a mediação da propriedade privada pela propriedade estatal ou produz a existência da propriedade estatal em forma dúplice, pública e privada. O que se esclarece quando consideramos que todo solo privado é solo romano, portanto, estatal e isso elucida o fato de o proprietário de terra ser, ao mesmo tempo, cidadão urbano – o que, por sua vez desvenda o motivo pelo qual, em Roma, o camponês é morador da cidade. Como visto, no caso germânico, o camponês não é cidadão do Estado, não é morador da cidade, ele é o arrimo da moradia familiar apartada que só existe associada a outras moradias familiares da mesma tribo e amparada pela reunião eventual dos proprietários em assembleia para resolução de questões religiosas, de litígios, para a organização da guerra etc. – a comunidade germânica só existe no relacionamento mútuo dos proprietários privados de terra que se relacionam enquanto proprietários.

A propriedade privada da terra, no caso germânico, não se apresenta de modo contraditório com a propriedade comunal da terra e a primeira, tampouco é mediada pela segunda, ocorrendo o

⁴⁸ Ibidem, p. 395.

inverso, a propriedade comunal é mediada pela propriedade privada. A propriedade comunal da terra funciona como complemento comunitário das moradias familiares iniciais. No caso germânico, a comunidade não é “*substância em que o singular só aparece como acidente*”⁴⁹ e, tampouco, é o universal que se apresenta como unidade, representativa e de fato, entre a cidade e suas necessidades específicas que destoam das necessidades dos indivíduos. Agora, a comunidade germânica em si é, por um lado, comunidade da língua, da ancestralidade, dos costumes etc. e é pressuposta ao proprietário privado individual. Por outro lado, a comunidade germânica só existe na reunião em assembleia comunal dos proprietários privados (chefes de família) e como ela estatui e passa a ter “*existência econômica particular*”⁵⁰ sobre as terras comunais, a comunidade passa a ser empregue pelo proprietário privado enquanto proprietário privado e não enquanto representante do Estado, conforme o que se verificava no caso romano. A propriedade comunal germânica é propriedade comum de proprietários privados individuais e não se trata de uma associação de proprietários privados particulares provida de vivência específica como a verificada no caso da cidade a qual se separa dos proprietários privados enquanto particularidades humanas.

Marx oferece um resumo das três formas de propriedade analisadas e acrescenta preciosas observações sobre fatores que podem explicar a conservação e o desaparecimento de formas de propriedade e de formações socioeconômicas que as comportam. Em linhas gerais, é dito pelo filósofo alemão que, nas três formas de propriedade, a agricultura e a propriedade da terra instituem os fundamentos da ordem econômica. Em todas, o tólos é a produção de valores de uso e a reprodução do indivíduo e das relações constitutivas da comunidade, além disso, há dois aspectos distintivos presentes em todas as três formas: (1) o objeto de trabalho pré-existente, a terra, é apropriada como pressuposto do trabalho e não pelo trabalho. Neste caso, o produtor toma a natureza (terra) como requisito objetivo da reprodução individual e social, “*como natureza inorgânica de sua subjetividade, em que esta realiza a si própria*”⁵¹, decorre que a natureza não lhe aparece como produto do trabalho, mas, tão somente, como natureza; (2) A propriedade da terra, reafirma Marx (2011, p. 397)⁵², é, para o produtor, “*um modo de existência objetivo, que está pressuposto*” à própria práxis do trabalho e não aparece como manifestação do resultado do seu trabalho. Nestes casos, a propriedade da terra por parte do patriarca é mediada pelo seu pertencimento à sua comunidade. Em todos os casos, ser proprietário de terras tem por pressuposto existir enquanto membro da família, da tribo, do clã, da pólis etc. a depender do tipo de formação específica que estejamos tratando. Patentia-se aqui a razão pela qual o produtor individual não pode se manifestar como simples produtor isolado e livre. Há uma determinação de reflexão entre ser proprietário e ser membro da comunidade. A terra é o eixo da vida social e a vida social determina a propriedade da terra e as formas específicas de trabalho a ser realizado em cada caso. Dizendo o mesmo de outro modo, as relações sociais nestes casos são manifestas e a comunidade tem na terra seu pressuposto material da vida, de tal maneira que a forma de propriedade em reflexão com as relações sociais manifestas modela as subjetividades humanas sendo a própria forma da propriedade parte

⁴⁹ Ibidem, p. 396.

⁵⁰ Ibidem, p. 397.

⁵¹ Ibidem, p. 397.

⁵² Ibidem, p. 397.

constitutiva e condicionante da objetividade social (Estado etc.). Parece haver a intenção do autor em contrastar essa especificidade com a centralidade que o valor (trabalho abstrato) adquire na sociedade do capital. Em sendo este o caso, surgem todas as diferenciações e especificidades desta formação que é, para o autor, a primeira puramente social.

Neste momento da exposição o autor trata, rapidamente, das linhas gerais dos processos de dissolução dessas formações que antecedem ao capitalismo e que têm na propriedade da terra seu eixo social. Ocorre que em todas as formas analisadas até aqui o desenvolvimento social tem por arrimo a reprodução das relações sociais, pressupostas, entre a singularidade humana e sua comunidade; relações que podem ter surgido de modo natural ou histórico, mas que se transformaram em tradicionais. E, ao lado dessa reprodução, uma existência objetiva e predeterminada para cada singularidade que se dá na maneira pela qual a singularidade procede com suas condições de trabalho, com os outros produtores, membros do clã, da tribo etc. O desenvolvimento social aludido é, em princípio, limitado e a superação deste limite, no interior de tais formações sociais conduz à decadência e ao desaparecimento da própria formação social. Tomando a forma asiática, Marx⁵³ constata que ela tem por traço distintivo a manutenção de suas características principais por longos períodos, ou seja, uma certa imutabilidade em seu processo reprodutivo. E assim ocorre porque, nessas formações, a singularidade humana não possui autonomia em relação à comunidade e, com isso, há produção autossustentável de valores de uso e efetiva unidade entre agricultura e manufatura/artesanato. Não obstante, quando a particularidade humana modifica sua relação com sua comunidade rompendo a unidade entre agricultura e manufatura e adquirindo autonomia frente à comunidade, há a destruição da posse comunal da terra e a eclosão de miséria, pobreza etc. Em resumo, a mudança econômica, neste caso, abole o vínculo real sobre o qual o econômico se erguia.

No caso romano, com o aperfeiçoamento da arte da guerra e as conseqüentes conquistas alcançadas, há a amplificação da escravidão, o avanço da concentração da posse de terras, o avanço das trocas e do sistema monetário. Estes fenômenos, presentes na formação romana, que como vimos é o caso clássico da Antiguidade para Marx, são produtos dos próprios fundamentos da sociedade romana e, se num primeiro momento, contribuíram para a ampliação do sistema, foram decisivos para a decadência e o desaparecimento dessa formação social. As sociedades que antecedem à sociedade do capital não têm por tópicos a busca da riqueza⁵⁴ pela riqueza⁵⁵, a questão é de que maneiras a propriedade (comunal ou privada) constitui melhores particularidades humanas. E este é o motivo pelo qual a riqueza material só aparece como fim em si para os povos comerciantes que

⁵³ Ibidem, p. 398.

⁵⁴ Quando trata do modo de dissolução feudal e da sociabilidade específica do capital Marx (MARX, K. H. *Grundrisse*, op. cit., p. 413) nos oferece o seguinte comentário: “Uma análise mais precisa evidenciará que em todos esses processos de dissolução são dissolvidas relações de produção em que predominam valor de uso, produção para o uso imediato; que o valor de troca e a sua produção têm como pressuposto o domínio da outra forma; em consequência que em todas essas relações predominam a prestação em espécie e os serviços em espécie sobre o pagamento em dinheiro e a prestação de serviço por dinheiro”.

⁵⁵ No caso dessas formações trata-se de riqueza material, valores de uso. Somente na sociedade do capital o objetivo da produção é a riqueza em sua forma especificamente capitalista: riqueza abstrata – valor.

eram encontrados “*nos poros do mundo antigo*”⁵⁶. Trata-se da presença do capital de comércio e do capital usurário, que, segundo Marx⁵⁷ são forma antediluvianas do capital, ou ainda, formas do capital nas quais toda a potencialidade do capital ainda não pode se efetivar posto que se encontram no interior de um todo concreto complexo pouco desenvolvido em seus laços sociais. Nestes, a mercadoria não é a forma de mediação social e o valor não é o *médium* social, os laços sociais são manifestos e a mediação se dá através dos laços sanguíneos, parentais, de tradição, costumes, religiosos etc. A constituição da sociedade do capital exigiu a dissolução desses laços manifestos e a instauração dos laços mediados pelo valor objetivado na mercadoria⁵⁸, ocasionando a objetivação da própria relação social o que instaurou um tipo de reificação produtora de auto estranhamento social – o fetiche da mercadoria.

A interpretação sugerida acima pode elucidar as afirmações de Marx, na sequência do texto em análise, de que se a riqueza é desnudada de sua forma burguesa ela se revela como a “*a universalidade das necessidades, capacidades, fruições, forças produtivas etc. dos indivíduos*”⁵⁹ que são produzidas pela generalização das trocas. Despida a riqueza de sua forma burguesa, prossegue o autor, ela (a riqueza) é o completo domínio do gênero humano sobre as legalidades naturais; é a produção completa das capacidades criativas do humano que só toma por pressuposto o “*desenvolvimento histórico precedente*” (idem) e, no seu devir, assenta a completude do desenvolvimento de toda a omnilateralidade humana como fim em si mesmo. Neste caso, acrescenta Marx, o humano não se apresenta como algo que veio a ser, ao contrário, o humano se revela “*movimento absoluto do devir*” (idem) e ao se reproduzir como singularidade produz uma totalidade que não é determinabilidade, ou seja, que já não é um constrangimento (lógico) a desefetivar sua condição humana. Neste ponto o autor adverte que na época do predomínio da economia burguesa, ou seja, na sociedade do capital, a exteriorização do conteúdo humano, do trabalho abstrato que passa a operar como laço social, se manifesta como pleno esvaziamento da singularidade humana e como todas singularidades operam no interior do constrangimento lógico do valor, da determinabilidade do capital, há a objetivação universal do laço social sob a forma de mercadorias e, com isto, o estranhamento (*Entfremdung*) social total e a fragmentação “*de todas as finalidades unilaterais determinadas*” se manifestam “*como sacrifício do fim em si mesmo a um fim totalmente exterior*” (Marx, 2011, p. 400)⁶⁰ – o que caracteriza que o trabalho determinado por mercadorias acarreta a perda do sentido do trabalho para o produtor. Trabalha-se para continuar trabalhando, ou seja, para perpetuamente permitir a expansão do valor (trabalho abstrato). Por isso nosso autor pode concluir dizendo que “*o mundo antigo representa a satisfação de um ponto de vista tacanho; ao passo que o moderno causa insatisfação, ou, quando se mostra satisfeito consigo mesmo, é vulgar*”⁶¹.

⁵⁶ MARX, K. H. *Grundrisse*, op. cit., p. 399.

⁵⁷ MARX, K. H. *O Capital*, op. cit., Livro I, p. 239.

⁵⁸ Esse processo também é descrito por Marx no capítulo 24 (*A assim chamada acumulação primitiva*) do Livro 1 de *O Capital*, op. cit.

⁵⁹ MARX, K. H. *Grundrisse*, op. cit. p. 399.

⁶⁰ *Ibidem*, p. 400.

⁶¹ *Ibidem*, p. 400.

Subjaz aos trechos acima tratados a contradição entre desenvolvimento das forças produtivas estimulado pela sociedade burguesa e as relações de produção específicas dessa sociedade. Sustentamos que essa presença deve ser considerada a partir da centralidade que adquire no texto a noção de que a exteriorização do ser humano no processo de trabalho produtor de mercadorias acarreta um esvaziamento do produtor, a objetivação universal na forma mercantil como estranhamento total e o trabalho como o sacrifício a um fim exterior à própria práxis produtora de mercadorias – o que indica que estamos diante de um tipo de sociedade sacrificial sem conteúdo religioso estruturado. Em suma, e dizendo mais uma vez, a contradição entre forças produtivas e relações de produção existe e opera na sociedade do capital acionada pelo próprio sujeito automático (capital), não sendo de fácil demonstração sua presença enquanto força motriz de todo processo histórico humano.

3. Considerações finais

Do exposto podemos advogar que Marx faz um grande esforço para capturar o que há de específico nos laços sociais constitutivos das formações sociais que antecedem à sociedade do capital. O que explica seu denodo por diferenciar as formas de propriedade nessas outras formações sociais. Nelas, o centro da vida é a terra (objeto pré-existente de trabalho) e, por esse motivo, o tipo de posse ou propriedade da terra tem centralidade na trama de cada formação social e pode explicar, ao menos uma parte, a dinâmica societária existente então. Assim o é porque a ligação entre o indivíduo e a sua comunidade (*Gemeinwesen*) pressupõe e põe a posse/propriedade da terra. Se aqui a comunidade é a substância⁶², a forma da propriedade é um modo de aparecimento dessa substância. Como forma da propriedade e tipo de comunidade estão em determinação reflexiva, mudanças na forma de propriedade alteram o par antitético, alteram o próprio cariz da comunidade. Há aqui um tipo de dinâmica engendrada a partir da própria relação antitética entre comunidade e forma de propriedade; que, por sua vez, é bastante distinto do que parece postular, por exemplo, Lefebvre⁶³: uma contradição fundamental entre campo e cidade e que é a geratriz de uma dinâmica transistórica. Além disso, Marx parece capturar que em todas as formações que antecedem ao capitalismo o laço social entre cada singularidade humana é manifesto e tem na propriedade da terra um momento distintivo.

⁶² É preciso não perder de vista que Marx, nos *Grundrisse*, ainda se encontra no processo de elaboração do conjunto categorial de sua crítica ontológica à economia política. Neste sentido, sugerimos que tomar a comunidade como substância é fazê-lo nos termos da substância do ser social tal como proposto por Lukács (2013): permanência na mudança que também se modifica a cada forma específica de aparecimento ao longo das várias e diferentes formações socioeconômicas mas, que, tem por característica o permanente processo de humanização do ser humano ou do desenvolvimento do que há de específico no ser humano em comparação com o que se verifica no âmbito do ser orgânico. Quando anteriormente sugerimos que as formas de propriedade das formações sociais que antecedem o capitalismo são um tipo de substância, é porque aceitamos a existência de vários tipos de substância no ser social. No caso dessas propriedades, intuímos que se trata de uma substância que se relaciona, a partir da determinação de reflexão entre a propriedade e a comunidade, com a própria comunidade. A comunidade enquanto universal reflete a substância definidora do ser social em sua constituição específica e ao mesmo tempo manifesta a essência engendrada pelos tipos de propriedade existentes na sua formação.

⁶³ LEFEBVRE, H. *A cidade...*, op. cit.

Desse modo, há uma identificação imediata entre a singularidade e a comunidade, na primeira forma de propriedade examinada. Na segunda forma, a singularidade tem no Estado a comunidade abstrata e sua identificação com a coletividade humana ocorre por sua condição de proprietário privado e é mediada pelo Estado. Na terceira forma de propriedade, a comunidade também não se identifica imediatamente com o indivíduo, todavia, é o fato de ser proprietário/possuidor o que permite sua ligação com a comunidade ainda que a comunidade não se apresente através do Estado, como na segunda forma de propriedade. Por fim, na sociedade do capital há uma separação radical entre singularidade e gênero humano ou comunidade. O laço social é o valor (cujas substância, como já dito, é o trabalho abstrato) e só pode existir objetivado na forma de mercadoria ou de dinheiro. Desse modo, o dinheiro, forma autonomizada do valor, se apresenta como a representação da universalidade ou da comunidade abstrata. Aqui se pode concluir que a sociedade emancipada do valor (comunista) exige a instauração de laços sociais manifestos entre os humanos e a ligação imediata entre singularidade humana e comunidade. A palavra comunismo parece reportar exatamente a esse princípio de reconciliação entre o desenvolvimento do indivíduo em sua particularidade (personalidade) e o desenvolvimento das capacidades e conhecimentos apropriados pelo gênero humano. Relembrando que para Lukács (2013), é a divergência entre esses dois polos constitutivos do ser social o que produz e explica a categoria de estranhamento (*Entfremdung*), decorre que esta cisão deverá ser suprasumida ao longo da constituição da sociedade dos produtores livremente associados.

Lutas de Classes na Transição da Antiguidade à Idade Média

Mário Jorge da Motta Bastos

velhomario@gmail.com

Universidade Federal Fluminense (UFF) – CNPQ – *Translatio Studii*

O estudo das grandes transições goza, nos tempos que correm, de um grau considerável de desprestígio no campo da História. Talvez não seja difícil divisar as razões de tal absurdo contrassenso – ao menos se consideramos que a essência da disciplina em questão reside no estudo das mudanças, das transformações! Pós-modernismo, negação da cognoscibilidade do real, se não da existência do próprio, microistória, fascínio pelo imobilismo, pelas continuidades e pela resistência à mudança, “descritivismo”, mais ou menos denso, imperante, são tendências hegemônicas no campo historiográfico que ajudam a entender a sensação, quase generalizada atualmente, de que a tentativa de enquadramento dos processos de transição seja uma tarefa extemporânea, uma demanda superada!

À revelia dos modismos de curto fôlego, o problema geral no qual se inscreve este artigo consiste no estudo dos processos de transição na História, e mais particularmente daqueles inscritos no quadro geral das sociedades pré-capitalistas. A este autor parece ainda que o problema crucial da história é o tempo das ações humanas. E ele é, também, bastante complexo em suas exigências básicas: em face da multiplicidade de tempos simultâneos, nos cabe não só relacioná-los em suas durações curtas e longas, mas também equacionar a sua mais sensível manifestação, isto é, a parcela do material histórico que está em extinção e a parcela do que está em formação no curso dos processos que analisamos.¹

A palavra **transição** envolve sentidos muito diversos de uma acepção básica, a de movimento que redundava em mudança de “estado”. E qual o sentido da qualificação restritiva que fiz anteriormente, vinculando o problema da transição ao âmbito particular das sociedades pré-capitalistas? No quadro destas sociedades, a diversidade de suas formas históricas preserva, contudo, segundo creio, ao menos dois elementos de fundo constante essenciais, isto é, de permanência, que precisam se considerados, em especial, como tentarei demonstrar no final desta análise, por sua íntima articulação e importância nos processos de dominação e resistência social.

O primeiro deles diz respeito ao fato de que nas sociedades pós-tribais e pré-capitalistas, caracterizadas pela divisão social do trabalho e pela desigualdade social, os processos de reprodução material fundamentam-se na produção e extração de excedentes camponeses, traço estrutural característico dessas sociedades agrárias pautadas em mecanismos sociais diversos de exploração do campesinato. Este é um elemento essencial que as “unifica” em meio a uma considerável diversidade de formas, configurando um fundo constante reestruturado em transições diversas que realizaram a passagem das formas primárias tribais de produção a formas secundárias distintas. No

¹ Conforme BERNARDO, João. Propostas para uma Metodologia da História. *História Revista*, vol. 11, n. 2, abril, 2007.

cerne destes processos teve lugar a constituição de mecanismos específicos de dominação e extração de excedentes das famílias e comunidades camponesas característicos, por exemplo, da forma asiática ou tributária, da feudal, da escravista etc. Foi nesse quadro que se viveu até que a ascensão do capitalismo fizesse com que tudo “que fora sólido se desmanchasse no ar”!

Quanto ao segundo elemento, a alienação religiosa, Karl Marx e Friedrich Engels, em *A ideologia alemã*,² e o primeiro também nos *Grundrisse*,³ após abordarem as diferenças entre as formas de dependência características dos modos de produção asiático, escravista e feudal, destacam que, em qualquer um destes casos, a atividade econômica é orientada para a produção de valores de uso e corresponde a um baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas. Tais formas de economia seriam alheias, afirma, às mistificações econômicas que acompanham a produção mercantil e o uso da moeda, já que as relações de produção não assumiriam a forma de relações entre coisas, entre produtos do trabalho. Seria, pois, a alienação um fenômeno estranho ao pré-capitalismo? Não, pois, segundo o próprio autor, tais formações sociais seriam palco daquela que pode ter sido a primeira forma assumida pela ideologia, mistificações que revestiriam uma forma religiosa ao exprimirem as limitações da vida material e a estreiteza das relações estabelecidas pelos homens entre si e com a natureza.⁴ Ou seja, em que pese, também a este nível, a diversidade de formas assumidas pelo fenômeno tradicionalmente designado por religião no quadro destas sociedades – religiões animistas, politeístas, monoteísmos etc. – ele cumpre sempre e de alguma forma uma parte essencial nos processos de produção e apropriação dos frutos do trabalho.

Vou me deter a partir daqui num contexto mais específico, o da transição da Antiguidade à Idade Média, por décadas referido como o da passagem do escravismo ao feudalismo. O debate é marcado por uma longa tradição “historiográfica”, ainda que tenha se arrefecido nas últimas décadas. Por limites de espaço, direi dele positivamente apenas que predominam hoje as vertentes que remetem a crise do sistema antigo e a ascensão do feudalismo a uma ruptura profunda – uma “revolução feudal” – ocorrida na virada do ano mil, quando os senhores teriam reduzido de súbito o conjunto do campesinato às relações de dependência.⁵ De resto, faço um inventário de críticas, e nem tanto em razão da miopia intrínseca à perspectiva hegemônica que acabo de enunciar, que resiste em perceber o longo curso do processo em questão, inscrito de formas diversas na paisagem de época, mas concentrando-me em suas expressões mais nefastas.

A primeira delas consiste na tendência alternativa mais frequente, que consiste na promoção da fragmentação do objeto de estudo, cindido nos famosos (e cada vez mais numerosos!) níveis

² MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

³ MARX, Karl. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011.

⁴ Ver, entre outros, MARX, Karl. *On Religion*. Moscow: Progress Publishers, 1972; TOSCANO, Alberto. Beyond Abstraction: Marx and the Critique of the Critique of Religion. *Historical Materialism*. Leiden, 18, 2010, p. 3-29; BERTRAND, Michèle. *Le statut de la religion chez Marx et Engels*. Paris: Editions Sociales, 1979.

⁵ Ver, para a perspectiva da transição do escravismo ao feudalismo, entre outros, ANDERSON, Perry. *Passagens da Antiguidade ao Feudalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1987; para a perspectiva da “revolução feudal”, ver BOIS, Guy. *La mutation de l’an mil: Lournand, village mâconnais de l’Antiquité au féodalisme*. Paris: Fayard, 1989; para uma excelente análise da transição, ver BERNARDO, João. *Poder e Dinheiro*. Do Poder Pessoal ao Estado Impessoal no Regime Senhorial, Séculos V-XV. 3 vols. Porto: Afrontamento, 1995, 1997, 2002.

diversos de análise. O “diálogo de surdos” que em muitos casos caracteriza o “pseudodebate” da transição em questão decorre, a rigor, do fato de que os participantes se manifestam a partir de prismas distintos tratando, apenas aparentemente, do mesmo assunto. Assim, na análise da transição aquele especialista se concentra no nível da cultura, aquele outro no da política, aquele terceiro no da religião e aquele sentado lá ao fundo no da economia!⁶ Defendem-se os estudiosos no argumento (equivocado a meu ver) de que cada um desses níveis é marcado por uma quase total especificidade e autonomia, cada um movido tão radicalmente por sua velocidade própria e por tantas, tão múltiplas e tão diversas determinações, que se torna quase impossível estabelecer e compreender a inserção e funcionamento de cada um deles num conjunto, numa totalidade articulada.

Em seguida, chamo a atenção para outra tendência que, de tão vigorosa, faz-se praticamente unânime entre as vertentes de abordagem do tema. Trata-se da mais absoluta desconsideração da incidência das contradições, dos conflitos sociais e da luta de classes na determinação do curso da História Medieval em geral, e dos processos de transição que a envolvem, em especial. Nesse contexto específico, por exemplo, as abordagens clássicas fazem incidir, direta e especificamente, nas iniciativas e decisões da elite terratenente – à qual se atribui, inclusive, um protagonismo histórico pautado pelo anseio da maximização de lucros – a decisão pela supressão do “sistema econômico antigo”, o “escravista”, e a implantação das relações servis de produção.⁷

Ora, a superação deste quadro limitado de perspectivas é condição *sine qua non* a qualquer tentativa de análise da transição sob o ponto de vista da articulação da globalidade social. Começo, então, por destacar que, se mesmo sob o capitalismo, como destacou Karl Marx, a “fragmentação” da vida social, ou seja, aquilo que aparece na sua natureza histórica como uma diferença de “esferas”, em especial a “econômica” e a “política”, constitui apenas uma aparência – decorrente, nesse caso, da inaudita diferenciação da esfera econômica que o sistema promove –, nas sociedades pré-capitalistas o excedente era extraído do produtor direto pela convergência de mecanismos diversos de coação, articulados essencialmente naquela espécie de campo de forças de atração que é constituído pelas relações de produção, mas como partes do seu momento essencial e primário. Assim, proponho que as relações de produção realizam-se, organicamente, talvez nestas sociedades em especial, sob a forma de relações jurídicas, políticas, culturais e religiosas particulares – modos de dominação e coerção, formas de propriedade e organização social, nível das forças produtivas – que não são meros reflexos ou apoios secundários, mas elementos constitutivos das relações de produção desde os primórdios da sua efetivação. A “esfera” da produção é dominante não no sentido de se manter distinta das formas jurídico-políticas, culturais ou religiosas, ou de precedê-las lógicamente e historicamente, mas exatamente no sentido de que essas são formas da produção, são os *atributos* de um sistema produtivo particular.⁸

⁶ Ver WICKHAM, Chris. The Other Transition: From the Ancient World to Feudalism. *Past and Present*, n. 103, may, 1984, p. 3-36.

⁷ Ver BASTOS, Mário Jorge da Motta. *Assim na terra como no céu... Paganismo e Cristianismo na Alta Idade Média Ibérica (séculos IV-VIII)*. São Paulo: EDUSP, 2013.

⁸ WOOD, Ellen M. *Democracia contra Capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2003, p. 78.

Como escreveu Marx nos *Grundrisse*, e bem destacou Edward P. Thompson,

em todas as formas de sociedade, é uma determinada produção e suas relações que atribuem posição e influência a qualquer outra produção e suas relações. É uma iluminação geral, em que são imersas todas as cores e que modifica suas tonalidades particulares. É um éter especial a definir a gravidade específica de tudo o que dele se destaca. No lugar da noção de primazia do “econômico” (mais “real”) – com que as normas e a cultura são vistas como reflexos secundários –, **o que essa passagem enfatiza é a simultaneidade da manifestação de relações produtivas particulares em todos os sistemas e áreas da vida social.**⁹

Considerado o período situado entre os séculos V e X, grosso modo, no Ocidente europeu, e em suas linhas de força essenciais, ele foi marcado pela expansão da grande propriedade fundiária senhorial, calcada em procedimentos e mecanismos diversos, mas fundamentalmente orientada para a incorporação da pequena propriedade camponesa, um processo de expropriação específico que fomentou a constituição e a articulação das classes sociais na formação social em questão: um campesinato dependente e uma classe dominante senhorial terratenente. Tais relações assumiram uma forte conotação pessoal, tanto ao subordinar entre si aristocratas de maior e menor expressão nos famosos vínculos de vassalagem, quanto ao constituí-los em famílias amplas que assim interligadas afirmavam, em conjunto, a ascendência *vis a vis* ao campesinato.¹⁰

Longe de ter-se configurado como um processo perene, estável e isento de manifestações mais ou menos vigorosas das contradições sociais que lhe caracterizaram, o processo foi pautado por expressões diversas de antagonismo que demandam, ainda, por estudos. Ora, o que a documentação do período revela, apesar de seus consideráveis limites, remete-nos, se apoiados por um referencial teórico adequado, a um processo decorrente não da intervenção da vontade soberana de uma classe única, mas das contradições e do jogo de ações e reações que materializam os conflitos e o movimento da História. Uma observação, contudo:

Os conflitos não são uma realidade diferente das operações quotidianas do sistema social. São uma perspectiva diferente porque essas operações devem ser encaradas quando pretendemos segui-las no seu desenvolvimento. Distingo, assim, as lutas, embates violentos no sentido clássico, do conjunto dos conflitos, em que incluo todas as formas de manifestação social das contradições. Os sistemas visam a sua reprodução e, de um estágio para os seguintes, as contradições ritmam o tempo. Os conflitos são a manifestação sensível das contradições; materializam o tempo e são, por isso, o fundamento da história.¹¹

No contexto em questão não faltaram nem mesmo as revoltas violentas, expressão mais vigorosa das lutas sociais. Contudo, predominaram as manifestações de conflito e de formas de

⁹ THOMPSON, Edward P. Folclore, antropologia e história social. In: NEGRO, Antonio Luigi & SILVA, Sérgio (eds.). *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001, p. 254 (**grifo meu**).

¹⁰ BERNARDO, João, op. cit., vol. I, *passim*.

¹¹ *Ibidem*, p. 15-21.

resistência mais cotidianas, atingindo tanto regiões inteiras quanto aldeias mais específicas, e muitas vezes mesmo certas casas e famílias camponesas que, com considerável frequência, recorriam aos tribunais. Finalizarei este artigo com a elaboração de um breve inventário tipológico dessas manifestações.¹²

Segundo Wickham, a primeira categoria de conflitos que opôs camponeses e senhores esteve relacionado ao estatuto legal dos primeiros. São relativamente numerosos os documentos altomedievais provenientes de cortes judiciais nos quais os terratenentes pretendem afirmar a dependência pessoal dos camponeses vinculados ao patrimônio, em especial nos casos em que esses pretendem dispor de um estatuto pessoal de liberdade.

Estes casos acabavam, em geral, com a vitória do senhor, ainda que ocasionalmente, como em Canaveilles, nos Pirineus orientais, em 874, ou em Cusago, próximo a Milão, em 901, os camponeses tenham vencido. Evidentemente, os senhores não tinham interesse em preservar os documentos em casos de derrota em juízo, mas, se considerarmos o registro rotineiro de suas vitórias nas coleções documentais, talvez seja possível considerar que fosse este o resultado habitual.¹³

Convém esclarecer que a liberdade legal podia favorecer o camponês com a atenuação do peso das rendas a que se submetia. Conforme verificamos nos *polipticos* francos, por exemplo, até pelo menos a primeira metade do século IX as taxas que incidiam sobre um rendeiro de origem livre eram comparativamente mais baixas do que aquelas que afetavam os servos domésticos.

A segunda categoria de conflito envolvia formas diversas de exação senhorial, em especial a renda da terra, remetendo-nos a uma disputa que se situava no âmago das relações entre camponeses e senhores. Chris Wickham assinala, contudo, que a documentação que lhe diz respeito é significativamente menos abundante neste do que nos períodos posteriores. Para o autor, tal escassez relativa deve-se, provavelmente, à condição majoritária dos rendeiros não-livres que, na Alta Idade Média, tinham vedado o seu acesso aos tribunais públicos, foro por excelência de onde provém a documentação. É provável também que, neste tipo de situação, os senhores atuassem mais diretamente pelo recurso à violência direta e à intervenção armada, tendo-se em vista que os costumes que regiam a fixação das rendas eram ciosamente defendidos pelo campesinato.

O conjunto de exemplos mais conhecido no qual se vincula a liberdade às obrigações relativas à renda é o de Limonta, no Lago de Como, no período entre 882 e 957, quando os camponeses, afirmando a sua liberdade, negaram-se a cultivar os olivais de seu senhor, o mosteiro de Santo Ambrósio de Milão. Este – falsamente, como demonstrou Ross Balzaretto – alegou que todos eram *servi*, e sua alegação de que estavam obrigados ao referido cultivo baseava-se no costume, estabelecido *a longo tempore*, e não no poder arbitrário dos senhores sobre os não-livres.¹⁴

¹² Sigo de perto as referências de WICKHAM, Chris. Espacio y sociedad en los conflictos campesinos en la Alta Edad Media. In: RODRÍGUEZ, Ana (ed.). *El lugar del campesino. En torno a la obra de Reyna Pastor*. València: Universitat de València-CSIC, 2007, p. 33-60.

¹³ Ibidem, p. 40.

¹⁴ Ibidem, p. 42.

Um terceiro campo de disputas articulou-se em relação direta com a ocupação e a exploração do espaço, estando mais explícito nos casos em que os senhorios disputavam os direitos silvipastoris com as comunidades locais. Neste âmbito tiveram lugar as mais renhidas disputas, tanto em razão do caráter coletivo dos direitos comunais, que mantinha unida de forma mais efetiva as comunidades, quanto pelo vigor

interno daquelas que preservavam tais direitos, e ainda pela tendência de que aqueles direitos fossem regulados por um intrincado conjunto de costumes que se sobrepunham em muitos casos. Um exemplo clássico de conflito silvipastoril encontra-se documentado em um formulário de St. Gall, relativo a uma disputa entre o mosteiro e uma comunidade camponesa de sua vizinhança acerca da demarcação do bosque e ao pastoreio dos animais, datada da primeira metade do século IX. A conclusão do processo legal deu ensejo à divisão do bosque, o que caracteriza uma vitória parcial da comunidade local em questão.

Provêm, contudo, das regiões do norte da Península Ibérica os mais fartos e elucidativos registros dos conflitos pelos direitos de uso das terras incultas, em especial durante os séculos X e XI, com a afirmação do poder régio e aristocrático na região da Meseta situada a norte do rio Douro. Atividade econômica primordial de comunidades camponesas locais que se mantiveram autônomas por quase dois séculos, a pecuária envolvia uma série de direitos pastoris que deram o tom à reação camponesa em face da implantação aristocrática na região.

Reyna Pastor demonstrou que, se em muitas ocasiões as comunidades perderam por completo os seus direitos de exploração das áreas de pastoreio, por vezes foram capazes de forçar as igrejas (principal senhorio local) à divisão dos espaços em disputa, como fizeram com os monges de Pardominio (província de Leão), em 944, ou com o poderoso mosteiro de San Millán de la Cogolla, na região de Navarra, em 1050. (...) Dispomos de exemplos nos quais as comunidades mobilizaram-se para rechaçar outros poderes senhoriais, como no caso de Castrojeriz (província de Burgos), que obteve, em 974, um privilégio (*fuero*) do conde de Castilla que defendia os seus direitos pastoris, ainda que tivessem que agir elas próprias para se defenderem das ações de roubo de gado perpetradas por aristocratas locais ao longo de todo o século X.¹⁵

A quarta categoria enunciada por Chris Wickham configura, a seu juízo, as manifestações mais explícitas do protagonismo campesino, cuja ocorrência estaria expressa, por exemplo, na proibição imposta pelo rei Rotário, datada de 643, na Península Itálica, a qualquer rebelião (*seditio*) camponesa, testemunho de que esses podiam agrupar-se em coletivos (*concilii*) rebelados contra as ações de um determinado senhor (*dominus*). Este tipo de manifestação teria um horizonte bastante restrito, referindo-se apenas a camponeses que resistiam, pela força, ao exercício das prerrogativas senhoriais de um dado aristocrata sobre os seus dependentes. Parece ter sido esse o caso de uma rebelião ocorrida na zona rural de Nápoles, em 592, na qual vários camponeses dependentes de senhores diversos levantaram-se contra o administrador papal de Nápoles e o atacaram. Alguns séculos mais tarde, os camponeses da região franca situada entre os rios Loire e Sena constituíram

¹⁵ Ibidem, p. 45.

uma associação juramentada (*coniuratio*) para repelir as invasões vikings, razão pela qual viriam a enfrentar a ira dos aristocratas locais, que os dizimaram no ano de 859. Esta forma de protagonismo camponês, mesmo que voltada ao enfrentamento de um inimigo supostamente comum, constituía um risco para as elites, e sua reação deixa claro a quem tomavam, naquela altura, por seus verdadeiros opositores.

Em quinto lugar, Chris Wickham reúne as autênticas, e escassas, revoltas camponesas da Alta Idade Média, como a que teve lugar no reino das Astúrias, por volta do ano de 770, e a dos Stellinga, ocorrida na região da Saxônia em 841-2. Convém considerarmos, contudo, um elemento que escapa à percepção do referido autor. Desde o início do período abarcado por este estudo, diversas regiões ocidentais do Império Romano foram palco de violentos confrontos sociais, em especial algumas regiões da atual França e Espanha nas décadas de 430 e 450. Reunindo escravos e camponeses dependentes em fuga, além de um campesinato livre empobrecido e progressivamente submetido à dependência aristocrática, os ataques lançados contra os grandes patrimônios fundiários promoveram, “além de muita destruição física imediata, a emancipação de grande parte dos produtores diretos, permitindo a ex-escravos e a livres apoderarem-se de parcelas de terra que passavam a cultivar por sua conta e em seu benefício.”¹⁶ Destaque-se que tais movimentos, designados *bacaudae*, conheceram irrupções diversas que, mesmo vencidas pelo aparato repressivo romano nunca chegaram a ser, aparentemente, plenamente suprimidas, subsistindo em estado latente entre os séculos II e V, em meio às várias eclosões. Assim, as revoltas ocorridas nos séculos seguintes não foram um fato absolutamente novo, ainda que saibamos muito pouco acerca das mesmas.

As elites do período nunca se dedicaram à tentativa de compreender as motivações dos camponeses quando estes punham em xeque, de forma tão deflagrada e, a seu juízo, inaceitável, as estruturas político-ideológicas dominantes. Além disso, carecemos do registro detalhado dos cronistas que abordaram as revoltas camponesas ocorridas no século XIV.¹⁷

Com relação a Astúrias em 770 dispomos apenas de algumas linhas registradas em crônicas elaboradas por volta do ano de 900, em que se afirma que os camponeses dependentes se levantaram contra os seus senhores, até que o rei Aurélio os reduzisse, após ter matado muitos, a sua anterior servidão. É provável que, na pequena e montanhosa Astúrias de então, o processo de dominação aristocrática estivesse ainda em seus primórdios, assumindo a revolta o caráter de oposição violenta por parte de comunidades rurais ciosas de sua tradicional autonomia. Essa é, inclusive, a vertente interpretativa mais comumente adotada em relação à revolta dos Stellinga. A Saxônia não era uma região submetida a controle aristocrático quando foi alvo da sangrenta conquista movida por Carlos Magno, em fins do século VIII, o que se pode deduzir da ampla participação do campesinato na assembleia anual que congregava as diversas comunidades locais.

Na primeira metade do século IX, contudo, tanto os aristocratas nativos quanto os francos instalados, em especial as instituições eclesiásticas, incrementaram a concentração fundiária e a

¹⁶ Ver BERNARDO, João, op. cit., vol. II, p. 22.

¹⁷ WICKHAM, Chris, *Espacio y sociedad...*, op. cit., p. 40.

extensão das relações de dependência. Quando a guerra civil, iniciada em 840 em razão das querelas sucessórias carolíngias, pôs em xeque a hegemonia aristocrática, os camponeses livres e os libertos¹⁸ reagiram e deflagraram a revolta dos Stellinga.¹⁹ Seu principal alvo era a aristocracia saxônica, e afirma-se que os sediciosos pretendiam restabelecer os “costumes dos antigos saxões”. Mantiveram a Saxônia sob seu controle durante o inverno e a primavera de 841-42, sofrendo em seguida uma violenta repressão por parte da aristocracia local. Essa revolta nos mostra, em especial, “que o campesinato do período era capaz de reconhecer e de opor-se à ampliação global do poderio aristocrático (...) além de eleger a conjuntura favorável à deflagração do movimento.”²⁰

Como ressaltamos no início deste artigo, o estudo sistemático das manifestações da resistência camponesa e dos conflitos sociais na Idade Média Ocidental está, ainda, por ser realizado. Contamos com obras clássicas, como as de Rodney Hilton²¹ e Reyna Pastor,²² pioneiras na abordagem do tema, mas suas diversas expressões locais e cronologia ainda são pouco conhecidas, situação de certo favorecida por uma vigorosa inflexão historiográfica que tornou a História Medieval, nas últimas décadas, campo por excelência de domínio das perspectivas reacionárias e pós-modernas, com perdão da redundância. Assim, por exemplo, o fascínio exercido sobre a generalidade dos medievalistas pelo que designei alhures²³ por “precedência ontológica” concedida às concepções dos “medievais” para a compreensão daquela sociedade constitui um verdadeiro obstáculo à superação da ideologia da tripartição social, visão sublimada elaborada pelas elites do período para afirmar a harmoniosa convivência entre “sacerdotes”, “guerreiros” e “trabalhadores”, negar as contradições e divulgar o suposto equilíbrio social dominante. Ora, como atentar, no quadro de tal perspectiva ingênua e simplista, porém hegemônica, para as manifestações de fenômenos que constituem a negação mais peremptória da vigência de uma sociedade medieval supostamente idílica que tanto seduz os seus estudiosos?

Urge, portanto, que redimensionemos a caracterização global do milênio pré-capitalista medieval, bem como outras fatias de duração sua, superando, com base na melhor tradição da teoria crítica marxista, as visões idealistas que põe em xeque, mais do que a decifração do passado, a compreensão da historicidade que instituiu o nosso presente em curso. Nesse sentido, impõe-se enquadrar no centro daquela formação social essencialmente agrária a diversidade de relações, de práticas sociais e de experiências do campesinato, em sua luta cotidiana pela existência, reprodução

¹⁸ *Frilingi e lazzi*, respectivamente.

¹⁹ “Companheiros”, “confrades”.

²⁰ WICKHAM, Chris, *Espacio y sociedad...*, op. cit., p. 45.

²¹ HILTON, Rodney. *Bond Men Made Free: Medieval Peasant Movements and the English Rising of 1381*. London: Routledge, 1988.

²² PASTOR, Reyna. *Resistencias y luchas campesinas en la época del crecimiento y consolidación de la formación feudal. Castilla y León, siglos X-XIII*. Madrid: Siglo XXI, 1980.

²³ Ver, de BASTOS, Mario Jorge da Motta e PACHÁ, Paulo Henrique de Carvalho. Por uma negação afirmativa do ofício do Medievalista!, In: BOVO, Claudia Regina et al. (ed.). *Anais Eletrônicos do IX Encontro Internacional de Estudos Medievais: O ofício do Medievalista*. Cuiabá: ABREM, 2011, p. 506-515. (Disponível em <http://www.abrem.org.br/biblioteca.php>).

material e social e resistência à dominação aristocrática.²⁴ O que seus ecos quase inaudíveis perdidos na noite dos tempos nos revelam não é o tom prosaico de estranhos eventos vividos por um “outro” no qual, por tão longínquo, não conseguimos nos reconhecer, mas a amplitude temporal e a riqueza da experiência humana vivenciada em condições de opressão e da luta contra ela, além dos efeitos de movimento e transformação que essa luta produz. Aquilo que a dissipação das *Brumas de Avalon* daquele passado nos desvela é uma sociedade medieval marcada por acirrada violência de classe, por desigualdades e exploração intensas, e pela luta cotidiana e diversa contra as suas manifestações, expressões perturbadoras que, ao ecoarem das fontes, maculam a Idade Média onírica que aprendemos a celebrar.

Por fim, na análise das lutas sociais convém considerar, como destacamos anteriormente, com João Bernardo, que predomina, mesmo em vertentes teóricas tão díspares quanto a historiografia liberal e a de tradição marxista, uma concepção redutora da amplitude e diversidade daquelas manifestações históricas, limitando-as a um certo tipo de fenômeno, em geral definido em função do número de participantes, do caráter explícito, ou preferencialmente violento dos movimentos, da veiculação de reivindicações sistemáticas e, acima de tudo, do objeto dessas exigências, “que deveria corresponder ao que os historiadores consideram ser a esfera do econômico. Tudo que não satisfaça estas condições é excluído das lutas sociais, pelo que haveria apenas uma temporalidade, marcada na regular periodicidade em que funcionam os sistemas”.²⁵

Visando a ampliação da nossa capacidade de apreensão das expressões diversas dos conflitos na História, é possível considerar como, no período desta análise, o enfrentamento entre o cristianismo, religião em afirmação, e as crenças e práticas condenadas por sua ortodoxia como pagãs articulam-se, diretamente, ao âmago do processo de implantação de novas formas de poder e da resistência que lhe foi oposta. Apesar dos limites impostos pela natureza das fontes disponíveis, as sucessivas condenações de crenças e práticas ditas pagãs pela ortodoxia cristã parecem revelar que as comunidades camponesas preservaram uma base de contínua elaboração e reelaboração de uma cosmovisão irreduzível, plenamente, às fórmulas ditadas pelas elites eclesiásticas, expressando suas formas autonômicas de apreensão da natureza e das forças produtivas ideais, consubstanciadas em ritos de fertilidade, de proteção dos campos, das colheitas e dos rebanhos etc. Tomá-las como expressões da disfunção do sistema, como manifestações culturais “desencarnadas”, ou ainda, ao assumir a perspectiva das autoridades de época, condená-las como restos de um passado fadado ao desaparecimento, implicará, em qualquer um dos casos, em abdicar do que me parece constituir duas orientações básicas essenciais à análise dos processos históricos, em especial daqueles que configuram as transições: atentar para as manifestações das contradições sociais que revelam as dinâmicas dos sistemas, e visar – sem postergá-la para um futuro remoto – a síntese, isto é, a compreensão do funcionamento – em suas defasagens e articulações – das globalidades sociais e históricas estruturadas.

²⁴ Ver, além de SCOTT, James C. *Weapons of the weak: everyday forms of resistance*. New Haven and London: Yale University Press, 1985, a obra citada na nota 7.

²⁵ BERNARDO João, op. cit., vol. II, p. 15-21.

Consideraciones sobre la renta feudal como relación de dominación (Baja Edad Media occidental)

Laura Cecilia da Graca
lauradagraca@gmail.com

Universidad Nacional de La Plata / Universidad de Buenos Aires

El objetivo principal de este trabajo es poner de relieve las implicancias que tiene el hecho de que la explotación rija las relaciones sociales. Con este horizonte se estudiarán aspectos de la renta feudal, relación que implica un conjunto de determinaciones. A fin de contribuir al conocimiento de estos contenidos se analizará un conjunto de cargas en particular, las que se exigen en el marco del desplazamiento señorial, poco exploradas en términos de “renta” por tratarse de imposiciones que a primera vista no se ajustan a la noción de trabajo sobrante no retribuido, dado que en principio el servicio de alojamiento se paga y la venta de insumos a la casa señorial se integra en la esfera de la circulación, por lo cual expresaría en todo caso una forma de explotación a través del comercio.

La cuestión central a tener en cuenta en el análisis de la renta feudal, como señala Kosminsky (siguiendo a Marx), es que ésta es análoga al plusvalor en la sociedad capitalista, en tanto relación social antagónica entre clases fundamentales y no mero dispositivo económico; la renta feudal representa el máximo que el señor puede extraer de lo que exceda el trabajo necesario para la subsistencia y reproducción de la unidad doméstica campesina, sin que esto implique necesariamente a la totalidad del excedente, dado que la cantidad apropiada dependerá de diversos factores, centralmente la resistencia que oponga el productor directo en forma individual o colectiva.¹

En sentido amplio, apunta Kosminsky, la renta (comprendiendo en este término obligaciones de diverso tipo) incluye todo lo que el señor obtiene del campesino y no solamente lo que se registra como tal, que expresaría su parte básica, generalmente asociada a la tenencia.² Esta observación implica, además de la dificultad para acceder a la verdadera dimensión de la renta, que no todos sus contenidos serán económicos o traducibles a cuantías. Lenin ilustra esta cuestión, a propósito de la semejanza entre arriendos y prestaciones personales de trabajo: observa que entre otras formas de pago el campesino se compromete a “hacer lo que el dueño ordene”, a “hacerle caso”, “obedecerle”, etc.³

¹ KOSMINSKY, Eugene. *Studies in the agrarian history of England in the thirteenth century*. Oxford: Basil Blackwell, 1956. Editor's Introduction.

² Ibidem. Preface.

³ LENIN, Vladimir I. *El desarrollo del capitalismo en Rusia. El proceso de la formación de un mercado interior para la gran industria*. Santiago de Chile: Empresa Editora Nacional Quimantu Ltda, 1972, p. 182.

Si la renta es todo lo que el señor puede obtener del campesino (por ejemplo, estiércol de los animales con los que labra sus tierras),⁴ también es todo lo que pueda quitarle (por ejemplo, la salud), es decir los costos en términos de condiciones de vida del uso que hace el señor de la herramienta que posibilita su reproducción social. El objetivo de la renta feudal no es el beneficio sino el mantenimiento de las condiciones de existencia de la clase propietaria, por eso hablamos de “costos” derivados de este imperativo, así como las condiciones de trabajo del proletariado, que Marx consideró necesario describir,⁵ expresan el uso que hace el capitalista de su instrumento de explotación con el fin de valorizar el capital.⁶ En otras palabras, así como los efectos del objetivo de acumulación de capital forman parte de la relación capitalista, los efectos del objetivo de reproducción social de la aristocracia forman parte de la relación de renta, aun cuando, en contraste con el caso del capitalista, eventualmente no impliquen ganancia para el señor en términos materiales inmediatos. El estudio de la renta feudal, por ende, deberá referirse a la forma en que ésta incide sobre las condiciones de existencia del campesino y sobre sus formas sociales consideradas de manera integral.

A diferencia del sistema capitalista, en el cual el carácter de la producción reclama plustrabajo en forma ilimitada, nos dice Marx, allí donde el valor de cambio no rige el funcionamiento de la sociedad los límites del plustrabajo vendrán dictados por “un círculo de necesidades más estrecho o más amplio”;⁷ de lo cual se sigue que a la hora de estudiar la renta debemos atender a los caracteres del consumo señorial, y llegado el caso, a cualidades estamentales específicas. En términos generales, y a los fines de este estudio, cabe recordar que uno de los rasgos centrales del consumo señorial es el elevado número de miembros permanentes y ocasionales de la casa que deben ser alimentados (criados, sirvientes, clientes, milicias, invitados, etc.).⁸

El análisis de Marx sobre la génesis de la renta del suelo establece el lugar de la coerción extraeconómica como fundamento de la renta feudal, dado que el vínculo entre productores inmediatos y medios de producción determina cuál será la forma de extracción de excedente, y este vínculo es de posesión efectiva, por lo que el plustrabajo deberá ser arrancado por la fuerza. A diferencia de lo que ocurre en el arrendamiento capitalista, donde el nivel de renta tiene su principal determinación por fuera de la posición del propietario del suelo, el nivel de la renta feudal estará en relación a los mecanismos coercitivos que este último pueda aplicar sobre el productor directo,⁹ con lo cual habrá que analizar qué formatos específicos de coerción se ponen en juego en la circunstancia empírica que se estudie y cómo interactúan estos mecanismos con otros factores que modelan la lucha contra la renta.

⁴ Ibidem, p. 182.

⁵ MARX, Karl. *El Capital*. México: Siglo XXI, 1992, I, 1, VIII.

⁶ THERBORN, Göran. *Science, Class and Society. On the Formation of Sociology and Historical Materialism*. Norfolk: Lowe and Brydone, 1976, p. 367.

⁷ MARX, Karl. *El Capital*, op. cit. I, 1, VIII, p. 282.

⁸ KULA, Witold. *Teoría económica del sistema feudal*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1976, p. 56.

⁹ KOSMINSKY, *Studies*, op. cit. Editor's Introduction.

En la sistematización del modo de producción feudal que realizan Kuchenbuch y Michael con el objeto de dotar a esta categoría de contenidos básicos según lo que se observa en Europa occidental, el carácter individualizado del proceso productivo tiene un lugar central a la hora de explicar la modalidad concreta de apropiación de excedente, que tomará como referencia “no a colectivos más o menos amplios de productores, sino a la unidad económica individualizada o a su cabeza de familia”.¹⁰ Esta circunstancia, que está en la base de la gestión de la renta y de la distribución de las imposiciones, deberá ponerse en relación con los aspectos tratados anteriormente, dado que el hecho de que la apropiación se focalice en la unidad doméstica habilita formas específicas de coerción, de dominación y de contestación –con independencia de los límites que el carácter individual de la producción impone a la posibilidad de comprender la totalidad en términos de clase–.¹¹

En el análisis de Marx la composición de la renta determina posibilidades diferenciadas de “ganancia” para el productor directo, de lo cual se desprende el carácter “progresista” de la renta en dinero, que habilita procesos acumulativos. Se sigue entonces que entre los contenidos de la renta feudal debemos evaluar su incidencia sobre la estructura social interna de las comunidades, derivada de su impacto diferencial sobre los distintos estratos de la población tributaria. En relación a este problema, y a lo señalado antes, será necesario tener en cuenta qué forma asume la lucha contra la renta según el tipo concreto de imposición.

Se sigue de lo expuesto que el conflicto es un contenido inherente a la renta feudal, y que el nivel de esta última estará subordinado a la correlación de fuerzas en un lugar y momento dados, cuestión señalada ampliamente por los historiadores.¹² En este punto se sitúa la valoración de la organización institucional local por parte del marxismo político,¹³ aunque la diferenciación social de las comunidades, fenómeno desestimado por esta corriente, imprime otros tintes a la consideración de la organización aldeana como barrera a la pretensión de renta. No obstante, se rescatará la jerarquización de la relación de renta como relación de dominación y fenómeno social que desborda la esfera económica,¹⁴ criterio que armoniza con las elaboraciones que desde otros ángulos señalan

¹⁰ KUCHENBUCH, Ludolf y MICHAEL, Bernd. Estructura y dinámica del modo de producción ‘feudal’ en la Europa preindustrial. *Studia Historica. Historia Medieval*, vol. IV, 2, 1986, p. 22.

¹¹ Sobre lo cual puede verse LUKÁCS, Georg. *Historia y conciencia de clase*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1980, p. 85-89, o ASTARITA, Carlos. ¿Tuvo conciencia de clase el campesino medieval? *Historia Medieval*, 3, 2001.

¹² HILTON, Rodney. Los movimientos campesinos en Inglaterra antes de 1381. In: *Conflicto de clases y crisis del feudalismo*. Barcelona: Crítica, 1981; WICKHAM, Chris. Memorias del subdesarrollo. ¿Qué ha hecho el marxismo por la historia medieval, y qué puede hacer aún? *Anales de Historia Antigua, Medieval y Moderna*, trad. esp., 41, 2009; BOIS, Guy. *The Crisis of Feudalism. Economy and Society in Eastern Normandy c. 1300-1550*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994. Demuestra este punto DYER, Christopher. A Redistribution of Incomes in Fifteenth-Century England? In: HILTON, Rodney (ed.). *Peasants, Knights and Heretics. Studies in Medieval English Social History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

¹³ MEIKSINS WOOD, Ellen. The Separation of the Economic and Political in Capitalism. *New Left Review*, 127, 1981, p. 86 y ss.; BRENNER, Robert. Estructura de clases agraria y desarrollo económico en la Europa preindustrial. In: ASTON, T.H. y PHILPIN, C. H. (eds.). *El debate Brenner*. Barcelona: Crítica, 1988.

¹⁴ MEIKSINS WOOD, Ellen. The Separation..., op. cit.

la continuidad entre estructura y superestructura en sociedades precapitalistas.¹⁵ En palabras de Lukács, el Estado feudal (central o parcelado) no está mediando la dominación sino que es la dominación misma,¹⁶ y por ende se expresará como tal a la hora de exigir renta. La exigencia de renta, por lo tanto, no puede restringirse a la ejecución de un acto económico, como postula Guy Bois;¹⁷ en cambio, involucrará contenidos políticos, sociales e ideológicos derivados de la ejecución de un acto de poder.

Teniendo en mente los parámetros reseñados, en lo que sigue se analizará la obligación de alojar y abastecer a cortesanos y agrupamientos señoriales durante sus desplazamientos, con el fin de acceder desde el plano de lo histórico-concreto a los alcances de la renta como relación que extiende su influencia sobre múltiples aspectos de la vida social. Enfocar el despliegue señorial desde esta perspectiva, por otro lado, permitirá poner en primer plano los efectos de las estadías sobre la existencia del productor directo, aspecto al cual la historiografía del tema apenas dedica unas líneas y en el marco de una valoración positiva de tales estadías en vista de su contribución al desarrollo económico, social o cultural de las ciudades.¹⁸ (Para dar algunos ejemplos, leemos que se trata de “intercambios enriquecedores” no obstante los “inconvenientes” o “enormes esfuerzos de los pobladores”; o que la presencia de tribunales itinerantes amplía los horizontes del productor rural,¹⁹ o que las transacciones entre señores y campesinos expresan un fenómeno exterior al vínculo fundado en la tenencia.²⁰)

El abastecimiento de la casa señorial en tránsito, según se presenta en la Corona de Castilla en la Baja Edad Media, se resuelve mayormente mediante la gestión de la fiscalidad (compras pactadas con mercaderes, recurso a proveedores propios, etc.) lo cual no es objeto de este análisis, centrado en los servicios de abastecimiento y hospedaje prestados por los pobladores en el lugar o alrededores del lugar de estancia temporal de la casa y corte real o señorial, servicios que aunque secundarios a los recursos provenientes de la renta dineraria regular no dejan de aparecer en la programación de desplazamientos. Esta circunstancia se explica si consideramos la relación de explotación como referencia principal de todas las acciones, y el hecho de que el imperativo de dominación sobre la vida del productor directo está en la base de la extracción regular de

¹⁵ Entre otros, LUPORINI, Cesare. Crítica de la política y crítica de la economía política de Marx. In: MARRAMAO, Giacomo et al. *Teoría marxista de la política*. México: Cuadernos de Pasado y Presente, 1981; ANDERSON, Perry. *El Estado absolutista*. México: Siglo XXI, 1987. Conclusiones; ASTARITA, Carlos. La discutida universalidad del sistema tributario. *Studia Historica, Historia Medieval*, nº 12, 1994.

¹⁶ LUKÁCS, *Historia y conciencia de clase*, op. cit. p. 86.

¹⁷ BOIS, *The Crisis of Feudalism*, op. cit. p. 215.

¹⁸ Basta como ejemplo BEAUCHAMP, Alexandra; FURIÓ, Antoni; GAMERO IGEA, Germán; NARBONA CÁRCELES, María (eds.). *Acoger, abastecer y financiar la corte. Las relaciones entre las cortes ibéricas y la sociedades urbanas a fines de la Edad Media*. Valencia: PUV, 2019.

¹⁹ MASSCHAELLE, James. Town, Country, and Law: Royal Courts and Regional Mobility in Medieval England, C. 1200- C. 1400. In: GODDARD, Richard; LANGDON, John; MÜLLER, Miriam (eds.). *Survival and Discord in Medieval Society: Essays in Honour of Christopher Dyer*. Turnhout: Brepols, 2010.

²⁰ WHITTLE, Jane. The food economy of lords, tenants and workers in a medieval village: Hunstanton, Norfolk, 1328-48. In: KOWALESKI, Maryane; LANGDON, John; SCHOFIELD, Phillip (eds.). *Peasants and Lords in the Medieval English Economy: Essays in Honour of Bruce M. S. Campbell*. Turnhout: Brepols, 2015.

excedente;²¹ por otro lado, el recurso a la aportación de los pobladores en el lugar en ocasiones se identifica con mecanismos típicos de “extorsión legal o ilegal a disposición del Estado”, en palabras de Kosminsky,²² que convienen a la reproducción social, política e ideológica de la clase señorial más allá de su funcionalidad para el sostén de tareas estamentales.

El abastecimiento de viandas e insumos generalmente se organiza mediante compras de productos por los pueblos (definidas como “requisas de bienes a cambio de pagos insuficientes”)²³ y convocatorias generales cuya puesta en práctica corre por cuenta de agentes señoriales o de las autoridades locales, que deben “apremiar” a los pobladores para que garanticen provisiones, lo cual suele concretarse mediante repartimientos, es decir, distribución de la carga entre los pobladores de los lugares afectados por la estadía señorial. Esta es también la forma de organizar el préstamo de ropa y el alojamiento de la porción de la casa señorial que desborda la infraestructura destinada a residencias temporales, porción que será distribuida entre los hogares campesinos. Las obligaciones que analizamos, por ende, se fundan en la coerción, y se realizan según la modalidad habitual de recaudación de la renta, basada en la nómina local de unidades domésticas.

Los contemporáneos no dudaban en asimilar estas cargas a obligaciones tributarias: aquellos que gozan privilegios de exención se consideran libres de “huéspedes, saca de gallinas, ropa y otras cosas de su casa”,²⁴ del mismo modo que las autoridades municipales promueven normativas que no dejen dudas al respecto, como por ejemplo que en ocasión de una visita señorial el aposentamiento se realice “en las casas de pecheros, judíos y moros”.²⁵ Lo mismo con respecto a las transacciones forzadas: para los labradores la entrega de un equivalente no cambia la esencia de las cosas, como lo expresan cuando denuncian que no se respeta su voluntad de no vender, aun cuando no está en discusión el precio,²⁶ o cuando los procuradores se refieren al alquiler de mulas para la corte como “un tributo desaforado”.²⁷

Veamos lo que ocurre durante el aposentamiento de agrupamientos señoriales, que involucra los servicios mencionados. Comencemos señalando que aun cuando las leyes de Castilla establecen la obligación de pagar la posada y los insumos asociados, son reiteradas las referencias a la

²¹ Aspecto que enfatiza BRENNER, Robert. *The rises and declines of serfdom in medieval and early modern Europe*. In: BUSH, M. L. (ed.). *Serfdom and Slavery. Studies in Legal Bondage*. London-New York: Longman, 1996.

²² KOSMINSKY, Eugene. *The Evolution of Feudal Rent in England to the 11th to the 15th Centuries*. *Past & Present*, 7, 1955, p. 30.

²³ DYER, Christopher. *Niveles de vida en la Baja Edad Media. Cambios sociales en Inglaterra, c. 1250-1520*. Barcelona: Crítica, 1991, p. 180.

²⁴ HERNÁNDEZ PIERNA, J. *Documentación medieval abulense en el Registro General del Sello, vol. XI (31-I-1495 a 13-XII-1495)*. Ávila: Institución Gran Duque de Alba, 1995, doc. 61.

²⁵ LUIS LÓPEZ, Carmelo. *Colección Documental del Archivo Municipal de Piedrahíta (1372-1549)*. Ávila: Institución “Gran Duque de Alba”, 1987, doc. 17.

²⁶ “vinían tan sobervios que dezían que avían de entrar a las casas e sacar dellas el pan aunque no quisyesen los que lo tenían”, AGS, CP, 12, 103, f. 10r.

²⁷ Real Academia de Historia. *Cortes de los antiguos reinos de León y Castilla*. Madrid: Rivadaneira, tomo II, 1863, tomo III, 1866 y tomo IV, 1882 (en adelante Cortes). Cortes de Valladolid de 1442, pet. 32.

circunstancia de que los aposentados no realizan estos pagos.²⁸ En relación a las aldeas se menciona que consumen la paja y la leña de las casas,²⁹ frente a lo cual hay que tener en cuenta que el concepto de “leña” comprende no sólo la recogida en el monte sino las plantas arbustivas que el labrador tuviera para diversos usos, incluso ornamentales, y también la madera de vigas, carretas, cubas, bancos, etc.³⁰ Se denuncia también que los aposentados toman carneros y otros ganados, además de provisiones de la despensa campesina.³¹ Este accionar por parte de los miembros de la casa señorial se confirma en la documentación judicial, que recoge la palabra de pobladores aldeanos, como los que refieren que sus huéspedes se niegan a pagar la paja, la leña, la sal y la candela, y que el único de los 15 escuderos aposentados en el pueblo que paga los insumos es objeto de burla por parte de los demás, que argumentan que siempre han gozado de posadas “*de balde y graçiosamente*”;³² este detalle revela que el núcleo básico de la renta (excedente no retribuido) subyace siempre en la visión y la práctica de quienes viven del trabajo ajeno, cuya primera opción es servirse de los recursos de las comunidades. Esta percepción explica el saqueo de bienes del campesino en el marco del desplazamiento señorial y la reiteración de los reclamos respecto al no pago de insumos.³³

Si bien la toma de bienes pudo ser ocasional, hay testimonios de Cortes sobre aposentados que con el argumento de no haber recibido sus salarios se sustentaban durante largos periodos en base a las provisiones de las casas que los acogían. Se trata de compañías aposentadas durante meses “*acosta délos huespedes quelos tienen en sus casas*”,³⁴ lo que implica que la unidad doméstica veía ampliado críticamente el número de consumidores no capacitados para el trabajo, lo que conlleva un desequilibrio para su economía (que, dicho sea de paso, no proviene de factores demográficos sino del dominio de una relación de explotación). En términos concretos, según lo recabado en la documentación judicial, una unidad doméstica solía albergar dos escuderos con sus mozos y bestias. El imperativo de reproducción social de la aristocracia, en estos casos, toma la forma de transferencia de bocas de la casa señorial al hogar campesino, en lo cual se conjugan las características del consumo aristocrático, dado por el dilatado número de miembros de la casa, y la forma individualizada de la apropiación, que hace posible esta transferencia. Este derrame de miembros de la casa señorial sobre las aldeas advierte a su vez sobre el carácter relativo del distanciamiento del señor en el feudalismo pleno; también es relativa la generalización de la exacción tributaria como fenómeno puntual restringido a determinadas fechas; en nuestro caso la exigencia de servicios

²⁸ Cortes de Valladolid de 1420, pet. 2; Cortes de Madrid de 1433, pet. 16; Cortes de Toledo de 1436, pet. 26; Cortes de Ocaña de 1469, pet. 19, entre otros.

²⁹ HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, J. M. *Documentación medieval abulense en el Registro General del Sello*, vol. X (18-IV-1494 a 20-XII-1494). Ávila: Institución Gran Duque de Alba, 1996, doc. 87.

³⁰ JORDÁN DE ASSO Y DEL RÍO, I. y DE MANUEL Y RODRÍGUEZ, D. *El Fuero de Castilla*. Madrid, 1874. Fuero Viejo de Castilla, VIII, 3, 4 y 5.

³¹ Cortes de Ocaña de 1469, pet. 19.

³² DEL SER QUIJANO, Gregorio. *Documentación medieval abulense en el Archivo General de Simancas. Sección Cámara de Castilla-Pueblos*. Ávila: Insitución Gran Duque de Alba (1453-1504), 2013, doc. 21.

³³ Múltiples testimonios en Cortes y en la normativa sobre prestaciones de alimentos y posada. Un ejemplo concreto en AGS, CP, 12-103, f. 11r., referido a los caballeros que toman el cereal de las eras camino a la corte.

³⁴ Cortes de Ocaña de 1469, pet. 19.

(pagos o impagos) se despliega de manera cotidiana e ininterrumpida durante largos segmentos del año.

El carácter prolongado de las estadias se presenta de hecho como un motivo de reclamo, que se expresa en el pedido de traslado de tropas a otro destino por parte de los que tienen aposentados³⁵ o de excusación por parte de los que los deben recibir, como el caso de los pobladores de una aldea de Ávila que argumentan haber sufrido una granizada para eludir la obligación.³⁶ En otra aldea de Ávila los pobladores se comprometen a entregar un presente en Navidad a un señor comarcano para que interceda y consiga el desvío de tropas a otra aldea.³⁷

Se sigue que el itinerario de la comitiva que se desplaza puede quedar sujeto a negociación, y que la lucha contra la renta, si por este concepto se entiende mitigar localmente la tasa de explotación, puede redundar en un incremento del volumen global de excedente apropiado por la clase señorial en su conjunto. Por otro lado, el intento de aliviar una carga origina una obligación con un señor externo, lo que contribuye a explicar por fuera de la infeudación la dinámica de gestación de uno de los rasgos específicos del feudalismo en el Occidente medieval, dado por la multiplicidad de la renta en términos de contenidos y perceptores.³⁸

Es de interés el reclamo judicial que elevan los pobladores que reciben a las tropas desviadas de la aldea vecina, por el cual conocemos el caso. En una escueta y urgente carta a los reyes estos pobladores denuncian que “*han sobrecargado de aposentados al lugar más pobre*”,³⁹ dado que ya tenían tropas instaladas, con lo cual la resistencia de unos devino en sobreexplotación para otros. Refieren también que entre otros agravios los escuderos aposentados “*echan de los establos las mulas de arada con que ganan y pechan*”, motivo principal del reclamo. Los testigos enfatizan que se trata de las mulas y bueyes con que labran –que han sido desalojados para ubicar a los caballos de los que combaten–, lo que tensiona el criterio básico de no quitarle al labrador su principal medio de trabajo. Este criterio (que generalmente se expresa en la prohibición de preñar animales de labor) no llega a restituirse en la sentencia del caso, que establece que los animales de unos y otros compartan los establos que los labradores describieron como insuficientes. Esta práctica, en la que queda expuesta la oposición de clase como sustancia de la renta, se vincula con otra relativa también al riesgo de perder animales de labor: el maltrato o descuido por parte de quienes toman mulas de los labradores para el acarreo de viandas o insumos. El servicio de préstamo de mulas para el transporte de víveres de comitivas en tránsito es fuente de reclamos en el ámbito de las Cortes, donde se expresa que los agentes de la monarquía y los señores que concurren a la corte y toman acémilas se las llevan sobrecargadas a otro destino, por lo que sus dueños pierden sus animales y la posibilidad de

³⁵ HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, *Documentación medieval abulense en el Registro General del Sello*, op. cit., doc. 87.

³⁶ LÓPEZ VILLALBA, J. M. *Documentación medieval abulense en el Registro General del Sello*, vol. XVII (4-I-1501 a 24-XII-1501). Ávila: Institución Gran Duque de Alba, 2004, doc. 59.

³⁷ DEL SER QUIJANO, *Documentación medieval abulense en el Archivo General de Simancas*, op. cit. doc. 21.

³⁸ KUCHENBUCH y MICHAEL, *Estructura y dinámica*, op. cit. p. 24.

³⁹ DEL SER QUIJANO, *Documentación medieval abulense en el Archivo General de Simancas*, op. cit. doc. 21.

reclamar.⁴⁰ Las obligaciones relativas al aprovisionamiento de la casa señorial pueden implicar entonces la pérdida de animales de labor para la unidad doméstica, y por lo tanto alteran la marcha habitual del proceso productivo, cuyo control es el núcleo esencial de la existencia económica del labrador y la base objetiva de su cosmovisión. Dado que el proceso de trabajo es el proceso de formación de la renta,⁴¹ como bien lo expresan los labradores cuando dicen que con los animales de labor “*ganan y pechan*”, la obligación que analizamos se desliza al terreno de la irracionalidad.

El sobrante de la casa señorial ingresa a la vivienda, un espacio privado que el campesino en su vida cotidiana intenta proteger de los demás, como lo demuestra el hallazgo de llaves y candados en las puertas de acceso.⁴² En relación a la ocupación de este espacio, se atestigua la pérdida de objetos de valor, el deterioro de los muebles y de la ropa de cama, que los dueños de casa reciben “*rota y maltratada*”,⁴³ probablemente por haber sido objeto de usos distintos a los que les da la familia. En este maltrato a los bienes del campesino se manifiesta el desprecio que inferioriza y por ende afirma una relación de dominación. Asimismo, se asignan graneros y bodegas como posadas para los animales y para quienes los cuidan, con lo cual se malogran cereales almacenados y se estimula el hurto de pan y vino.⁴⁴

Los reclamos relativos al alojamiento de agentes señoriales hacen referencia a “agravios”, “injurias”, “ofensas” y “deshonras” perpetradas por gentes aposentadas.⁴⁵ La presencia de extraños rondando por las instalaciones de la unidad doméstica y el peligro que esta situación representa para los miembros de la familia, y en especial para las mujeres, es un problema que se refleja también en las peticiones de los procuradores a Cortes, que plantean que los que reciben aposentados interrumpen sus actividades “*por no dexar sus casas e mugeres e fijos con azemileros e con omes de poca verguença*”.⁴⁶ El reclamo se realiza en nombre de ciudadanos exentos, lo que descubre la indefensión de los que no pueden ampararse en privilegios y de los moradores del ámbito rural, donde predomina la división sexual del trabajo que aleja al hombre del ámbito doméstico.⁴⁷ La mujer y los hijos y criados que permanecen en la casa quedan por ende más expuestos a la circunstancia de compartir el espacio de trabajo con desconocidos a quienes las fuentes, más allá de eventuales prejuicios, califican como personas “que toman atrevimiento de hacerles muchas injurias”, o “que

⁴⁰ Ordenamiento de Cortes de 1351, 81.

⁴¹ TAKAHASHI, Kohachiro. Del feudalismo al capitalismo. In: HILTON, Rodney (ed.). *La transición del feudalismo al capitalismo*. Barcelon: Crítica, 1982, p. 101.

⁴² DYER, Christopher. *An Age of Transition? Economy and Society in England in the later Middle Ages*. Oxford: Clarendon Press, 2005, p. 56.

⁴³ Cortes de Madrigal de 1438, pet. 32, Cortes de Madrid de 1419, pet. 16.

⁴⁴ Cortes de Madrid de 1435, pet. 20.

⁴⁵ Cortes de Madrid de 1419, pet. 16; LÓPEZ VILLALBA, *Documentación medieval abulense en el Registro General del Sello*, op. cit. doc. 12.

⁴⁶ Cortes de Madrid de 1419, pet. 16.

⁴⁷ RIGBY, S. H. *English Society in the later Middle Ages. Class, Status and Gender*. Londres: Macmillan, 1995, pp. 254-255.

hacen males y daños en las casas donde se aposentán”,⁴⁸ entre los que hay que considerar la posibilidad de abusos sexuales. El servicio de posada, por ende, conlleva este riesgo para los miembros más vulnerables de la unidad doméstica, y de hecho en el ámbito del señorío privado hay testimonios de reclamos relativos a abusos de esta naturaleza o a la posibilidad de que se produzcan en el marco del hospedaje,⁴⁹ por lo que esta obligación, en el menos temible de los escenarios, implica una experiencia traumática para los miembros de la familia.

El aposentamiento señorial afecta la salud de los que deben ofrecer su vivienda como posada. De los reclamos se deduce que la unidad familiar no contaba con camas adicionales, dado que los miembros de la familia “*duermen por los suelos*”, lo que les provoca “*dolencias*”, que pudieron ser serias teniendo en cuenta que la falta de comodidad para dormir podía prolongarse durante meses.⁵⁰ A su vez, el préstamo de ropa de dormir para cortesanos y otros oficiales precariza las condiciones de vida de la familia, que queda deficientemente abastecida de mantas y frazadas durante el invierno o debe reponer estos bienes, como en el caso de los vecinos de León que reclaman el equivalente en dinero de la ropa que prestaron a los oficiales de la Inquisición tres años atrás.⁵¹ El recurso a comidas y presentes cuantiosos para mitigar la saca de ropa es también una medida del perjuicio que ocasionaba desprenderse de estos bienes,⁵² y una forma característica de lucha contra la renta que ponen en juego los oficiales aldeanos.

La invasión de la unidad doméstica tiene un correlato en el taller artesanal. La presencia masiva de servidores de la casa señorial afecta las condiciones de trabajo de sectores del artesanado y probablemente sus fuentes de ingresos, según se deduce de la petición que realizan los procuradores de las ciudades para que no alojen en casas de menestrales a personas con oficios semejantes.⁵³ La mención específica al problema de convivir con oficiales que realizan la misma actividad sugiere que éstos tal vez hacían uso del espacio y herramientas del artesano, perturbando el trabajo en el ámbito del taller e invadiendo la privacidad que requiere el oficio artesanal.⁵⁴

Durante las estadias señoriales quedan expuestos a hurtos los cultivos de fácil acceso (huertas, alcáceres, árboles frutales, olivares), que en general no son objeto de apropiación en el sistema tributario regular, y también los cultivos dispersos en el *ager*. La unidad campesina sufre pérdida de producto a raíz de hurtos y de invasiones de animales y personas sobre sembrados, lo cual está en relación a la cantidad de gente circulando en el lugar y a la sobrecarga de bestias,

⁴⁸ LÓPEZ VILLALBA, *Documentación medieval abulense en el Registro General del Sello*, op. cit. doc. 112; LUIS LÓPEZ, Carmelo. *Documentación medieval abulense en el Registro General del Sello*, vol. IX (30-VII-1493 a 28-VII-1493). Ávila: Institución Gran Duque de Alba, 1996, doc. 69.

⁴⁹ CABRERA, Emilio. Conflictos en el mundo rural. Señores y vasallos. In: DE LA IGLESIA DUARTE, J. I (coord.). *Conflictos sociales, políticos e intelectuales en la España de los siglos XIV y XV*, XIV Semana de Estudios Medievales, Nájera, 4 al 8 de agosto de 2003.

⁵⁰ Cortes de Madrigal de 1438, pet. 32.

⁵¹ AGS, RGS, LEG, 1495, 03, 504.

⁵² AGS, CP, 12, 103, f. 4v.

⁵³ Cortes de Madrid de 1435 pet. 21.

⁵⁴ Sobre las cualidades del trabajo artesanal ASTARITA, Carlos. *Revolución en el burgo. Movimientos comunales en la Edad Media. España y Europa*. Madrid: Akal, 2019, cap. 9.

caballerizas y acémilas. El hecho de que se destinen agentes para controlar “de día y de noche” que los pobladores “no reciban daños en sus panes, viñas, huertas y heredades”⁵⁵ demuestra que estos daños estaban en la perspectiva de los organizadores del evento. La estadía de agrupamientos señoriales ocasiona entonces pérdidas por fuera de los espacios destinados a posadas y perjudica aleatoriamente a miembros de la comunidad local con independencia de que tengan huéspedes en sus casas. Por otro lado, aun cuando los aposentados aporten guardas, una variación tan radical en la relación cultivos/potenciales invasores debió poner en tensión los recursos organizativos de la institución aldeana, centrada en el control de faltas sobre el campo abierto.

Las estadías señoriales afectan el espacio comunal. Según la palabra de los procuradores, que mencionan la quema de leña, tras la estadía de la corte “quedan destroydos los montes”,⁵⁶ lo que refiere a un accionar depredador en el marco de la itinerancia señorial. El perjuicio ahora alcanza a toda la comunidad, que debe afrontar una merma de combustible y forraje, y a quienes dependen de la recolección de los productos que proporcionan las tierras comunales, actividad que deberá efectuarse en un espacio invadido. El usufructo de los recursos del monte por agentes del señor avasalla además uno de los pilares de la regulación de los aprovechamientos comunitarios que es su asociación a la condición de vecino del lugar (tan es así que las ordenanzas locales tipifican como delito con máxima pena no reportar la presencia de “personas de fuera” cortando en los montes).⁵⁷ El abuso de los recursos del *saltus*, y particularmente de los forestales, debe ponerse en relación también con la cantidad de disposiciones que destinan los oficiales aldeanos a la protección de arboledas comunales y al usufructo racional de estos bienes. Las estadías señoriales, por lo tanto, además de acarrear una merma de recursos vitales y perturbar la rutina de recolección, contradicen fundamentos primordiales del uso del comunal y echan por tierra el esfuerzo local de gestión para preservar estos espacios.

El corte de leña por parte de agentes señoriales se presenta de hecho como uno de los aspectos más resistidos de los aposentamientos. Lo vemos en las peticiones al Consejo Real, tanto las que se realizan en nombre de los pobladores, como el caso de las aldeas de Medina que solicitan que la capitánía aposentada (que lleva 10 meses en el lugar) no toque ni corte los montes del lugar,⁵⁸ como las que se realizan en nombre de agentes señoriales que han sido víctimas de acciones de resistencia, como la petición que efectúa un caballero de la princesa de Portugal, cuyos acemileros, autorizados a cortar leña en los términos de la villa de Colmenar, fueron insultados y agredidos por los guardas locales, que “*los quysyeron matar*” y les provocaron heridas con una lanza.⁵⁹

⁵⁵ Cortes de Toro de 1369, pet. 9.

⁵⁶ Cortes de Madrigal de 1438, pet. 32.

⁵⁷ “que qualquiera vezino del dicho logar de Aldihuela que viere cortar en el monte e paçer en la dehesa del dicho logar a personas de fuera, aunque non sea guarda, y si non lo dixere a los guardas o alcalde del dicho logar que pague de pena sesenta maravedís más la pena del tal caýdo”, DEL SER QUIJANO, Gregorio. *Documentación medieval de Piedrahíta: estudio, edición crítica e índices, vol. VI (1494-1500)*. Ávila: Institución Gran Duque de Alba, 2017, doc. 34.

⁵⁸ HERRERO JIMÉNEZ, M. *Memoriales de Medina del Campo en la época de los Reyes Católicos. Cámara de Castilla. Archivo General de Simancas (1456-1522)*. Valladolid: Fundación Museo de las Ferias, 2004, doc. 126, p. 120.

⁵⁹ AGS, RGS, LEG,1495, 04, 424.

El desplazamiento de comitivas aristocráticas es una ocasión para inculcar preceptos a los pobladores y hacerlos partícipes de escenas y de escenarios que pueden ser inconvenientes o no deseados. Recibir a los delegados que predicán la bula para la guerra contra los moros implica, además de la obligación de dar posada y vender viandas, acompañar las procesiones y oír los sermones,⁶⁰ lo que significa que el poblador debía abandonar sus labores, gastar energías y poner a prueba su paciencia. En ocasión de la llegada de los delegados de la Inquisición al obispado de Ávila, se ordena a los concejos prestar ayuda en la tarea persecutoria y de confiscación de bienes, dar a los inquisidores “buenas posadas”, ropa para dormir y viandas y mantenimientos a precios justos, al tiempo que se establece, en la misma normativa, la prohibición de acoger, encubrir o favorecer a “herejes, apóstatas e infamadores”,⁶¹ lo que añade un contenido ideológico a la obligación de dar alojamiento (con independencia de que este contenido esté implícito en los deberes del cristiano). En caso de una eventual simpatía con el hereje, y aun cuando esta simpatía no implique el delito de encubrimiento, dar alojamiento y viandas a los agentes de la Inquisición debió ser una carga penosa y una fuente importante de tensión; el aposentamiento, por lo tanto, acarrea sufrimiento psicológico y daño moral. Si bien no debieron faltar vecinos encantados con la oportunidad de mostrar apoyo a la causa eclesiástica y de sembrar sospechas sobre otros vecinos, así como habrá habido otros menos dispuestos a colaborar, en el marco de una convivencia prolongada todos debieron quedar más o menos expuestos a la indagación o a la manipulación.⁶² El hospedaje, por lo tanto, resquebraja la solidaridad vecinal y proporciona una plataforma para detectar herejes, supuestos herejes o desviaciones de las normas, y aquí debemos recordar que la renta es todo lo que el señor obtiene del campesino, en este caso, información, la cual proviene de la circunstancia de que los vecinos hospeden en sus casas a personas vinculadas al aparato eclesiástico. Por otro lado, el despliegue que acompaña este tipo de estadias promueve el fanatismo religioso y la exaltación: al año siguiente a la estadia de la Inquisición en Ávila se expide una carta de seguro a los judíos de su aljama, debida a que ante la represión de ciertos herejes y de dos judíos por parte de los inquisidores “se escandalizó el pueblo de tal manera que aprendieron a un judío”.⁶³

La obligación de garantizar la provisión de insumos a una multitud aposentada provoca el alza de precios en el lugar, para perjuicio de los pobladores que deben comprar alimentos. El encarecimiento que genera la demanda de viandas se prolonga además tras la retirada de la corte, ya que el nivel del precio no vuelve a normalizarse de manera inmediata.⁶⁴ La presencia de grandes contingentes de aposentados favorece entonces al sector con excedentes comercializables y voluntad de vender y perjudica al que depende del mercado para subsistir, por lo tanto profundiza la diferenciación social existente en el interior de las comunidades. Por otro lado, la suba de precios en ocasiones se presenta como un mecanismo de resistencia, como lo sugiere la petición de los

⁶⁰ CANALES SÁNCHEZ, J. A. *Documentación medieval abulense en el Registro General del Sello*, vol. VI (31-I-1490 a 20-XII-1491). Ávila: Institución Gran Duque de Alba, 1996, doc. 31.

⁶¹ *Ibidem*, doc. 47.

⁶² Sobre la importancia de la permanencia en el lugar para la búsqueda de herejes ASTARITA, *Revolución en el burgo*, op. cit. p. 435.

⁶³ CANALES SÁNCHEZ, *Documentación medieval abulense en el Registro General del Sello*, op. cit. doc. 102.

⁶⁴ Cortes de Madrigal de 1438, pet. 32.

escuderos de una capitania aposentada, quienes plantean que “*por les fazer mal*” los pobladores del lugar no quieren venderles insumos salvo por mucho más de lo que valen en la comarca.⁶⁵ Aun cuando estos pobladores actúen movidos por la oportunidad de un beneficio, en el precio se expresa la tensión de la relación social; el productor que eleva el precio cuando la comitiva señorial necesita comprar víveres responde a las desventajas que impone habitualmente la relación de renta, que conduce a vender en condiciones desfavorables (de manera típica, según observa Dyer, el precio se deprime regularmente por el volumen de grano que vuelcan los productores en el mercado antes de la fecha en que deben pagar rentas monetarias).⁶⁶

La circunstancia de vender en condiciones desfavorables de hecho tiene lugar en el marco del aprovisionamiento de insumos para la corte mediante compras por los pueblos, como en el caso de la “saca de gallinas”. Al respecto se establece que cuando el monarca y su corte se desplazaran por los lugares del reino se lleve a cabo una averiguación acerca del valor de las aves en la comarca y se defina una tasa, que los vendedores deberán respetar bajo pena de perder las gallinas y pagar una multa.⁶⁷ Los vendedores aldeanos, sin embargo, no siempre están en posición de discutir el precio, como lo confirma el testimonio de vecinos de pueblos cercanos a Medina del Campo, obligados a vender gallinas al agente señorial. Según los relatos estos agentes entran a las casas, toman las aves y las tasan con un criterio distinto al de los productores, que se consideran perjudicados en el precio. Esta práctica se constata en localidades distanciadas, lo que descubre una conducta sistemática de los agentes señoriales para deprimir el precio.⁶⁸

La suba de precios a los aposentados, que se da en el marco de otra correlación de fuerzas, puede expresar entonces la resistencia a las condiciones que la relación de explotación impone habitualmente sobre los intercambios. La lucha contra la renta se traslada así a la esfera de los precios, como sugiere Kosminsky,⁶⁹ en nuestro caso con efectos perjudiciales para los sectores empobrecidos. Esta resistencia puede también deslizarse hacia medidas más radicales como el desabastecimiento, que se plantea en la negativa a dar mantenimientos salvo bajo ciertas condiciones; esta medida, por otro lado, es una herramienta de lucha que se pone en juego en el transcurso de grandes conflictos como los movimientos comunales.⁷⁰

El imperativo de reproducción social de la aristocracia itinerante se traduce en estrategias comerciales de distinto signo que no contemplan la dedicación productiva de los lugares, de la cual depende la necesidad eventual de importar cereal. En el contexto de crisis agraria de 1502-1504, que dicta medidas para contener la carestía y garantizar el abastecimiento de las poblaciones, la localización del contingente señorial determina si se ordena la libre circulación de granos o la

⁶⁵ AGS, RGS, LEG,1501, 03, 545.

⁶⁶ DYER, Christopher. Seasonal Patterns in Food Consumption in the Later Middle Ages. In: WOOLGAR, C.; SERJEANTSON, C.; WALDRON, T. (eds.). *Food in Medieval England. Diet and Nutrition*. Oxford: Oxford University Press, 2006, pp. 213-214.

⁶⁷ Cortes de Toledo de 1480, 61.

⁶⁸ AGS, CP, 12, 103, ff. 6v., 7r., 11r.

⁶⁹ KOSMINSKY, The Evolution of Feudal Rent, op. cit. p. 25.

⁷⁰ ASTARITA, *Revolución en el burgo*, op. cit. p. 503.

prohibición de vender cereal fuera de la jurisdicción. Ejemplo: en 1503 el monarca prohíbe la saca de pan de Segovia y su Tierra porque el cereal está destinado a la gente que ha convocado en esa ciudad;⁷¹ en 1504, en cambio, con la corte en Medina del Campo, ordena al corregidor de Zamora que disponga la venta forzada de 3000 fanegas de pan, y que deje a los vecinos lo necesario para mantenerse hasta la nueva cosecha.⁷² El mismo año el concejo de Ávila deberá garantizar la libre circulación de trigo para la despensa del infante don Fernando, de manera que llegue “*a donde el príncipe estuviere*”.⁷³ Asimismo, la pretensión de que el cereal circule para el abastecimiento de la corte tropieza con las políticas de vedamiento que intentan imponer los concejos, con lo cual los productores quedan atrapados entre la presión de la administración central, que los obliga a vender, y el riesgo de ser penados por las autoridades concejiles, que prohíben vender fuera de la jurisdicción. Al respecto hay testimonios de vecinos que debieron recurrir a la vía judicial para recuperar los bienes que les fueron tomados por vender una carga de pan al contingente situado en Medina del Campo,⁷⁴ lo que señala que la exigencia de abastecimiento desvía tiempo de trabajo que el labrador que ha cumplido debe destinar a litigar, además de asimilarse a la renta en trabajo bajo la forma de acarreo. También hay vecinos que recurren a la instancia judicial para excusarse de contribuir al sostén de la corte debido a la necesidad que tienen del cereal para su propia labranza, lo que pone en evidencia que la obligación de vender a los aposentados afectaba la reproducción de la unidad doméstica.⁷⁵

El abastecimiento de cereal para el agrupamiento señorial en tránsito también se organiza mediante transacciones forzadas gestionadas directamente por agentes señoriales en las localidades de los alrededores (al igual que la saca de gallinas). Una pesquisa realizada a raíz de la actuación de los agentes de la acemilería en 1504 sobre aldeas de Olmedo, Arévalo y Medina del Campo nos brinda un panorama muy claro sobre la manera en que se efectuaban estas transacciones.⁷⁶ Los agentes encargados recorren las poblaciones, y si bien en algunos lugares negocian con los oficiales locales la compraventa de insumos, en otros los agentes de la corte proceden a tomar el cereal forzando las puertas de los silos y dejan luego el dinero correspondiente según la tasa oficial.

La cantidad de cereal que se vende no es la que los productores desean vender sino la que resulta de negociar ante la amenaza de calas y otras formas de coacción.⁷⁷ La negativa a vender, por otro lado, responde a necesidades de la unidad doméstica, como en el caso de los que expresan que requieren el cereal para alimentar a sus mulas. En ocasiones los labradores declinan su posición de no vender ante la reacción de los agentes señoriales, que intentan quebrar las puertas de las cámaras con rejas de arado, palas o azadones;⁷⁸ la perspectiva de que los acemileros ingresen a los lugares de

⁷¹ AGS, CCA, CED, 6, 152, 6.

⁷² AGS, CCA, CED, 252, 1504.

⁷³ AGS, CCA, CED, 9, 111, 4.

⁷⁴ DEL SER QUIJANO, Gregorio. *Documentación medieval abulense en el Registro General del Sello, vol. XXII (3-V-1504 a 23-XII-1504)*. Ávila: Institución Gran Duque de Alba, 2010, doc. 77.

⁷⁵ DEL SER QUIJANO, *Documentación medieval abulense en el Registro General del Sello*, op. cit. doc. 135.

⁷⁶ AGS, CP, 12, 103.

⁷⁷ AGS, CP, 12, 103, f. 5r.

⁷⁸ AGS, CP, 12, 103, ff. 8v, 11r.

almacenamiento y midan el cereal conlleva a su vez la posibilidad de fraude, otro mecanismo para conseguir la colaboración de los vecinos.⁷⁹

El aprovisionamiento de insumos para la corte mediante compraventas forzadas interfiere las relaciones comerciales entre vecinos, como ocurre cuando los agentes señoriales llevan cereal objeto de transacciones pactadas entre particulares,⁸⁰ lo que sugiere que la obligación de vender atenta contra el desarrollo de la actividad mercantil de los productores, que puede estar fundada en vínculos vecinales e interaldeanos,⁸¹ además de negar el derecho a decidir con quién hacer tratos.

La pretensión señorial de adquirir el cereal que los productores han destinado al consumo directo o a eventuales transacciones colisiona con el ideal de estos últimos de gestionar de manera autónoma la unidad doméstica, gestión que supone un conjunto de decisiones organizativas entre las cuales tiene importancia planificar o evaluar qué bienes conviene producir y cuáles adquirir o qué parte del producto se comercializa. Desde esta perspectiva, la venta forzada se asimila a la renta en especie, en tanto no permite al productor decidir qué excedentes vender.

Estos intercambios se llevan a cabo incluso en ausencia de los dueños del cereal, mediante el ingreso forzado a los graneros y prescindiendo del consentimiento de los oficiales locales, cuyas atribuciones resultan por ende vulneradas. Este es un aspecto que denuncian los vecinos, vulnerados también cuando ven avasallada su organización política.⁸² El ejercicio de la coacción se pone en práctica asimismo mediante amenazas verbales y gestuales que inhiben a los labradores y a los oficiales locales, como mostrar cartas a quienes no saben leer, exhibir azadones y palas en la taberna, insultar a los pobladores o burlarlos con la amenaza de tomarles también las mulas para el acarreo del cereal,⁸³ en todo lo cual se despliega otra forma de dominio, la descalificación sistemática del labrador, que se corresponde con la no necesidad de darle un barniz a su condición de explotado.⁸⁴

Finalmente, uno de los mecanismos para obligar a los pobladores a vender cereal es posar por la fuerza en sus casas y no pagar este servicio. Proporciona un ejemplo claro lo ocurrido en un pequeño poblado cercano a Medina, donde los agentes señoriales eligen posar por la fuerza en la casa de una viuda, aun cuando el alcalde les había señalado lugares apropiados donde pasar la noche. La estrategia amedrenta al conjunto de los pobladores, que se habían negado a vender y al enterarse de esta noticia reúnen una cantidad de cereal.⁸⁵ El poder intimidatorio de la violación de la morada es un aspecto destacado por los historiadores: en relación a la implantación del señorío en Cataluña, Bonnassie considera el servicio de albergue como una ocasión para infundir terror, y por lo tanto una pieza clave del ejercicio global y sistemático de la coerción, análoga a otras formas de despliegue de poder (como la cabalgada) destinadas a preparar mentalmente a la población para

⁷⁹ AGS, CP, 12, 103, f. 5v.

⁸⁰ AGS, CP, 12, 103, f. 6r.

⁸¹ Sobre estas redes, DYER, Christopher. *A Country Merchant, 1495-1520. Trading and Farming at the End of the Middle Ages*. Oxford: Oxford University Press, 2014.

⁸² AGS, CP, 12, 103, f. 5v.

⁸³ AGS, CP, 12, 103, ff. 5v., 9v., 10r., 11r.

⁸⁴ Ver ASTARITA. ¿Tuvo conciencia de clase el campesino medieval?, op. cit. p. 108.

⁸⁵ AGS, CP, 12, 103, f. 10 r.

la entrega de excedentes.⁸⁶ En nuestro caso la posada compulsiva y su no pago se presentan como requisito de la pretensión sobre el excedente campesino en forma de transacción forzada, en contradicción con los criterios de legitimidad que exhibe el que pretende renta, que establecen como norma el pago de los insumos y de la posada. Esta última se presenta entonces como renta y como medio de coerción para obtener otra renta, lo cual pone en evidencia la unidad orgánica entre factores económicos y extraeconómicos.

En la pesquisa mencionada, realizada para establecer si los agentes señoriales recibieron sobornos de los pobladores, se observa la siguiente correlación: la magnitud del cereal recaudado en cada lugar no se corresponde con la magnitud demográfica del lugar en cuestión, e incluso en algunos casos esta relación es inversamente proporcional; asimismo, los lugares de mayor entidad poblacional, que apenas venden cereal, son también los que exhiben mayor desarrollo organizativo (presencia de oficiales especializados, conocimiento de la escritura), mientras los de menos pobladores y organización rudimentaria son los que sufren los episodios de violencia descritos, y donde podríamos decir que el cereal se arranca por la fuerza.⁸⁷ Se sigue que la resistencia efectiva a la pretensión de renta, analizada a escala local, se asocia a la organización institucional, y que ésta depende de la entidad demográfica de los lugares. Al respecto se ha probado que la mayor magnitud poblacional implica también mayor polarización social,⁸⁸ y por lo tanto presencia más notoria de productores enriquecidos, lo cual se traduce en formas organizativas más complejas. Esta correlación se observa cuando se compara la normativa de grandes concejos rurales (que regulan, por ejemplo, el empleo de trabajo asalariado) con la de pequeñas aldeas sufragáneas, cuyas ordenanzas tienen como centro al propietario de uno o dos bueyes.⁸⁹

La organización institucional, por otro lado, es inseparable del sistema tributario regular, fundado en la renta dineraria y en la participación de tributarios en su gestión, lo cual facilita la aceptación de las obligaciones y contribuye por ende a la reproducción del sistema antes que a su contestación. No obstante, esta organización se presenta como obstáculo ante el intento señorial de imponer nuevas cargas o modificar las existentes en sentido contrario a la evolución de la renta; observamos esta situación en el ámbito del señorío nobiliario, como en el caso de un lugar del condestable de Castilla donde el yantar, que se exigía en dinero, ahora se consume en el lugar ("*les comen la dicha yantar de capones e gallinas e vinos escogidos e otras biandas y frutas*"), modificación que viene acompañada de otra que menoscaba las atribuciones de los oficiales locales (la función de acusar y arrestar, que cumplían antes, queda ahora en manos del merino).⁹⁰ Se sigue que la exigencia de prestaciones *in situ* como las que estamos analizando estará mediatizada por la desatribución de

⁸⁶ BONNASSIE, Pierre. *Cataluña mil años atrás, (siglos X-XI)*. Barcelona: Ediciones Península, 1978, pp. 264-275.

⁸⁷ DA GRACA, Laura. Oficiales aldeanos y agentes de la corte. Una pesquisa de 1504 en los alrededores de Medina del Campo. *Magallánica. Revista de Historia Moderna* 5/9, julio-diciembre, 2018.

⁸⁸ COLOMBO, Octavio. Estructuras sociales campesinas en la baja Edad Media. El ejemplo de Bonilla de la Sierra. *Studia Historica. Historia Medieval*, 35, 1, 2017.

⁸⁹ DA GRACA, Laura. Gobernar en la aldea. Dirigentes campesinos en Piedrahíta a fines del siglo XV. In: TOMÁS FACI, Guillermo (coord.). *El campesino como actor social ¿dócil, rebelde o emprendedor?*, *Revista de Historia Jerónimo Zurita*, 95, 2019.

⁹⁰ AGS, RGS, LEG, 1501, 11, 119.

los oficiales locales, o por algún grado de intervención sobre la organización local, con mayores niveles de contestación allí donde esta organización esté consolidada (lo cual en términos generales se corresponde con formas señoriales con desarrollo histórico de instancias de mediación, como el sistema concejil).⁹¹ El hecho explica la reiteración infructuosa del reclamo de mediación de oficiales locales en ocasión de la visita señorial, desde las normativas más tempranas sobre prestaciones de alimentos y posada, que consideran la presencia de “hombres buenos” para mitigar abusos,⁹² hasta las peticiones de los procuradores a Cortes en los siglos XIII, XIV y XV, que reclaman la intervención de oficiales y regidores en la distribución de posadas, ropa y paja.⁹³ El avasallamiento de las facultades de gobierno a nivel ya no aldeano sino del municipio urbano, o sus consecuencias, tal vez explican la referencia en el ámbito de Cortes a “la osadía” que han tenido algunos de “*parar las posadas*” (lo que expresaría una huelga de renta) y de deshonrar, herir y matar a los agentes señoriales encargados de la organización del alojamiento.⁹⁴

A nivel local la lucha entre señores y campesinos por definir el nivel o el formato de la renta se desarrolla entonces en el terreno de la organización política, que no surge de la cooperación aldeana sino de la polarización social de las comunidades, que aportará cuadros en mejor posición de negociar con el señor o con sus agentes, o de enfrentarlos abiertamente, llegado el caso. Por otro lado, la actuación de dirigentes urbanos como frente de oposición al aposentamiento es ambivalente; si bien como procuradores a Cortes transmiten los reclamos de pobladores rurales y como gobernantes aspiran a intervenir en la distribución del tributo, la prioridad de hacer valer su condición de privilegio redundante en perjuicio de los labradores, como cuando los regidores de Piedrahíta acuerdan con el señor que cuando vaya a la feria “*aposente a los de su casa en las aldeas*”.⁹⁵

De este panorama se deduce la mayor tasa de explotación a que estarán expuestos los sectores más vulnerables, lo cual explica que los aposentamientos se realicen en pequeñas aldeas, dato que se deduce de la normativa que exime de pagar ciertos derechos a los pueblos de menos de 40 vecinos, aunque tengan aposentados,⁹⁶ lo que descubre que estos últimos eran ubicados en pequeños caseríos. La distribución de la obligación de “paja, viandas y ropa” sobre personas de recursos

⁹¹ Un ejemplo de contestación exitosa a pretensiones patrimonialistas de intervención sobre la organización local en el área concejil en COLOMBO, Octavio. El señor, la élite aldeana y el común de pecheros en un conflicto social. Bonilla de la Sierra en torno al 1500. *Magallánica. Revista de Historia Moderna*: 3/6, 2017.

⁹² “porque si los Escuderos, ó los omes de los escuderos, ó los rapaces fuesen en su cabo á las casas sin otros omes buenos de la Aldea, que podrían quebrantar las arcas, é los cilleros, é tomar lo que quisieren, é despues negar que lo non tomaron”, JORDÁN DE ASSO Y DEL RÍO, I. y DE MANUEL Y RODRÍGUEZ, D. *El ordenamiento de leyes que D. Alfonso XI hizo en las Cortes de Alcalá de Henares de mil trescientos y cuarenta y ocho*. Madrid, 1847, XXXII, XXVIII, normativa que se retrotrae al siglo XII.

⁹³ Cortes de Valladolid 1293, pet. 8; Cortes de Madrigal de 1438, pet. 39, entre otros.

⁹⁴ “Otrosi por la grant osadia que an tomado algunos sobre parar las posadas en la nuestra corte, desonrran et fieren et matan a los nuestros posadores; por ende ordenamos e tenemos por bien que los nuestros posadores que sean rrealados et guardados, et que ninguno non ssea osado délos ferir nin matar”, Cortes de Toro de 1371, 17.

⁹⁵ DEL SER QUIJANO, *Documentación medieval de Piedrahíta*, op. cit. doc. 18.

⁹⁶ Cortes de Toledo de 1480, 56.

modestos, que se plantea en las Cortes a raíz de los que no pueden cumplir,⁹⁷ es también una consecuencia de prescindir de la mediación de oficiales locales, conocedores de las diferencias de fortuna del lugar y mejor preparados para distribuir obligaciones, lo que añade otro elemento de irracionalidad a las cargas que analizamos. Por otro lado, este prescindir de agentes externos a la casa se corresponde con formas patrimonialistas de dominación, lo que advierte sobre la diversidad de formatos de gestión que sustentan la reproducción social de un mismo segmento de la clase dominante.

Por último, eventualmente los moradores más pobres se ven perjudicados también por las formas de resistencia que ponen en práctica los que están en mejor posición de negociar, lo que señala los límites y contradicciones de la lucha contra la renta en una sociedad campesina estratificada y regida por el localismo.

El análisis de las obligaciones relativas al abastecimiento y hospedaje de agrupamientos señoriales muestra los alcances de la renta feudal como perturbación de la existencia y la reproducción económica, social y política del productor directo. Estas cargas, que pesan sobre los que ya tienen otras cargas, generan daños y pérdidas en todos los componentes de la unidad de producción: en los bienes de la vivienda (deterioro de muebles, utensilios y ropa de dormir), en bodegas y graneros (pérdida de vino y de cereales almacenados, rotura de puertas), en medios de producción secundarios (riesgo de pérdida o extravío de animales de labor), en cultivos intensivos, expuestos a hurtos; en tierras de cereal, expuestas a la invasión de animales, y en espacios comunales, expuestos a la sobreexplotación de recursos como la quema de leña. La renta feudal, en el caso concreto analizado, compromete el proceso productivo y la alimentación de los animales, modifica el balance entre consumidores y trabajadores, desbarata la planificación económica familiar y la organización del trabajo, desajusta el control local del ordenamiento agrario, vulnera los principios locales del aprovechamiento de comunales, interfiere el trabajo artesanal, genera un clima de tensión e inseguridad, deteriora las relaciones vecinales, provoca la suba de precios, malogra acuerdos comerciales entre productores, coloniza ideológicamente a los pobladores, agudiza desigualdades internas, afecta la salud y atenta contra la dignidad humana.

Más allá de las limitaciones de la resistencia campesina, conocer los contenidos de la renta feudal contribuirá a la comprensión de las motivaciones de esa resistencia, que no pueden considerarse en términos meramente económicos.

⁹⁷ Cortes de Madrid de 1433, pet 22.

Expulsões e Resistência em Parati (1960-2020): repertórios de conflitos fundiários

Álvaro Mendes Ferreira

Historiador do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (Iterj);

Membro do INTC Proprietas

alvarofigueiro@yahoo.com.br

1. Introdução

O litoral Sul Fluminense é a região estadual que mais sofreu as vicissitudes viárias. De começos do século XVIII até meados do XIX, prosperou como entreposto, primeiro para as minas auríferas e depois para os cafezais do Vale do Paraíba. Após a expansão da ferrovia pela zona cafeeira na década de 1860, o Sul Fluminense experimentou decréscimo populacional e reconversão econômica para a lavoura (sobretudo, banana e mandioca) e a pesca, ambas de subsistência – vivência que caracteriza a população litorânea conhecida como caiçaras.¹ O município de Parati foi o mais afetado. Os 10.765 paratienses recenseados em 1890 encolheram para 6.526 em 1920.² Mais ainda que os outros municípios da região, Parati, imprensada entre mar e serra, carecia de alternativas viárias. Em meados do século XX, o principal meio de transporte ainda era o marítimo e uma viagem até Mangaratiba tomava seis horas e meia.³ Somente 1954, abriu-se estrada carroçável para Cunha, município paulista, estimulando lavouras comerciais e atraindo os primeiros turistas.

Como era de se esperar, as terras dos caiçaras não se encontravam registradas nos cartórios. Em 1926, entre os 48 municípios fluminenses, Parati aparece em 44º lugar num recenseamento das propriedades agrícolas avaliadas acima de 20 contos de réis. Além de catorze propriedades nessa categoria, registram-se 116 avaliadas abaixo de 20 contos.⁴ Considerando-se que havia 50.087 propriedades agrícolas no Estado, as 130 propriedades paratienses representam um índice de 0,25% do total recenseado, muito inferior ao seu peso relativo em termos demográficos e espaciais (respectivamente 0,82% e 2,12%).⁵ A conclusão é que a principal forma de ocupação da terra em

¹ Cf. MUSSOLINI, Gioconda. Aspectos da cultura e da vida social no litoral brasileiro. IN: MUSSOLINI, Gioconda. *Ensaio de Antropologia Indígena e Caiçara*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 219-239.

² MINISTÉRIO da Indústria, Viação e Obras Públicas. *Sexo, Raça e Estado Civil, Nacionalidade, Filiação, Culto e Analfabetismo da População Recenseada em 31 de Dezembro de 1890*. Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1898, p. 356; MINISTÉRIO da Agricultura, Indústria e Comércio. *Recenseamento do Brasil Realizado em 1 de Setembro de 1920*. Rio de Janeiro: Tipografia da Estatística, 1926, v. IV, 1ª parte, p. 220.

³ [MEDEIROS, Adelita]. *Parati*: edição comemorativa do tricentenário de criação do Município. Coleção de Monografias do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística N.º 374, p. 7.

⁴ ESTADO do Rio de Janeiro. *Propriedades Agrícolas*: volume 1: propriedades valor venal igual ou superior a 20:000\$000, 1925-1926. Rio de Janeiro: Marques Araújo & Cia, 1927, p. 274-275.

⁵ *Relatório Apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Feliciano Pires de Abreu Sodré, M. D. Presidente do Estado do Rio de Janeiro, por José Pio Borges de Castro, Secretário de Agricultura e Obras Públicas: 1925*. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1926, v. 1, anexo 16.

Parati era a posse. Por registros mais diretos sabemos que, em 1970, 56% dos estabelecimentos agrícolas paratienses pertenciam a posseiros, geralmente ocupando menos de 20 hectares. Com 983 posseiros recenseados num total de 20.389 hectares, Parati representava quase 10% do total estadual nessa modalidade fundiária, índice também desproporcionalmente alto.⁶

Seria o turismo a desencadear o terceiro surto de prosperidade em Parati e, outra vez, por conta duma transformação viária. A partir de fins da década de 1960, completaram-se diversos trechos da Rodovia Rio–Santos. Subitamente um dos trechos mais belos do litoral brasileiro, com inúmeras enseadas e ilhas, se tornou acessível às duas megalópoles do Rio e São Paulo por confortável viagem de carro em meras três horas. A valorização repentina das terras do Sul Fluminense produziu a maior onda de grilagem vista no Estado do Rio. Uma vez que os capitais pretendiam apossar-se das terras para fins imobiliários (casas de veraneio, condomínios, *resorts*) e não apenas para a submissão da população local como força de trabalho, a grilagem implicava despejos maciços dos caiçaras. Entre as décadas de 1960 e 1980, Parati e Angra dos Reis respondiam por metade dos conflitos fundiários estaduais.⁷ Abrindo-se a Rodovia Rio–Santos no período da Ditadura Militar, as possibilidades de resistência institucional pelos caiçaras estiveram bastante limitadas. Como regra, os caiçaras foram expulsos, indo-se formar favelas nos trechos que não interessavam ao capital imobiliário; só os povoados mais ermos (p. ex., Praia do Sono, Trindade) tenderam a permanecer e isso ao custo de declínio populacional.

Parati contou e continua contando com grande elenco de atores nas questões fundiárias: proprietários, grileiros, caiçaras, posseiros adventícios, quilombolas, indígenas, o Estado e sociedade civil. Esses atores, a depender do contexto, atuam como aliados ou inimigos. Órgãos estatais que apóiam as comunidades tradicionais contrastam com órgãos ambientais que procuram restringir as atividades nas matas e nas praias. Caiçaras e indígenas podem concorrer na legitimidade ao acesso à terra. Proprietários transitam para grileiros quando procuram expandir à força suas glebas. Este trabalho é uma primeira tentativa de formalizar as táticas empregadas, dum lado, por proprietários e grileiros e, doutro, por caiçaras, quilombolas e indígenas nos embates ocorridos entre 1960 e 2020. Pela natureza formalista da nossa proposta, descreveremos menos a história particular dos diversos conflitos – tarefa complexa pela escassez e pelos vieses das fontes – do que as recorrências e o movimento global.⁸ Também tentaremos explicar por que algumas táticas são mais eficazes do que outras conforme os contextos. Nossas fontes são ações judiciais, processos administrativos de órgãos estaduais vinculados a questões fundiárias, notícias na imprensa e relatórios de agências de inteligência como o Serviço Nacional de Informações (SNI). Nos exemplos, há um peso desproporcional para duas comunidades – a Praia do Sono e São Gonçalo –, algo que se explica quer

⁶ INSTITUTO de Desenvolvimento Econômico e Social do Rio de Janeiro. *Estudos para o Planejamento Municipal: Parati*. Rio de Janeiro, 1978, p. 24, 45.

⁷ COMISSÃO Camponesa da Verdade. *Relatório Final Violações de Direitos no Campo, 1946-1988*. Brasília: Universidade de Brasília, 2015, p. 293, 401-402.

⁸ Um bom elenco dos conflitos encontra-se em FEITOSA, Annagesse; SILVA, Iby Montenegro de. Conflito por Terra e Repressão no Campo na Região da Costa Verde, Litoral Sul Fluminense. IN: MEDEIROS, Leonilde Servolo (coord.). *Conflitos por Terra e Repressão no Campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988)*: relatório final, 2015, p. 292-393.

pela maior abundância documental por terem elas mobilizado mais intensamente a burocracia, quer por minha própria participação profissional num desses conflitos.

Por fim, observo que, por simplificação terminológica, proprietários e grileiros serão equacionados. Objetivamente, conforme veremos, muitas vezes é impossível distinguir nos conflitos fundiários o proprietário legítimo que, todavia, empregava violência no despejo daquele que tenta se apropriar da terra por meios fraudulentos de cabo a rabo. A própria ineficiência em emitir pareceres conclusivos pelos órgãos técnicos e judiciais que deveriam ser capazes de dirimir a legitimidade dos títulos fundiários é testemunho eloqüente das dificuldades. Igualmente as populações envolvidas nos conflitos serão caracterizadas genericamente por caixaras, exceto onde couber distinções mais explícitas.

2. Repertório de lutas e as dimensões do controle da terra

O sociólogo americano Charles Tilly procurou estabelecer uma tipologia de ação coletiva a fim de melhor analisar os conflitos sociais.⁹ O conjunto de táticas de luta empregadas por certos grupos constituiria um repertório, cujas características se poderia quantificar (p. ex., número de máquinas quebradas ou de passeatas) e cuja recorrência caberia explicar em perspectiva sócio-histórica. Em certo sentido, tratam-se das práticas sociais estereotipadas que os atores empregam na expectativa dum objetivo. Essas táticas precisam ser aprendidas, tanto pela práxis quanto pelo compartilhamento das experiências com outros atores. Assim, o uso da violência (p. ex., seqüestro ou atentado) está condicionado não apenas aos valores morais, mas também ao domínio duma técnica: um grupo que jamais disparou um revólver dificilmente, de princípio, apostará na luta armada, mesmo quando objetivamente se trate da melhor tática. O mesmo poderia ser dito de passeatas, quebra-quebras, bloqueios de rodovias, todas táticas aparentemente simples pela presença no nosso quotidiano, mas que, em verdade, exigem um processo de sociabilização amplo, indo desde a mobilização a um causa, passando pelas múltiplas tarefas de organização e chegando ao domínio das respostas às contramedidas esperadas pelo adversário (p. ex., uso de gás lacrimogênio pela polícia). Embora o foco de Tilly tenha sido os movimentos populares, o repertório de lutas também se pode aplicar para as táticas empregadas pelas elites – de fato, Tilly observa uma forte tendência de as mobilizações dos pobres serem defensivas ou reativas e não proativas.¹⁰

Partindo ou não de Tilly, pesquisadores procuraram elencar e explicar por que, em certos contextos, emergem novas táticas de luta pelas classes subalternas. Num estudo clássico, os historiadores Eric Hobsbawm e George Rudé esquadrinharam a série de protestos rurais que sacudiram partes da Inglaterra em começos do século XIX, tendo como novidades a destruição de maquinário agrícola e o incendiarismo.¹¹ No Brasil, existe uma literatura científica que, explícita ou

⁹ Apesar de Tilly ter variado a operacionalização do conceito ao longo da sua obra, basear-me-ei em particular num trabalho mais formalista: TILLY, Charles. *From Mobilization to Revolution*. Nova York: Random House, 1978.

¹⁰ TILLY, Charles. *From Mobilization...*, op. cit., p. 75, 135.

¹¹ HOBBSAWM, Eric J.; RUDÉ, George. *Captain Swing*. Harmondworth: Penguin, 1985 [1969].

implicitamente, se apoiou nos conceitos de repertório para entender os conflitos fundiários, quer urbanos, quer rurais. Lígia Sigaud, Marcelo Rosa e Marcelo Hernandez Macedo inventariaram os elementos que movimentos sem-terra generalizaram, a partir da década de 1980, para ocupação de fazendas e que os autores resumem como “forma acampamento”.¹² Ela caracteriza-se pela grande concentração de sem-terras, a construção de barracas para abrigo dos ocupantes, protocolos de convívio e de defesa, simbologia para marcar a posição política (p. ex., mastros com bandeira do Movimento dos Sem Terra), a própria rejeição do termo “invasão” em favor de “ocupação”.

A “forma acampamento” é claramente proativa e, portanto, discrepa do grosso dos conflitos fundiários brasileiros, onde os posseiros ou às vezes até proprietários, urbanos ou rurais, são pressionados ao despejo ou a exações (no campo, cambão ou escravidão por dívida; nas cidades, taxas de proteção e serviços obrigatórios à polícia, à milícia ou narcotráfico). Cremos convir entender melhor o repertório da face proativa do conflito fundiário – isto é, os grileiros. Noutras palavras, quais táticas os grileiros usam para se apropriar da terra? A partir daí, podemos seguir o questionamento: quais as táticas de resistência por aqueles que correm o risco de esbulho? quais as táticas do Estado quando atua pró ou contra o grileiro? Pela maior clareza dos repertórios de cada agente, será mais fácil, em futuro, estabelecer as hipóteses para as razões do emprego desta ou daquela tática bem como do seu sucesso ou malogro.

Abstratamente a ocupação duma terra envolve três dimensões: a institucional, a fática e a relacional. Por dimensão institucional, entenda-se o reconhecimento pelo Estado e órgãos paraestatais como cartórios (p. ex., registro imobiliário, autorização de uso, ações de reintegração de posse, contrato enfiteútico, cadastros oficiais). A fática traduz-se por tudo aquilo que materializa o domínio sobre a terra (p. ex., habitação, lavouras, gado, benfeitorias), inclusive meios contra intrusão (p. ex., cercas, valos, vigias). A relacional é a validação por agentes além do Estado (p. ex., confrontantes, comunidade local, movimentos sociais, figuras proeminentes, opinião pública). Como regra, nos Estados modernos, há uma hierarquia nessa tríplice dimensão que corresponde aproximadamente aos conceitos jurídicos de propriedade, posse e justiça. Nos contextos pré-capitalistas, no qual o aparato burocrático era embrionário e se consubstanciava antes no concerto das classes dominantes, o aspecto fático e relacional preponderava no controle da terra, daí a importância de táticas tão diversas como caça, ritos, festejos para reiterar os limites dos espaços senhoriais e aldeões.¹³

Nos países de capitalismo periférico, parte substancial das terras não se encontra registrada, ou seja, não possui um reconhecimento institucional. O controle da terra é feito, sobretudo, pelos elementos fáticos e relacionais. Estima-se que metade dos imóveis brasileiros, urbanos e rurais, não

¹² SIGAUD, Lígia; ROSA, Marcelo; MACEDO, Marcelo Hernandez. Ocupações de Terra, Acampamentos e Demandas ao Estado: uma análise em perspectiva comparada. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, v. 51, Nº 1, 2008, p. 107-142.

¹³ HINDLE, Steve. Beating the Bounds of the Parish: Order, Memory, and Identity in the English Local Community, c. 1500–1700. In: HALVORSON, Michael J.; SPIERLING, Karen E. *Defining Community in Early Modern Europe*. Londres: Routledge, 2008, pp. 205-227; MORSEL, Joseph. Jagd und Raum. Überlegungen über den sozialen Sinn der Jagdpraxis am Beispiel des spätmittelalterlichen Franken. In: RÖSENER, Werner (org.). *Jagd und höfische Kultur im Mittelalter*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1997, p. 255-287.

esteja registrada em cartório. A irregularidade fundiária tende a incidir sobre as terras dos pobres, mas, a depender, também caracteriza as terras das elites. Antes que sobrevivência pré-capitalista, a deficiência de mecanismos institucionais de controle sobre a terra serve à reprodução das desigualdades na estrutura fundiária – ora favorecendo os mecanismos de força para o esbulho, ora socorrendo-se do aparato estatal quando a dimensão institucional passa a ser interessante (p. ex., quando um latifúndio é alvo de ocupação por movimentos sociais ou chega a hora de investimentos vultuosos de cariz tipicamente capitalista). Pondo a perspectiva neoinstitucionalista de ponta-cabeça, as instituições fundiárias brasileiras são falhas não por mera incompetência ou má gestão (inegáveis, aliás), mas pelo interesse estrutural em impedir ou, quando convém, precarizar o acesso à terra da maioria.

No âmbito fático, um terratenente rico terá mais recursos para cercar sua terra e contratar vigias e, no âmbito relacional, terá mais acesso a outros agentes influentes a fim de apresentar sua causa como legítima (p. ex., propagandear pela mídia a violação da sua propriedade). Num contexto de grande concentração fundiária, como sempre foi o brasileiro, os mecanismos institucionais podem ameaçar os processos de apropriação da terra que se dão à força (vide hoje o caso emblemático das milícias), uma vez que a propriedade privada implica em transações voluntárias pelo mercado. Em certos casos, contudo, o registro imobiliário pode interessar tanto pela possibilidade de acionar legalmente o aparato estatal em defesa da propriedade (p. ex., com ações de reintegração de posse, forças policiais etc.) quanto em legitimar a expansão à força, isto é, a grilagem.

3. Como se grila uma terra

Em Parati, a dimensão institucional teve papel importante no começo dos conflitos. Era a partir de registros imobiliários de fazendas que os grileiros iniciavam o processo de expulsão dos caiçaras. As possibilidades eram as mais diversas. Às vezes, os registros eram legítimos, mas, como estariam vulneráveis a ações de usucapião pelos caiçaras, ensejavam coações ilegais. Também eram empregados para grilar terras além dos limites da propriedade, aliás definidos amiúde de forma muito vaga. Muitas vezes, eram forjados, aparentemente com conluio do cartório e da justiça locais. A multiplicação de títulos fraudulentos levou a se estimar que a área registrada em cartório fosse o dobro ou mesmo o quádruplo da própria superfície de Parati.¹⁴ Uma vez que, em poucos casos, é possível determinar facilmente a legalidade dos títulos, conforme já adverti, tratarei, por fins de economia textual, todos os agentes que promoviam as expulsões como grileiros.

¹⁴ *ATLAS Fundiário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria de Assuntos Fundiários e Assentamentos Humanos, 1991, p. 108; Arquivo Nacional, BR DFANBSB V8 MIC GNC AAA 84040370 – Problemas Fundiários nos Estados da Região Sudeste, SNI, 03/01/1984. Essas estimativas, sobretudo a do dobro, são recorrentes na literatura. Entretanto, elas nunca são apoiadas nalguma forma de tabelamento dos registros imobiliários ou, ao menos, nalguma extrapolação estatística. É bastante provável que, no melhor dos casos, se trate só dum palpite informado que foi sendo repetido acriticamente. Aliás, seria importantíssimo dispor dum banco de dados com a área efetivamente registrada em Parati, pois ajudaria a começar o enorme trabalho de sanar os conflitos fundiários.

O caso de São Gonçalo é ilustrativo. Entre 1918 e 1920, período muito anterior à onda de grilagem, Mark Sutton adquiriu vários sítios, situações e sortes de terras em São Gonçalo, Iririmirim e Iririguaçu, conglobadas como Fazenda São Gonçalo. Com a fundação da sociedade anônima industrial White Martins em 1921, as terras foram integralizadas no capital social.¹⁵ As terras, exceto por um uso agro-industrial ou outro, não despertaram interesse na firma até por volta de 1964 quando começaram as primeiras pressões contra os caíçaras do entorno, sem dúvida pela previsão da valorização turística da área. Nos anos subseqüentes, praticamente todos os caíçaras seriam expulsos. Os títulos apresentados pela White Martins, contudo, não abarcavam toda a gleba onde se deu a expulsão. A empresa arrogava-se 7.136 metros de testada contínua à linha de preamar, mas os títulos resultavam em cerca de 4.191 metros descontínuos.¹⁶ A área recenseada em 1926, 1.452 hectares, representava algo mais de 10% do que a empresa viria a reivindicar. A área reivindicada curiosamente supera um pouco os 9.184 hectares que, em 1926, constituíam as cinco grandes fazendas do distrito.¹⁷ Noutras palavras, a White Martins valeu-se duma série de títulos fundiários legítimos para grilar as outras fazendas da região e as terras caíçaras.

As mais grotescas alterações dos livros cartoriais – emendas, rasuras, páginas arrancadas – ganham foros de legitimidade quando se transformam em certidões, isto é, transcrições garantidas pela fé pública do cartório. A partir das certidões, o grileiro aciona uma série doutros órgãos públicos, que não costumam verificar os livros cartoriais. O benefício é duplo, pois a papelada não apenas ajuda a despistar as origens fraudulentas do título fundiário – algo facilitado por burocracia confusa e fragmentada –, mas também coloca nas mãos do grileiro direitos outorgados pelo Estado que reforçam a sua legitimidade como proprietário. Assim em caso de contestação da propriedade, o grileiro suplementa a certidão imobiliária com carnês de quitação do imposto territorial rural ou a licença de obras para algum empreendimento imobiliário pela prefeitura. Quanto mais elevada é a chancela dentro da hierarquia burocrática, mais legítima parece a propriedade. Evidentemente a busca pelas formas superiores de legitimação institucional pode trazer muita visibilidade e instigar outros setores da burocracia a investigar os títulos fundiários. Durante a Ditadura Militar, essa legitimação estatal chegava aos páramos da burocracia, às altas instâncias federais; posteriormente, ela parece mais restrita ao âmbito municipal e estadual.

As etapas iniciais da fraude amiúde dependem, portanto, não só da colaboração no cartório, mas eventualmente também nos primeiros órgãos públicos que chancelarão a certidão. Em Parati, município pequeno, as fraudes possuíam densas redes de parentesco e compadrio, enredando grileiros com famílias tradicionais, oficiais de cartório e juízes. O caso da Praia do Sono é bem documentado. O empresário paulista Gibrail Nubile Tannus teria adquirido em 1950 a Fazenda Santa Maria do Mamanguá de seu parente Teófilo Rameck. Um José Nubile – sobrenome incomum – constava em 1914 da magra lista dos eleitores qualificados, logo um membro das elites

¹⁵ BARSANTE, Cláudio Emanuel (coord.). *A História da White Martins*. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1992, p. 34, 36, 44; “Ata da primeira assembleia geral de constituição”, *Jornal do Comércio*, 31/03/1921, p. 9.

¹⁶ Arquivo do Iterj, Fazenda São Gonçalo, cx. 1 – Laudo pericial, engenheiro Sebastião Antônio dos Santos, 26/01/1991.

¹⁷ ESTADO do Rio de Janeiro. *Propriedades Agrícolas*: volume 1: propriedades de valor venal igual ou superior a 20:000\$000, 1925-1926. Rio de Janeiro: Marques Araújo & Cia, 1927, p. 274-275.

municipais.¹⁸ O sobrenome Rameck, que ainda figura em Parati, encontra-se com alguma frequência ao longo do século XX em posições mais ou menos proeminentes. O diretor comercial duma firma presidida por Tannus era irmão do juiz partiense, aliás acusado de facilitar grilagens. A escritura de 1950 tomava a Praia do Sono como confrontante da Fazenda Santa Maria, mas, mediante rasuras e acréscimos (mais escandalosamente em tinta de cor diferente), grilaram-se as terras caiçaras. Munido de certidão, Tannus obteve aforamento de terras de marinha pelo Serviço de Patrimônio da União (SPU), dando-lhe assim legitimidade sobre a parte mais sensível da comunidade da Praia do Sono, que vivia da pesca.¹⁹ Nos anos seguintes, Tannus obteria para a Fazenda Santa Maria a aprovação de projetos em diversas instâncias federais ligadas ao turismo, à mineração e à ecologia.²⁰ A capacidade de influência de Tannus dentro do Estado devia ser tão grande que o próprio aparelho de inteligência da Ditadura alterou a forma como enquadrava o empresário: relatórios do Centro de Informações da Marinha (Cenimar) de 1976 apontavam-no, sem rodeios, como grileiro e a Praia do Sono como patrimônio da União, mas documentos de 1985 tratam-no como legítimo proprietário e se limitam a registrar conflitos com os “posseiros”. O relatório recorda que Tannus presidira a multinacional alemã da Telefunken do Brasil.²¹

Munidos do registro cartorial, os grileiros precisavam remover os caiçaras. Parte da emigração ocorreu espontaneamente pelas oportunidades de trabalho não qualificado no setor secundário e terciário. Parte substancial, porém, saiu sob coação. Um meio de atuar no âmbito institucional era fazer os caiçaras, geralmente analfabetos, assinarem contratos de comodato ou de arrendamento. Por um lado, o comodato ou o arrendamento precluía o direito de usucapião que a maioria dos caiçaras detinha e, por outro, autorizava a propositura de ações de despejo no caso de inadimplência das cláusulas contratuais. Essas cláusulas continham restrições tais que, cedo ou tarde, conduziriam ao colapso da comunidade: proibiam-se melhorias e mesmo reformas nas residências, restringiam-se acessos viários, interditavam-se formas usuais de exploração agrícola e florestal, adulteravam-se as áreas de posse (na Fazenda São Gonçalo, a White Martins teria feito contratos de meros 6 m²).²²

A imposição de contratos para mascarar que os posseiros já poderiam usucapir suas terras foi tática comum no Estado do Rio. Ao contrário de Parati, contudo, freqüentemente existia um vínculo entre o proprietário e o posseiro por mais frouxo que fosse – a presença dos posseiros explicava-se como reserva de mão-de-obra para as atividades agrícolas da fazenda em relações de trabalho informais. Contratos eram introduzidos sub-repticiamente quando, após anos de incúria e de informalidade, o proprietário ou, mais comumente, um herdeiro se interessava pelo conjunto das terras, cuja exploração deveria ser reconvertida a uma forma incompatível com a permanência dos

¹⁸ *O Farol*, Parati, 11/01/1914, p. 4.

¹⁹ Arquivo Nacional, BR DFANBSB V8 MIC GNC CCC 83009168 – Informação Nº 096/117/76, 01/11/1976.

²⁰ Arquivo Nacional, BR DFANBSB V8 MIC GNC CCC 85012131 – Áreas ocupadas por posseiros em Parati, SNI, 20/08/1985; Arquivo do Iterj, Praia do Sono, Parati, cx. 3 – Relatório sobre as causas dos problemas que ocorrem na região da Praia do Sono, 29/06/1987.

²¹ Arquivo Nacional, BR DFANBSB V8 MIC GNC AAA 75087357– Cenimar, 11/11/1975; Arquivo Nacional, BR DFANBSB V8 MIC GNC CCC 85012131– Áreas ocupadas por posseiros em Parati, SNI, 20/08/1985.

²² SIQUEIRA, Priscila. *Genocídio dos Caiçaras*. S/l.: Massao Ohno-Ismael Guarinelli Editores, 1984, p. 29.

posseiros (p. ex., laranjais transformados em pastos ou loteamento suburbano). Em Parati, o pretense proprietário raramente era uma figura reconhecida como fazendeiro nas imediações, menos ainda nas comunidades que tentava grilar. Dada a economia de subsistência, ele sequer mantinha relações patronais com os caiçaras. Assim a imposição dos contratos exigia o apoio numa autoridade que o proprietário não possuía ele mesmo. Essa autoridade poderia ser alguma figura com respaldo na comunidade – um caiçara mais aquinhoado, um representante sindical, um pastor evangélico²³, um advogado – ou, solução propícia na Ditadura, algum militar ou policial. Uma classe de intermediários representaria o convencimento; outra, a coação. Na Praia do Sono, optou-se pelas duas receitas: quem intermediou a assinatura dos comodatos era um oficial do Exército que também pontificava como pastor evangélico.²⁴

A coesão da comunidade era minada por assimetrias nos incentivos e ameaças pelo proprietário. Caiçaras que abandonassem primeiro a localidade recebiam indenizações pelas benfeitorias mais generosas. Moradores eram remunerados por delações contra vizinhos que insistissem em permanecer após ordens de despejo.²⁵ No entanto, o jogo com as fraturas internas, se enfraqueciam a comunidade, não bastavam para extirpá-la. Mecanismos de vigilância e de coação mais severos também eram postos em prática no controle ou na desestabilização cotidiana. O expediente mais óbvio era a contratação de vigias, que amiúde se comportavam como verdadeiros jagunços, demolindo casas, derrubando cercados, intimidando moradores, às vezes os agredindo e mesmo os matando. Os jagunços, quando trabalhavam para grupos empresariais, cumpriam dupla função. Em primeiro lugar, corporificavam por violências e abusos o poder do grande capital. A uma moradora de São Gonçalo que pretendia denunciar seus abusos às autoridades um dos jagunços não teve pudores em rebater que o “dinheiro resolve tudo” – reposta que indicaria a futilidade de qualquer resistência.²⁶ O poder dos jagunços manifestava-se não apenas nas destruições contra o patrimônio dos caiçaras ou da comunidade, mas também até contra a infraestrutura pública como caixas-d’água e escolas. A própria capacidade intimidadora dos jagunços propagandeava-se pelos lugares-comuns associados à violência: policiais reformados ou origens na Baixada Fluminense. Por outro lado, os jagunços, como a única face visível do grupo empresarial, escudavam o grande capital de se apresentar como o promotor da violência: sempre se podia atribuir os “excessos” como uma ação à revelia dos interesses da firma, cuja responsabilidade cabe apenas aos subordinados.

²³ Desde a década de 1960, boa parte dos caiçaras já era evangélica, sem dúvida pela maior capilaridade institucional das igrejas neopentecostais em face da estrutura rígida da Igreja Católica que permitia ao clero protestante estabelecer-se nas muitas comunidades de difícil acesso. Só a Assembléia de Deus responderia então por 10% da população. Cf. [MEDEIROS, Adelita]. *Parati*: edição comemorativa do tricentenário de criação do Município. Coleção de Monografias do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística N.º 374, p. 18.

²⁴ Arquivo do Iterj, Praia do Sono, Parati, cx. 3.

²⁵ FEITOSA, Annagesse; SILVA, Iby Montenegro de. Conflito por Terra e Repressão no Campo na Região da Costa Verde, Litoral Sul Fluminense. IN: MEDEIROS, Leonilde Servolo (coord.). *Conflitos por Terra e Repressão no Campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988)*: relatório final, 2015, p. 327.

²⁶ Processo Administrativo E-25/100.438/99 – Pesquisa sobre Terras Devolutas, Fazenda São Gonçalo, Parati - Denúncia de Jair da Silva, presidente do STR de Parati, ao Delegado de Parati, 01/11/1979, fls. 195.

Um meio mais indireto de aterrorizar a população era tanger gado para dentro das terras caixaras. Como bem sabido, o gado solto é incompatível com a lavoura, sendo uma das raízes de conflitos fundiários onde se sobrepõem comunidades pastoris/transumantes e agrárias. Em certa medida, o gado, sobretudo o bovino, é um jagunço que come capim. A pecuária extensiva é uma das formas mais econômicas de ocupar faticamente um latifúndio.²⁷ No Brasil, em diversos conflitos fundiários, o gado, de preferência as raças mais agressivas como zebu, é empregado para desalojar sem-terras. Além de comer as lavouras, as boiadas intimidam os agricultores. No entanto, nas ocupações organizadas, um número considerável de sem-terra tem traquejo com pecuária e o gado é tocado para fora da ocupação.²⁸ Em Parati, o tipo de exploração econômica, na qual a pecuária era mínima e limitada ao porco, implicava que os caixaras não soubessem como se defender do gado. A recorrência da menção do gado solto na memória dos conflitos paratienses é um bom indício do impacto dessa tática num patamar que não se encontra alhures.

São Gonçalo é um microcosmo das táticas aqui descritas: compra de posses com cláusulas leoninas; introdução de gado para danificar plantações; restrições de acesso à praia; conluio com o Departamento Nacional de Estradas e Rodagens para expedição de ordem de demolições às casas; capangas a cavalo para intimidar a população e um dos quais que chegou a cometer dois homicídios em 1973; demolição da escola estadual na Praia de São Gonçalinho; exploração das fraturas sociais na comunidade.²⁹

O aspecto relacional manifestava-se não só por táticas de impacto local (p. ex., placas advertindo tratar-se de propriedade privada), mas também pela valorização midiática do grileiro como promotor de progresso e pela desqualificação do espaço caixara. Em Trindade, uma das praias mais isoladas, mas, que desde 1973 sofria pressões dum grupo empresarial, uma reportagem d’*O Estado de São Paulo*, em data tão tardia quanto 1982, tratava dos uso de drogas pelos turistas, geralmente jovens que iam acampar.³⁰ De forma pouco velada, explicitava-se que só o grande capital – não os caixaras – estariam aptos a lucrar com o turismo. Significativamente a reportagem foi anexada por Tannus num relatório que defendia seus direitos à Praia do Sono, classificando a Trindade como “um dos maiores refúgios de indesejáveis de nosso País”.³¹

²⁷ SZMRECSÁNYI, Tamás. *Pequena História da Agricultura no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1990, p. 79.

²⁸ Há também os casos reversos: os movimentos de terra tangendo gado para dentro da lavoura a se ocupar. WARRINER, Doreen. *Land Reform in Principle and Practice*. Oxford: Clarendon Press, 1969, p. 259.

²⁹ BIANCHINI, Erenice Silva. “São Gonçalo, Parati: Memória e História: conflito e resistência de uma saga caixara”, Monografia de Pedagogia, Universidade Federal Fluminense, Angra dos Reis, 2000, p. 36;

“Ameaça ao ambiente em Parati”, *Jornal do Brasil*, 20/10/1990, p. 6; COMISSÃO Camponesa da Verdade. *Relatório Final Violações de Direitos no Campo, 1946-1988*. Brasília: Universidade de Brasília, 2015, p. 405; Processo Administrativo E-25/100.438/99 – Denúncia de Jair da Silva, presidente do STR de Parati, ao Delegado de Parati, 01/11/1979, fls. 193.

³⁰ “Mas o que será desta pobre gente?”, *O Estado de São Paulo*, 09/05/1982, p. 51.

³¹ Arquivo do Iterj, Praia do Sono, Parati, cx. 3.

4. Resistência como processo

Enquanto os repertórios de grilagem e/ou despejo já haviam sido praticados à exaustão Brasil afora e sua difusão se daria pelos contatos entre fazendeiros, empresários, advogados, burocratas, jagunços e outros, os caiçaras desconheciam táticas para impedir a irrupção súbita da grilagem. Talvez haja viés nas fontes escritas contra os repertórios caiçaras, uma vez que participariam do âmbito da “resistência cotidiana”, mas a própria memória dos conflitos nas comunidades que conhecemos não costuma mencionar contramedidas ativas (entre as mencionadas, o corte de cercas de arame farpado).³²

Antes que se suspeite alguma passividade intrínseca, a limitação do repertório de resistência caiçara tem razões estruturais. Quando a grilagem irrompeu de forma avassaladora, as comunidades experimentaram um tipo de conflito até então desconhecido, mas cujo repertório já estava mais que consolidado pelos grileiros. É significativo que uma das raras menções a caiçaras reagindo ativamente a grileiros – a ponto de a informação figurar num relatório do SNI – ocorreu em Chapéu do Sol, cujos posseiros não eram nativos, mas emigrados do Espírito Santo, portanto possuidores de redes de contato mais amplas que, antes de tudo, já haviam lhe permitido identificar terras ociosas.³³ Por outro lado, pode ser também – como comum noutros conflitos fundiários reativos – que os posseiros desenfatem objetiva ou, ao menos, discursivamente o uso de táticas mais violentas ou mesmo proativas, sob o risco de deixarem de ser vistos como vítimas e passarem a agressores. Na Praia do Sono, Tannus alegou ter sofrido atentado e sido ameaçado de morte.³⁴ É possível que, em ares menos repressivos, alguns caiçaras tenham decidido responder às agressões na mesma moeda, porém o mais provável é que o grileiro pretendesse inverter a situação na esfera pública para se apresentar como injustiçado e, mais ainda, vítima.

Pelo isolamento geográfico e pela economia de subsistência, eram mínimos os contatos com instâncias que permitissem aos caiçaras ameaçados compartilhar experiências de resistência nos primeiros momentos. Mecanismos de solidariedade intraclasse, fora da própria comunidade, eram escassos, senão nulos. Em 1970, por exemplo, não havia nenhuma cooperativa rural ou pesqueira em Parati.³⁵ Apenas a partir da segunda metade da década de 1970 – ou seja, após quase dez anos após a irrupção da grilagem –, percebem-se apoios institucionais. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais, existente desde 1964 mas cerceado pela fase mais autoritária da Ditadura Militar, seria importante para encaminhar denúncias e recomendar advogados. A Comissão Pastoral da Terra

³² Cf. FEITOSA, Annagesse de Carvalho. “Formas de Resistência Cotidiana: o caso de Campinho da Independência no litoral sul do Rio de Janeiro”. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, 2016, CPDA/UFRRJ.

³³ Arquivo Nacional, BR DFANBSB V8 MIC GNC CCC 85012131 – Áreas ocupadas por posseiros em Parati, SNI, 20/08/1985.

³⁴ Arquivo do Iterj, Praia do Sono, Parati, cx. 3 – Carta de Gibrail Nubile Tannus ao Secretário Extraordinário de Assuntos Fundiários, Assentamentos Humanos e Projetos Especiais, 06/07/1987.

³⁵ INSTITUTO de Desenvolvimento Econômico e Social do Rio de Janeiro. Estudos para o Planejamento Municipal: Parati. Rio de Janeiro, 1978, p. 48.

também desempenharia um papel nesse sentido, talvez algo limitado em função da forte penetração neopentecostal nas comunidades caiçaras.

No entanto, esses novos parceiros, sobretudo os advogados, podiam trabalhar menos em prol dos caiçaras do que de si mesmos. É comum a menção a advogados que induziram os caiçaras à assinatura de comodatos ou à venda das posses a baixo preço. Em certos casos, as fontes representam um mesmo advogado ora como batalhador incansável ao lado dos caiçaras, ora como preposto dos grileiros.³⁶ O advogado que representava os caiçaras de São Gonçalo foi acusado não só de recomendar a venda das posses, pois auferia 20% sobre o valor venal, mas de reter os documentos de defesa.³⁷ O sentimento de terem sido lesados ou traídos por apoiadores e mesmo lideranças é recorrente nos movimentos populares, mas exige uma explicação mais sofisticada do que a pura patifaria. Como regra, as classes populares brasileiras sempre demonstraram baixo nível de organização para lutas, quase sempre de caráter reativo.³⁸ Há grande dependência para o bom funcionamento da organização dum número bastante restrito de quadros, isto é, lideranças, secretários, tesoureiros, advogados etc. Por sua raridade, essas figuras amiúde tornam-se insubstituíveis – e objetivamente costumam trabalhar nesse sentido em função do prestígio que a posição lhes confere dentro e fora da comunidade ou da organização. Abre-se assim margem para abusos de autoridade, usurpações a título pessoal e mesmo cooptação por agentes privados ou públicos. Contudo o desconhecimento de como funcionam os movimentos populares pelas massas favorece que medidas que contrariem expectativas sejam lidas na clave dum jogo de soma-zero: se as coisas não estão como queremos, então alguém está se beneficiando às nossas custas. Conquanto eu não conheça exemplos para Parati, uma das causas mais usuais para o fracasso de cooperativas e mutirões nos movimentos de ocupação de terra fluminenses é a desconfiança de que o responsável pela gestão do bem coletivo está lucrando às expensas da maioria (exemplo típico é a recusa a pagar o tratorista ou o caminhoneiro que leva a produção para a feira na presunção de que o bem coletivo deve ser gratuito).³⁹

A partir de fins da década de 1970, com a lenta redemocratização do país e a intensificação dos contatos com apoiadores, alguns caiçaras constatam que possuem o direito a pleitear o usucapião. Essa tática de judicializar o conflito no polo ativo, contudo, estava limitada às frações mais abastadas. Uma ação judicial envolve altos custos com advogados, topógrafos e peritos. Não à toa as ações de usucapião são movidas pelas famílias que, décadas antes, haviam introduzido

³⁶ É a situação de Jair da Silva, presidente do Partido Democrático Social (PDS) paratiense e secretário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, responsável por uma série de denúncias contra os grileiros em diversas comunidades, algo documentalmente atestado, mas que foi acusado de intermediar transações imobiliárias lesivas aos caiçaras. SIQUEIRA, Priscila. *Genocídio dos Caiçaras*. S/l.: Massao Ohno-Ismael Guarinelli Editores, 1984, p. 30, 47

³⁷ SIQUEIRA, Priscila. *Genocídio dos Caiçaras*. S/l.: Massao Ohno-Ismael Guarinelli Editores, 1984, p. 30-31.

³⁸ Cf. o modelo para mobilizações urbanas, que, todavia, serve às de natureza reativa no campo em SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. *Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 236.

³⁹ Cf. FERREIRA, Álvaro Mendes. *Ocupações de Terra e Políticas Agrárias no Estado do Rio de Janeiro: a trajetória do assentamento de Campo Alegre (Nova Iguaçu e Queimados)*. *IDeAS*, v. 15, 2021.

relações mercantis, inclusive o assalariamento na comunidade, mediante vendinhas ou comercialização de mandioca, banana e pescado.⁴⁰

Embora órgãos públicos, como o Incra, procurassem acompanhar os conflitos fundiários, nem que fosse para cartografar possíveis focos de agitação contra o Governo (donde um dos interesses do SNI na questão), apenas na década de 1980 os canais burocráticos colocam-se mais explicitamente na defesa dos caiçaras. A essa altura, porém, o pico da grilagem já fora ultrapassado. O Estado do Rio de Janeiro desempenhou papel importante por mais que as ações concretas fossem erráticas. Em 1983, nas primeiras eleições diretas para governador desde 1965, elegeu-se Leonel Brizola, que, almejando alçar-se à principal liderança de esquerda no Brasil, procurou recuperar o protagonismo desempenhado em questões fundiárias nos momentos anteriores ao Golpe de 1964. O Estado criou uma Comissão de Assuntos Fundiários, logo transformada em Secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiários, clara afronta ao poder central, o único ainda legalmente competente para promover a reforma agrária. Em face das restrições legais e da falta de recursos financeiros, a principal diretriz do Governo estadual acabou sendo evitar os despejos e coibir a grilagem.⁴¹ As comunidades caiçaras que haviam conseguido permanecer ganhavam, ao menos, maior amparo contra as táticas mais brutais dos grileiros. Em Campinho da Independência, ocorreu um tiroteio entre jagunços e policiais militares – um dos primeiros casos em que o Estado decidiu responder com violência pública à violência privada dos grileiros paratienseses.⁴²

Mais empoderado após a Constituição de 1988, o Estado passou a trabalhar pela regularização fundiária das comunidades. Onde o conflito permanecia, a principal tática foi a contestação dos títulos fundiários dos pretensos proprietários, indo-se ao caso limite de se arguir de que certas terras seriam devolutas. De fato, as únicas duas únicas ações discriminatórias (isto é, ações que postulam a existência de terras devolutas) já movidas no Estado ocorreram em Parati. Embora isso provavelmente não tenha sido deliberado, a entrada do Estado nos conflitos servia menos à resolução do problema do que ao desgaste dos grileiros pela longa atrição com o poder público: os órgãos e as políticas de regularização fundiária eram marcados por descontinuidade administrativa, confusão entre políticas de Estado e de Governo, clientelismo eleitoreiro e recursos escassos. Nas ações discriminatórias, pelas quais o Estado pretendia provar seu patrimônio, deixava-se de pagar os serviços de topografia que permitiriam delimitar a área. Assim a parceria com o Estado é episódica e ineficaz, dependente dos interesses duma série de atores que nele interferem, mas,

⁴⁰ Processo Administrativo E-25/100.438/99 – Petição de Ação de Usucapião, Milton Rodoválpio da Silva e esposa, 30/06/1982, fls. 223. Trata-se duma das figuras mais abastadas entre os caiçaras de São Gonçalo. O já mencionado Jair da Silva, ficamos sabendo pelo menos processo, era seu irmão, fls. 264. Sobre a introdução de relações mercantis, cf. BIANCHINI, Erenice Silva. “São Gonçalo, Parati: Memória e História: conflito e resistência de uma saga caiçara”, Monografia de Pedagogia, Universidade Federal Fluminense, Angra dos Reis, 2000, p. 36.

⁴¹ NOVICKI, Vítor de Araújo. “O Estado e a luta pela terra no Rio de Janeiro: primeiro Governo Brizola (1983 - 1987)”. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Agrícola, UFRRJ, 1992. Ao contrário dos elementos institucionais, a diretriz aparece no plano de governo de Brizola. GOVERNO Democrático do Estado do Rio de Janeiro. *Plano de Desenvolvimento Econômico e Social, 1984/1987*. Setembro de 1983, p. 97.

⁴² Arquivo do Iterj, Quilombo Campinho, Parati, Carta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Parati, ao Secretário de Justiça do Estado, 11/09/1986.

quando assegurado, ainda que em baixa intensidade, ajuda a desgastar o grileiro, que, cedo ou tarde, opta por transigir ou mesmo abandona a terra. Paradoxalmente a morosidade burocrática, às vezes, vence a grilagem pelo cansaço.

A partir de meados da década de 1980 parece haver a percepção da importância do aspecto representacional para os caiçaras. Na documentação produzida na defesa judicial das comunidades anterior a essa data nunca se fala em “caiçara”, antes “trabalhador” ou “pequeno trabalhador rural”.⁴³ A difusão da identidade caiçara parece corresponder à percepção de que se tratava dum ativo importante para cativar apoio na classe média, sobretudo aquela que visitava Parati, boa parte da qual buscando modalidades menos convencionais de turismo praiano. Como já demonstrou o antropólogo norueguês Frederik Barth, a identidade coletiva, antes que uma essência, é um construto social no qual contam muito os cálculos de ganho pessoal.⁴⁴ A noção de comunidade tradicional – com suas evocações de relações pessoais intensas sem mediação monetária, saberes ancestrais, harmonia com a natureza – repercute com força em certos setores da classe média (inclusive naqueles de praxe aversos aos pobres) justamente por se opor à experiência cotidiana dessa classe média. Frequentemente a operacionalização como comunidade tradicional é algo mitificada (chegando-se em certos casos extremas à turistificação do patrimônio material e imaterial), mas o importante como tática é que as comunidades tradicionais angariam apoio mais amplo no conflito fundiário. O conflito transita assim do âmbito bem abstrato da política fundiária para o de preservação dum modo de vida peculiarmente positivado ou mesmo, no caso de quilombolas e indígenas, para o de reparação das injustiças históricas. Em meio à multiplicidade de conflitos fundiários que insensibilizam amiúde a opinião pública, a reformulação em termos identitários ajuda a criar distinção para o grupo. Ademais, a tática identitarista quadra com a mundivisão pós-moderna que desenfaziza as classes sociais.

No contexto no qual foi empregada, a tática identitarista funcionou institucionalmente na medida em que provocou uma resposta mais eficiente dos órgãos públicos para promover a regularização fundiária. De fato, a primeira comunidade remanescente de quilombo (no seu sentido legal, alargado) reconhecida no Estado do Rio situa-se em Parati: Campinho da Independência. O reenquadramento das comunidades de Parati como quilombolas ou, mais comumente, como caiçaras ampliou a rede de contatos e a troca de repertórios. Mais recentemente se integraram as populações de Angra dos Reis, Parati e Ubatuba num Fórum das Comunidades Tradicionais. É significativo que apenas em fins da década de 1990, os moradores de São Gonçalo tenham ido protestar diante da sede da White Martins no Rio. Há várias razões para que uma das táticas mais comezinhas tenha sido empregada tardiamente: os custos de deslocamento e o entendimento de como se organizar um protesto. Nas condições em que viviam os caiçaras, tais saberes não tinham nada de elementar, precisando ser apreendidos a duras custas na experiência de opressão. Observe-se que o protesto é uma tática quase sempre empregada contra agentes institucionais e não contra indivíduos em si (protestos contra indivíduos proeminentes visam atacar a instituição que

⁴³ Processo Administrativo E-25/100.438/99 – Jair da Silva, O Martírio de um Povo, 1977, fls. 159-169.

⁴⁴ BARTH, Fredrik. Introduction. In: BARTH, Fredrik (org.) *Ethnic Groups and Boundaries: the social organization of culture difference*. Boston: Little, Brown and Company, 1969, p. 9-38.

representam). Em Parati, havia limitações à possibilidade de protestos, visto que parte significativa dos grileiros atuava individualmente ou em sociedades empresariais que congregavam outros grileiros, muitas das quais só serviam como fachada. No caso da White Martins, os caiçaras de São Gonçalo tinham um oponente claramente identificável, cuja imagem poderia ser afetada pela repercussão negativa e, ademais, cujos interesses centrais estavam alhures (gases industriais). Naquele momento, além do despejo e das violências históricas, os caiçaras acusavam a empresa de ter nada menos que assassinado a liderança local em atropelamento criminoso. Outras tentativas de desqualificar a White Martins procuravam tocar nervos sensíveis no aspecto representacional – assim a empresa era (e é até hoje) referida como “multinacional”, termo repulsivo para uma esquerda mais tradicional, nacionalista.

Por caminhos tortuosos, a resistência dos caiçaras de São Gonçalo surtiu efeito. Em 2003, a Procuradoria-Geral do Estado ajuizou uma ação discriminatória na área. Concretamente isso sinalizava – ao menos para qualquer pessoa entendida em como a máquina pública lida com a regularização fundiária – um litígio judicial a durar anos, talvez décadas. Já em 2005, a White Martins desvencilhou-se da fazenda para um grupo imobiliário paulista. Em 2016 e 2017, índios pataxós oriundos da Bahia instalaram-se num setor da Fazenda São Gonçalo. Pela maior sensibilidade midiática da questão indígena no cenário interacional, qualquer confronto mais duro com os pataxós a meio caminho das duas metrópoles brasileiras traria drástica repercussão para os adquirentes da gleba. Ao constar o impasse em que se encontrava, o grupo empresarial submeteu proposta de acordo condicionado à extinção da ação discriminatória. Técnicos do Estado procuraram incluir contrapartidas que também beneficiassem os caiçaras expulsos residentes nas imediações, mas não contemplados no acordo. A questão segue em aberto e prova a complexidade de fatores envolvidos na disputa por terra – que são complexos justamente para atender a reprodução das grandes desigualdades sociais brasileiras.

5. Considerações finais

Creemos que é possível estabelecer as recorrências dos conflitos fundiários em Parati:

1) A grilagem foi bem sucedida, pois o grosso dela ocorreu nas décadas de 1960 e 1970 quando os caiçaras não haviam tido tempo para estabelecer um repertório de contramedidas nem podiam contar com redes de apoio amplas para compartilhar experiências em função da repressão aos movimentos sociais pela Ditadura Militar. Ademais, estruturalmente, o modo de vida caiçara, marcado pela subsistência e pelo isolamento, dificultava o estabelecimento prévio dessas redes, que tiveram de ser construídas aos poucos conforme se prolongavam os conflitos.

2) O principal fator que propiciou a resistência dos caiçaras era o isolamento da sua comunidade, ou seja, um fator extrínseco à ação coletiva. Quanto menos acessível a comunidade às rodovias e estradas, menos o capital imobiliário vislumbraria uma abertura imediata da área para o turismo, portanto o conflito era mantido num nível de intensidade mais baixo do que, em tese, permitiriam os recursos dos grileiros. Uma vez o prolongado conflito até por volta de 1980, como regra, a comunidade persistiria por mais que reduzida ou imiscuída de adventícios, pois os caiçaras

começaram a dominar um repertório mais efetivo de resistência e a defesa pelo Estado se começou a sentir de forma mais explícita.

3) O percurso do controle da terra pelos grileiros segue a seqüência da dimensão institucional, fática e relacional. O percurso dos caixaras segue a seqüência da dimensão fática, relacional e institucional.

4) A partir da década de 1980, o discurso de comunidades tradicionais passa a ser empregado encabeçando o repertório de lutas e permite a construção de redes de contato mais amplas, integrando o apoio das classes médias que, em princípio, estariam indiferentes à questão.

Seria preciso qualificar, de preferência mediante um banco de dados, várias conclusões aqui apontadas: p. ex., compreender quem eram os grileiros que buscavam as terras mais isoladas ou avaliar se grileiros como agentes privados eram mais bem sucedidos que empresas, expostas como estariam ao escrutínio institucional e da opinião pública.

A tentativa de formalizar os conflitos em Parati e nos municípios vizinhos também poderá contribuir com o debate dos efeitos da irrupção súbita do capitalismo nas periferias. É possível vislumbrar paralelos com os despejos maciços que ocorreram nas Terras Altas escocesas a partir de meados do século XVIII (*Highland Clearances*). Aí, no bojo da Revolução Agrícola, latifundiários absenteístas perceberam que poderiam multiplicar as rendas fundiárias pela introdução da ovinocultura extensiva. Para isso, os proprietários precisavam despejar os lavradores que, reconhecendo-se numa relação de arrendatário e rendeiro, viam sua posse, contudo, como perpétua. Algumas das táticas empregadas pelos grileiros de Parati aparecem nos despejos escoceses (contratos leoninos, gado destruindo lavouras, destruição de benfeitorias), outras lhes são peculiares (confisco do gado dos devedores, retenção do auxílio aos pobres que não aceitassem emigração subsidiada), mas nenhuma delas era considerada como legítima pelos camponeses, isto é, integrava o feixe de direitos de que consuetudinariamente dispunha o proprietário.⁴⁵ Nesse sentido, ao promover os despejos, o proprietário equiparava-se a um grileiro, indo além dos direitos que a comunidade lhe reconhecia. O despejo terminou com a vitória dos proprietários e a maciça emigração dos camponeses a ponto de as Terras Altas se despovoarem.

A possibilidade de resistência dos camponeses era também limitada não só pela irrupção súbita da violência dos latifundiários (embora não tão súbita quanto em Parati), mas também pelo isolamento das aldeias numa geografia ora montanhosa, ora pantanosa. A resistência foi muito mais eficaz onde as aldeias contribuía com muitos soldados para os regimentos dos *Highlanders* ou se filiavam às denominações protestantes cismáticas à igreja oficial, cujos párcos, desde 1712, se submetiam ao padroado dos latifundiários.⁴⁶ A experiência no exército e nas igrejas não conformistas sem dúvida permitia a circulação de repertórios de lutas eficazes contra as violências dos latifundiários além, claro, de fomentar ideologias proativas.

⁴⁵ DEVINE, Tom. "The Highland Clearances", *ReFresh*, Nº 4, primavera de 1987, p. 5-6.

⁴⁶ MacARTHUR, E. Mairi. *Iona: the living memory of a crofting community, 1750– 1914*. Edimburgo: Edinburgh University Press, 1991, pp. 183-186, 209; PREBBLE, John. *The Highland Clearances*. Harmondsworth: Penguin, [1963], p. 121.

Subjetividad y resistencia del campesino medieval

Carlos Alberto Astarita
carlos.astarita@gmail.com
Universidad Nacional de La Plata

Cuestión preliminar

Esta exposición surge de investigaciones publicadas y en curso. Empezaré con cuestiones que ya he publicado.

Dejando de lado las luchas del período prefeudal, que exigen un tratamiento particular, el primer aspecto es que en la subjetividad del campesino deben tratarse de manera separada su religión, más allá de sus costados disidentes con la ortodoxia, y su lucha. Con respecto a esta, una serie de cuestiones que desarrollé en trabajos previos, pueden enmarcar el problema que trataré ahora¹.

Resumo entonces diciendo que a nivel de la lucha social el campesino tuvo conciencia de oposición a los señores, pero esta no se transformaba en conciencia de clase. En ello influía: (a) que la explotación del trabajo era transparente e inocultable, a diferencia de lo que sucede en el capitalismo en que la plusvalía se obtiene por intercambio mercantil; (b) que la forma personalizada de la relación social generaba que la explotación no se viera como explotación de clase sino como una cuestión de señores particulares; (c) que la producción individual por la cual cada campesino era tan cooperativo como competitivo con otro campesino, hacía de la lucha una suma de voluntades críticas sin unidad de clase; (d) no obstante, a partir de esa visibilidad de la explotación nacía la posibilidad de que el campesino desarrollara una conciencia de clase y eso sucedió cuando acumuladores capitalistas en la Baja Edad Media reorientaron la lucha singular de cada señorío en lucha generalizada con abstracción de la singularidad de cada señor. En este plano, sobre el sistema feudal comenzaba a actuar el primer capitalismo.

Teniendo en cuenta este marco, ahora me dispongo a ver cómo las resistencias campesinas incidieron en la marcha del modo de producción feudal tomando el caso de las corveas o sernas. Lo que expondré a continuación es el resultado parcial de un trabajo más amplio en curso.

La renta trabajo

Un primer aspecto es desterrar la idea de que la corvea no participó de la expansión del sistema feudal. Fue una forma de renta que estuvo presente en lo que se ha denominado el primer

¹ ASTARITA, C., "¿Tuvo conciencia de clase el campesinado medieval?", *Edad Media. Revista de Historia*, 3, Universidad de Valladolid, 2000, p. 89-113, recogido en *id.*, *Del feudalismo al capitalismo. Cambio social y político en Castilla y Europa occidental. 1250-1520*, Valencia, Universidad de Valencia y Universidad de Granada, 2005, traducción al inglés, *From Feudalism to Capitalism. Social and Political Change in Castile and Western Europe, 1250-1520*, Leiden/Boston, Brill-Historical Materialism, 2022.

despegue (siglos IX-XI) y en el gran crecimiento (siglos XI-XIII)². Esto se opone a la tesis de historiadores como Guy Bois, que solo tomó en cuenta la renta dinero en su modelo de la expansión³.

Este papel de la corvée en el crecimiento feudal es confirmado por la acumulación cerealística del dominio carolingio, y por la reiterada mención de corveas en la segunda Edad Media: en el sur de Europa se la ordenaba durante algunos días al año, en el norte de Francia el señor asignaba tres días de faenas cuando crecía la actividad, también estaba presente en Alemania, Normandía e Islas Británicas, mientras que en el área de la España leonesa fue causa principal de la insurrección campesina del siglo XII que acompañó al levantamiento de los burgueses⁴. No puedo ahora profundizar en esto, pero cabe advertir que las prestaciones no fueron entre los siglos XI y XIII meros resabios de viejas imposiciones: en afinidad a su vigencia en otros lugares de Europa en el siglo XII⁵, los señores ibéricos las reactivaban, como hizo en 1197 el abad de Sahagún imponiéndolas a Pozuelos⁶. De manera similar en la segunda mitad del siglo XIII se gravaba a la aldea de San Llorente del Páramo con siete sernas, repartidas en el año, que debían darse con bueyes quienes los tuvieran, con sus «cuerpos» los demás, y a esto se sumaba una renta combinada en dinero y pan el día de San Martín⁷. Estas imposiciones nuevas hablan de expectativas de rentabilidad, y el hecho de que se las dosificara a lo largo del año agrícola evitaba la interrupción prolongada del trabajo de la tenencia. No obstante, el prorrateo, si bien ofrecía esa ventaja, creaba el problema de falta de mano de obra en la tenencia en momentos críticos, porque era habitual exigir sernas para trillar, barbechar y sembrar.

En suma, los señores conservaron las prestaciones de trabajo allí donde las heredaron y pudieron mantenerlas, y asimismo las crearon, como en el norte hispano, aun cuando otras áreas (como la que se extendía al sur del Duero) les ofrecieron la oportunidad de comparar, desde el siglo XIII con la renta dinero.

² TOUBERT, P., «La part du grand domaine dans le décollage économique de l'Occident (VIII^e-X^e siècles)», en *La croissance agricole: chronologie, modalités, géographie, Flaran*, 10 (1990), pp. 53-86; *Documentos de la Catedral de León*, n° 333, en el año 960 el obispo de Segovia y otras personas daban a la catedral leonesa la *villa* de San Claudio, a orillas del río Valderauy, *cum omnes homines auitantes* que debían brindar el servicio que se les ordenara. Escrituras sobre traspaso de tierras a los señores estableciéndose que los campesinos debían dar servicios: *Documentos de Sahagún*, n° 577, año 1055; n° 741, año 1075; n° 781, año 1080; n° 817, año 1084, etc. Esclarece el alcance de la palabra servicios a cumplir por los campesinos, *id.*, n° 847, año 1089, Frolixiz y su mujer donaban al monasterio una corte que habían comprado, y se la reservaban mientras vivieran; luego la heredarían sus hijos y nietos, que debían servir al monasterio tres días, en la siembra, en las viñas y en la siega. Los servicios se podían exigir también de manera colectiva: *id.*, n° 444, año 1036; n° 450, año 1037; n° 452, año 1038.

³ BOIS, G., *Crise du féodalisme. Économie rurale et démographie en Normandie Orientale du début du 14^e siècle au milieu du 16^e siècle*, París, Presses FNSP., 1976.

⁴ FOSSIER, R., «The Rural Economy and Demographic Growth», en Luscomb D. y Riley-Smith, J. (eds.), *The New Cambridge Medieval History*, IV, 1, c.1024–c.1198, Cambridge, 2008, p. 31; *Crónicas de Sahagún*, c. 19 y 28; *Documentos de Sahagún*, n° 1235; Martínez Sopena, P., *La Tierra de Campos Occidental. Poblamiento, poder y comunidad del siglo X al XV*, Valladolid, Institución Cultural Simancas, 1985, pp. 242 y ss.

⁵ SCHROEDER, N. y WILKIN, A., «Documents de gestion inédits provenant de l'abbaye de Stavelot-Malmedyet concernant les domaines de Lantremange, Jenneret et Louveigné (X^e-XII^e s.)», pp. 26 y ss.

⁶ *Documentos de Sahagún*, n° 1510, año 1197.

⁷ *Documentos de Sahagún*, n° 1790, año 1262.

La relación de fuerzas era central para mantener las corveas con aceptable productividad. En Inglaterra, si bien a principios del siglo XIV disminuyeron las prestaciones, los señores reaccionaron ante la posterior caída de población, y en esa coyuntura de debilidad campesina establecieron una intensa sujeción con servidumbres que alcanzaron a campesinos de estatus libre⁸. En Galicia aprovecharon el advenimiento de los Trastámara para implantar sernas, y de manera similar procedieron en Europa Oriental⁹. Este comportamiento de los señores a favor de la renta trabajo confirma su productividad cuando la dominación social era efectiva, lo que es avalado por algún cálculo concreto¹⁰. Subrayemos que las relaciones de fuerza de clase eran decisivas.

Decadencia de las corveas y lucha de clases

Se sabe que la serna retrocedió, aunque con diferentes cronologías, porque su involución no fue lineal¹¹. Consideremos esa tendencia.

⁸ FREEDMAN. *Images of the Medieval Peasant*, Stanford California, Stanford University Press, 1999, p 262.

⁹ BARROS, C. «Vivir sin señores. La conciencia antiseñorial en la Baja Edad Media gallega», en SERRANO MARTÍN, E. y SARASA SÁNCHEZ, E. (coord.), *Señorío y feudalismo en la Península Ibérica*, IV, Zaragoza, Institución Fernando el Católico, 1993, p. 11-49; GOETZ, H-W., «Frühmittelalterliche Grundherrschaften und ihre Erforschung in europäischen Vergleich», en Borgolte, M., (ed.), *Das europäische Mittelalter im Spannungsbogen des Vergleich. Zwanzig internationale Beiträge zu Praxis, Problemen und Perspektiven der historischen Komparatistik*, Berlin, De Gruyter, 2001, p.71

¹⁰ CAMPBELL, B.M.S., «The Agrarian Problem in the Early Fourteenth Century», *Past & Present*, 188 (2005), p. 20, en Inglaterra hacia el año 1300 las reservas daban el 30% de los ingresos de grandes señoríos, proporción que subía en los dominios menores a más del 40%, lo que indica que salvo que hubiera un mal manejo eran redituables.

¹¹ P.e. BOTELLA POMBO, E., *La serna: ocupación, organización y explotación del espacio en la Edad Media (800-1250)*, Santander, Ediciones Tantin, 1988, p. 68, en Castilla, entre el mar Cantábrico, y los ríos Arlanzón, Pisuerga, Deva, Oja, Bayas y Nervión, la media de prestación personal era del 30 por ciento en el siglo XI, del 5,5 en el XII y cerca del 4 en la primera mitad del XIII; LÓPEZ SABATEL, J.A., «Rentas y exigencias feudales en La Tierra de Lemos durante la Baja Edad Media (siglos XIV y XV)», *Anuario de Estudios Medievales*, XLI, 1 (2011), p. 224, en Galicia la renta trabajo retrocedió desde mediados del siglo XII; ALFONSO DE SALDAÑA, M.I., «Las sernas en León y Castilla. Contribución al estudio de las relaciones socio-económica en el marco del señorío medieval», *Moneda y Crédito. Revista de Economía*, 129 (1974), p. 177, en Castilla y León la renta trabajo se conmutó por renta dinero y renta en especie desde la segunda mitad del siglo XIII; También, BONAUDO, M., «El monasterio de San Salvador de Oña. Economía agraria. Sociedad rural (1011-1399)», *Cuadernos de Historia de España*, 51-52 (1970), p. 94; CLEMENTE RAMOS, J., «Las sernas en el Becerro de Behetrías», en *Homenaje al profesor Juan Torres Fontes*, I, Murcia, Universidad de Murcia, 1987, pp. 310-311; GARCÍA GONZÁLEZ, J.J. «Rentas en trabajo en San Salvador de Oña. Las sernas (1011-1550)», *Cuadernos Burgaleses de Historia Medieval*, 1 (1984), pp. 164 y ss, en San Salvador de Oña en el siglo XII había sernas semanales, quincenales y mensuales; entre 1187 y 1268 hubo una drástica reducción de su frecuencia; desde fines del siglo XIII se intensificaron las de la vid sin alcanzar la intensidad del primer período, y se pasó a una nueva retracción entre mediados del siglo XV y mediados del XVI, aunque en este último período persistían 391 jornadas de trabajo en la reserva vitícola; MORETA VELAYOS, S., *Rentas monásticas en Castilla. Problemas de método*, Salamanca, Universidad de Salamanca, 1974, p. 103, en 1338 de 159 villas de señoríos monásticos castellanos en las que se especifican las cargas, solo en 16 había sernas; Pérez Celada, «La explotación directa», pp. 141 y ss; SCHROEDER y WILKIN, «Documents de gestion» (op. cit.), pp. 12 y ss., en el dominio de Lantremange (Bélgica) de la abadía de Stavelot-Malmedy entre fines del siglo IX y comienzos del XI cada uno de los 11 mansos debía 2 días de trabajo en la reserva. Además de acarreo y otras

Sobre el problema, si bien el comercio y la moneda contribuyeron al cambio, es preciso desterrar la impresión de que estos factores por sí mismos desplazaron a las sernas, como descubren prestaciones próximas a centros comerciales. Es lo que asimismo expone Europa Oriental con su «segunda servidumbre» alentada por la exportación de granos, e incluso es lo que se observa en el siglo XII, porque cuando se activaba el sistema urbano comercial, las *corvées* estaban vigentes.

Es verdad que en el Flandes urbanizado los señores preferían recibir sus ganancias en efectivo para adaptarse a la economía monetaria¹², y por lo tanto esta economía se contrapuso a los servicios en trabajo, pero este área era una excepción, y no necesariamente hubo proporción entre moneda y caída de la corvea¹³. En definitiva, el mercado no disolvía por sí solo los servicios de trabajo, aunque podía dar una contribución para reemplazarlos por renta dinero.

Indudablemente tuvo impacto en este tema el realengo, que promovió una fiscalidad monetaria¹⁴, pero es dudoso que haya sido determinante de la conmutación en señoríos privados con su autonomía. Tampoco deben desconocerse causas especiales, como en Inglaterra en el siglo XV, cuando algunos señores canjearon renta trabajo por renta dinero a cambio de un monto que les permitiera superar apuros financieros¹⁵. Pero así solo procedió la minoría del campesinado en condiciones de afrontar ese pago (y en ella figuraba algún *villein*). De todos modos este factor debió influir, y se lo indicó, por ejemplo, para elucidar el arrendamiento de reservas por los obispos de Lieja con problemas económicos, aunque al mismo tiempo se indicó que allí habría actuado también la disminución de la renta trabajo junto a dificultades con el control del trabajo y la distancia de ciertos dominios: esta explicación combina el argumento circular, que no resuelve por qué la corvea había caído, con una causa más consistente sobre control y estrategia señorial¹⁶.

Otro derrotero tomaron algunos historiadores, al vincular la reducción de las sernas en España con la táctica de los señores de mejorar la condición de sus colonos ante las tierras libres de

rentas; en el siglo XII las corveas no eran exigidas y la reserva estaría trabajada por asalariados y prebendarios.

¹² THOEN, E. y SOENS, T., «The Family or the Farm: a Sophie's Choice?» en Drendel, J. (ed.), *Crisis in the Later Middle Ages: Beyond the Postan-Duby Paradigm*, Turnhout, Brepols, 2015, pp. 203-204.

¹³ BOURIN, M., «De nouveaux chemins de développement dans le Languedoc», en DRENDEL, J. (ed.), *Crisis in the Later Middle Ages: Beyond the Postan-Duby Paradigm*, Turnhout, Brepols, 2015, p. 262, en Languedoc en la primera mitad del siglo XIV se había difundido la circulación monetaria, pero su motor no estaba en la renta señorial, ya que los censos en dinero solo abarcaban entre el 20 y el 40% de las tenencias según los lugares.

¹⁴ *Fueros de realengo de Navarra*, rentas en dinero en año 1176, n° 25, c. 17; año 1191, n° 30, c. 4; año 1192, n° 31, c.3, etc. En la Extremadura Histórica castellanoleonesa, área de realengo, y por la misma génesis de las relaciones feudales en un área que había sido de frontera, prevalecieron las rentas en dinero: *vid.* ASTARITA, C., «Estudio sobre el concejo medieval de la Extremadura castellano-leonesa: una propuesta para resolver la problemática», *Hispania. Revista de Historia*, 151 (1982), pp. 355-413.

¹⁵ BAILEY, M., *The Decline of Serfdom in Late Medieval England: From Bondage to Freedom*, Woodbridge, Boydell Press, 2014, p. 64; HILTON, R., *The Decline of Serfdom in Medieval England*, Londres, Macmillan, 1969, pp. 51-52.

¹⁶ WILKIN, A., *La gestion des avoirs de la cathédrale Saint-Lambert des origines à 1300. Contribution à l'histoire économique du pays mosan*, Bruselas, Académie Royale de Belgique, 2008, pp. 525 y ss.

la Reconquista¹⁷. Es una concepción similar a la que expuso Postan (y básicamente repitieron los célebres North y Thomas) diciendo que el exceso de población del siglo XIII habría permitido que los feudales ingleses impusieran *corvées*, mientras que en la crisis el campesino habría mejorado su posición negociadora y declinaron las prestaciones, explicación compartida por otros historiadores¹⁸. El mismo criterio se aplicó para las fluctuaciones salariales¹⁹.

Esta interpretación fue aceptada o contradicha en lo que se refiere a la cronología; se indicó que para un mismo período los señores impusieron condiciones más duras y también manumisión, y se señaló el influjo de 1381 para las conmutaciones, tema en el que los corolarios difieren²⁰. Pero dejando esto de lado, el problema es creer que en el Medioevo existió un capitalismo *laissez-faire*²¹, o sea, el medio que habilita competir en el mercado. También se indicó que hubo fraccionamiento de reservas en porciones que se dieron por censos monetarios, pero esto indica convergencia de hechos y no causa²².

Otros móviles son más consistentes. Entre ellos, que la renta trabajo suponía una rigidez perjudicial para el señor, porque la imposición fija no siempre se adaptaba a necesidades cambiantes, y por ello el trabajador contratado ofrecía ventajas, que aumentaban si el alimento del campesino en la reserva superaba el costo del salario²³. Esto se debía a que a ese obrero se le pagaría por debajo de su costo de reproducción, o sea, que su salario no reponía la totalidad de la energía que consumía, lo que era posible porque obtenía parte de la remuneración de su parcela²⁴. Este operario proporcionaba asimismo otra ventaja, que muestran Bourton-on-the-Hill y Todenham

¹⁷ Alfonso de Saldaña, «Las sernas», *op. cit.*, p. 200.

¹⁸ POSTAN, M., «Cronología de las prestaciones de trabajo», en *id.*, *Ensayos sobre agricultura y problemas generales de la economía medieval*, [Cambridge 1973] Madrid, Siglo XXI, 1981, pp. 113-135; NORTH, D.C., y THOMAS, R., *The Rise of the Western World. A New Economic History*, Cambridge, Cambridge University Press, 1973, también, *vid.* FAITH, R., «Demesne Resources and Labour Rent on the Manors of St Paul's Cathedral, 1066-1222», *Economic History Review*, New Series, XLVII, 4 (1994), pp. 665 y ss.

¹⁹ P.e. PERSSON, K.G., *An Economic History of Europe Knowledge, institutions and growth, 600 to the present*, Cambridge University Press, Nueva York, 2010, p. 66.

²⁰ KOMINSKY, E., «L'évolution des formes de la rente féodale en Angleterre du XI au XV siècle», *Recherches Internationales à la Lumière du Marxisme*, 37 (1963), pp. 67-92; BIDDICK, K., «People and Things: Power in Early English Development», *Comparative Studies in Society and History*, XXXII, 1 (1990), p. 11; DYER, C., *An Age of Transition? Economy and Society in England in the Later Middle Ages*, Oxford, Clarendon Press, 2001, p. 90; HILTON, R., «Freedom and Villeinage in England», [Past & Present 1965] en *id.* (ed.), *Peasants, Knights and Heretics. Studies in Medieval English Social History*, Cambridge, York, Melbourne, Cambridge University Press, 1976, pp. 174-191; BRENNER, R., «Agrarian Class Structure and Economic Development in Pre-Industrial Europe», *Past & Present*, 70 (1976), pp. 30-74; BAILEY, *The Decline*, *op. cit.*, pp. 32 y 65 y ss.

²¹ P.e. FELLER, L. «La circulation des richesses au Moyen Âge: formation des prix, connaissance de la valeur et constitution du lien social», en *Sources sérielles et prix au Moyen-Âge*, Toulouse, Presses universitaires du Midi, 2009, <<http://books.openedition.org/pumi/37501>>.

²² BILLEN, C. y DUPONT, C., «Problématique marxiste et histoire rurale au Moyen Âge (VIII^e-XIII^e siècles)», *Acta Historica Bruxellensia*, 4 (1981), p. 121.

²³ DYER, C. *Making a Living in the Middle Ages: The People of Britain 850-1520*, [2002] New Haven y Londres, Yale University Press, 2005, p. 134.

²⁴ Esto surge de comparar con el siglo XVIII, *vid.* SMITH, A., *Investigación sobre la naturaleza y causas de la riqueza de las naciones*, [Londres 1776] México, Fondo de Cultura Económica, 1987, I, 10, pp. 113 y ss.

(Gloucestershire), donde los tenentes hacían trabajos para la abadía de Westminster, y si un servicio concordaba con una fiesta religiosa, se perdía²⁵. En consecuencia, el abad dispuso en 1315 que la festividad debía compensarse con un día de labor, y suscitó la resistencia de los dependientes²⁶. Vemos así un problema que el asalariado no ofrecía y con esto llegamos a otro campo de análisis, el de la lucha generada por el sistema.

Como regla, el campesino rechazaba lo que entorpecía su desenvolvimiento, y cuanto más desarrollada estaba su capacidad laboral tanto más buscaba reconcentrarse en lo suyo, una concentración que en definitiva también favorecía al señor si tomaba rentas en especie o en dinero. Esa mutua conveniencia debió ser fundamental para que una de las primeras obligaciones que se le exceptuaron al campesino fuera la campaña ofensiva, y aun su participación en la defensa no siempre era fácil de obtener, como muestran las sanciones por no atender ese compromiso.

El problema de dejar la heredad aparecía en toda su amplitud por la fluctuación estacional del trabajo agrario como contradicción entre la economía campesina y la corvea, que en principio atendía a esa fluctuación solo en beneficio de la reserva señorial. Uno de esos períodos críticos lo muestra un episodio de Gerardo de Aurillac (segunda mitad del siglo IX) cuando encontró trabajando a una mujer en el campo porque sus vecinos, ocupados en la siembra, no podían ayudarla²⁷. Apunta a lo mismo que en lugares de Navarra la multa por ausentarse de la prestación era más elevada entre marzo y agosto, cuando se requería mano de obra para la viña y la siembra, que en el resto del año, y en Inglaterra había ordenanzas que obligaban a aceptar empleos en tiempos de cosecha y no se podía abandonar el lugar²⁸. No cuesta deducir entonces la complicación que le suponían al campesino los servicios señoriales, y afectaba a toda la casa si uno de sus miembros marchaba a la tierra del señor en esos períodos de trabajo indispensable²⁹. La prestación en pocas y vitales jornadas, que fue posible por mejoras técnicas y por aumento de la productividad, perjudicaba al campesino, y el que disponía de recursos enviaba al yuguero que vivía en su casa³⁰. Por su parte la importancia de esos días de servicio para el señor, está ya mostrada en las *Leges Alamannorum* que castigaban el daño ocasionado porque el trabajo se retrasaba un día³¹. Sobre esto es significativo que los campesinos españoles de

²⁵ DYER, *Making*, op. cit., p. 180.

²⁶ *Fueros de Valladolid*, nº 14, año 1204, en San Miguel de Valvení se debía hacer una serna mensual y en festividades se añadían trabajos si los señores necesitaban, c. 1: «addendo duas a festiuitate-Sancti Iohannis Baptiste usque ad festiuitatem Omnium Sanctorum quando nobis amplius necessarie fuerint».

²⁷ Odón de Cluny, *Vida del conde Gerardo de Aurillac*, I, 21, col 656.

²⁸ GARCÍA FERNÁNDEZ, «Contribución al estudio», p. 353; DYER, *Niveles de vida*, p. 292.

²⁹ *Fueros municipales*, p. 273, en Palenzuela las sernas eran «barberar, et sembrar, et segar, et a trillar».

³⁰ DUBY, G., *La société aux XI^e et XII^e siècles dans la région mâconnaise*, París, SEVPEN [1971] 1988. pp. 250 y s.; WITT, R.G., «The Landlord and the Economic Revival of the Middle Ages in Northern Europe, 1000-1250», *The American Historical Review*, LXXVI, 4 (1971), p. 974; WICKHAM, C. *Medieval Rome. Stability and Crisis of a City, 900-1150*, Oxford, Oxford University Press 2015., p. 81; MONTANARI, M., *Campagne medievali*, Torino, Einaudi, 1984, p. 43; De Ayala Martínez, C., «El yuguero castellano-leonés problemas en torno a sus orígenes (siglos X-XIII)», *Historia. Instituciones. Documentos*, 20 (1993), p. 27.

³¹ HENNING, J., «Revolution or Relapse? Technology, Agriculture and Early Medieval Archaeology in Germanic Central Europe», en Ausenda, G.; DELOGU, P. y WICKHAM, C., *The Langobards Before the Frankish Conquest. An Ethnographic Perspective*, Woodbridge, The Boydell Press, 2009, p. 157.

Palazuelos lograran que no se les exigiera más de una serna semanal³², librándose de una interrupción prolongada de tareas en sus heredades. Incluso en lugares de Italia con prestaciones solo en la «temporada baja» del ciclo agrario, esos presumidos tiempos muertos eran importantes para la familia que los aprovechaba para reparar instrumentos o tejer paños, actividad en la que en invierno participaban los hombres. La resistencia a la serna era pues inevitable.

De la catedral de León proviene un testimonio del año 1032³³. Los vecinos de la villa de Reiricos (hoy Reliegos) estaban obligados a dar servicios a la iglesia, pero Alvino Hanniz, que al parecer se destacaba por su inteligencia o por su astucia (*homo uersutus*), aprisionado por la soberbia, se negó a la prestación que cumplían sus vecinos (*non uolebat eum seruitium facere secundum populus de ipsa uilla faciebant*). Había pecado y el obispo se dispuso a destruir su altanería, objetivo que logró cuando Alvino se vio reducido a la infelicidad (*uidit se in amaritudine positus*) y pidió clemencia con ayuda de sus vecinos que, organizados en un principio preconcejil, intercedieron rogándole al obispo misericordia, ruego al que accedió, y en lo que intervino el pago de cincuenta sueldos y la mitad de la mejor viña del rebelde. Esa mediación colectiva sugiere que Alvino tenía sus vínculos en la aldea, y ello explicaría que para el señor fuera un desafío. Lo cierto es que la coacción lo redujo, y con los bienes que le quedaban debió cumplir el servicio para la iglesia de León, pero el incidente no terminó aquí. A la muerte del obispo, y aprovechando el cambio de señor, volvió a soliviantarse, aunque cambió de estrategia. Ahora se instaló en otra tierra para tener otro señor, con lo cual la iglesia perdía, junto a su vasallo, la viña. Alvino se manejaba hábilmente amparándose en una fuerza de peso, porque su nuevo lugar de residencia pertenecía al conde Flaíno Fernández. Esta capacidad para reinstalarse, y las referencias a distintos predios, inducen a sospechar que Alvino pertenecía al segmento superior de los campesinos.

En estas incidencias entraba a tallar una clase señorial cuyos miembros alternaban rivalidad y respaldo mutuo. En lo que ahora relatamos ganó este último, aunque no sin gestiones, ya que el obispo se dirigió al conde para conseguir su ayuda denunciando al transgresor que había quebrado la docilidad esperable en el vasallo. Logró su propósito apelando a una retórica un tanto imperativa cuando le preguntó cuál era su resolución. La respuesta fue contundente, porque el conde ordenó destruir lo hecho por Alvino, que debía ceder sus posesiones a la iglesia. La gravedad de la medida se comprende porque su rebeldía afectaba el orden general, y era imperioso que nadie lo imitara. Con su casa destruida, Alvino y su mujer se empobrecieron, y a lo pocos días, con la asistencia de *omines bonos*, se presentaron al obispo para pedir misericordia.

En este punto aparece el peligro de la penalidad que debilita fuerza laboral, y entonces era imprescindible morigerar sanciones para reconstruir la explotación. El obispo consultó con los benedictinos que regían el lugar, lo que comportaba una decisión colectiva, o sea, la injerencia de la fría sensatez de la institución, que preservó la actividad, hecho que el escriba explicó por la piedad. Se le restituyeron a Alvino sus bienes, excepto media viña que se añadía a la que había entregado, y con ellos serviría a la Iglesia. También se le dieron otras tres viñas como confirmación de esa merced.

³² *Fueros de Valladolid*, nº 19, post 1224, el vasallo, «faciat nobis sex sernas [...] quod non teneatur in una septimana».

³³ *Documentos de la catedral de León*, nº 899.

El señor lograría así (era al menos el objetivo) una entrega categórica, porque el matrimonio lo serviría para siempre, lo mismo que sus herederos, por quedar atado a una adscripción personal transmisible por la sangre. Era el castigo conclusivo: un estigma sobre la descendencia para lograr niveles estables de exacción.

La resistencia se vuelve a ver en una sentencia de 1271 del infante Fernando para reprimir a los vecinos de Algadefe, dependientes del monasterio de Eslonza, que se habían alzado contra sus obligaciones. Se recurrió a la justicia superior porque se había desconocido una resolución del juez, rebeldía que tuvo un costo de 300 maravedíes de multa para vecinos que estaban obligados a barbechar, sembrar y segar, insumiendo cada una de esas tareas dos jornadas; debían también preparar el pan para el monasterio, podar sus viñas, realizar una trilla de pan, pagar dinero para las cubas por «infurción», dar carneros, panes, vino y lomos, y por «yantar» cada dos años le daban al abad todo lo que necesitaba para su despensa junto a la alimentación de sus animales³⁴. A esto se sumaba que aquel que transfería una propiedad para marcharse le abonaría al monasterio un tercio del precio, y la viuda también pagaba por contraer matrimonio. Estamos ante exacciones elevadas que explicarían sin más esa huelga de rentas que al momento del fallo llevaba dos años.

En otras oportunidades los labriegos hispanos no escuchaban el pregón que convocaba al trabajo, ejecutaban mal sus labores en la reserva, no segaban la hierba o dañaban los trabajos, actitudes parejas con las del campesinado inglés³⁵. En San Pedro de las Dueñas se fijó por indisciplina un carnero de multa, similar a la que se estableció en Pozuelo de Campos y en San Miguel de Escalada; en otro caso el carnero se pagaba si no se iba en todo el día a la serna y si no se asistía a la salida del sol se abonaba una medida de vino³⁶. En la encomienda de Trevejo, en la Extremadura, la Orden del Hospital impuso trabajos con penas de prisión para los que no los cumplieran³⁷.

Esto expresaba una reticencia contemplada en el Fuero General de Navarra en la primera mitad del siglo XIII, cuando se establecía que aquellos que concurrían a labrar estaban constreñidos a trasladarse junto al sayón que debía «ir a bon paso comunal», lo que revela una situación usual de la esclavitud antigua y la servidumbre³⁸. Teniendo en cuenta esto, la disposición carolingia acerca de que los *iudices* debían prever si aumentaban la cantidad de servidores o de jornadas (*noctes*) posiblemente fuera una respuesta flexible ante la ampliación del consumo señorial

³⁴ *Documentos de Eslonza*, n° 21, año 1271.

³⁵ *Documentos de San Miguel de Escalada*, año 1173, n° 103, 11, 14; *Documentos de las instituciones*, n° 48, año 1173, p. 81; *Fueros del reino de León*, n° 67, Abelgas, año 1217, 12; *Fueros de Valladolid*, n° 11, Sufraga, año 1177, 8; *id.*, n° 18, Palazuelos, es significativo que los jueces debían anunciar la serna con tres días de anticipación y que se castigara al que no concurría; HILTON, «Movimientos campesinos», p. 38.

³⁶ *Documentos de Sahagún*, n° 1341, año 1162; *Documentos de las instituciones*, pp. 65 y 81; Alfonso de Saldaña, «Las sernas», op. cit., pp. 184-185 y 193.

³⁷ De la Montaña Conchiña, «Conflictos antiseñoriales en un espacio de frontera: la encomienda hospitalaria de Trevejo en el siglo XV», en DEL VAL VALDIVIESO, M.I. y MARTÍNEZ SOPENA, P.M. (dir.), *Castilla y el mundo feudal: homenaje a Julio Valdeón, III*, Valladolid, Junta de Castilla y León, 2009, p. 220.

³⁸ *Fuero general de Navarra*, III, 18; Hilton, R, «Los movimientos campesinos en Inglaterra antes de 1381» en *id.*, *Conflicto de clase y crisis del feudalismo*, [1949] Barcelona, Crítica, 1988, p. 38; Stamp, *La esclavitud*, K.M., *La esclavitud en los Estados Unidos*, [Nueva York 1956] Barcelona, Ojios-Tau, 1966, p. 53.

y un antídoto contra la desidia³⁹. Contribuye a esta deducción otro canon sobre que el *iudex* vigilara a los dependientes para que trabajaran bien sin deambular por los mercados⁴⁰, y también sabemos que algunos no hacían el acarreo y los trabajos rurales (*carropera et manopera*) lo que de paso nos presenta la asociación entre estos dos gravámenes⁴¹. En el capítulo 17 del fuero de San Miguel de Escalada, en el siglo XII, se dictaminaba sobre el que no acudía al llamado de la serna o no hiciera bien su tarea, y en los tratados que consultaban señores ingleses de la siguiente centuria, la indolencia y la deshonestidad eran dos preocupaciones sobre los que trabajaban en los dominios⁴².

Estas actitudes, que inspiraron estereotipos sobre dependientes perezosos, no solo podían obedecer a resistencias deliberadas surgidas de una de oposición al señor sino también a disposiciones anímicas provocadas por condiciones de vida⁴³. En la base de ese trabajo mal hecho estaba el inconveniente que eliminó el fordismo, donde el movimiento de la cadena de montaje impone el movimiento del obrero y garantiza su productividad. En lo que estudiamos, por el contrario, el campesino tenía cierto espacio para administrar su laboriosidad y rebajar su actividad, como exteriorizan las escrituras de Fuente el Sol (a 15 kilómetros de Medina del Campo), al informar que a fines del siglo XV el señor instituía multas para los que no trabajaban bien⁴⁴. En Riaza por su parte, bajo señorío eclesiástico y secular, los campesinos incumplían el servicio de mensajería⁴⁵. Allí, en el centro castellano, el contexto de renta monetaria posiblemente promovía la protesta, aunque en áreas de corveas la sedición también se renovaba: a comienzos del siglo XIII los vecinos de San Pedro de las Dueñas rechazaron hacer cinco sernas anuales para Sahagún⁴⁶; en 1345 Alfonso XI se hacía eco de la denuncia del monasterio de Oseira sobre «onbres siervos que lles fassen sus lavores» que se habían ido «furtadamente» a otros lugares⁴⁷; en el siglo XIV los campesinos enfrentaron al monasterio de Sobrado por los «serbicios e fueros e lutasas» y otros gravámenes, «que les fascia

³⁹ *Capitulares francos*, «Capitulare de villis», c. 7.

⁴⁰ *Capitulares francos*, «Capitulare de villis», c. 54: «bene labore et per mercata vacando non eat».

⁴¹ *Capitulares francos*, II, Edicto de Pistres, año 864.

⁴² STEPHENSON, M., «*Risk and Capital Formation: Seigneurial Investment in an Age of Adversity*», en BAILEY, M. y RIGBY, S. (eds.), *Town and Countryside in the Age of the Black Death: Essays in Honour of John Hatcher*. Turnhout, Brepols, 2011, p. 181.

⁴³ *Vid.* comparativamente, Guanache, J.J., *Componentes étnicos de la nación cubana*, La Habana, Unión, 1996, pp. 74 y s. los culíes chinos llevados a Cuba en el siglo XIX como trabajadores, sufrieron condiciones peores que los esclavos africanos. En 1850-1860 se quitaban la vida, y Cuba tuvo la más alta tasa mundial de suicidios; LEÓN, A., *Tras las huellas de las civilizaciones negras en América*, La Habana, Fundación Fernando Ortiz, 2001, p. 66, el esclavo africano en Cuba se suicidaba para reunirse con sus ancestros protectores; GENOVESE, E.D., *The Political Economy of Slavery. Studies in the Economy and Society of the Slave South*, Middletown, Wesleyan University Press, 1988, pp. 70 y ss, para algunos historiadores el esclavo trabajaba mal por ser negro, con todas las implicaciones que esta denominación tiene, biológicas o culturales, que convergen en el salvaje africano.

⁴⁴ DA GRACA, L., «La posesión agraria individual en los registros notariales de Fuente el Sol (1481-1482)», *Espacio, Tiempo y Forma*, III, *Medieval*, 31 (2018), pp. 525-550.

⁴⁵ *Ordenanzas de Riaza*, ley 5, Este concejo pertenecía al obispado de Segovia, en 1430 pasó al señorío de don Álvaro de Luna, y en 1453 lo heredó su hijo; ver *Documentos de Riaza*, n° 35, 37 y 46.

⁴⁶ *Documentos de Sahagún*, n° 1569, año 1206.

⁴⁷ LÓPEZ SABATEL, J.A., «Resistencias parciales y abiertas: conflicto de clase en el medio rural gallego (siglos XIII y XV)», *Historia. Instituciones Documentos*, 37 (2010), pp. 143-144.

sobre esta raçon muchos desaguisados», aclaración que muestra la irritación producida por la renta y el maltrato⁴⁸; en 1476 los monjes de San Miguel de Escalada enfrentaban la negativa de los campesinos de Rueda a cumplir con la serna y otros deberes, situación que se repitió en 1500, lo que sugiere que durante un cuarto de siglo el problema estuvo presente⁴⁹. Por otra parte a fines del Medievo el campesino que resistía el «servicio» que lo sacaba de su tenencia lograba a veces fórmulas transaccionales⁵⁰. Junto a esto, es posible que retuviera partes de lo que generaba, según se desprende de una norma en la que se establecía que además de «*facere bonam laborem*», debía trabajar «*sine fraude*»⁵¹: la unión de estos dos conceptos nos sitúa entre la resistencia y el delito.

Todo evidencia que la corvea suponía que el trabajador fuera capaz de entregar la energía que se le solicitara, condición sustentada en otra que se implementó en regímenes esclavistas o coloniales, y que consistía en deshumanizarlo en el nivel que lo permitía la tarea a realizar, lo que explica que el racismo, que desemboca en el individuo que, como dijo Hannah Arendt, no tiene derecho a tener derechos, haya sido un componente de esa racionalidad económica. Pero ese requisito colisionaba con la humanidad que a los campesinos les reconocía por igual la Iglesia y la sociedad, en tanto cristianos integrados a familias, aldeas y señoríos. Fue una contradicción que ya afloraba en la ley de los bávaros (siglo VIII) con prestaciones meticulosamente enunciadas⁵²: el hombre instrumento (o instrumentado por el poder) debía ser gobernado en cada acto para lograr la actividad continua que siglos después impuso el maquinismo. Era una tarea difícil, porque esa persona a la que se le negaban condiciones humanas se resistía, y le presentaba al señor la dificultad del contratado, con pocas respuestas ante el estímulo salarial, y por eso, como el siervo de la reserva, debía trabajar «de sol a sol»⁵³. Confirma la situación el monasterio de San Juan de Corias⁵⁴. Fundado en 1044, sus dependientes estaban obligados a dos días semanales de trabajo y al que infringía la norma le aguardaban 100 *flagella*, lo que sugiere que era una renta difícil de implementar.

La oposición a la corvea perduraba todavía en el campesino galo del siglo XIX, aunque el feudalismo se había anulado definitivamente el 17 de julio de 1793⁵⁵. Pero si en la Francia de esos años ese sentimiento provocaba estallidos con destrucción (la creencia en el «*complot aristocratique*» y el miedo a que regresara el pasado no se extinguía), en el Medievo la lucha no era para destruir

⁴⁸ PALLARES MÉNDEZ, M.C., *El monasterio de Sobrado: un ejemplo de protagonismo monástico en la Galicia medieval*, La Coruña, Diputación de La Coruña, 1979, p. 235.

⁴⁹ *Documentos de San Miguel de Escalada*, n° 105 año 1476; n° 106 año 1500.

⁵⁰ OLIVA HERRER, H.R., «Memoria colectiva y acción política campesina: las behetrías de Campos hacia las comunidades», *Edad Media. Revista de Historia*, 4 (2001), p. 73, n. 68, año 1501, entre los vecinos de Amayuelas de Corral Mayor y el señor Bernaldino Manrique se acordó no más de un día anual de serna. *Id.*, p. 73, n. 69.

⁵¹ *Fuero de Villafrotín*, año 1201, situación que estaría favorecida por 12 sernas anuales.

⁵² *Ley de los bávaros*, I, 13; Kuchenbuch, L. «*Servitus im mittelalterlichen Okzident: Formen und Trends (7-13. Jahrhundert)*», en, *Penser la paysannerie médiévale, un défi impossible ?*, Paris, Éditions de la Sorbonne, 2017 <<http://books.openedition.org/psorbonne/28014>> [19].

⁵³ *Fuero general de Navarra*, III, 5, 17; *Documentos de Alba de Tormes*, n° 34, Cortes, 1351.

⁵⁴ GARCÍA GARCÍA, M.E., «Concesiones agrarias en Asturias (siglos XI y XII)», *Asturiensia Medievalia*, 6 (1991), p. 134.

⁵⁵ SOBOUL, A., *Problèmes paysans de la révolution (1789-1848). Études d'histoire révolutionnaire*, Paris, Maspero, 1976, pp. 161 y ss.

sino para cambiar la forma de renta. Es lo que se deduce de una lucha sistémica que no enfrentaba al sistema, sino que terminaba por revitalizarlo cuando los feudales aceptaban las súplicas si la relación de fuerzas tornaba peligrosa la obstinación⁵⁶. En efecto, había posibilidades de estabilizar la corvea, como sucedió en Europa Oriental, a pesar de que el rendimiento no era el mejor⁵⁷. Solo la gran rebelión que permutaba negociaciones por la apuesta de a todo o nada salía de ese cauce que era como salir de la civilización. Es lo que relató Guillermo de Jumiège sobre los normandos sublevados en el año 996 contra los que se enviaron muchos caballeros para derrotar su *agrestem ferocitatem*, apreciación similar a la del cronista de Sahagún en el siglo XII cuando dijo que los campesinos se levantaron «a manera de bestias fieras»⁵⁸. Más significativo aun es que Wycliff y Lutero, críticos de la Iglesia y conscientes de que el límite de su crítica era el orden económico sobre el que podía desplegarse el conflicto que el sistema admitía, condenaron las sublevaciones campesinas de sus países⁵⁹. Volvamos a los servicios personales.

En ocasiones se entrevé el vínculo causal entre la resistencia a un trabajo que desmotivaba al trabajador, o que apenas lo motivaba ofreciéndole evitar el castigo, y el cambio. En 1258 el abad de Maroilles (en Lille) impuso a los aldeanos con caballo y equipamiento dos jornadas anuales de trabajo⁶⁰. Estos se opusieron, y lograron que en 1413 se les conmutara esa servidumbre, triunfo en el que influyó que el gravamen afectaba a la porción bien establecida de la comunidad, la de los *laboratores*. Este tipo de acontecimiento se anotaba en un proceso general, que se ve desde el siglo IX, cuando el abad de San Ambrosio de Milán se enfrentó con campesinos de la *villa* de Limonta que rechazaban cosechar y prensar las aceitunas de los olivares de la abadía y a transportar el aceite, hasta el año 1300 cuando en Newington, Oxfordshire los *villeins* se negaron a segar⁶¹. Vinculado a estos conflictos se anotaba una dificultad primaria: en las cercanías de Milán los cistercienses del siglo XIII no lograban reclutar conversos y lo mismo sucedió en el oeste germano⁶².

⁵⁶ Es lo que siempre hacían los poderosos; *vid. Documentos reales abulenses*, nº 99, año 1494, ante un tributo de imposible cumplimiento, el rey atiende el pedido. También *Documentos de Ledesma*, nº 58.

⁵⁷ ZYTKOWICZ, L., «Développement et sous-développement dans le monde slave du XVI^e siècle», *Atti della Settimane di Studio*, Istituto F. Datini, *Sviluppo e sottosviluppo in Europa e fuori d'Europa dal secolo XIII alla Rivoluzione industriale*, [1978] 1983, p. 281.

⁵⁸ Guillermo de Jumiège, *Historia*, IV, 2; *Crónicas de Sahagún*, 1^a, c. 19.

⁵⁹ ASTON, M. E., «Lollardy and Seditio 1381-1431», *Past & Present*, 17 (1960), pp. 3 y 7, según Wycliff, el siervo oprimido debía obedecer al amo tiránico; Lutero, «Wider die räuberischen und mörderischen Rotten der Bauern», en *id. Werke*, XVIII, *Schriften 1525*, Weimar, Weimarer Ausgabe, 1883-1929, p. 358, los campesinos saqueaban y ultrajaban como perros rabiosos («rauben und toben und thun wie die rasenden hunde»).

⁶⁰ BLOCH, M., «De la grande exploitation domaniale a la rente du sol: un problème et projet d'enquête», en *id.*, *Mélanges historiques*, II, París, SEVPEN, 1963, p. 671.

⁶¹ HILTON, R., *Siervos liberados. Los movimientos campesinos medievales y el levantamiento inglés de 1381*, [Londres 1973] Madrid, Siglo XXI, 1978, pp. 84-114 y 205; CARPENTER, D. A., «English Peasants in Politics 1258-1267», *Past & Present*, 136 (1992), p. 4; SCHOFIELD, Ph.R., «England: The Family and the Village Community», en S.H. Rigby (ed.), *A Companion to Britain in the Later Middle Ages*, Oxford, Blackwell, 2002, pp. 26-46.

⁶² COMBA, R., «Aspects économiques de la vie des abbayes cisterciennes de l'Italie du Nord-Ouest (XII^e-XIV^e siècle)», en *L'économie cistercienne: Géographie. Mutations*, Toulouse, Presses universitaires du Midi, 1983. <http://books.openedition.org/pumi/21417>. [18]; RÖSENER, W., «L'économie cistercienne de l'Allemagne

Claramente, el interés del campesino por su terrazgo era directamente proporcional a su desinterés por la reserva, circunstancia a la que se aludía en el fuero del Monasterio de Vega al exigírsele que la trabajara como su heredad (*sicuti in sua propria hereditate*)⁶³.

El resultado fue que determinados señores ante este escollo que implicaba mucho costo de control y vigilancia para lograr rendimientos, conmutaron prestaciones de servicios por otro tipo de rentas. Pondré un solo caso como ejemplo: los cistercienses del siglo XIII cambiaron la producción directa por censos y por *mercenarii*, en consonancia con las quejas del Capítulo General de la orden sobre la ineficacia de los hermanos legos⁶⁴.

Cuestión sistémica.

Esta acción social que hacía al accionar del sistema, revela su fuerte dimensión subjetiva, en la medida en que no estaba constituido por meros «factores estructurales» sino por antagonismos que se imbricaron en las relaciones vigentes y las cambiaron sin anularlas. Las relaciones de fuerza de clase eran entonces equivalentes a lo que el capital constante es para el capitalismo, porque el proceso de trabajo no estaba regido por la máquina que impone el ritmo de trabajo sino por el trabajador con márgenes para reaccionar⁶⁵. Esto se corresponde con que el feudalismo contuvo un menor grado de objetivismo que el sistema capitalista debido a una lucha de clases enraizada en la producción misma, y por ello rutinaria y sistémica, sin llegar a ser política (salvo en la Baja Edad Media con otros actores y otras metas)⁶⁶. Esta subjetivación del funcionamiento, nos sustrae de la uniformidad de la teoría sin sumergirnos en el ateoricismo de lo contingente: solo se pretende decir que el modo de producción debe explicarse en vocablos más sociales que económicos. Atravesado por prácticas campesinas, que no eran las que deseaban los señores, había un desarrollo hasta cierto punto abierto, porque el agente no siempre ante las mismas condiciones actúa de la misma manera. Alguna comparación nos permitirá volver en un momento a esto con un enfoque enriquecido.

Los disturbios de Época Moderna, cuando la mala cosecha disparaba el precio del pan y los consumidores estallaban contra los intermediarios (la cara de sus dificultades), permiten comparar, porque esos motines antimercado no influyeron en el sistema como lo hicieron las menos estridentes

occidentale (XII^e -XV^e siècle)», en *L'économie cistercienne: Géographie. Mutations*, Toulouse, Presses universitaires du Midi, 1983, <http://books.openedition.org/pumi/21427>. [32].

⁶³ *Fueros de Valladolid*, n^o 15.

⁶⁴ CHAUVIN, B., «Réalités et évolution de l'économie cistercienne dans les duché et comté de Bourgogne au Moyen Âge: Essai de synthèse», en *L'économie cistercienne: Géographie. Mutations*, Toulouse, Presses universitaires du Midi, 1983 <https://books.openedition.org/pumi/21382> [90]; FOSSIER, R., «L'économie cistercienne dans les plaines du nord-ouest de l'Europe», en *L'économie cistercienne: Géographie. Mutations*, Toulouse, Presses universitaires du Midi, 1983, [35] <http://books.openedition.org/pumi/21392>.

⁶⁵ Es significativo que los luditas rompían máquinas cuando el trabajo vivo comenzaba a ser dominado por el trabajo muerto, o sea, la máquina que mecaniza al cuerpo humano.

⁶⁶ Esto corrige un concepto de BLOCH, M., *Les caractères originaux de l'histoire rurale française*, [1931], París, Armand Colin, 1968., I, p. 173, de que «la révolte agraire apparait aussi inséparable du régime seigneurial que, par exemple, de la grande entreprise capitaliste la grève». Fue una idea retomada por los historiadores.

luchas del Medioevo contra las sernas. Terció en esta disparidad que esos consumidores de Época Moderna carecían de definición clasista, mientras que las luchas medievales, al oponer campesinos y señores, tuvieron un pleno carácter de clase y sus consecuencias fueron sin más estructurales. Esta dinámica, gobernada por balances de clase, se vinculaba con la preeminencia del trabajo vivo, lo que era distinto al capitalismo de la inversión y del cambio técnico, dinámica que solo se dio en el Medioevo en algún sector, como la manufactura de libros.

En la Italia medieval estuvo a cargo del *stationarius*, un capitalista que organizaba la producción que vendía, y que desde mediados del siglo XV padeció la competencia de la elaboración mecánica. El resultado fue que el empresario del manuscrito que no se transformó debió retirarse, como hizo el florentino Vespasiano da Bisticci⁶⁷. El éxito de la imprenta de los tipos móviles fue entonces tan fulminante como ha sido el de la PC sobre la máquina de escribir. Con Gutenberg se mostró entonces, y precozmente, que novedad técnica, inversión y caída de costos, le asignan al capitalismo un movimiento inexorable orientado por el capital fijo. Por el contrario, la resistencia del campesino a la *corvée* introducía en la dinámica feudal un componente mucho más aleatorio, aunque como anomalía recurrente del funcionamiento no llegaba al puro azar.

Inopinadamente, nos hemos acercado al *Political Marxism*⁶⁸, aunque es una aproximación con desacuerdos: (1) en la versión más conocida de esta orientación, la de Brenner, la acumulación feudal son conflictos entre señores⁶⁹; aquí vimos la relación señor-campesino; (2) tampoco analizamos países (por ejemplo, Inglaterra y Francia), sino un sistema que se desplegó más allá de fronteras políticas; (3) no consideramos una sola gran revuelta, como la inglesa de 1381, sino una multitud de conflictos que con baja reflexión orientaron discretamente el proceso en una cotidianeidad de trabajo y resistencias sin programas; (4) en esta observación, la usual dicotomía acción y estructura le dejó su lugar a acciones que, condicionadas por la estructura, estructuraban la realidad modificándola, y con esto estamos ante el sujeto que realiza cambios que lo cambian, doble relación que nos lleva al materialismo dialéctico y a una insalvable diferencia con el materialismo mecanicista; (5) en lugar de una regularidad previsible hubo desenlaces sin programación aunque no del todo inesperados.

⁶⁷ BURKE, P. *El Renacimiento italiano. Cultura y sociedad en Italia*, [Princeton 1986] Madrid, Alianza, 1993, pp. 73 y 115.

⁶⁸ Guy Bois inventó la denominación para descalificar a Brenner por su debilidad teórica. Hoy, con el apoyo de investigadores como Ellen Meiksins Wood y el declive estructuralista, es un elogio.

⁶⁹ Vid. DUCHESNE, R., «Robert Brenner on Political Accumulation», *Review of Radical Political Economics*, 33 (2001), pp. 79-98, aunque en teoría Brenner plantea una base de clase, atribuye la acumulación feudal a conflictos entre los señores. Sobre esto en Brenner, también *vid.*, DIMMOCK, S., *The Origin of Capitalism in England, 1400-1600*. Leiden, Brill, 2014. pp. 43 y ss., y 173 y ss. Puede indicarse aquí un paralelo con la teoría de Kautsky, sobre que la rivalidad entre Estados imperialistas limita su cooperación.

A formação das classes dominantes regionais em Uberaba-MG: o fim do escravismo colonial entre o coronelismo e o capitalismo dependente

João Pedro Passos de Barros Borges¹

passospbb@gmail.com

Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)

Introdução

A pesquisa tem por norte debater as características da formação social brasileira dentro da transição entre o modo de produção escravista colonial e o modo de produção capitalista. O debate sobre a primeira república é, certamente amplo de literatura, contudo, pela problemática marxista, que tem o norte científico no conceito de modo de produção, acredita-se que há uma falta substancial.

Deste modo, o presente trabalho tem por objetivo dialogar com perspectivas marxistas, especialmente fundando-se argumentativamente sobre os ombros de Jacob Gorender, Ciro Flamarion Cardoso, Clóvis Moura, Décio Saes para debater proposições como as de João Manuel Cardoso de Mello. O coronelismo é o recorte, tal qual, Uberaba-MG, o qual pode-se basear a percepção do movimento histórico.

Portanto, há dois debates a serem feitos: o fim do escravismo colonial e quais condições isso impôs ao capitalismo brasileiro. E o objetivo a ser cumprido é como o movimento da luta de classes em Uberaba pode desnudar parte desse processo.

Modo de produção Escravista Colonial em declínio

Primeiramente há de se discutir que o escravismo colonial, diferente do que os apologistas discutiram, foi movido pelo conflito e como demonstrou Décio Saes, os conflitos dos quilombos no campo, tão estudados por Clóvis Moura², permitiram espaços de negociação. Deste modo, parte-se do pressuposto de que a escravidão é, tal qual postulou Jacob Gorender, uma natureza complexa, que compôs diferentes contradições que teciam a sobredeterminação do escravismo colonial.

¹ Graduando de Licenciatura em História da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) e vinculado ao grupo de pesquisa Crítica do Direito e da Subjetividade Jurídica (FDUSP).

² A diferença substancial entre os autores consiste que Jacob Gorender não debate a separação das classes sociais urbanas e rurais, o que é protagonismo de Décio Saes e já, Clóvis Moura apresenta uma contradição como explicadora do movimento. Aqui, parte-se da concepção de Gorender sobre a escravidão e do uso analítico de Décio Saes, respeitando a importância atribuída por Moura da importância da resistência dos escravizados como motor da história no escravismo.

No sentido *lato*, a escravidão nem sempre assume natureza produtiva. [...] O instituto do *peculium* permitia que administrassem oficinas, e, dessa maneira, tornavam-se eles próprios donos de escravos produtivos. Aparentemente, nada haveria de comum entre este escravo, que vivia como próspero empresário, e o seu colega carregado de grilhões e extenuado pelo trabalho nas *villas* e latifúndios. No sentido *estrito*, a escravidão é uma relação de produção. Nas formações sociais centradas no modo de produção escravista (patriarcal ou colonial), predomina amplamente o escravo trabalhador produtivo, e é a sua atividade que determina ou condiciona a generalidade da economia, inclusive suas modalidades não escravistas. Nessas formações sociais, a escravidão é a base econômica que dá fundamento a todas as esferas da vida social e se interpenetra com a política, o direito, a moral, os costumes da vida cotidiana, a psicologia coletiva e manifestações espirituais como as religiosas, artísticas, filosóficas e outras.³

Uberaba era um cenário propício às condições de negociação, dada a baixa densidade demográfica. Propõe-se a partir de uma base de autores como Louis Althusser e especialmente a relação que Alysson Mascaro⁴ e Jonathan Erkert⁵ (sob sua orientação) fazem do materialismo aleatório e da leitura das formas sociais, que o escravismo colonial como modo de produção, exercia sua reprodução em todos os espaços, como todo social; contudo, reconhece vazios de determinação.

Ou seja, que o movimento proporcionado pela luta de classes dentro das determinações do escravismo colonial, permitiu ações como que escravizados se portassem nas brechas camponesas como sujeitos de direito, ao serem reconhecidos como portadores de mercadoria, mesmo que isso não consolide a forma jurídica em si.

Esse conjunto de espaços de contradição-negociação permitiram uma relação estranha entre hipotecas e outros documentos que inclinaram-se para uma manutenção do escravismo pelas classes dominantes e compras de liberdade que aconteceriam consecutivamente em espaços de tempo diferente. Compreendeu-se, como proposto por João Pedro Passos de Barros Borges no seu artigo nos anais da ANPUH-MG 2022⁶, que essa prática se ligaria, junto a igualdade de gêneros, a um possível tráfico interprovincial que teria a propriedade do escravizado como o elemento especulativo principal de um mercado clandestino de crédito.

³ GORENDER, J. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Expressão Popular, Fundação Perseu Abramo, 2016, p. 107-108.

⁴ MASCARO, A.; MORFINO, Vittorio. *Althusser e o materialismo aleatório*. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

⁵ VON ERKERT, Jonathan Erik. *Modos de produção no Brasil: escravidão e forma jurídica*. São Paulo: Ideias e Letras, 2018.

⁶ BORGES, J. P. P de B. Atividades econômicas de escravizados em Uberaba à luz dos debates clássicos sobre escravidão. In: *Encontro Regional de História da ANPUH-MG, XXIII., 2022, UFVJM, Diamantina-MG. Anais eletrônicos*.

Portanto, o caso do escravizado que se comporta como sujeito de direito é interessante na medida em que ocorre na transição de um ciclo de hipotecas, penhoras e finanças para um momento de compras de liberdade. Isso chama atenção pois esse ciclo cessa antes da abolição.

As brechas camponesas foram, portanto, nos meios urbanos, espaços que gestaram relações sociais fora do escravismo colonial. Contudo, a reorganização da estrutura produtiva e do domínio do poder político pelas classes dominantes após o fim do escravismo colonial revelava as peculiaridades do capitalismo brasileiro. Sendo assim, acredita-se que esses espaços de negociação propiciaram a liberdade de muitos escravizados sem uma reorganização da estrutura produtiva para o trabalho assalariado, pelo contrário, como apresentado por Clóvis Moura⁷, fenômenos como a Lei de Terras de 1850 apresentam a organização do escravizado como um contingente de exército industrial de reserva para comprimir salários, principalmente, daqueles que foram a composição do proletariado imigrante brasileiro nas políticas de branqueamento que sucederam a abolição da escravatura. O debate de Moura faz parte da concepção de um escravismo tardio, o qual o modo de produção dominante começa a conviver com inserções capitalistas que começam a organizar o imigrante para ser o proletariado e garantir a não-democratização dos meios de produção, mantendo a sociedade de castas, ou para usar a expressão do autor *o moderno servindo ao arcaico*.

O fim do escravismo colonial não foi um evento de tomada e reorganização do poder, se Décio Saes⁸ fala em uma revolução popular, ou Gorender⁹ diz do único momento de uma revolução social no Brasil. Há de se dizer que o fim do escravismo veio com a rápida reorganização da classe dominante. E, logo, os espaços de negociação se transformaram, não mais na liberdade, que agora generalizada, era também dependente. O escravizado ao deixar de ser posto na condição de objeto, se via liberto, mas longe da possibilidade jurídica de associação, permanecia dependente daquele que oferecesse condições materiais. Este era o caso das formas camponesas dependentes que culminaram nas relações coronelistas de trabalho.

Tendo, não mais comportamentos de manutenção das relações escravistas, ou que indicariam imbricação das classes dominantes com as estruturas escravistas, pode-se observar então, a abertura de uma possibilidade abolicionista vinda do voluntarismo das classes médias. Não obstante, as cartas de liberdades perduram até poucos anos antes da escravidão, não tendo desde 1879 nenhuma hipoteca, penhora ou qualquer relação estrutural de crédito, mas chama muito interesse que no ano de 1888 há três contratos de locação de serviços.

A proposição é básica, pelo custeio dos escravizados, as classes dominantes viram no tráfico interprovincial uma forma de ampliar o espólio patrimonial, o que não é de se surpreender, pois a cidade se consolida junto com o aumento gradativo, não somente do número de escravizados, mas também dos valores destes nos inventários Post Mortem e então, com o crescimento dos espaços de negociação (que impulsionam novas negociações pela dificuldade de retorno dos escravizado) e com o crescimento do movimento abolicionista nos centros urbanos, as classes dominantes da localidade

⁷ MOURA, Clóvis. *Dialética radical do Brasil negro*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020.

⁸ SAES, Décio. *A formação do Estado burguês no Brasil: 1888-1891*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

⁹ GORENDER, J. *A escravidão...*, op. cit.

urbana de Uberaba parecem transformar suas estratégias de dominação para as práticas no coronelismo, aproveitando-se dos espaços de liberdade que cresceram até a abolição, instaurando não mais prática de crédito, mas a de locação de serviços de ex-escravizados endividados.

Não é de se surpreender que tais estratégias condizem com o mesmo local o qual Machado de Assis escreveu um conto o qual o senhor mentiu para o escravizado sobre a abolição da escravatura e o manteve alienado de sua nova condição jurídico-trabalhista. A dependência pessoal de seu antigo senhor, junto a liberdade de não ser mais coisa dele, é o contraste resultante do provável tráfico interprovincial, junto a ligação menos estratégica entre as classes médias e o escravismo colonial, deste modo, a classe média enquanto classe dominante local, pode-se manter-se assim, adaptando-se a realidade das classes dirigentes.

Coronelismo e capitalismo dependente

É nisso, que culmina o debate, a compreensão de como esse movimento gesta, não o capitalismo imediato, como tão discutido e exposto por Gorender e contrariando os debates sobre o capitalismo como os da Escola da Unicamp que ao dizer em capitalismo tardio e esquecendo das classes sociais, pensaram que o problema era a falta de forças produtivas, mas não que condições de classes cessaram as forças produtivas de seu desenvolvimento. Pelo contrário, o desenvolvimento capitalista que ocorre a partir do declínio da escravidão, existe imbricado ao coronelismo.

É nesse conjunto entre o capitalismo compreendido pelas formas sociais e o entendimento de que ele não cumpre um histórico dever-ser que procura-se apresentar o coronelismo como um resquício. Ao contrário, ele é uma relação dialética de um uno do arcaico e do moderno (dado que o capitalismo sempre se propôs assim, dado desenvolvimento necessário das forças produtivas para expansão do valor).

Portanto, apresenta-se a tensão exposta por João Cardoso de Mello em seu clássico e renomado livro *O capitalismo tardio*:

Com o nascimento das economias capitalistas exportadoras, já o dissemos, o modo de produção capitalista se torna dominante na América Latina. Porém, o fato decisivo é que não se constituem, simultaneamente, forças produtivas capitalistas o que somente foi possível porque a produção capitalista era exportada. Ou seja, a reprodução ampliada do capital não está assegurada endogenamente, isto é, de dentro das economias latino-americanas, face à ausência das bases materiais de produção de bens de capital e outros meios de produção. Abre-se, portanto, um período de transição para o capitalismo¹⁰.

Acredita-se que o diagnóstico de Mello compõe um erro de leitura que tende a concepções desenvolvimentistas da literatura marxista. Parece que, em alguma medida, a categoria de

¹⁰ MELLO, João Manuel C. de. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Editora UNESP; Campinas: FACAMP, 2009, p. 78-79.

subdesenvolvimento é um significado de um processo histórico de não concretização plena do capitalismo na periferia pela articulação entre as condições internas e externas.

Mello esquece-se de um elemento fundamental do processo: a luta de classes. Não à toa, o mesmo negligencia as reflexões de Ciro Flamarion Cardoso sobre um modo de produção próprio. Compreender a dinâmica da transformação da composição e interpelação das estruturas sobre as classes sociais, implica também em dizer que elas compõem e recompõem as estruturas.

O coronelismo, prática de classe emergente em Uberaba, que já apresenta sinais no ano final da escravatura, não é uma classe dominante no sentido de que assume o bloco do poder, ou o papel dirigente. Eles atuam como desorganizadores das classes assalariadas rurais pelas natureza das relações camponesas, assim sendo, o coronelismo¹¹ é sempre um aliado do bloco do poder, é uma classe que pelo materialismo dialético (filosofia de Marx) não é para-si, ela age sempre consubstanciada ao bloco de poder, que seja o industrial, o agrário ou o financeiro.

Deste modo, pela contingência histórica, o baixo nível de forças produtivas foi um elemento necessário para a articulação da dominação burguesa no Brasil. O capitalismo dependente como um movimento externo, aparece tal qual se realiza em Caio Prado Jr, contudo, articulado à própria necessidade das classes dominantes na formação social.

Coisa muito diferente se passou e se passa nos países subdesenvolvidos de hoje. O capitalismo, ao se expandir e estruturar no curso do século passado por certas áreas que foram as que acima referimos, alcançava também outras e se incluía em seu sistema, embora em plano distinto. Trata-se daquelas que compreendem os países e povos coloniais e semicoloniais da Ásia, América e África. Êsses países subdesenvolvidos não se estruturaram com formas e relações do tipo daquelas que encontramos nos países pròpriamente capitalistas; e apesar das transformações que sofreram, e que continuam a se processar, permaneceram como que à margem dos sistema capitalista internacional e nêle entrosados perifêricamente como parte complementares e dependentes. Internamente conservaram no essencial a organização econômica que lhes vinha do passado; e é só muito recentemente que começaram a se transformar e estruturar em formas capitalistas. Mesmo só uma parte daqueles países alcançou um nível apreciável de desenvolvimento capitalista. Essa transformação e evolução se realizam todavia numa situação econômica bem diversa daquela que encontraram as áreas retardatárias do capitalismo do século passado, como por exemplo os Estados Unidos relativamente aos grandes centros europeus do capitalismo de então. Hoje as novas áreas retardatárias, que são os países subdesenvolvidos, se acham neste mundo de economia trustificada descrita no capítulo anterior. Isto é, uma economia centralizada e monopolista onde as posições de mando se encontram ocupadas, e a falta de verdadeira liberdade econômica (como aquela que imperava sob o capitalismo liberal do século passado) fecha as perspectivas para aqueles que ficaram para trás. Entre o capitalismo liberal e ainda largamente descentralizado do século passado, e o sistema trustificado de nossos dias, vai uma grande diferença no que respeita os países menos

¹¹ SAES, D. *Estado e democracia: ensaios teóricos*. São Paulo: UNICAMP, 1990.

desenvolvidos, como se observa particularmente bem no tipo das inversões internacionais de uma e de outra época.¹²

Diz-se isto, pois diferente da rejeição de Caio Prado Jr. de Louis Althusser, considera-se um acerto do pensador franco-argelino, as questões relativas à transição.

O modo de produção capitalista que nasce sobre e da decomposição dos modos de produção pré-capitalistas (não somente o feudal, mas também outros modos de produção, não somente aí onde não há feudalismo – por exemplo, o modo de produção asiático, ou o modo de produção de linhagem, ou os restos do modo de produção escravagista), decompõe-se ele mesmo desde seu nascimento, por uma razão simples: o antagonismo da relação de produção capitalista. Esse antagonismo desde a origem, e desde a origem ele produz efeitos de decomposição do fato de seu antagonismo (luta de classes) que afetam as formas de existência do modo de produção capitalista (divisão do trabalho, organização do trabalho, família e outros aparelhos ideológicos de Estado).¹³

A formação social brasileira não decompôs outros modos de produção, senão modos de produção historicamente novos e é nesse interstício que o capitalismo dependente pode ser compreendido. O capitalismo e sua modernização que atravessaram o Brasil, pouco foram incompletos, ao contrário, demoliram e inseriram as classes subalternas a sua lógica, contudo, não deixaram de operar suas condições específicas de dominação.

O atraso e o moderno são, portanto, um Uno na realidade brasileira, o qual o coronelismo e a moderna indústria capitalista são múltiplos que nada mais decompõe que o mesmo Uno: o capitalismo dependente. Mesmo que tal denominação pareça fugir do paradigma marxista ao se aproximar do diálogo de Platão com Parmênides¹⁴, propõe-se que este não está acima (mundo das ideias) por não dizer a respeito à História ou ser um elemento transcendental, ele o é enquanto imperativo, devido ao fato de que as revoluções brasileiras como as de 1888 e 1930 não foram um período revolucionário, pelo contrário, a segunda aparece em Gorender como uma revolução complementar para a instauração do caráter capitalista.

É nessa manutenção histórica de um conjunto de condições que afirma-se que o Uno é o capitalismo, aquilo que transcende e articula as classes; neste caso específico, aquilo que constrange o múltiplo a si, aquilo que assimila o diferente e o faz parte de si; faz o aquilo que não é em si ser para si. Faz com que relações de produção e classes não capitalistas operem em favor da reprodução da dominação capitalista. O capitalismo brasileiro é uma forma inteligível ao passo em que foge da descrição e se apresenta como um mosaico que articula diferentes elementos, ou para utilizar de Althusser, das ruínas de modos de produção antecessores.

¹² PRADO JR., Caio. *Esbôço dos fundamentos da teoria econômica*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961, p. 194-195.

¹³ ALTHUSSER, L. *Escritos sobre a História: 1963-1986*. São Paulo, SP: Editora Contracorrente, 2022, p. 104-105.

¹⁴ Cf. PLATÃO. *Parmênides (o uno e o múltiplo, as formas inteligíveis)*. Tradução de Carlos Alberto Nunes. [s.l.]: [s.e], 2012. Disponível em: <https://www.amazon.com.br/Parm%C3%AAnides-uno-m%C3%BAltiplo-formas-intelig%C3%ADveis-ebook/dp/B00AGJHU1C>. Acesso em: 3 de dezembro de 2022.

Para adiantar as conclusões e críticas, portanto, que mais que a ausência da luta de classes, há na tradição da Escola de Campinas, uma reprodução do paradigma do dualismo estrutural de Celso Furtado, que ela tenta escapar.

Contudo, as questões respectivas ao entrelaçamento entre o escravismo colonial enquanto modo de produção e o capitalismo dependente não podem ignorar que a proposta de Gorender do modo de produção se lança contrariamente aos escritos de Florestan Fernandes. E, mesmo que Clóvis Moura tenha utilizado o termo em *Dialética Radical do Brasil Negro*, o autor não utiliza um arcabouço teórico explicativo do que considera dependência, nem se lança a debater as críticas. O mesmo se diz de *Ciro F. S. Cardoso*¹⁵.

Conclusão

É nisso que o necessário movimentos das fontes aparecem, dado que as manumissões e compras de liberdade são em paralelo as alocações de serviços, as fontes finais da escravidão em Uberaba. Um adendo importante é que isso não serve para dizer que os espaços de resistência resultaram em espaços de negociação, não se trata de nenhuma apologia do fetichismo ao fetichismo; pelo contrário, é compreender que as classes médias que como dirigentes, capitanearam as contradições do escravismo colonial na fundação do Estado Burguês.

Mas estas classes, em Uberaba, o fizeram não somente pela aludida ideologia burguesa como apontaria Décio Saes, mas no encontro específico entre a ideologia burguesa da liberdade e a dominação dependente que constitui crescentemente seus espólios na formação tardia da cidade. A urbanização no fim do escravismo, como aponta Moura, realmente, compõe as contradições que germinam no fim do escravismo colonial, o capitalismo dependente. Diz-se disto que, a modernização conservadora é resultado necessário de como se compuseram as classes sociais, o arcaico remanescente não é senão condição necessária das classes dominantes e Uberaba parece ter no declínio do escravismo, os elementos necessários.

¹⁵ Cf. CARDOSO, C. F. S. *Escravo ou camponês?: o protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

A Questão Negra e a Fundação Ford: uma nova pedagogia da hegemonia?

Luciano da Silva Barboza
lucianoarquivos@yahoo.com.br
LIEPE-UFRRJ

A pesquisa em desenvolvimento é sobre a classe dominante, a educação e a questão negra no Brasil. Esta pesquisa se insere no Laboratório de Investigações em Estado, Poder e Educação (LIEPE) nos estudos realizados sobre a frente social-liberal. A educação como política pública possui disputas no interior do Estado Ampliado, e pretendemos compreender a atuação da classe dominante e o processo de atualização das estratégias de dominação utilizadas pela burguesia, que tem na educação pública o principal sustentáculo para a difusão do seu projeto de poder, para o controle dos ideais da classe trabalhadora e para a manutenção do atual modo de produção capitalista em sua fase social-liberal.

O capitalismo contemporâneo é marcado por atividades desenvolvidas pelos inúmeros Aparelhos Privados de Hegemonia que fazem a difusão da Nova Pedagogia da Hegemonia no Brasil, dentre estes selecionamos para esta pesquisa a Fundação Ford estadunidense. Essa escolha foi feita de acordo com sua centralidade no financiamento de ações educacionais relacionadas à questão racial no Brasil nos últimos cinquenta anos.

A Fundação Ford foi fundada em 1934 em Detroit para fazer filantropia, a filantropia compensa economicamente, porque melhora a imagem da empresa diante dos consumidores, gerando o aumento das vendas da empresa com compromisso social. Além disso, a filantropia gera redução de impostos para a empresa proporcionando recompensas financeiras pelo código fiscal dos Estados Unidos. Atualmente a Fundação Ford é uma entidade sediada na cidade de Nova Iorque. A fundação financia com recursos próprios programas de promoção da democracia visando o fim do racismo e da pobreza. Sendo assim, a Fundação Ford se diferencia das Organizações Não Governamentais, Institutos e Fundações que são dependentes da captação de recursos por parte dos governos e fundações privadas. A seguir citaremos a definição de sua história no Brasil feita pela Fundação Ford:

Desde 1962 incentivamos o debate aberto e a ação relacionados aos principais desafios enfrentados pelo Brasil: fortalecer os valores democráticos, promover a cooperação internacional e erradicar a pobreza e a injustiça. Nosso escritório no Rio de Janeiro tem apoiado iniciativas para levar mudanças positivas aos sistemas e instituições públicos que perpetuam a desigualdade, a discriminação e a exclusão. Nos primeiros anos do nosso escritório brasileiro, quando o país ainda estava sob uma ditadura, fizemos doações para pesquisa e treinamento em áreas como educação, desenvolvimento, saúde e ciências sociais. A fundação teve um papel

ativo na criação e apoio a diversas instituições de pesquisa que se tornaram importantes recursos nacionais e internacionais e centros de resistência intelectual.¹

Por um lado, a Fundação Ford teve um papel protagonista financiando as Ciências Sociais através de pesquisas de pós-graduação e promovendo os valores da Fundação Ford de cooperação internacional que certamente foram alcançados neste período. Por outro lado, os ideais de fortalecer os valores democráticos foram colocados em prática pela Fundação Ford principalmente após a Ditadura Empresarial-Militar brasileira (1964-1985), quando a entidade se debruçou sobre o tema da injustiça social financiando Organizações Não Governamentais, Institutos e Fundações com iniciativas contra a discriminação racial e as desigualdades sociais perpetuadas.

A história da Ford Motors Company se confunde com a história da família Ford que cria sua fundação filantrópica em 15 de janeiro de 1936 e por isso obteve isenções de pagamentos fiscais de impostos junto ao governo estadunidense. Edsel Ford foi o primeiro presidente da Fundação Ford e foi também presidente da Ford Motors Company, criada por seu pai Henry Ford. Mas foi Henry Ford II que desenvolveu o trabalho da Fundação Ford junto à política externa dos Estados Unidos, no contexto do final da II Guerra Mundial e do lançamento da Doutrina Truman estadunidense de combate aos ideais da União as Repúblicas Socialistas Soviéticas. A Fundação Ford abriu seu escritório no Brasil em outubro de 1962, na cidade do Rio de Janeiro, através do advogado Price Waterhouse, mediante a assinatura de um acordo com o governo brasileiro. Esse acordo é válido legalmente ainda hoje e é ele que dá a liberdade necessária para o desenvolvimento do trabalho de filantropia no Brasil da Fundação Ford. A Fundação Ford não possui mais ações da Ford Motors Company, atualmente seus investimentos são para custear seus programas sociais.

Nos últimos cinquenta anos a atuação da Fundação Ford possui uma centralidade no financiamento de ações educacionais relacionadas à questão racial. Analisaremos o papel que a entidade exerce no tocante a promoção do discurso educacional de combate às desigualdades raciais no Brasil, conformado aos ideais do social-liberalismo. Como referencial de pesquisa empírica, pretendemos identificar, mapear e analisar a Fundação Ford no contexto que se verifica uma nova sociabilidade do capital na sociedade contemporânea. Os esforços de pesquisa passaram a buscar compreender como a Fundação Ford se inseriu e o impacto desta inserção naquilo que Neves (2005) e Martins (2010) denominaram como Nova Pedagogia da Hegemonia, a partir de um movimento da “direita para o social” no qual a emergência de bandeiras de luta e resistências, empenhadas historicamente pela classe trabalhadora, passaram a ser portadas por grupos, associações e organizações da classe dominante.

Neves inspirada por Gramsci, que possibilita o arcabouço teórico para compreendermos o projeto de sociabilidade da classe dominante e por seus conceitos de Estado Ampliado e Hegemonia, desenvolveu o conceito de uma pedagogia da hegemonia do Estado capitalista para interpretarmos esse processo histórico contemporâneo. Segundo Neves:

¹ FUNDAÇÃO FORD. História. Disponível em: <https://www.fordfoundation.org/our-work-around-the-world/brazil/history> . Acesso em 12/05/2022.

Na condição de educador, o Estado capitalista desenvolveu e desenvolve uma pedagogia da hegemonia, com ações concretas na aparelhagem estatal e na sociedade civil. Esse conceito, embora não tenha sido utilizado explicitamente por Gramsci, é por ele inspirado.²

Martins e Neves explicam concretamente a relação entre a Nova Pedagogia da Hegemonia e a difusão pedagógica dos novos consensos relacionando com as características do bloco histórico:

Uma das principais características do bloco histórico que se forma a partir da nova pedagogia da hegemonia, envolvendo a formulação de novas teorias, a formação de novos intelectuais orgânicos e a difusão pedagógica dos novos consensos, é o realinhamento ideológico de teóricos e de forças políticas nas relações sociais e de poder. Esse realinhamento sugere que, com a ‘crise do marxismo’, a ‘morte do socialismo’ e a ‘insuficiência da perspectiva neoliberal’, o futuro da política estaria localizado num plano que vai além das formas clássicas ‘esquerda’ e ‘direita’. A aposta mais significativa da nova pedagogia da hegemonia é o complexo movimento concomitante de criação de novos sujeitos políticos coletivos, de reconversão dos antigos sujeitos políticos coletivos e de desorganização da visão crítica ao capitalismo para a construção do novo consenso.³

Acerca da recomposição burguesa verificada, a partir dos anos 1990, neste artigo trabalharemos com a formulação produzida por Castelo (2011) na definição do social-liberalismo. A formulação deste autor em sua tese de doutorado intitulada “O social-liberalismo: uma ideologia neoliberal para a questão social no século XXI” nos ajudou decisivamente ao definir conceitualmente o social-liberalismo. Segundo Castelo:

O que se sugere aqui é que o receituário-ideal neoliberal e o social-liberalismo não são dois projetos distintos, um conservador, e o outro reformista que busca superar o primeiro; trata-se, acima de tudo, do mesmo programa reformista-restaurador operado por forças políticas diferentes do ponto de vista da sua história e das suas bases sociais, mas que por meio da emergência da supremacia neoliberal, articulou um bloco social capaz de aglutinar grupos até então adversários.⁴

A hipótese desta pesquisa é que a Fundação Ford tenha tido papel relevante no processo de recomposição burguesa, atuando enquanto um intelectual coletivo, ou um Aparelho Privado de Hegemonia, assumindo na divisão intelectual do trabalho pedagógico de hegemonia da classe dominante a função de operar em áreas, temas e lutas, como a questão racial.

² NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005, p. 27.

³ MARTINS, André Silva. NEVES, Lúcia Maria Wanderley. *A nova pedagogia da hegemonia e a formação/atuação de seus intelectuais orgânicos*. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). *Direita para o social e esquerda para o capital: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil*. São Paulo: Xamã, 2010, p. 25.

⁴ CASTELO, Rodrigo. *O social-liberalismo: uma ideologia neoliberal para a “questão social” no século XXI*. Tese de Doutorado: UFRJ/ESS, 2011, p.273.

Racismo estrutural

Abordamos neste artigo a questão do racismo através da compreensão da história da luta de classes, ou seja, através da compreensão teórica do materialismo histórico e dialético e da crítica ao antirracismo liberal que busca restringir a problemática racial a uma problemática de cidadania circunscrita, ou seja, dentro do sistema capitalista. Para isso nos inspiramos no conceito de racismo estrutural sistematizado por Almeida:

A tese central é a de que o racismo é sempre estrutural, ou seja, de que ele é um elemento que integra a organização econômica e a política da sociedade. Em suma, o que queremos explicitar é que o racismo é a manifestação normal de uma sociedade, e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade. O racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea. De tal sorte, todas as outras classificações são apenas modos parciais – e, portanto, incompletos – de conceber o racismo. Em suma, procuramos demonstrar nesse livro que as expressões do racismo no cotidiano, seja nas relações interpessoais, sejam na dinâmica das instituições, são manifestações de algo mais profundo, que se desenvolve nas entranhas políticas e econômicas da sociedade.⁵

Para Almeida a atual sociedade não pode ser compreendida sem os conceitos de racismo e de raça porque o racismo fornece a lógica, o sentido e a tecnologia para a reprodução das formas de violência e desigualdade social que afligem a raça negra no Brasil. Compreendemos nesta pesquisa o racismo como um problema estrutural da sociedade de classes, relacionado diretamente a luta de classes sociais que se desenvolveu nas entranhas políticas e econômicas desde a sociedade colonial brasileira que transitou historicamente para a sociedade capitalista.

O racismo estrutural é fruto de um processo histórico determinado e específico e o trabalho escravo foi uma das marcas da colonização portuguesa na América. Para produzir gêneros tropicais em larga escala, era fundamental que houvesse terras e um fluxo contínuo de mão-de-obra. Como as terras eram abundantes no Brasil, as famílias portuguesas que porventura se deslocassem para a colônia teriam amplas condições de ocupa-las e cultiva-las para garantir sua sobrevivência. Em função disso, certamente não estariam dispostas e nem poderiam ser obrigadas a trabalhar nas grandes fazendas de açúcar. Deste modo a opção pelo trabalho escravo se apresentou como uma solução racista, pois a escravidão em Portugal era vista como algo natural, mas não foi somente como instrumento produtivo que a escravidão foi apreciada pelos que a sustentaram, foi também pelos resultados políticos e sociais, como o meio de manter uma forma de sociedade colonial no Brasil na qual os senhores de escravizados são os únicos depositários de prestígio social e poder político.

O racismo estrutural foi historicamente construído ao longo de séculos na sociedade brasileira. Lima, organizadora do livro *Capitalismo dependente, racismo estrutural e educação*

⁵ ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo Estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019, p.21.

brasileira: diálogos com Florestan Fernandes, afirma que no Brasil opera uma segregação dissimulada e sutil de relação racial que articula heteronomia de raça e heteronomia econômica. Para Lima o conceito de heteronomia racial de Fernandes é fruto do processo histórico do antigo sistema colonial, mas também do modelo republicano capitalista instalado no Brasil, que manteve os privilégios da burguesia brasileira, escamoteando esse processo de manutenção das desigualdades sociais com o discurso da igualdade jurídica formal do regime republicano. Segundo Lima:

Na atualidade, a interface entre heteronomia econômica, política e social e heteronomia racial manifesta-se na manutenção de uma superpopulação excedente excluída ou incluída de forma subalternizada no mercado de trabalho; na aparência de uma igualdade jurídica/formal para todos, negros e brancos, omitindo que a heteronomia racial é um traço constitutivo/estruturante do capitalismo dependente e na resposta do Estado para o enfrentamento da histórica conjugação entre heteronomia econômica, política e social e heteronomia racial: a criminalização do trabalhador negro pelo encarceramento e seu extermínio.⁶

O capitalismo é um sistema econômico, político e social centrado na acumulação de capitais e na obtenção lucros. As desigualdades sociais brasileiras historicamente construídas em um país de capitalismo dependente e a sua manutenção através da superexploração da mão de obra negra, demonstra o racismo estrutural em uma sociedade de classes sociais antagônicas. A dinâmica social metabólica do capitalismo se relaciona com o racismo, pois a superexploração de mão de obra negra aumenta a extração das taxas de mais valia, por isso os negros atualmente recebem em média os piores salários no Brasil, porque o preconceito sobre os negros diminui as possibilidades de emprego, o que facilita para a burguesia fazer a superexploração da mão de obra negra. A lógica do lucro e da exploração da mais-valia do sistema capitalista faz os capitalistas se aproveitarem do racismo para pagar menores salários às negras e aos negros, pois estes estão desempregados em maior número no mercado de trabalho por causa do racismo estrutural e por isso acabam aceitando salários mais baixos para não morrerem de fome. Para a burguesia atualmente é uma enorme vantagem comercial contratar negros, pois é mais lucrativo para a empresa contratar um negro e pagar menores salários em média, como comprova historicamente os atuais dados do IBGE sobre a inserção dos negros no mercado de trabalho formal. Sendo assim, contratar mão de obra negra aumenta a competitividade das empresas na concorrência capitalista, gerando um produto final mais barato oriundo dessa superexploração da mão de obra negra.

A Fundação Ford e a questão negra na visão de intelectuais

Influenciado pela relevância da compreensão do conceito de racismo estrutural de Almeida, essa pesquisa visa examinar a relevante contribuição da Fundação Ford no apoio as pesquisas sobre a questão racial no Brasil, em razão da persistência das desigualdades raciais em nosso país. A Fundação Ford financiou dezenas de Organizações Não Governamentais, Institutos e Fundações que abordam a temática negra e que ajudam a difundir práticas pedagógicas antirracistas. Nesta

⁶ LIMA, Kátia Regina de Souza (Org.). *Capitalismo dependente, racismo estrutural e educação brasileira: diálogos com Florestan Fernandes*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020, p. 72.

pesquisa nos interessa particularmente focar na interpretação da elaboração teórica elaborada diretamente pela Fundação Ford sobre a questão negra, compreendendo que as diversas entidades financiadas pela fundação são signatárias das concepções sociais-liberais de combate ao racismo, que de forma transversal estão presentes nas escolhas que a fundação faz para financiar um projeto. A Fundação Ford não possui uma cartilha antirracista pública pra selecionar os financiados, por isso interpretaremos suas concepções através dos textos escritos em seu site e através dos textos do seu intelectual orgânico Roque sobre esta temática racial.

Começaremos nossa análise pelas publicações sobre a temática negra no site da fundação. A Fundação Ford possui em seu site uma seção chamada: Justiça de Gênero, Racial e Étnica; onde apresenta suas preocupações sociais, destacando a questão racial:

Apesar do progresso significativo, a desigualdade estrutural baseada em gênero, raça, classe, deficiência e etnia persiste em todo o mundo e é agravada e complicada pelos desafios de hoje. A violência baseada em gênero – enraizada no patriarcado e nas leis, políticas e normas culturais destinadas a restringir direitos – inflige danos físicos, psicológicos e econômicos profundos e duradouros. Pessoas de cor são desproporcionalmente policiadas e encarceradas. Imigrantes e pessoas LGBTQ+ são alvos simplesmente por serem quem são. Mas as realidades de hoje ajudaram a alimentar novos líderes e movimentos vibrantes, envolvidos em advocacia inovadora e forjando alianças poderosas. No Sul Global, há esforços em andamento para reformular narrativas para representar as experiências de mulheres e meninas em todo o mundo. Nos Estados Unidos, os jovens estão liderando novos movimentos pelos direitos dos imigrantes e pela justiça racial que estão desafiando a xenofobia, defendendo vidas negras e questionando a equação de polícia e prisões com segurança pública. Nosso trabalho é apoiar as pessoas e organizações corajosas no centro dessa luta para alcançar mudanças políticas e sociais duradouras. Reconhecemos que raça, gênero, classe, deficiência e identidade étnica estão profundamente conectadas – muitas vezes inextricavelmente – e garantimos que nossos esforços estejam enraizados nesse entendimento. É um entendimento que informa nosso compromisso de mudar a dinâmica do poder repressivo e fortalecer os direitos e a influência daqueles mais afetados pela violência, opressão e injustiça em todo o mundo.⁷

A Fundação Ford compreende a desigualdade social como estrutural baseada nas distinções de gênero, raça, classe e deficiência que podem se interseccionar, gerando diversas violências sofridas pelos oprimidos. Os negros especialmente sofrem com a violência policial e com as prisões, colocando a necessidade de justiça racial no centro deste processo de luta por direitos sociais. O apoio da Fundação Ford se expressa no apoio financeiro aos ativistas das causas negras por justiça racial para garantir que vidas negras importem, para dismantelar as estruturas opressivas que perpetuam a violência contra negros.

⁷ FUNDAÇÃO FORD. *Justiça de Gênero, Racial e Étnica*. Disponível em: <https://www.fordfoundation.org/work/challenging-inequality/gender-racial-and-ethnic-justice/> . Acesso em 04/08/2022.

O intelectual orgânico social-liberal principal da Fundação Ford atualmente no Brasil é Roque que é o diretor regional da Fundação Ford responsável pelo Brasil desde 2017. Ele é negro e nasceu no subúrbio, formou-se historiador pela UFRJ e mestre em ciências políticas pelo IUPERJ, foi diretor-executivo da Ação Ajuda Internacional nos EUA e do Instituto de Estudos Socioeconômicos, além de ter sido diretor-executivo da Anistia Internacional no Brasil. Roque possui uma coluna no Jornal Nexo com vários textos autorais que analisamos, são eles: A violência que corrói o pacto social brasileiro de 12 de julho de 2022; A esperança no Brasil renasce das cinzas do carnaval de 03 de maio de 2022; Com quantas pauladas se mata a esperança de um país? De 08 de fevereiro de 2022; Reflexões sobre um Brasil que resiste ao esquecimento de 25 de janeiro de 2022; Em busca de pensamentos felizes em tempos de guerra de 30 de novembro de 2021; Vivemos tempos de lutos reprimidos e silenciados de 02 de novembro de 2021; Precisamos falar sobre o genocídio do negro brasileiro de 21 de setembro de 2021; Durban quebrou o silêncio global sobre o racismo de 07 de setembro de 2021, dentre outros.

Roque publicou no dia 21/12/2020 um artigo intitulado: 'Setor privado tem a oportunidade histórica para romper 'pacto racista', publicado no jornal Folha de São Paulo. O autor escolheu este artigo para publicar de forma fixa e pública na plataforma on line linkedin em seu perfil e, sendo assim, entendemos que seja o mais emblemático selecionado por ele para expor suas ideias. Neste artigo Roque afirmou:

No Brasil não foi diferente. Os protestos massivos no mundo inteiro deram visibilidade à luta histórica dos negros brasileiros, para que o racismo estrutural seja considerado fator determinante das desigualdades sociais no Brasil. Como diz um manifesto recente da Coalizão Negra Por Direitos, "com racismo não há democracia. (...) A cobrança da sociedade e, em especial, dos diversos movimentos e coletivos de jovens negros que ganharam protagonismo na última década, exige que a agenda da igualdade racial entre na equação dos negócios, ao lado dos temas mais consagrados como sustentabilidade e educação. (...) A agenda de justiça racial, no entanto, ainda representa uma parte ínfima desses investimentos, conforme dados coletados pelo Censo Gife, somente 2% têm foco prioritário na população negra. O lançamento recente de um Guia dos Investidores Sociais Privados (ISP) para o apoio à equidade racial, mostra o quanto o setor se viu desafiado a assumir o papel que se espera, de quem ocupa um lugar de tanto privilégio. Empresas, fundações e investidores privados estão desafiados a criar áreas de investimento voltadas para a equidade racial, com garantia de acesso a recursos para organizações negras e soluções voltadas ao combate ao racismo estrutural. O setor privado e a sociedade têm hoje uma oportunidade histórica para romper com o pacto racista que persiste por tanto tempo no Brasil.⁸

Roque compreende que o racismo estrutural é fator determinante das desigualdades sociais no Brasil e defende um Estado de Direito sem racismo, ou seja, sua visão é coerente com a ideologia social-liberal da Fundação Ford. O autor defende uma democracia que consiga uma ruptura gradual

⁸ ROQUE, Atila. Setor privado tem oportunidade histórica de romper pacto racista. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 21 dez. 2020. Disponível em: https://www.linkedin.com/pulse/setor-privado-tem-oportunidade-hist%C3%B3rica-para-romper-pacto-roque?trk=public_profile_article_view . Acesso em: 09/07/2022.

com o patrimonialismo escravista ainda presente na sociedade brasileira, que é profundamente racista e violento. Roque defende o protagonismo de novos atores sociais na sociedade civil como as juventudes negras das periferias, as mulheres negras, as populações indígenas e os quilombolas. O autor explica através dos dados do Censo do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas da qual a Fundação Ford faz parte, o baixo investimento de 2% das empresas privadas na justiça racial e a iniciativa deste setor através da Guia dos Investidores Sociais Privados para tentar reverter este quadro, através do apoio à equidade racial. Ainda segundo Roque no artigo: Durban quebrou o silêncio global sobre o racismo, publicado em sua coluna no jornal nexo no dia 07/09/2021:

No Brasil, nunca esteve tão claro o quanto o desprezo e o ódio aos pobres, negros e indígenas se sustentam na persistência do racismo e dos valores de uma suposta supremacia branca européia. O racismo estrutura as nossas desigualdades e constitui a base do nosso autoritarismo; é o alimento ideológico que sustenta a violência seletiva que marca tão profundamente a nossa formação histórica. Não se trata de um racismo qualquer, mas um racismo que herdamos da desumanização das pessoas negras decorrente de três séculos e meio de escravismo, e de uma ideologia de branqueamento que se alinha com o pensamento colonial moderno. O colonialismo requer a desumanização do negro e a supremacia do branco-europeu. O moderno regime de castas é o reflexo dessa complexa gradação de humanidades, onde na ponta da negação completa se encontra o negro-africano e, na outra ponta, o branco-europeu, “naturalmente” superior. A branquitude é o sistema de poder que gerencia as nuances de pertencimento entre esses dois extremos (e as diferentes estratégias de “branqueamento”) que vai colocar cada um no seu devido lugar, como bem elabora Isabel Wilkerson em um instigante livro publicado recentemente.⁹

Roque apresenta sua leitura histórica sobre o racismo no Brasil, onde o racismo e a violência são elementos centrais, em um processo permanente de desumanização do outro, geralmente negros e indígenas. Além disso, o autor cita o livro: Casta as origens de nosso mal-estar escrito pela jornalista estadunidense Isabel Wilkerson, que compara os Estados Unidos, a Índia e a Alemanha nazista, compreendendo o mundo através do conceito de casta (inspirada na sociedade indiana), mas compreendida pela autora como as fronteiras que reforçam os papéis estabelecidos na aparência das pessoas, com consequências na hierarquia ocupacional que divide o trabalho de acordo com a posição da pessoa nas castas, atribuindo aos de casta inferior piores trabalhos. A citação de Roque é coerente com os princípios de social-liberalismo da Fundação Ford, que não compreende o mundo através da luta de classes sociais, mas compreende através de castas que é um conceito utilizado pela sociologia estadunidense. Roque no dia 02/08/2021 em artigo intitulado: ‘Segurança pública, racismo e a construção dos sujeitos “matáveis” no Brasil’, publicado no jornal Nexo afirmou:

Excepcionalmente também vemos o assassinato de negros e o racismo institucional das polícias receberem manchetes de primeira páginas e longas coberturas televisas no decorrer de semanas à fio, como vimos com o assassinato por um policial do jovem Michael Brown, em Ferguson, Missouri, nos EUA. A distância tranquiliza e

⁹ ROQUE, Atila. Durban quebrou o silêncio global sobre o racismo. *Jornal Nexo*. 07 set. 2021. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/colunistas/2021/Durban-quebrou-o-sil%C3%A2ncio-global-sobre-o-racismo> . Acesso em 28/07/2022.

liberta a emoção e a indignação frente a histórias de vidas e sonhos brutalmente interrompidos. A violência e a discriminação nos outros incomoda, mas entre nós produz silêncio e negação. Essas têm sido as principais estratégias adotadas pela sociedade e pelo Estado brasileiro para lidar com as duas características estruturantes e organizadoras das desigualdades e do poder no Brasil: o racismo e a violência. Não gostamos do que vemos no espelho e preferimos negar e calar, valorizando as narrativas – constantemente renovadas desde antes da República e, sobretudo, após o fim da escravidão – que destacam o país pacífico e não racista. De maneira recorrente em nossa história a violência foi explicada e justificada como episódios isolados controlados (leia-se brutalmente reprimidos) pelas forças da ordem (Revolta dos Males, Palmares, Canudos). A “democracia racial” foi ativamente procurada através de políticas públicas que variavam da promoção do “embranquecimento” através do incentivo a imigração europeia, à valorização da mestiçagem, juntamente com a permanente desqualificação simbólica de tudo que remetesse a ascendência africana, amplamente majoritária, de nossa população. Sem esquecer da perseguição e repressão ativa ao longo de todo o século 19 e boa parte do século 20 de diversas manifestações da cultura e das religiões de matriz africanas. Esse é, em linhas muito gerais, o contexto histórico que se encontra na raiz do racismo e da violência cotidiana que corrói cada vez mais profundamente o Estado de Direito e a democracia no Brasil e que raramente mobiliza, a não ser excepcionalmente, as chamadas classes média e alta em nossa sociedade.¹⁰

Roque explicita sua posição sobre o racismo no Brasil, em consonância com a posição da Fundação Ford que ele dirige no Brasil, descrevendo inclusive sua visão histórica deste processo, através da compreensão de que o racismo é estrutural para as desigualdades sociais no Brasil, enfatizando a violência que é cometida historicamente. Roque no artigo intitulado: ‘A violência que corrói o pacto social brasileiro’ publicado no Nexo Jornal, no dia 12/07/2022, afirmou:

O padrão de desigualdades persistente no Brasil somente se sustentou ao longo da história, sem rupturas bruscas, nem situações de convulsões sociais generalizadas, por conta de uma sofisticada engenharia social que foi capaz de manter a ordem e conter a revolta através de um exercício cotidiano de subalternização que tem no racismo e na administração da violência os seus principais fatores. A violência institucional se articulou com a violência do racismo, do patriarcado, do machismo, da LBGTI+fobia e de outras formas de subalternização profundamente arraigadas na sociedade brasileira.¹¹

Roque explica sua compreensão sobre os motivos das desigualdades persistentes no Brasil através do racismo estrutural e da violência estatal, ambos historicamente construídos na sociedade

¹⁰ ROQUE, Atila. Segurança pública, racismo e a construção dos sujeitos “matáveis” no Brasil. *Jornal Nexo*. 02 ago. 2021. Disponível em: https://pt.linkedin.com/pulse/seguran%C3%A7a-p%C3%BAblica-racismo-e-constru%C3%A7%C3%A3o-dos-sujeitos-mat%C3%A1veis-roque?trk=pulse-article_more-articles_related-content-card . Acesso em 15/07/2022.

¹¹ ROQUE, Atila. A violência que corrói o pacto social brasileiro. *Jornal Nexo*. 12 jul. 2022. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/columistas/2022/A-viol%C3%Aancia-que-corr%C3%B3i-o-pacto-social-brasileiro> . Acesso em 09/08/2022.

brasileira, ou seja, Roque e por consequência a Fundação Ford compreendem a formação social brasileira como violenta e racista, mesma compreensão que os autores que se utilizam do materialismo histórico e dialético escreveram ao longo do último século, apesar de Roque não trabalhar com o paradigma da luta de classes sociais. Essa proximidade entre os sociais-liberais e os marxistas na análise da realidade racial brasileira, mesmo utilizando um instrumental teórico para a análise muito divergente, demonstra na prática que a violência que marca a sociedade brasileira é uma realidade forjada em dados estatísticos comprovatórios ao longo da história brasileira. Roque reforça sua compreensão histórica da realidade do negro no Brasil no artigo intitulado: 'Em busca de pensamentos felizes em tempos de guerra' publicado no Nexo Jornal, no dia 30/11/2021, onde afirmou:

Um poder que se estabeleceu a partir da propriedade de terras e de homens, montado sobre o escravismo e renovado pelo mito supremacista branco, embalado cuidadosamente por políticas públicas de embranquecimento e de controle social no pós abolição. Uma herança permanentemente atualizada. Um racismo nunca verdadeiramente contestado, com raras exceções, nem pela direita, nem pela esquerda. Uma classe senhorial sustentada pela exploração de mãos negras que ali sempre estiveram para servir, corpos escravizados ou quase escravizados, submetidos pela violência e também por uma cultura de subalternização que alcança, em maior ou menor medida, toda a sociedade.¹²

Roque critica: a escravidão e toda sua violência; o duradouro mito da democracia racial e do país mestiço cordial que escondeu o racismo estrutural; as políticas públicas de embranquecimento e de controle social. Roque em outro artigo intitulado: 'Sobre privilégio: Por que o desconforto é um sinal de progresso' publicado no site da Fundação Ford, no dia 16/08/2016, afirmou:

Cerca de uma década atrás, quando a política de cotas foi implementada pela primeira vez no Brasil, ela ajudou a tornar a educação superior possível para uma população de jovens que até então não imaginavam que isso poderia ser parte de suas vidas. A reação foi brutal: palavras ferozes de ressentimento, acusações de "racismo reverso", argumentos de que as quotas contradizem o mérito e levariam a um declínio na qualidade acadêmica, e assim por diante. Nós ainda ouvimos esses argumentos hoje, apesar do fato de que o desempenho dos alunos provou que esses críticos estão errados. A política de cotas (e outras políticas afirmativas) deixam as pessoas incomodadas - especialmente as pessoas que desfrutam de privilégios e os recebem como direitos naturais. Mas essas políticas fazem uma grande diferença, ampliando o leque de oportunidades para aqueles situados à margem dos privilégios.¹³

¹² ROQUE, Atila. Em busca de pensamentos felizes em tempos de guerra. *Jornal Nexo*. 30 nov. 2021. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/colunistas/2021/Em-busca-de-pensamentos-felizes-em-tempos-de-guerra>. Acesso em 28/07/2022.

¹³ ROQUE, Atila. Sobre privilégio: Por que o desconforto é um sinal de progresso. *Site da Fundação Ford*. 16 ago. 2017. Disponível em: <https://www.fordfoundation.org/news-and-stories/stories/posts/sobre-privilegio-por-que-o-desconforto-e-um-sinal-de-progresso/>. Acesso em 14/07/2022.

Roque e a Fundação Ford defendem a política de cotas e outras políticas de ações afirmativas em consonância com os ideais do social-liberalismo, defendem como forma de inclusão social dos negros e pobres, e fazem um balanço positivo do desempenho dos alunos cotistas na última década, que provaram que se adequaram ao nível educacional das universidades públicas no Brasil. A Fundação Ford financiou ações afirmativas com 4.305 bolsistas em 22 países entre os anos de 2000 e 2012, sendo a primeira iniciativa de ação afirmativa em programas de pós-graduação no Brasil. O Programa Internacional de Bolsas da Fundação Ford (International Fellowships Program- IFP) foi lançado em 2001 e vigorou até 2013 e contribuiu para a formação de pesquisadores negros e indígenas. O sucesso deste programa pode ser percebido através dos resultados obtidos na inserção acadêmica dos ex-bolsistas em universidades públicas. Além disso, a Fundação Ford a partir de 2000 ofereceu bolsas para o Programa Internacional de Formação Superior de Povos Indígenas e Negros do Ministério de Educação e Cultura. Em 2012, a Fundação Ford financiou o 'Curso de Extensão e Formação Pré-Acadêmica: Afirmção na Pós' oriundo do Consórcio UFMG e UEMG, que preparava candidatos que necessitam das ações afirmativas para a seleção em programas de pós-graduação para o mestrado. A Fundação Ford apoiou também Organizações Não Governamentais, Institutos e Fundações, destacando-se o Geledés – Instituto da Mulher Negra. Segundo Rocha:

Na área prioritária de 'Direitos humanos' as instituições que mais receberam apoio em projetos foram o Geledés - Instituto da Mulher Negra que recebeu cerca de US\$ 1.979.901 milhão de dólares destinados a sete projetos financiados no período: os recursos foram destinados para: participação na Conferência UNWorld contra o Racismo; disseminar informações e para permitir que as mulheres negras participassem da Conferência Mundial das Nações Unidas contra o Racismo; reestruturar e fortalecer o programa de direitos humanos do Geledés por meio de publicações, formação e sensibilização do público sobre questões de gênero e de raça; reestruturar e fortalecer a Centro de Estudos Leila Gonzalez que trabalha com questões de raça e direitos humanos e também avaliar seu programa de racismo; desenvolvimento de pesquisa e assistência jurídica em matéria de direitos afrobrasileiros e preparação para a Conferência Cinco Plus de Pequim e a Conferência das Nações Unidas contra o racismo 2001; articulação da Organização Brasileira de Mulheres Negras e preparar um relatório sobre a situação dos direitos humanos dos afro-brasileiros, com foco em mulheres negras; reestruturar e fortalecer seu programa de direitos humanos por meio de publicações, formação e sensibilização do público sobre questões de gênero e de raça. Entre 1990-2001 o instituto havia recebido US\$ 2.175.271 milhões de dólares destinados a projetos de luta contra a discriminação de gênero e de raça. De acordo com Adorno e Cardia (2003), os contínuos apoios da Fundação Ford ao Geledés foram importantes para o desenvolvimento, a divulgação e promoção de legislação antirracista no Brasil.¹⁴

A Fundação Ford apoiou e financiou como o Geledés - Instituto da Mulher Negra com muitos recursos econômicos como explicado por Rocha. Além disso, a Fundação Ford defende ações

¹⁴ ROCHA, Ednéia Silva Santos. *A Fundação Ford e o fomento para instituições estratégicas e lideranças acadêmicas no Brasil: análise sobre a parceria com a Fundação Getúlio Vargas*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Política Científica e Tecnológica – Unicamp, 2015, p. 94.

afirmativas para formação de pesquisadores sobre educação e relações étnico-raciais, por isso provocou a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) e a Ação Educativa (associação civil sem fins lucrativos), para formação do Concurso Negro e Educação (1999-2007). O sucesso das quatro edições do Concurso Negro e Educação pode ser justificado pela posterior atuação profissional dos beneficiários das edições do concurso, atuação nas secretarias de educação municipais e estaduais, e através da inserção acadêmica dos egressos em Institutos de Ensino Superior.

A posição favorável à política de ações afirmativas relacionadas a questões raciais dos intelectuais orgânicos da Fundação Ford justifica o grande número de Organizações Não Governamentais e Institutos financiados pela fundação que concordam com estas políticas públicas importantíssimas para redução da desigualdade racial no Brasil.

Os intelectuais orgânicos deste Aparelho Privado de Hegemonia, Fundação Ford, expressam posições acadêmicas que se relacionam aos princípios do multiculturalismo. O Multiculturalismo compreende a existência de muitas culturas em um país e defende a heterogeneidade dos povos, por exemplo, do Brasil e dos EUA, onde existem culturas predominantes, mas defendem que a diversas culturas devem conviver em harmonia. Esses ideais se relacionam com os princípios do social-liberalismo defendido pela Fundação Ford atualmente.

Chaves nos seu livro “A questão Negra: a Fundação Ford e a Guerra Fria (1950-1970)”, afirma que a Fundação Ford defende os direitos civis e a ‘tolerância racial’ como princípios centrais para a gestão dos conflitos grupais na esfera dos comportamentos, defende que raça é estruturante para o caráter da vida social e essa perspectiva social-liberal compreende que a questão racial pode ser resolvida por dentro do sistema capitalista, através do desenvolvimento econômico e da inclusão social do negro na sociedade de classes. Segundo Chaves:

A fundação, durante os anos 1970, construiu uma agenda que buscava atualizar, na afirmação do emergente debate sobre multiculturalismo, a reafirmação de seu programa de ‘promoção do bem-estar’ via desenvolvimento, direitos civis e tolerância. Nessa atualização, o esforço voltava-se para o estabelecimento do ‘multiculturalismo’ como fórmula política capaz de, finalmente, realizar a integralidade dos direitos fundamentais do homem. Apesar da renovação, havia uma continuidade, inclusive sobre as causas do racismo e do modo a combatê-las. Nesse sentido, persistiria a identificação da incivilidade e da ignorância como males e origens de problemas como o bloqueio ao pleno usufruto de direitos, dentre eles os sociais. Ai o marcante fluxo de recursos da Fundação Ford ao apoio a investigações sobre a exclusão e o combate aos preconceitos e à discriminação, já que tidos como comportamentos que barravam o pleno respeito aos direitos humanos.¹⁵

A Fundação Ford possui um papel protagonista no financiamento de pesquisas sobre a temática racial e de direitos humanos no Brasil, devido a sua adesão aos ideais do multiculturalismo, que propõe a promoção do bem-estar via desenvolvimento econômico do país, garantia dos direitos

¹⁵ CHAVES, Wanderson. *A questão negra: a Fundação Ford e a Guerra Fria (1950-1970)*. Curitiba: Editora Appris, 2019, p. 23.

civis a toda população e tolerância à diversidade racial respeitando indígenas e negros na formação da identidade nacional brasileira. As propostas de políticas de combate à exclusão racial que a Fundação Ford incentivou no Brasil convergiam no esforço de conciliar esforços democratizantes, um dos ideais do centrismo democrático liberal estadunidense.

Houve uma mudança no financiamento feito pela Fundação Ford, entre as décadas de 1980 e 1990, onde na década de 1980 se financiava mais pesquisas universitárias sobre a condição do negro e na década de 1990 a fundação passa a priorizar entidades da sociedade civil que priorizam a intervenção concreta na sociedade através de projetos que estimulam o ativismo social. Rocha em sua tese confirma a importância dos financiamentos da Fundação Ford no Brasil destacando benefícios para os financiadores e para os financiados. Segundo Rocha:

Sabe-se que fundação não fomentou instituições indiscriminadamente, buscou associar-se com instituições de excelência, pois para ter sucesso precisaria de fortes lideranças. Os relacionamentos da Fundação Ford com seus donatários contribuíram para formação de parcerias significativas para o desenvolvimento de áreas do conhecimento, havendo trocas recíprocas de benefícios para ambos. Canedo (2009) ressalta que as ações da Fundação Ford produziram resultados de acordo com o investimento de ambos os lados: os bolsistas estão imbuídos de cultura liberal e legalista de universidades norte-americanas e com fortes laços que se estabeleceram lá. Criaram redes de ex-colegas e alunos, impondo uma nova maneira de pensar sobre a ciência política brasileira.¹⁶

Essa aguda intervenção nos meios intelectuais brasileiros teve como estratégia de agendamento político estabelecer fidelidades e predominância dos ideais do centrismo democrático liberal estadunidense. A influência da Fundação Ford na Ciência Política brasileira com métodos empíricos estadunidenses de estudos políticos também foi destacada pela autora.

A Fundação Ford possui uma centralidade no financiamento de ações educacionais relacionadas à questão racial no Brasil nos últimos cinquenta anos. Nesta pesquisa nos interessou desvelar particularmente a interpretação da elaboração teórica elaborada diretamente pela Fundação Ford sobre a questão negra. Interpretamos suas concepções teóricas através dos escritos da própria fundação Ford, de intelectuais e do seu atual principal intelectual orgânico no Brasil sobre esta temática racial e concluímos a adesão ideológica da Fundação Ford ao Social-Liberalismo.

Essa nova sociabilidade do capital que compreendemos como social-liberal, tem como objetivo transformar os membros da sociedade civil em colaboradores do Estado para coesão social, anulando a perspectiva de um pensamento político crítico que defenda a ruptura sistêmica estrutural da sociedade de classes capitalista. A transformação da classe trabalhadora em “incluídos” nos projetos das Organizações Não Governamentais, Organizações Sociais, Fundações, Institutos e toda organização “sem fins lucrativos” com serviços sociais proporcionados pela

¹⁶ ROCHA, Ednéia Silva Santos. A Fundação Ford e o fomento para instituições estratégicas e lideranças acadêmicas no Brasil: análise sobre a parceria com a Fundação Getúlio Vargas. Tese de doutorado – Campinas, SP: [s.n.], 2015, p. 118.

iniciativa privada e não pelo Estado, transforma a classe trabalhadora em colaboradores dos mecanismos de consenso.

Esta nova sociabilidade social-liberal não aceita críticas aos interesses particulares da burguesia na gestão das políticas públicas. A burguesia deseja aprovar seus interesses particulares ligados à lógica do lucro nas políticas estatais, sem oposição e sem críticas, sem que os movimentos sociais reivindicativos denunciem que os interesses gerais proclamados pela burguesia através do social-liberalismo, são na verdade interesses particulares ligados aos lucros das empresas, por isso o discurso da coesão social é tão importante para a classe proprietária dos meios de produção, e por isso esse projeto é central para esta classe social.

Nesse contexto, a burguesia que controla o Estado brasileiro através de seus representantes nos governos deixa de investir mais decisivamente em educação como política pública exclusivamente estatal e passa a dizer que o problema da educação pública não é de falta de investimentos, mas de gerenciamento, justificada ideologicamente pelos sociais-liberais para gerenciar escolas públicas e receber verbas públicas através das parcerias público-privadas ou para financiar projetos pontuais de Organizações Não Governamentais nas escolas.

O conceito de pedagogia da hegemonia e sua vinculação aos aparelhos privados de hegemonia e seus intelectuais orgânicos da classe dominante são chaves explicativas fundamentais em nossa pesquisa, nos aproximando de uma análise mais aprofundada da grande política em busca da compreensão da totalidade, através da análise da dinâmica conflitiva das classes sociais e suas relações sociais e educacionais. O projeto social-liberal orienta a pedagogia da hegemonia burguesa no mundo contemporâneo, através da proposta de difusão pedagógica de novos consensos por meio de diretrizes formuladas nos organismos internacionais.

O Centro de Inovação para a Educação Brasileira: pressupostos e estratégias para a ampliação do Mercado das Edtechs na Educação Pública

Patricia Ferreira Duarte

pduarteufjf@gmail.com

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Introdução

O contexto da pandemia de COVID-19 (2020-2021) criou condições para o avanço da plataformização da Educação Básica, com rápida adesão das secretarias municipais e estaduais ao Ensino Remoto Emergencial e ampliação do número de Edtechs, empresas com foco no desenvolvimento de produtos (*hardwares* ou *softwares*) que envolvem tecnologia em educação. Como professora da educação básica pública e pesquisadora do Laboratório de Investigação Estado Poder e Educação (LIEPE/UFRRJ), o processo gerou a necessidade de compreender este fenômeno que se mostrou como um crescimento vertiginoso repentino, mas que encontraria raízes anteriores à pandemia.

Foi identificada no percurso das investigações do grupo, uma organização voltada especificamente para a educação pública brasileira que, dentre outras ações, desenvolvia desde 2018 um mapeamento anual de startups Edtechs. Produzido junto à Associação Brasileira de Startups (Abstartups), o material não apenas listava novas empresas e seus produtos para a educação, como também os classificava e analisava o mercado de tecnologia educacional.¹

Em 2017, essa organização já vivia uma ampliação do seu alcance junto às secretarias municipais e estaduais a partir da disponibilização de ferramentas gratuitas para gestores de Secretarias de Educação, oferecimento de assessorias técnicas e articulando diferentes agências no âmbito privado e público com o objetivo de “*estimular o ecossistema de inovação*”.²

O presente trabalho se deriva da pesquisa de doutorado cujo objeto de estudo é o Centro de Inovação para a Educação Brasileira (CIEB), e tem por objetivo apresentar os princípios que unificaram diferentes aparelhos privados de hegemonia (APHs) da classe dominante em torno da fundação e atuação do CIEB e em seus primeiros anos. O referencial teórico da pesquisa, de caráter qualitativo de tipo documental, se assenta sob o materialismo histórico-dialético e sob a

¹ CENTRO DE INOVAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA E ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE STARTUPS. *Mapeamento Edtech: investigação sobre as startups de tecnologia educacional no Brasil*. São Paulo: ABSTARTUPS CIEB, 2018. Disponível em: <https://www.cieb.net.br/wp-content/uploads/2018/08/Mapeamento-de-Edtechs-FINAL.pdf>. Acesso 10. Nov. 2022.

² CENTRO DE INOVAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA. *Relatório de atividades 2017*. Disponível em: http://www.cieb.net.br/wp-content/uploads/2018/04/Relatorio_2017_PDF_pagina-a-pagina.pdf. Acesso 02. nov 2022.

compreensão do Estado Integral como ferramenta teórica e metodológica. Foram compilados dados a partir dos documentos oficiais da organização entre os anos de 2015 e 2017, identificando as agências que se tornaram mantedoras ou parceiras.

O texto está organizado em três seções. A primeira apresenta a origem, a estrutura e o mote em torno do qual ocorre a fundação do Centro. Na segunda seção há a apresentação de um mapeamento dos primeiros anos do CIEB e sua relação com secretarias de educação. Por fim, são apresentadas algumas considerações finais decorrentes do mapeamento desenvolvido neste trabalho.

Iniciativa para Inovação na Educação Brasileira (IIEB) e a criação do CIEB

A proposta para a construção de um centro para a inovação voltado a pensar a educação brasileira se inicia em 2014 com criação da Iniciativa para Inovação na Educação Brasileira (IIEB).³ Não foram encontrados registros no site do CIEB e de seus parceiros relatos sobre o processo de formação dessa iniciativa que já se constituía por um conjunto de organizações públicas e privadas.⁴ Barrera definiu a IIEB como:

[...] uma tentativa de reunir o esforço das principais fundações ligadas à inovação educacional (Lemann, Telefônica, Natura e Inspirare) para o avanço das inovações ligadas especialmente à tecnologia digital, ao promover o desenvolvimento desse ecossistema, iniciando seus trabalhos pela compreensão do processo de compra de tecnologia e inovação pela área pública.⁵

Assim como no CIEB a IIEB também tinha Lúcia Dellagnello como porta-voz, e a estrutura argumentativa em torno do PNE das TICs como a “meta das metas” é bastante similar. Ademais o documento apresenta o indicativo da criação de uma organização à época já apelidada de “centro de inovação”:

A Iniciativa para Inovação na Educação Brasileira é um esforço conjunto de organizações não governamentais e parceiros do setor público que atuam em educação. Desde o fim de 2014, alavancamos nossos conhecimentos e ações para conceber uma nova forma de atuação no campo da inovação em educação. Pretendemos criar uma organização com governança paritária e compartilhada

³ Em julho de 2015, o governo Dilma institui via MEC um programa com denominação bastante similar “Iniciativa para Inovação e Criatividade na Educação Básica”. A portaria 751/2015 do MEC indicou as funções e os responsáveis para o grupo de trabalho nacional. Anna Penido, diretora do Instituto Inspirare, foi nomeada como membro deste grupo nacional. Em outubro de 2015, Anna tornou-se fundadora do CIEB, onde o referido instituto cumpriria a função de associado contribuinte. Foram constituídos no âmbito do programa outros grupos de trabalho para orientar e mapear iniciativas consideradas inovadoras e criativas em cada região do Brasil, além do nacional para orientar e acompanhar a iniciativa.

⁴ Mais à frente veremos que as organizações reunidas em torno da iniciativa fundariam o CIEB, dois anos depois.

⁵ BARRERA, Tathyana Gouvêa da Silva. *O movimento brasileiro de renovação educacional no início do século XXI*. 2016. 276 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da USP, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016, p.57

entre esses setores. Atualmente, estamos em fase de detalhamento e estruturação e, por ora, chamamos essa organização de ‘centro de inovação’. Acreditamos que há espaço para que ela tenha legitimidade perante os diferentes setores, autonomia e flexibilidade para atuar. Nossa visão é ‘estimular um ecossistema gerador de inovações efetivas para que cada estudante alcance seu pleno potencial de aprendizagem.’⁶

O principal fruto dessa movimentação foi a produção do documento do qual se extraiu o trecho acima “A importância de Políticas Nacionais e Centros de Inovação em Educação – Material de discussão” publicado em 2015. Esse material reuniu estudos de casos de organizações estabelecidas pelo em diferentes países em relação à inovação, tecnologia e educação, além de elencar políticas educacionais que tiveram como foco a indução da inovação na educação.⁷ Dentre os documentos utilizados como referência destacam-se os textos das agências: UNESCO, Banco Mundial e Fórum Econômico Mundial (mais especificamente uma apresentação preparada pelo Boston Consulting Group, que viria a ser mantenedor do CIEB anos depois).

O documento começa defendendo a necessidade da revisão de paradigmas para a garantia da promoção do aprendizado de todos os brasileiros no século XXI. Para tanto, evoca o diálogo entre atores com diferentes perspectivas sob o argumento que para alcançar as metas pactuadas no Plano Nacional de Educação (2014-2024) a sociedade brasileira precisaria inovar. Então, as organizações que fundariam o CIEB se unificariam em torno da premissa de que é o movimento em prol da inovação que possibilitaria a qualidade, a superação das desigualdades, fortalecer a autonomia e ampliar a capacidade de atuação dos professores e, principalmente otimizar o processo de ensino-aprendizagem a partir da incorporação de ferramentas tecnológicas pelos sistemas educacionais.

Aos 20 dias do mês de outubro de 2015 reuniram-se em São Paulo, mais especificamente na Avenida Brigadeiro Faria Lima, no bairro de Pinheiros - São Paulo, representantes de institutos e fundações com o objetivo de constituir uma associação civil sem fins lucrativos com duração de prazo indeterminado cujo objeto social descrito na Ata da Assembleia Geral de Constituição seria o de apoiar pessoas naturais e jurídicas, instituições, empresas e/ou em entidades que desenvolvessem atividades, planos, programas, projetos tecnológicos e de inovação com “foco prioritário no ensino público, estimulando um ecossistema gerador de inovações efetivas para que cada estudante alcance seu pleno potencial de aprendizagem”.⁸

A associação fora denominada Centro de Inovação para a Educação Brasileira, cuja primeira sede fora registrada no mesmo local em que ocorria assembleia de sua constituição. Na mesma ocasião foi eleita Lúcia Gomes Vieira Dellagnelo⁹ para Diretora Presidente, que ocupa o mesmo cargo até os dias atuais.

⁶ Iniciativa para Inovação na Educação Brasileira. *A importância de Políticas Nacionais e Centros de Inovação em Educação: Material para discussão*. 2015, p.4.

⁷ Ibidem.

⁸ CENTRO DE INOVAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA. *Ata da Assembleia Geral de Constituição*. 2015, p. 2.

⁹ Lúcia é psicóloga Brasileira e gaúcha e à época residia em Florianópolis.

O Estatuto aprovado na ocasião abordou para além do seu objeto social, meios e atividades prioritárias para a sua promoção para além de estabelecer a estrutura e a atribuição de seus associados. Os associados poderiam ser de 3 tipos: mantenedores, contribuintes ou conselheiros. Aos primeiros caberia financiar o custeio das atividades e dos projetos independentemente de serem pessoas físicas ou jurídicas, os contribuintes estariam com a responsabilidade de realizar contribuições periódicas para custear parte das atividades e subsidiar projetos, mas sem direito de voto, ainda que tenham direito a um representante dentro do conselho de administração. Por fim os conselheiros teriam a tarefa de compor o conselho de administração.

Na ata da assembleia geral de constituição também encontramos a composição da administração da associação: a) conselho de administração b) diretoria c) conselho fiscal d) conselho de ética. Das dezessete páginas do estatuto da organização, onze páginas são destinadas ao capítulo V “Da organização”. É possível observar o relevo e a cuidadosa prescrição a respeito das condições voz e voto de cada um dos envolvidos na organização cada uma das funções dos associados, as condições para o desligamento da associação e de suas obrigações com a mesma.

Outro exemplo da observada cautela é o prazo de 30 dias para a convocação da assembleia geral. O documento também veda no artigo 21 que membros de órgãos de associação possam votar em matérias que gerem benefícios ou vantagens pessoais, devendo estes administradores se abster das referidas votações. Ademais o capítulo VI trata exclusivamente da política de conflito de interesses. Esse detalhamento parece expressar que, ainda que tenha sido firmado o consenso em torno no objeto social do CIEB entre seus mantenedores, contribuintes e conselheiros, esta organização expressa em seu documento de fundação bastante cautela e mecanismos de prevenção diante de possíveis divergências, soando como expressão de uma possível tensão entre os envolvidos.

Como representantes presentes dos mantenedores estavam¹⁰:

1. **Igor Xavier Correia Lima**- brasileiro, engenheiro, casado-representando o **Instituto Sonho**, uma associação privada.
2. **David Saad** – brasileiro, engenheiro, casado - representando o **Instituto Natura** (OCISP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público)
3. **Denis Fernando Mizne** – advogado, brasileiro, casado, Diretor presidente do **Instituto Lemann** (associação sem fins lucrativos)
4. **Américo Teixeira Mattar** - brasileiro, engenheiro, casado - representando a **Fundação Telefônica** (OCISP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público)
5. **Ana Sobam Fernandes Kertsz** - brasileira, casada, administradora de empresas - representante do **Instituto Península**

¹⁰ CENTRO DE INOVAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA. *Ata...*, op. cit.

E os representantes presentes dos associados contribuintes¹¹:

1. **Nelson Savioli** - brasileiro, bacharel em direito, casado- representando a **Fundação Roberto Marinho**, instituição privada sem fins lucrativos
2. **Carlos Antônio Dias Carletto** - brasileiro, engenheiro, solteiro- representando também a **Fundação Roberto Marinho**, instituição privada sem fins lucrativos.
3. Anna Penido Monteiro - brasileira, solteira, jornalista - representando o **Instituto Inspirare**.

Ainda que a ata da Assembleia Geral de Constituição date elaboração e registro em 2015, bem como a primeira nota técnica do Centro – contendo um texto bastante similar ao material de discussão da IIEB – também tenha sido publicada em 2015, o sítio eletrônico da organização afirma que sua fundação dataria de 2016. Ainda não foi possível identificar a raiz dessa divergência, mas trabalharemos aqui com a data presente nos primeiros documentos em vez da data divulgada no site.

Os primeiros passos do Centro de Inovação

O ano de 2015, como demonstrado na seção anterior, foi voltado para a constituição da estrutura organizacional do CIEB. Nesta seção veremos as primeiras ações e as frentes de atuação do Centro junto à sociedade civil e política, tendo como base os relatórios de atividade de 2016¹² e 2017¹³. É possível observar uma dinâmica organizativa importante olhando para a ampliação rápida do alcance junto à sociedade política em seus primeiros anos, mas também junto à sociedade civil.

O relatório apresentou a existência de quatro frentes de atuação em 2016: o apoio a políticas educacionais; fortalecimento da capacidade de inovação, soluções e tecnologias educacionais e rede de apoio à inovação educacional. No ano do golpe, o CIEB buscou se afirmar como uma organização apartidária e acenar como parceira técnica para secretarias de educação. O documento se inicia com a afirmação de que naquele contexto de desafios e crises, o exercício do diálogo e da conexão entre diferentes atores era ainda mais importante.¹⁴

De acordo com o relatório, o início das operações do CIEB ocorreu em março de 2016, ano em que contou com seis mantenedores: Instituto Natura, Instituto Península, Fundação Lemann, Instituto Sonho Grande, Fundação Roberto Marinho e Instituto Inspirare. Ainda que todas essas organizações sejam as mesmas presentes na primeira reunião dos CIEB as duas últimas alteraram a condição de relação com os CIEB não sendo mais associados contribuintes, mas mantenedores.

¹¹ Ibidem.

¹² CENTRO DE INOVAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA. *Relatório de atividades 2016*. Disponível em: http://www.cieb.net.br/wp-content/uploads/2018/04/Relatorio_2016_PDF_pagina-a-pagina.pdf. Acesso 02. nov. 2022.

¹³ Idem. *Relatório de atividades 2017*, op. cit. Acesso 02. nov 2022.

¹⁴ Idem. *Relatório de atividades 2016*, op. cit. Acesso 02. nov 2022.

No que tange ao apoio às políticas educacionais, já em 2016, o CIEB estaria trabalhando em parceria com redes públicas de ensino, na condição de apoio técnico para a realização de estudos a respeito das ações desenvolvidas por estados e municípios para uso de tecnologia. O resultado foi a produção do documento “Diretrizes para uma nova Política de Inovação e Tecnologia Educacional (2017-2021)” juntamente com o GT de Tecnologia e Inovação do Consed, elaborado a partir de análises comparativas de políticas públicas em outros países e discussões sobre o tema com Secretários Estaduais de Educação, gestores de tecnologia educacional nas Secretarias Estaduais de Ensino e especialistas.¹⁵

Outra ação contida na frente de apoio a políticas foi o CIEB publicações. A produção de estudos e notas técnicas esteve voltada para sistematização e análise de dados e iniciativas em âmbito nacional e internacional com o objetivo de subsidiar e “sugerir estratégias e recomendações para as políticas públicas brasileiras”.¹⁶ Segundo o relatório, são estudos financiados pelo CIEB e realizados por pesquisadores independentes.

O Guia Edutec e a participação no GT de Inovação do CONSED comporiam a segunda frente de atuação, referente ao fortalecimento da capacidade de inovação no Brasil. Enquanto o segundo já é bastante literal quanto a sua natureza o Guia Edutec merece uma explanação mais aprofundada. O guia é uma ferramenta que tem como objetivo a avaliação do grau de adoção de tecnologia nas escolas tendo em vista 4 elementos: visão, competências, conteúdos e cursos digitais, e infraestrutura. Aquela época os dados obtidos indicavam, segundo o CIEB, a formação de professores e a infraestrutura como maiores obstáculos para adoção de tecnologias na educação pública. Estes estavam distribuídos entre 15 estados e correspondiam a mais 14 mil pessoas que responderam ao questionário do Guia Edutec.¹⁷

Também foram destacadas duas iniciativas referentes a soluções e tecnologias educacionais: a plataforma Edutec o Conect- C. Ambas estão mais voltadas à articulação de agentes e agências no âmbito da sociedade civil. A plataforma Edutec visa os gestores educacionais e funciona como uma espécie de *Ifood* das chamadas “soluções educacionais” e Edtechs. Todos os serviços e empresas estão organizados em categorias, diferentes áreas do conhecimento, objetivos de aprendizagem, etc. Foi organizada a partir do Banco de Dados Edutec, base de dados de ferramentas e fornecedores de tecnologias educacionais criada em parceria com a Fundação Lemann, Instituto Inspirare e Associação Brasileira de Startups (ABStartups). Consta no relatório de atividades de 2016 que seu objetivo é o de “facilitar a busca e compreensão de tecnologias educacionais disponíveis, aproximando as demandas do gestor às ofertas do mercado de *edtechs*”.¹⁸

¹⁵ CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO E CENTRO DE INOVAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA. *Diretrizes para uma nova Política de Inovação e Tecnologia Educacional (2017-2021)*. 2016, 34p. Disponível em: <https://www.consed.org.br/storage/download/5adf3c4e10120.pdf>. Acesso 02. nov 2022.

¹⁶ CENTRO DE INOVAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA. *Relatório de atividades 2016*, op. cit., p. 4. Acesso 02. nov 2022.

¹⁷ *Ibidem*.

¹⁸ *Ibidem*, p. 5.

O Conect-C, iniciativa bastante forte no início das atividades do CIEB, foi o nome dado a encontros mensais que foram promovidos pelo CIEB com o objetivo de reunir diferentes agentes para alimentar o chamado “ecossistema de inovação”. Foram seis edições realizadas em 2016 em que se debateram o mercado de Edtechs, o protagonismo de professores na escolha de produtos, a cultura de prototipagem, etc.

Na mesma direção, ocorreu a promoção da Rede IEB, mas seu objetivo visava a confluência de centros de pesquisa e especialistas, mestres e doutores, cujo objeto de estudo tratasse, direta ou indiretamente, da inovação na educação pública. Esta fora a iniciativa única em relação a frente relacionada à rede de apoio à inovação educacional, envolvendo à época 13 centros de pesquisa, 90 especialistas cadastrados correspondendo a abrangência de vinte estados brasileiros.¹⁹

O ano seguinte, 2017, seria um marco na atuação do CIEB ao inaugurar a relação de parceria técnica com o então Ministério da Educação e Cultura (MEC). Diferente do relatório de atividades anterior, o relatório de 2017, publicado em 2018, não esteve dividido em subcategorias, ainda que tenha dado maior destaque para aquelas que foram desenvolvidas de forma junto à sociedade política. Em relação a seus mantenedores, praticamente não ocorreram mudanças com exceção do Instituto Inspirare que deu lugar à Fundação Itaú Social.²⁰

O CIEB participou de audiências públicas sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), além de apresentar de propostas desenvolvidas em parceria com o Movimento pela Base Nacional Comum e com a Sociedade Brasileira de Computação (SBC) - visando a inclusão de uma competência geral relacionada ao uso e à produção de tecnologia pelos estudantes. Também realizou a publicação de nota técnica e promoveu edição do Conect-C com foco na Base.

Na esteira das publicações, foram 4 notas técnicas em 2017 além de um estudo, tendo havido uma diminuição, comparado ao ano anterior. Entretanto, isso não significou um refluxo na intervenção do Centro. Ao contrário, este galgou à condição de parceiro técnico do MEC no âmbito do Programa de Inovação Educação Conectada, contribuindo para a concepção e implantação desta política. Também ficaria responsável pelo desenvolvimento dos conteúdos da formação dirigida aos articuladores responsáveis pela elaboração dos Planos Locais de Inovação e Tecnologia em cada rede, municipal ou estadual, de ensino. A parceria com o MEC se estendeu para a 10ª edição do Prêmio Professores do Brasil, sendo responsável pela premiação da temática referente ao uso de tecnologia no processo de inovação educacional.²¹

Assim como Conect-C, que contaria com 8 encontros em 2017, outras ações foram consolidadas, como o Guia Edutec que incorporou novas funcionalidades de planejamento para a inovação educacional. A Rede IEB também se manteve, ainda que com um centro de pesquisa a menos (12), foi estruturada com coordenações por regiões do país e ampliando a filiação de

¹⁹ Ibidem.

²⁰ CENTRO DE INOVAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA. *Relatório de atividades 2017*, op. cit. Acesso 02. nov 2022.

²¹ Ibidem.

pesquisadores cadastrados (de 90 para 130). A plataforma Edutec também viveu uma ampliação no número de produtos educacionais cadastrados.

Nesse ano também ocorreu o início das atividades do Espaço de Experimentação e Formação em Tecnologia para Professores (EFEX). Desenvolvido e prototipado pelo CIEB foram implantadas unidades piloto em Maceió (AL) e Blumenau (SC) em parceria com as secretarias estaduais. O conceito desse espaço para formação experimentação de professores competências relacionadas ao uso de tecnologias envolve desde elaboração de plantas arquitetônicas, metodologias, guias de orientação, diretrizes de formação e recursos como kits de robótica, eletrônica, dentre outros.²²

Considerações finais

A pesquisa de doutorado da qual se deriva este trabalho se encontra num processo de levantamento e mapeamento dos dados sobre o Centro de Inovação para a Educação Brasileira, assim, os dados aqui apresentados ainda passarão por um aprofundamento no desenvolvimento da análise. Realizar esse aprofundamento tem exigido identificar as relações internacionais estabelecidas por dessa organização, assim como pressupostos que porventura aparecem como derivados de indicações de organizações multilaterais, movimento bastante inicial no decurso da referida pesquisa.

Já foi possível verificar que o processo de fundação do CIEB não está deslocado de um movimento da classe dominante para inserir as tecnologias não apenas como a apresentação e venda de novas ferramentas para serem utilizadas na escola, mas a inculcação de que a relação com as tecnologias deveriam pautar um novo perfil ao sistema educacional²³.

Além do claro interesse na venda de produtos denominados como “soluções inovadoras” para dirimir desigualdades educacionais e sociais, vem ocorrendo um movimento mais profundo do que a compra e venda desses produtos. Poell *et al*²⁴ definem a plataformização como a “penetração de infraestruturas, processos econômicos e estruturas governamentais das plataformas digitais [...] [e] envolve a reorganização de práticas e imaginários culturais em torno dessas plataformas.”

Entretanto é necessário que compreendamos o que isso significa, o porquê essa cultura vem sendo convocada com tanta veemência por diferentes organizações da classe dominante. Vivemos, como bem localizou Mézaros²⁵ no bojo de uma crise estrutural do capital que coloca os trabalhadores sob o jugo de uma superexploração ainda mais profunda, em especial quando falamos

²² Ibidem.

²³ DUARTE, Patricia. Educação para o século XXI e o Centro de Inovação para a Educação Brasileira (CIEB): uma conexão estratégica. *Revista Trabalho Necessário*, v.20, n.42, p. 1-17, mar. 2022.

²⁴ POELL, Thomas; NIEBORG, David; DIJCK, José van. Plataformização. *Revista Fronteiras*. v. 22, nº 1, jan./abr. 2020, p. 2.

²⁵ MÉSZÁROS, István. *A Crise Estrutural do Capital*. 2ª ed. São Paulo: BOITEMPO, 2009.133p.

de países periféricos, e a plataformização é um dos traços marcantes das novas relações de trabalho que se desenham nas últimas décadas²⁶.

Tendo isso em vista, chama a atenção o fato de uma mesma organização, financiada por várias fundações empresariais, acumular as funções de prestar assessoria técnica ao principal programa de inovação para a educação do governo federal e realizar o mapeamento e a orientação das Edtechs que se interessem em vender seus produtos para o MEC e para as secretarias estaduais e municipais de educação. Ainda que tenhamos nos detido aqui aos primeiros anos do CIEB, vale destacar que esta organização continuou e aprofundou nos anos seguintes sua parceria com o MEC, independente das trocas de governo entre Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2019-2022).²⁷

É mister compreender para disputar a forma com que as tecnologias de informação e comunicação serão utilizadas na educação pública, pois não se trata aqui de afirmar um posicionamento contra ferramentas que possam vir a auxiliar o desenvolvimento do trabalho educativo, mas de realizar uma leitura crítica sobre como isso vêm ocorrendo hoje, em especial após a pandemia. Desse modo, o intuito deste trabalho foi compartilhar alguns dados sobre a estruturação dessa adesão pelos sistemas públicos de ensino, a partir do mapeamento dos pressupostos e iniciativas, dos primeiros passos dados desenvolvidas por uma das agências que vêm se destacando hoje na diretividade de implementação em relação ao uso das tecnologias na educação.

²⁶ ANTUNES, Ricardo. *O Privilégio da Servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018.

²⁷ DUARTE, Patricia. *Educação...*, op. cit.

Uma análise sobre as pesquisas do Instituto Península durante a pandemia de COVID-19

Raphael Mota Fernandes

phaelmota@gmail.com

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Este artigo traz um estudo preliminar sobre as pesquisas organizadas e aquelas que tiveram a colaboração do Instituto Península (IP) entre 2020 e 2022. Apontaremos aqui três hipóteses sobre elas que estão sendo analisadas em nossa pesquisa no curso de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEDUC) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

Contudo, antes de examinarmos os objetos deste artigo em si, é importante situar o Instituto Península a partir dos instrumentos teóricos de análise gramscianos tais como o Bloco Histórico, Sociedade Civil e Aparelho Privado de Hegemonia. Estes recursos nos instrumentalizam para nos debruçarmos sobre a atuação da classe hegemônica na construção do consenso social, imposto à classe dos trabalhadores.

Na busca por entender o fracasso das revoluções alemã e italiana Gramsci percebe, já no cárcere do regime fascista de Benito Mussolini, que nas sociedades capitalistas dos Estados Unidos e Europa houve um desenvolvimento de um tipo de Estado que ele veio a chamar de “Estado de tipo Ocidental”. Neste novo cenário ocorreu um desenvolvimento de algo novo que ele chamou de sociedade civil que foi moldada a partir da luta de classe e do estabelecimento do que chamou de sociedade de massas (desenvolvimento dos meios de comunicação). Já os Estados de Tipo Oriental, estas sociedades civis são muito frágeis ou quase inexistentes. Deste modo a classe dominante consegue impor a sua dominação somente com o uso da força.

Tentando entender este novo Estado, Gramsci cunhou o conceito de Bloco Histórico¹(BH). O autor nos mostra que este bloco é algo uno e indivisível, embora a opção didática habitual para explicá-lo se utilize da soma de duas dimensões (estrutura e superestrutura) que aparecem separadas. Gramsci compreende que o funcionamento do Bloco Histórico é dialético, ou seja, não é estático, sendo um espaço que é modificado pelo desenvolvimento das forças produtivas e também é palco de disputas que ocorrem no interior da sociedade civil. O BH é o lugar onde as relações de produção e política se relacionam e se interferem.

¹ “Bloco Histórico”, conceito desenvolvido por Gramsci a partir do debate com a teoria do francês George Sorel.

A estrutura e as superestruturas formam um 'bloco histórico', isto é, o conjunto complexo e contraditório das superestruturas é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção.²

Uma característica importante das sociedades do tipo ocidentais é a ideia gramsciana de "Estado integral" que ocorre quando a sociedade civil se desenvolve a ponto de se tornar palco de disputas hegemônicas entre aparelhos privados de hegemonia da classe burguesa e aqueles contra-hegemonicos construídos pela classe dos subalternos. Deste modo, o Estado integral é composto pela esfera tradicional do estado, chamado de sociedade política mais a sociedade civil. Aparecida Tiradentes traz de forma didática no trecho a seguir a definição deste conceito:

O Estado, na concepção ampliada, é composto pela sociedade política (o aparato de "governo", propriamente reconhecido como tal) e pela sociedade civil, composta pelos "aparelhos privados de hegemonia": as associações de diversos tipos, como sindicatos (de trabalhadores e patronais), associações de empresários, moradores, ambientalistas etc.³

Um ponto importante desta teia de instrumentos teóricos gramscianos é a ideia de sociedade civil. Este é um espaço que ao longo do desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo se forma como um local privilegiado de busca pelo consenso hegemônico ou contra hegemônico, sendo um verdadeiro espaço de disputa tanto da burguesia como dos trabalhadores. Segundo Lúcia Neves, este é um espaço primordial de interação humana, sendo o palco de disputas entre diversos interesses:

(...) os vários grupos que a compõem [a sociedade civil] passam, organicamente, de forma mais efetiva, a defender seus múltiplos interesses e seus projetos de sociabilidade, interferindo assim, mais diretamente nas decisões do Estado. A mesma sociedade civil, de espaço primordial de interação humana no trabalho e no cotidiano, passa a se constituir também em locus de organização da vontade coletiva.⁴

Com o desenvolvimento da sociedade civil no século XX, a burguesia viu-se em um cenário onde só a força coercitiva não seria suficiente para impor à classe trabalhadora sua hegemonia. Desta forma, além de ocupar e disputar os espaços de dentro da sociedade civil, o Estado capitalista precisava se transformar em uma ferramenta mais elaborada para além da coerção e administração, ele precisava se tornar um "Estado educador". Educador no sentido mais obvio desta palavra. Com a força estatal ficou mais fácil criar dentro e fora da sociedade civil aparelhos que ganhassem a classe trabalhadora para os valores caros à sociedade burguesa. Dessa maneira, com o tempo os subalternos desenvolveriam uma ideia de pertencimento, de modo que a "sociedade burguesa" seria vista apenas como a "sociedade natural". Naturalizada, estes trabalhadores não questionariam a sua

² GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere, volume 1*. Edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; coedição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira – 4. ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, p. 250.

³ SANTOS, Aparecida de Fátima Tiradentes dos. *Pedagogia do mercado: neoliberalismo, trabalho e educação no século XXI*. Rio de Janeiro: Ibis Libris, 2012, p. 25.

⁴ NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005, p. 13.

localização social e as desigualdades sociais. Na realidade, vivem enfeitiçados pelo sonho do capitalismo da ascensão social/de classe.

Na condição de educador, o Estado capitalista desenvolveu e desenvolve uma pedagogia da hegemonia, com ações concretas na aparelhagem estatal e na sociedade civil. Este conceito, embora não tenha sido utilizado explicitamente por Gramsci, é por ele inspirado⁵

Na dimensão do Bloco Histórico, que Gramsci chama de superestrutura, é que temos a sociedade civil. É aqui que diversos aparelhos privados de hegemonia⁶ são criados para disputar e conquistar o controle hegemônico entre as classes. Há diversos estudos que demonstram como esses APH's são utilizados pela classe dominante para cooptar a classe trabalhadora no campo ideológico conquistando assim um consenso intraclasse. O Instituto Península pode ser compreendido como um destes APH's que atua em um campo específico, mas muito importante para a dominação, a educação.

O Instituto Península, foi fundado em 2011 pela família Diniz que tem como patriarca o empresário Abílio Diniz, um dos maiores empresários do ramo alimentício do país. O IP é um ramo dito "social" do Península Participações, "family office" que foi fundado em 2006 por Abílio e sendo uma empresa de investimento que gerencia os ativos da família Diniz. O IP se autodeclara uma organização do terceiro setor que tem como objetivo atuar na educação.⁷ Inicialmente as primeiras ações do instituto estavam ligadas ao uso do esporte na educação, através de parcerias e fomentos de atletas. A partir de 2015 o IP expande a sua atuação e começa a intervir na educação focada na formação docente, desenvolvendo frentes também na pesquisa e extensão. E ultimamente na escuta dos educadores na pandemia, mas sempre mantendo alguma ação na educação esportiva e fomento de atletas.

Antes de focarmos nos objetos deste artigo, é preciso localizar quem é o Abílio Diniz e a sua família, assim como na direção do IP. Abílio Diniz nasceu em 1930 em São Paulo, atualmente ele é presidente do Conselho de administração da Península Participações e já foi presidente do Conselho de administração da BRF.sa (onde é o sexto maior acionista), é membro dos Conselhos de administração do grupo Carrefour (sendo o terceiro maior acionista) e do Carrefour Brasil, se constituindo em um dos maiores empresários do ramo alimentício do Brasil. Fundou com o seu pai a rede Pão de Açúcar em 1959, que se tornou a sua marca mais famosa por ter atingido o patamar de maior rede de supermercados da América Latina e por ter trazido ao país a ideia de hipermercado e de loja de conveniência dentro de um mercado.

⁵ Ibidem, p. 27.

⁶ Jornais, televisões, associações, ONG's, sindicatos patronais ou não, institutos e etc., fazem parte de uma camada de inúmeras possibilidades de aparelhos privados de hegemonia. E a classe trabalhadora também pode constituir os seus APH's, um sindicato, uma associação de moradores, e entre outros, também podem ser utilizados pela classe trabalhadora para disputar a hegemonia dentro da sociedade civil.

⁷ Informações básicas estão no site do IP. <<https://www.institutopeninsula.org.br/sobre/>>. Acessado em 10 de outubro de 2022.

Abílio é um empresário que circulou por diversos conselhos empresariais, se formou e ministrou cursos na Fundação Getúlio Vargas (FGV), escreveu alguns livros e também acumulou experiência em outros aparelhos privados de hegemonia. Alguns destes espaços merecem destaque. Ele foi membro do Conselho Monetário Nacional (CMN)⁸, como um dos representantes da iniciativa privada no final dos anos 80. O CMN é um espaço central da organização econômica brasileira, é ali por exemplo que o Banco Central define as metas de inflação. Em 2003 ele se tornou um membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social⁹, que é um órgão colegiado do governo Brasileiro formado por representantes da burguesia dos mais diversos segmentos. O CDES tem como objetivo assessorar diretamente o Presidente em todas as áreas de atuação do Poder Executivo, sendo um espaço importante para a burguesia brasileira.

Em 2022 Abilio participou de outro espaço de visibilidade, foi o apresentador de uma sequência de entrevistas em um programa criado para ele na CNN Brasil, o “Olhares Brasileiros”¹⁰. Alguns de seus entrevistados foram Jorge Paulo Lemann, Rubens Ometto, Kondizilla, Nizan Guanaes, Camila Farani entre outros empresários e artistas. Em sua maioria os entrevistados falavam sobre suas experiências empreendedoras em suas carreiras e analisam questões que consideram importantes para o futuro do Brasil. Nestas entrevistas temos a oportunidade de observar a posição de setores diversos do empresariado brasileiro sobre vários temas.

Abílio teve outros irmãos que chegaram a assumir cargos no grupo Pão de Açúcar, mas sem nenhum destaque. No começo dos anos 90 eles se envolveram em uma disputa pela sucessão do grupo Pão de Açúcar, esta disputa durou por volta de quatro anos e foi vencida por Abílio que ficou na liderança do grupo. Abílio teve seis filhos, alguns deles estiveram em cargos importantes nas empresas da família, inclusive no Instituto Península. Participaram do conselho do IP, a esposa Geyze Marchesi Diniz, os filhos Ana Maria Diniz, Pedro Paulo Diniz e o João Paulo Diniz (este falecido recentemente).

Atualmente o Instituto Península é um grande grupo que possui cinco tipos de iniciativas, são elas: o Instituto Singularidade, o Vivescer, o Impulsiona, o Núcleo de Alto Rendimento (NAR) e outras parcerias de fomento. A primeira delas é o Instituto Singularidade que é a universidade do IP, e deve ser o braço do Península com maior alcance. Os cursos de graduação e pós-graduação lato sensu oferecidos no IS são os de pedagogia e de letras. Há também uma gama de mini cursos e cursos de extensão, inclusive os que versam sobre a preparação do educador para o uso de ferramentas digitais e do ensino online.

O Vivescer é uma plataforma aonde o Instituto Península realiza as suas pesquisas com os educadores e oferece cursos e parceria com as escolas públicas. Esta iniciativa já tem 10 anos e segundo as informações do seu site eles já trabalharam com 98 mil educadores, 22 mil escolas, em

⁸ O Conselho Monetário Nacional foi criado pela Lei nº 4 595, de 31 de dezembro de 1964.

⁹ O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social foi criado em 28 de maio de 2003 pela Lei federal n. 10.683.

¹⁰ Mais informações sobre o programa acesse <<https://www.cnnbrasil.com.br/tudo-sobre/olhares-brasileiros/>>.

3,7 mil cidades e nos 27 Estados.¹¹ Atualmente eles oferecem 5 cursos (chamados por eles de jornadas): acolhimento e bem-estar na sala de aula; emoções; mente; corpo; propósito. E um banco de práticas sobre diversos temas.

O Impulsiona e o NAR são iniciativas ligadas ao esporte, o primeiro também é uma plataforma que reuni um banco de práticas e oferece minicursos gratuitos para docentes e discentes sobre educação esportiva e esportes. Já o segundo, o NAR é o Núcleo de alto rendimento esportivo de São Paulo, que é um espaço de fomento e preparação de atletas e equipes esportivas, sendo um centro esportivo de alto nível e que também funciona como um centro de pesquisa esportiva.

Em 2015, o Instituto Península expande a sua atuação para mais campos da educação, sem abandonar as ações esportivas que são uma marca da família Diniz. É neste momento que o instituto começa a pesquisar e fomentar a educação online e suas variações. O que gerou uma série de cursos, minicursos dentro do Singularidades e do Vivescer, além de um livro e mais pesquisas sobre o tema, principalmente no período pandêmico, a exemplo de “Mapeamento sistemático da literatura em experiências de educação híbrida e online na formação docente”, e de “Retratos da Educação pós pandemia: uma visão dos professores” e por fim “Desafios e Perspectivas da Educação: uma visão dos professores durante a pandemia”¹².

O conselho que dirige o Instituto Península é formado por seis pessoas, o presidente Eduardo Rossi, Abílio Diniz, Geyze Marchesi Diniz, Pedro Paulo Diniz, Flávia Almeida e Ana Maria Diniz. Além do conselho temos as seguintes pessoas e seus respectivos cargos em destaque, a diretora executiva Heloisa Morel, a diretora de desenvolvimento e institucional e parcerias Daniela Kimi, a coordenadora de projetos Marina Ferraz, a coordenadora de pesquisa Natalia Puentes, a assistente de diretoria Magna Lisboa, a gerente de comunicação Fernanda Viola e a analista de comunicação Ana Caroline Camargo.

Além dos membros da família Diniz na direção do Instituto Península, apontando algumas informações relevantes sobre alguns dos outros coordenadores:

- Eduardo Poncracz Rossi¹³ – é administrador e tem mais de 20 anos de experiência no mercado financeiro. O que chama atenção em seu currículo é que ele foi vice-presidente de uma das maiores empresas de investimentos do mundo, a JP Morgan e Salomon Smith Barney entre 1994 e 2004. Rossi também está no conselho do Carrefour Brasil representando a Península Participações desde 2015, e da ONG Criança Segura. Rossi foi vice-presidente da Península Repartições entre 2010 e 2019 e é presidente do conselho do Instituto Península desde 2010. Tem formação em economia e marketing pela Fundação Getúlio Vargas, fez o MBA em

¹¹ Informações acessadas no site <<https://vivescer.org.br/quem-somos/>>. Acessado em 10 de outubro de 2022.

¹² Todas estas pesquisas foram realizadas entre 2020 e o primeiro semestre de 2022. Elas estão disponíveis online no site do IP. <<https://www.institutopeninsula.org.br/conteudos/pesquisas/>>. Acessado em 10 de outubro de 2022.

¹³ Informações obtidas através do LinkedIn <<https://www.linkedin.com/in/eduardo-rossi-73a3768/details/education/>>. Acessado em 15 de outubro de 2022.

economia na Columbia University, e fez cursos de inteligência artificial na Harvard University e em Massachusetts Institute of Technology;

- Flávia Buarque de Almeida¹⁴ – é a presidente da Península Participações desde 2013, sendo um dos nomes de confiança de Abílio Diniz, ela é a responsável por gerir a empresa que administra todo o capital da família. Flávia representa o grupo no conselho do BRF. s.a. e também no Carrefour. Ela já presidiu a Morro Vermelho, holding da família Camargo Corrêa, e já esteve em mais de 20 conselhos de empresas. É formada em administração pela Fundação Getúlio Vargas e fez MBA na mesma área pela Harvard University;
- Maria Heloisa de Oliveira Morel¹⁵ – A diretora executiva do IP também faz parte do conselho do Singularidade, ocupando estes cargos desde 2016, ela também faz parte do comitê consultivo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) desde 2021 (atua no fomento da formação dos professores na educação à distância e híbrida), é membro do conselho do Centro de Inovação da Educação Brasileira (CIEB) desde 2019 e do conselho do instituto Integral desde 2022. Morel também passou pela Alpargatas, Microsoft e outras empresa;
- Daniela Kimi Antunes de Oliveira Oliva¹⁶ - É formada em Marketing pela Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), fez cursos ligados a arte na Universidade de Arte de Londres e diversos cursos no Singularidade e na MetaIntegral da California - EUA;
- Marina Brito Ferraz¹⁷ – A coordenadora de projetos do IP já passou pelo Itaú Social (2010-2013) onde foi analista de impacto e analista institucional, também foi assistente de pesquisa da ONU entre 2009 e 2010. Ferraz é economista pela Universidade Mackenzie e tem mestrado em gestão pública pela FGV e políticas públicas pela universidade de Köln;
- Natalia Puentes-Montoya¹⁸ - Natalia é coordenadora de projetos, pesquisa, advocacia e políticas públicas do IP. Também trabalhou na Fundación Pies Descalzos da cantora Shakira em 2015. Entre 2012 e 2014 foi assessora do governo colombiano no Departamento de Prosperidade Social e também atuou em alguns cargos da diplomacia da Colombiana. Ela é formada pela Universidad del Rosario em relações internacionais e ciência política e fez mestrado em gestão pública na Fundação Getúlio Vargas;

¹⁴ Informações obtidas através da reportagem da Exame <<https://exame.com/negocios/quem-e-a-mulher-que-investe-a-fortuna-de-abilio-diniz/>>. Acessado em 14 de outubro de 2022. E pelo LinkedIn <<https://www.linkedin.com/in/flavia-b-28b85419a/>>. Acessado em 14 de outubro de 2022.

¹⁵ Informações obtidas no LinkedIn <<https://www.linkedin.com/in/heloisamorel/>>. Acessado em 14 de outubro de 2022.

¹⁶ Informações obtidas no LinkedIn <<https://www.linkedin.com/in/daniela-kimi-antunes-de-oliveira-oliva-6885a615/>>. Acessado em 14 de outubro de 2022.

¹⁷ Informações obtidas no LinkedIn <<https://www.linkedin.com/in/marina-ferraz-79a58265/>>. Acessado em 14 de outubro de 2022.

¹⁸ Informações obtidas no LinkedIn <<https://www.linkedin.com/in/natalia-puentes-montoya-89a00446/>>. Acessado em 14 de outubro de 2022.

- Magna Lisboa¹⁹ – É bacharel em direito pela universidade do Grande ABC é funcionária das empresas de Abílio Diniz há mais de 20 anos;
- Fernanda Viola²⁰ – A gerente de comunicação do Instituto Península é formada em jornalismo pela Universidade Metodista de São Paulo e em Marketing pela Fundação Getúlio Vargas;
- Ana Caroline Camargo²¹ – é jornalista com experiência, como ela mesmo diz em seu LinkedIn, em “comunicação de causas, cultura e educação”. Camargo já trabalhou na Fundação Abrinq (2021), no Instituto Ayrton Senna (2018-2019), passou pela Boa Vontade TV (2012-2018), na Associação Nova Escola (2020). Formou-se em jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná e fez uma pós na Universidade de São Pão;

Há também três educadores que ocupam o cargo chamado pelo Instituto Península de “liderança de iniciativas do IP”, são eles:

- Mariana Breim²² – Ela também é diretora de desenvolvimento integral. Tem formação em pedagogia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e mestrado pela Universidade de São Paulo. Entre 2013 e 2018 ela foi diretora pedagógica do Instituto Toca, a escola experimental da família Diniz;
- Vanderson Berbat²³ – Também é o diretor do impulsiona e relações governamentais. Tem formação em geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e possui mestrado em políticas públicas pela Escola Nacional de Ciências Estatística (ENCE/IBGE). Ele foi consultor de educação do BID (2012-2013), gerente de relações institucionais do Instituto Synergos (2012-2013), gerente de relações institucionais do Instituto Unibanco (2007-2012) e por fim, foi um dos diretores do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos do Rio 2016 (2013-2016);
- Irineu Loturco²⁴ - É diretor técnico do núcleo de alto rendimento de São Paulo (NAR). Possui graduação em Esporte pela Universidade de São Paulo, mestrado em alto rendimento

¹⁹ Informações obtidas no site de apresentação do IP <<https://www.institutopeninsula.org.br/sobre/>>. Acessado em 14 de outubro de 2022.

²⁰ Informações obtidas no site de apresentação do IP <<https://www.institutopeninsula.org.br/sobre/>>. Acessado em 14 de outubro de 2022.

²¹ Informações obtidas no LinkedIn <<https://www.linkedin.com/in/anacamargo87/?originalSubdomain=br>> Acessado em 15 de outubro de 2022.

²² Informações obtidas no LinkedIn <<https://www.linkedin.com/in/mariana-breim-843b40a2/?originalSubdomain=br>>. Acessado em 15 de outubro de 2022.

²³ Informações obtidas no LinkedIn <<https://www.linkedin.com/in/vanderson-berbat-b40b7778/?originalSubdomain=br>> Acessado em 15 de outubro de 2022.

²⁴ Informações obtidas no site de apresentação do IP <<https://www.institutopeninsula.org.br/sobre/>>. Acessado em 15 de outubro de 2022.

desportivo pela Universidad Pablo de Olavide e doutorado em alto rendimento desportivo pela Universidad Pablo de Olavide.

Por fim o Instituto Península possui um conselho consultivo de notáveis formado por:

- David Saad²⁵ - É o atual diretor-presidente do Instituto Natura (2015- até o momento), atuou como executivo de relações institucionais do Hospital Albert Einstein (2010-2015), foi diretor executivo do grupo Abril (-2010), também teve uma pequena passagem pela Secretaria de Cultura de São Paulo, onde coordenou o programa de PCCI. David é membro do conselho da Instituição Educacional Vera Cruz e também do Instituto Chapada de Educação e Pesquisa. Estudou engenharia de produção na USP e fez mestrado em administração no Instituto de Ensino e Pesquisa (INSPER);
- Eduardo Deschamps²⁶ - O professor doutor de engenharia elétrica da Fundação Universidade Regional de Blumenau, já foi ex-secretário de educação do Estado de Santa Catarina (2012-2018), presidiu o Conselho Nacional dos Secretários de Educação (CONSED) de 2015 a 2016. Foi ex-presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE) entre 2016 e 2018 e presidiu as Comissões do Sistema Nacional de Educação, do Ensino Médio e da Base Nacional Comum Curricular. Também é conselheiro do Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina (2011 até hoje). Sua formação foi toda na Universidade Federal de Santa Catarina, onde fez da graduação ao doutorado;
- Eduardo Pádua²⁷ - Foi consultor da Unesco, do BID (, do Ministério da Educação, da Secretaria de Educação de Nova Iguaçu (RJ) e de Lajeado (RS), e do Centro de Liderança Pública. Foi Secretário de Planejamento e Gestão da Prefeitura de Mesquita (RJ). Hoje ele é consultor do Banco Mundial, tendo como tarefa levar o modelo de reorganização de redes do Rio de Janeiro para outras redes públicas do Brasil. Possui diversos cursos em educação e liderança pelas universidades de Harvard e Columbia. Sua formação é em ciências sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), se titulou mestre em economia também na UFRJ e em pesquisa documental pela Universidad Carlos III de Madrid;
- Lúcia Gomes Vieira Dellagnelo²⁸ - Lucia se formou em psicologia pela UFSC, se titulando doutora e mestre em educação pela Universidade de Harvard. Ela foi ex-secretária de Desenvolvimento Econômico Sustentável de seu estado natal (2003-2004), onde criou o Cluster de Inovação na Educação. É a fundadora do Instituto Comunitário Grande

²⁵ Informações obtidas no LinkedIn <<https://www.linkedin.com/in/david-saad-417305/>>. Acessado em 15 de outubro de 2022.

²⁶ Informações obtidas no LinkedIn <<https://www.linkedin.com/in/eduardo-deschamps66/>>. Acessado em 15 de outubro de 2022.

²⁷ Informações obtidas no LinkedIn <<https://www.linkedin.com/in/eduardopadua/?originalSubdomain=br>>. Acessado em 15 de outubro de 2022.

²⁸ Informações obtidas no LinkedIn <<https://www.linkedin.com/in/luciadellagnelo/>>. Acessado em 15 de outubro de 2022.

Florianópolis (ICOM), onde foi presidente do conselho de 2005 a 2020. Dellagnelo atualmente é a presidente do CIEB desde 2016. É considerada pela iniciativa privada uma referência nacional e internacional no tema da tecnologia educacional.

A partir deste quadro da direção do Instituto Península podemos apontar alguns elementos. Primeiro há uma “carreira” ou uma “troca” de coordenadores e figuras com cargos importante entre os aparelhos privados de hegemonia que atuam na educação. Isso fica claro observando os currículos de alguns nomes do corpo dirigente do IP. Poderíamos traçar linhas entre estes diretores e coordenadores que envolveriam os principais aparelhos privados de hegemonia que atuam na educação no Brasil como o Instituto Lemann, o CIEB, Instituto Natura, Fundação Roberto Marinho e etc., e organismos internacionais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento e APH’s estrangeiros como o Instituto General Motors.

Esse ambiente em que os intelectuais orgânicos da burguesia especializados em educação ou no dito “social” circulam não é uma coincidência. A criação de um espaço em que os aparelhos burgueses troquem quadros e experiência é uma ótima maneira de fomentar a formação destes agentes. Essa teia de relações além de garantir estes dois pontos também dá aos APH’s mais legitimidade perante a população. Isso ocorre a partir da utilização e troca de parceria entre os próprios aparelhos da burguesia que acabam passando uma imagem de seriedade aos novos aparelhos privados de hegemonia.

Entendendo o Estado capitalista do tipo ocidental como um Estado Educador, os aparelhos privados como IP, CIEB, Fundação Lemann e outros, são importantes agentes de implementação do que Lúcia Neves chamou de nova pedagogia da hegemonia. Esta por sua vez é a pedagogia do neoliberalismo, sendo responsável pela construção de uma visão de mundo que reforce as bases para a dominação burguesa através do neoliberalismo, ou seja, fomenta na classe trabalhadora a aceitação da sua condição social e a busca de soluções individuais para os problemas coletivos, de preferência através da ideia do empreendedorismo e pejetização.²⁹

Outro aspecto da dominação hegemônica via educação é o processo de mercantilização do fazer pedagógico. Este tema foi desenvolvido pela pesquisa da professora Aparecida de Fátima Tiradentes dos Santos no seu livro “Pedagogia de mercado: neoliberalismo, trabalho e educação no século XXI”³⁰ de 2012. Para ela este processo de mercantilização está totalmente ligada a busca de hegemonia por parte da burguesia, que se aprofunda na educação para utilizá-la como instrumento para consolidar a sua dominação hegemônica sobre a classe. A mercantilização do fazer pedagógico é uma maneira mais sofisticada de dominação da educação, já que controla o centro do trabalho dos educadores.

²⁹Para um aprofundamento sobre este processo de precarização através do empreendedorismo, pejetização e uberização recomendamos a leitura do livro ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018.

³⁰SANTOS, Aparecida de Fátima Tiradentes dos. *Pedagogia do mercado: neoliberalismo, trabalho e educação no século XXI*. Rio de Janeiro: Ibis Libris, 2012.

Enquanto aparelho privado de hegemonia o Instituto Península faz parte desta ação pedagógica dentro do Estado Educador, contribuindo para os dois processos a mercantilização e a implementação da nova pedagogia. Em nossa investigação sobre as pesquisas realizadas pelo IP surgiram três hipóteses que ainda precisam de aprofundamento e neste artigo só serão apresentadas de forma inicial, refletindo o momento em que se encontra este estudo. Também é importante ressaltar que este artigo não analisará todos os dados produzidos pelas pesquisas do IP e sim refletir sobre as três hipóteses.

A primeira hipótese é sobre a construção da imagem do IP, eles iniciam a sequência de pesquisa no período pandêmico optando por realizar uma escuta dos educadores, esta abordagem mais humanizada nos remete a ideia de que eles querem se “vender” como uma instituição sem fins lucrativos, “boazinha”, construindo uma imagem que é montada por todos os APH’s, a de uma organização filantrópica. A segunda é sobre a construção conjunta de uma pedagogia da hegemonia pelos principais aparelhos da burguesia. Conseguimos apontar esta possibilidade a partir da produção em conjunta de pesquisas, e da reprodução e utilização das pesquisas feitas pelo Instituto Península. Isto aponta um possível amalgamamento entre estas organizações no que tange à construção de uma mesma versão da pedagogia da hegemonia. Por último, tudo leva a crer que a intenção destes estudos é conseguir ganhar espaço dentro das disputas hegemônicas na sociedade civil para a pedagogia da hegemonia da burguesia, e ao mesmo tempo, conseguir intervir no fazer pedagógico de uma forma não incisiva, mas gradual, conquistando os trabalhadores da educação para essa linha.

O Instituto Península já tinha realizado algumas pesquisas antes deste período como em 2016 quando fez um trabalho sobre o Ensino Híbrido³¹. Este foi um dos primeiros temas que o instituto se voltou fora da educação esportiva. Inicialmente o IP tinha uma atuação na educação esportiva, no debate sobre ensino remoto e nas graduações e cursos livres do Singularidade. Em 2015³² eles iniciam suas pesquisas e fomento do Ensino Híbrido. Em 2018 o instituto cria o “Núcleo de Estudos e Pesquisas do Instituto Península” que vai ser o centro organizador dos estudos do grupo.

No período pandêmico o IP soube aproveitar uma janela de oportunidade que se abriu para aprofundar sua intervenção na educação. Com a explosão de casos de COVID-19 no início de 2020 rapidamente as aulas foram suspensas em todo os lugares, levando as redes públicas e privadas do Brasil a aderirem a algum tipo de ensino remoto. O Península, fazendo uma leitura da situação, volta a realizar pesquisas com os educadores, fazendo a primeira pesquisa já em março de 2020, no início das suspensões das aulas. Eles optaram por adotar neste estudo um olhar pretensamente mais humanizado sobre a situação dos educadores e da educação. Ao mesmo tempo, aborda temas relacionados ao uso das novas ferramentas ligadas ao ensino remoto.

³¹ INSTITUTO PENÍNSULA, *Percepções do ensino híbrido na prática e formação dos professores*, 12/2016.

Disponível em <<https://www.institutopeninsula.org.br/wp-content/uploads/2020/12/Pesquisa-Ensino-H%C3%Adbrido.pdf>>. Acessado em 10 de novembro de 2022.

³² Em 2015 o Instituto Península lançou o livro “Ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação” junto com a Fundação Lemann.

Esta sacada do instituto deu início a uma virada dentro do IP, abrindo o caminho para que ele se colocasse frente aos demais APH's como uma referência na realização de pesquisas quantitativas sobre a educação. De fato, logo após a iniciativa do Península, outros APH's também realizaram seus estudos sobre a pandemia e no final de 2020 formou-se um "pool" entre os APH's, onde cinco pesquisas foram unificadas em dois relatórios que foram divulgados no final de 2020.

Em nosso levantamento encontramos no período de 2020 a 2022 dez pesquisas em que o Instituto Península foi o organizador ou contribuiu na organização. Muitas destas foram replicadas ou utilizada em estudos de outros aparelhos privados de hegemonia. Deste modo o IP tem ganhado um certo "know-how" ao ponto que a última pesquisa foi feita junto com o IPEC (Inteligência em Pesquisa e Consultoria Estratégica), o antigo IBOP (Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística), tradicional instituto de pesquisas opinião do nosso país. A seguir trazemos uma tabela com as pesquisas:

Tabela 01: Pesquisas realizadas pelo Instituto Península entre março de 2020 e novembro de 2022.

Nome	Data	Resumo
Percepção da população brasileira sobre a profissão professor.	13/10/22	Pesquisa em parceria com o IPEC sobre a percepção dos brasileiros sobre a profissão de professor.
Retratos da Educação pós pandemia: uma visão dos professores.	22/08/22	Perspectiva dos professores sobre a volta às aulas.
O professor que queremos: relatório do grupo de trabalho "qualidade na formação inicial docente".	04/05/22	Pesquisa sobre a formação docente. Produção conjunta de ABMES, o Instituto Península, ANEC, IES, Consed, Undime.
O que significa falar de Oferta e Demanda de professores na Educação Básica?	17/01/22	Nota técnica do IP sobre o tema do estudo desenvolvido em parceria com a FGV sobre a oferta e demanda de professores.
A percepção dos jovens sobre a profissão docente.	17/01/22	Instituto Península e o Movimento Profissão Docente realizaram a pesquisa "A percepção dos jovens sobre a profissão docente".
Educação a flor da pele.	15/10/21	Pesquisa sobre a valorização docente.
Desafios e perspectivas da educação: uma visão dos professores durante a pandemia.	09/21	Pesquisa baseada na escuta de professores sobre a volta às aulas.
Retratos da educação no contexto da pandemia de coronavírus – Um olhar sobre múltiplas desigualdades.	10/2020	Pesquisa realizada por CONJUVE, Em Movimento, Conhecimento Social, Fundação Carlos Chagas, Fundação Lemann, Fundação Roberto Marinho, Imaginable Futures, Instituto Península, Itaú Social, Mapa Educação, Porvir, Rede Conhecimento Social, UNDIME, ONU para Educação Ciência e Cultura e Visão Mundial. Segunda etapa do "pool" de pesquisas.

Retratos da educação no contexto da pandemia de Coronavírus – Perspectivas em diálogos.	08/2020	Pesquisa realizada por CONJUVE, Em Movimento, Conhecimento Social, Fundação Carlos Chagas, Fundação Lemann, Fundação Roberto Marinho, Imaginable Futures, Instituto Península, Itaú Social, Mapa Educação, Porvir, Rede Conhecimento Social, UNDIME, ONU para Educação Ciência e Cultura e Visão Mundial. Esta pesquisa unifica os dados de 5 pesquisas, incluindo duas do IP.
Sentimento e percepção dos professores brasileiros nos diferentes estágios de Coronavírus.	31/03/20	Pesquisa sobre a percepção dos educadores frente ao COVID-19.

As três pesquisas³³ do IP que se propõe a quantificar as sensações, expectativas, frustrações e angústias provocadas pela pandemia de COVID-19, foram as mais replicadas em artigos, notícias e publicações por outros aparelhos privados da burguesia que atuam na educação³⁴ e por pesquisadores³⁵. A opção utilizada pelo IP para realizar a maioria das suas pesquisas foi a análise de dados a partir da aferição de questionários com um público alvo determinado. No caso destas três, os educadores de todo o Brasil responderam perguntas sobre questões pessoais que possam ter sofrido alguma interferência provocada pela pandemia além de algumas relacionadas ao uso das ferramentas do ensino remoto.

O fomento do ensino híbrido pelo Instituto Península não deixou de ser uma prioridade, nesta pesquisa por exemplo, conseguimos identificar este movimento, mesmo que de forma sutil. Neste trabalho o IP também aproveitou para quantificar como os educadores estavam reagindo ao novo formato de ensino, como reagiram frente ao uso das ferramentas tecnológica e como estavam avaliando esta situação. Ou seja, não deixaram de quantificar elementos importantes para a implementação do uso destas ferramentas em larga escala. Obviamente, pela pressão colocada no 2020 para os educadores, o ensino remoto gerou muita angústia e ansiedade, contudo mesmo com estes dados o Península ainda assim, de forma discreta defende o uso desta modalidade de ensino:

Para recuperarmos a aprendizagem dos alunos e evoluirmos para um modelo híbrido de ensino, que caminha para ser um modelo que não responde apenas ao momento emergencial, mas que responde ao avanço necessário na Educação, é

³³ “Sentimento e percepção dos professores brasileiros nos diferentes estágios de Coronavírus” de março de 2020; “Desafios e perspectivas da educação: uma visão dos professores durante a pandemia” de setembro de 2021; “Retratos da Educação pós pandemia: uma visão dos professores” de agosto de 2022.

³⁴ Encontramos na indexação da busca no google 292 sites que utilizaram esta pesquisa, entre eles: Itaú Social, Instituto Unibanco, Nova Escola, Plataforma Provir e outros.

³⁵ SILVA, Camila Lopes da; SANTOS, David Moises Barreto dos. Atuação docente no Brasil no contexto de pandemia de COVID-19. In: XXV EPEN ANPEd, Bahia 2020; COUTINHO, Ângela Scalabrin; LOPES, Edna; VIEIRA, Lívia Fraga; TRÓPIA, Patrícia. Direitos trabalhistas e trabalho remoto na educação infantil durante a pandemia: resultados de pesquisa. *Zero-a-seis*, v.22, dez. 2020; KLUTHCOVSKY, P. C. W., & JUCOSKI, E. (2021). Educação em Tempos de Pandemia: Desafios da Docência Remota na Educação de Jovens e Adultos. *EaD Em Foco*, 11(1), 2021.

preciso não só incentivarmos a criação de políticas públicas a favor da inclusão digital como um direito de todos os estudantes, mas também avançarmos nas ferramentas e metodologias que conectem e fortaleçam o desenvolvimento do professor e a aprendizagem dos alunos, contemplando a aprendizagem no ambiente escolar com o desenvolvimento individual dos alunos, seja presencial ou remoto³⁶

Em nossa hipótese a quantidade expressiva de utilização do trabalho “Sentimento e percepção dos professores brasileiros nos diferentes estágios de Coronavírus” ocorreu primeiramente pelo fato dela ter sido a primeira pesquisa sobre a pandemia publicada por um dos APH’s, o que fez com que diversos veículos de comunicação, entidades educacionais privadas, institutos e outros APH’s tenham utilizado os dados levantados de diversas formas para retratar aquele momento difícil vivido pelo setor educacional. Contudo o principal motivo que fez este trabalho ser tão replicado está relacionado com o seu objetivo.

Esta pesquisa, na nossa leitura tem como intensão ser um instrumento para ganhar espaço dentro da educação, contribuindo para a construção de um imaginário positivo dos educadores em relação ao Instituto Península e aos demais entidades deste tipo. A tática utilizada para permitir esta entrada foi o fato dela conseguir dar voz e quantificar as questões dos educadores naquele período.

Esta percepção positiva é moldada a partir da construção da imagem filantrópica e de instituição parceira dos educadores que dá voz aos educadores na pandemia. Esta tática da construção imagética amistosa ao público-alvo da instituição é quase habitual entre os aparelhos privados de hegemonia. Com esta pesquisa o IP tenta construir uma ponte com os educadores fazendo um estudo que focasse na escuta e que tentasse dar uma humanidade ao momento difícil enfrentado pela Educação como um todo. Cabe ainda verificar se este objetivo foi alcançado.

Em relação a hipótese do amalgamamento entre os diversos aparelhos privados de hegemonia da burguesia a pandemia de COVID-19 foi reveladora. Podemos constatar a partir das pesquisas em que o IP esteve envolvido que houve uma unidade clara entre os aparelhos privados de hegemonia que atuam na Educação. Além da utilização das principais pesquisas do Península por outros APH’s em agosto e setembro de 2020 foram lançados dois trabalhos que unificaram cinco estudos de aparelhos da burguesia sobre os educadores e a educação naquele primeiro ano de pandemia.

Os trabalhos “Retratos da educação no contexto da pandemia de COVID-19”, que se dividem nos subtítulos, foram organizados pelos seguintes aparelhos: CONJUVE, Em Movimento, Conhecimento Social, Fundação Carlos Chagas, Fundação Lemann, Fundação Roberto Marinho, Imaginable Futures, Instituto Península, Itaú Social, Mapa Educação, Porvir, Rede Conhecimento Social, UNDIME, ONU para Educação Ciência e Cultura e a Visão Mundial. As duas publicações sintetizam os dados coletados e tentam retratar os problemas gerados pela pandemia nas diversas dimensões e atores do processo de ensino-aprendizagem.

³⁶ INSTITUTO PENÍNSULA. *Sentimento e percepção dos professores brasileiros nos diferentes estágios de Coronavírus*. 2020, p. 25. Disponível em: < https://www.institutopeninsula.org.br/wp-content/uploads/2021/02/Retratos-da-Educacao-na-Pandemia_digital.pdf >. Acesso em 14/11/2022.

Algumas das instituições responsáveis pela realização de tais estudos perceberam a importância de compreender seus resultados de maneira integrada, colocando em diálogo – ainda que apenas em forma de texto – as diferentes perspectivas sobre desafios e oportunidades que marcaram a educação neste ano de 2020. A articulação entre esses estudos deu-se desde a etapa de construção dos questionários, permitindo que um mesmo aspecto fosse abordado de maneira convergente junto aos diferentes sujeitos da comunidade escolar. (...) ³⁷

Esta unidade³⁸ entre os aparelhos privados de hegemonia durante a pandemia traduz uma unidade geral na nova pedagogia da hegemonia, que tem hoje como objetivo o convencimento da classe trabalhadora para as ideias do empreendedorismo e pejotização³⁹, onde as saídas para os problemas coletivos dos trabalhadores são individuais. Onde ocorre uma paulatina construção das ideias do individualismo e do “self-made man”, impondo uma aceitação as desigualdades sociais, só sendo possível superá-las individualmente.

No trabalho encabeçado pela Associação Brasileira de Mantenedores de Ensino Superior (ABMES) “O professor que queremos: fatores de qualidade na formação inicial docente”⁴⁰, realizada com a participação do Instituto Península e outras entidades, e que tem como objetivo “*promover uma reflexão sobre o professor que queremos e quais os fatores de qualidade devem ser garantidos durante a formação inicial para que estejam melhores preparados para o início da docência*”, podemos observar como os APH’s em questão e as instituições de ensino superior (IES) representada pelas associações de ensino superior que produziram este estudo uma preocupação com a formação docente, não só em seus cursos de licenciaturas mas também nas IES públicas. Em nossa hipótese na realidade o objetivo destes APH’s é adentrar no fazer pedagógico, naquilo que a Aparecida Tiradentes chamou de mercantilização da educação.

Para isso elas se utilizam do debate sobre a mudança na formação docente, apontando a necessidade de se ter uma reorganização nos currículos das licenciaturas. Tais mudanças se referem

³⁷ CONJUVE, Em Movimento, Conhecimento Social, Fundação Carlos Chagas, Fundação Lemann, Fundação Roberto Marinho, Imaginable Futures, Instituto Península, Itaú Social, Mapa Educação, Porvir, Rede Conhecimento Social, UNDIME, ONU para Educação Ciência e Cultura e a Visão Mundial. *Retratos da educação no contexto da pandemia de COVID-19: um olhar sobre múltiplas desigualdades*, 09/2020, p. 5. Disponível em: <https://www.institutopeninsula.org.br/wp-content/uploads/2021/02/Retratos-da-Educacao-na-Pandemia_digital.pdf>. Acessado em 14/11/2022.

³⁸ Mesmo havendo uma unidade nos objetivos existe disputa entre os APH’s e entre os setores da burguesia que cada um representa. O trabalho da professora Renata S. Tuão que em sua dissertação debateu entre outras coisas a disputa pela direção da política educacional entre o Todos pela Educação e a Campanha Nacional pelo Direito à Educação. Cf. TUÃO, Renata Spadetti. *A Campanha Nacional pelo Direito à Educação: determinantes sócio-históricos do Projeto de Concertação Nacional*. 2018. 291 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

³⁹ ANTUNES, Ricardo. *O privilégio...*, op. cit.

⁴⁰ ABMES, ANEC, CONSED, Profissão docente, UNDIME, INSTITUTO PENÍNSULA, *O professor que queremos: fatores de qualidade na formação inicial docente*, 05/2022, p. 11. Disponível em: <<https://www.institutopeninsula.org.br/wp-content/uploads/2022/05/OprofessorQueQueremos.pdf>>. Acessado em 14/11/2022.

a necessidade de mais carga horária de estágio e do crescimento de disciplinas que abordem o uso de tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) na grade curricular. Além da necessidade de fomentar a formação continuada dos docentes. Todas estas mudanças ocorreriam em detrimento da carga horária teórica e de legislação que as instituições aqui consideram exageradas.

Primeiro é importante ressaltar que mudanças curriculares, principalmente em relação ao uso das TDIC são de fato necessárias em alguma medida mas não podem ser feitas de qualquer forma. Contudo, a pesquisa apresenta tais mudanças de uma forma positiva⁴¹, acadêmica e também trazem a ideia do fomento de algum tipo de formação continuada. Entretanto, ao montar um currículo que diminua sensivelmente as disciplinas teóricas e as troquem por matérias de práticas e de tecnologia, ou que foquem apenas na resolução de problemas de chão de escola, incorre-se no risco de formarmos docentes tutores que reproduzem conteúdos, mas não formulam sobre o seu fazer pedagógico. É o que a Tiradentes identifica em seu trabalho “Pedagogia de mercado: neoliberalismo, trabalho e educação no século XXI” como um processo de despolitização:

“Despolitizá-la”, reduzindo-a a atividade meramente “técnica”, portanto, é repolitizá-la em favor da manutenção da hegemonia, sob a aparência de neutralidade, eficiência, eficácia, silenciando e desqualificando os significados da educação como prática política transformadora e de formação humana no sentido mais pleno.⁴²

Aparecida apresenta em seu trabalho que essa despolitização tem como intenção transformar a educação em um serviço como os demais (SANTOS, 2012), transformando o trabalho docente em uma função técnica. Além disto, estas mudanças propostas pelos APH’s estão associadas a introdução de um gerencialismo na educação como um todo, lidando com as questões escolares como uma empresa, seguindo os objetivos e critérios do mercado. É aqui que muitas parcerias público-privadas são feitas. Só o Instituto Península realizou 80 parcerias com redes privadas no período pandêmico para realizar escutas dos educadores⁴³, mais um canal de entrada para a construção do imaginário positivo sobre o IP.

Ainda há uma avenida de possibilidades para os pesquisadores que se interessarem em analisar como atuaram no período da pandemia os aparelhos privados de hegemonia que tem como foco a educação. No caso das pesquisas em que o Instituto Península esteve envolvido apontamos neste trabalho três hipóteses que devem ser aprofundadas, mas sem dúvida, estas produções do IP podem revelar mais caminhos a serem explorados.

⁴¹ É importante ressaltar que não vamos encontrar com facilidade em nenhum documento produzido pelos aparelhos privados de hegemonia suas intenções e táticas para a disputa hegemônica. Estes objetivos sempre são disfarçados em ações pela positiva como neste documento. Mas fazendo uma leitura mais reflexiva podemos apontar que apesar deste trabalho ter uma cara mais técnica, com dados e sugestões, ele está sim carregado de ideologia.

⁴² SANTOS, Aparecida de Fátima Tiradentes dos. *Pedagogia do mercado: neoliberalismo, trabalho e educação no século XXI*. Rio de Janeiro: Ibis Libris, 2012, p. 8.

⁴³ Disponível em <<https://www.institutopeninsula.org.br/em-parceria-com-24-estados-instituto-peninsula-oferece-apoio-socioemocional-aos-professores-da-rede-publica/>>. Acessado em 14/11/2022

Livro didático e formação docente: reflexos da literatura africana e afro-brasileira de autoria feminina na contemporaneidade

Rodrigo Nunes de Souza

nunes-rodrigo@hotmail.com

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

1. Algumas palavras iniciais

Estamos cansados de saber que nem na escola nem nos livros onde mandam a gente estudar se fala da efetiva contribuição das classes populares, da mulher, do negro e do *índio* na nossa formação histórica e cultural. Na verdade, o que se faz é folclorizar todos eles.

(“De Palmares às escolas de samba, tamos aí” – Lélia Gonzalez)

O ensino de Literatura busca traçar caminhos que levem professor e aluno a irem além do que, tradicionalmente, já encontramos na escola: o historicismo e o pretexto para aulas gramaticais, por exemplo. Essas situações levam a um trabalho de descrédito, considerando que o texto literário está além do tradicionalismo que, há muito tempo, lhe direcionam.

Verifica-se, contudo, que, mais restritamente, quando esse ensino é direcionado a produções de cunho africano ou afro-brasileiro, a literatura ainda está aquém do esperado. Muitas vezes não abordada na formação inicial de muitos professores, o ensino da cultura e da tradição africanas levantam questões que giram em torno da representação do negro ao longo da construção identitária do Brasil e no próprio continente africano. Quando se direcionam, por sua vez, essas questões, em torno do trabalho com textos literários na escola, para produções de autoria feminina, percebe-se que a situação é ainda mais frágil.

Com poucos nomes presentes em livros didáticos ou em antologias trabalhadas e distribuídas em escolas, a presença de autoras negras na escola ainda é vista de forma irrisória, tendo o silenciamento como um dos fatores para que a pouca abordagem de textos de autoria feminina chegue, de fato, ao ambiente escolar. Várias questões contribuem para isso, mas, desde que o ensino de literatura se tornou centro de pesquisas, existe a preocupação em se destacar a produção africana e afro-brasileira na sala de aula. Assim, há razões para que muitos professores não adotem obras de tradição africana, como aponta Vieira:

Explicita-se a necessidade de um ensino de literatura que leve em conta não a historiografia, mas, sim, a relação diacrônica e sincrônica entre autores, obras e contexto social e político. A leitura de literatura brasileira, portuguesa e de língua portuguesa (angolana, moçambicana, cabo-verdiana) é considerada fator preponderante para que, durante a análise e discussão dos textos, os alunos ampliem a compreensão do fenômeno literário e da cultura de um povo. Concomitantemente, indica-se o estudo de temas e formas com o intuito de criar condições para que haja um conhecimento crítico da literatura e da sua história¹.

O direito às questões que se relacionam as diferenças vem sendo fortemente discutidas por envolver casos que, na sociedade atual, mostra-se imprescindível para a formação cultural dos alunos. Ressalta-se que o fator humano, tanto na perspectiva de quem ensina quanto de quem aprende, busca destacar os grupos que envolvem a nova posição no eixo escolar, mostrando o que se deve levar em consideração nos meios que trazem as novas condições para suas relações sociais, subjetivas, de convivência.

Em 2003, a Lei 10.639 é sancionada com o objetivo de que a história e a cultura africana e afro-brasileira sejam trabalhadas nas escolas públicas e privadas do Brasil. Para que a Lei seja cumprida, além do professor, é necessário que toda a escola contribua para que as diretrizes sejam realmente efetivadas. Tardif² destaca que todo saber implica um processo de aprendizagem e de formação. Contudo, para que isso se efetive, faz-se necessário que outros profissionais levem em consideração o trabalho com a cultura e a história africanas. Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações ético-raciais no ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica, destaca-se a importância dessa efetivação da Lei:

Para obter êxito, a escola e seus professores não podem improvisar. Têm que desfazer a mentalidade racista e discriminadora secular, superando o etnocentrismo europeu, reestruturando relações étnico-raciais e sociais, desalienando processos pedagógicos. Isto não pode ficar reduzido a palavras e a raciocínios desvinculados da experiência de ser inferiorizados vivida pelos negros, tampouco das baixas classificações que lhe são atribuídas nas escalas de desigualdades sociais, econômicas, educativas e políticas.³

Aplicando esses saberes à sua prática, o professor fará a devida e esperada efetivação da Lei no ambiente de ensino. Para a pesquisadora Patrícia Pinheiro Menegon⁴, a relação entre os saberes

¹ VIEIRA, Alice. Formação de Leitores de Literatura na escola brasileira: caminhos e labirintos. *Cadernos de Pesquisa*, 38 (134), 2008, p. 444-445.

² TARDIF, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional*. Tradução de Francisco Pereira. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

³ MEC. *Diretrizes curriculares nacionais para a educação básica*, 2013, p. 501. Disponível on-line em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192 Acesso: 15/5/2018.

⁴ MENEGON, Patrícia Pinheiro. *A África está em nós: contos africanos de Angola e Moçambique em Língua Portuguesa para o ensino de base intercultural*. 2015. 147 f. Dissertação (Mestrado). Curso de Programa de Pós-graduação em Cultura e Sociedade, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2015.

e o trabalho com a Literatura africana se interligam, promovendo a mudança necessária para a construção do sendo crítico-reflexivo do aluno. Destaca, também, que:

A partir dessa significativa mudança, o campo da Educação Básica passou a viver um processo de revisão acerca das concepções sobre educação de crianças em espaços coletivos, e da seleção de métodos pedagógicos mediadores e assertivos no que diz respeito à aprendizagem e desenvolvimento das crianças. A exemplo disso, nos últimos anos, vimos destacar-se no meio acadêmico novas pesquisas e discussões acerca do alinhamento do trabalho didático-pedagógico no desenvolvimento da aprendizagem de crianças nos primeiros nove anos de escolarização. O grande objetivo não é outro senão prover formas de garantir a continuidade no processo ensino-aprendizagem sem antecipação ou supressão de conteúdos programáticos que deverão ser assegurados nas séries finais e no ensino médio.⁵

Textos africanos e afro-brasileiros de autoria feminina na sala de aula, ainda hoje, fazem parte das discussões sociais, principalmente associando-os aos saberes de Tardif⁶: de que é necessário investir na formação docente para que os alunos também possam ser agraciados com os conhecimentos que serão repassados, tendo o capítulo 03 como uma constatação. As produções de autoria feminina, mesmo ganhando espaço nos últimos anos, ainda se encontram fragilizadas pelo pouco espaço que a escola lhes proporciona. Diante disso, faz-se importante que os textos de autoria feminina sejam trabalhados e ressignificados, promovendo, assim, uma junção de conhecimentos.

Ao debater sobre a condição feminina na sala de aula e na formação docente, percebeu-se um novo olhar para as questões em torno do feminino, destacando, portanto, o respeito que é essencial para o convívio entre as diferenças.

2. A produção literária africana e afro-brasileira na sala de aula: a formação docente e a “invisibilidade” de textos de autoria feminina

A realização de pesquisa com textos da literatura de outras nacionalidades, no contexto de sala de aula da Educação Básica brasileira, carece de uma reflexão acerca das condições que (des)favorecem a sua inserção. Não se pode deixar de ponderar os avanços das políticas públicas, dentre elas a Lei 10.639/03, que orientam o trabalho do professor para com a tradição africana no contexto escolar. No entanto, nem sempre é possível visualizar esse trabalho em sala de aula. Dentre alguns fatores para a ausência, encontra-se a lacuna deixada no processo de formação inicial e/ou continuada do professor. Neste artigo, além da descrição da tipologia da pesquisa e dos procedimentos metodológicos utilizados, analisamos aspectos ligados à formação docente no tocante à literatura africana e afro-brasileira e seus reflexos, tais como, o desconhecimento do alunado sobre essas literaturas e possíveis escusas docentes para a não utilização dos textos presentes no livro didático que contemplem abordagens da cultura africana.

⁵ Ibidem, p. 21.

⁶ TARDIF, Maurice. *Saberes...*, op. cit.

A pesquisa interventiva foi desenvolvida na Escola Cidadã Integral Severino Cabral, com uma turma de 3º ano, cuja professora-titular, CRM⁷, gentilmente cedeu uma de suas turmas para a aplicação das aulas previamente elaboradas através de sequência didática. A escola fica localizada na Rua Noel Rosa, no bairro de Bodocongó, em Campina Grande, mais restritamente em um conjunto que dá nome à escola. A intervenção foi realizada durante os meses de outubro, novembro e até o dia 17 de dezembro de 2018.

A escola continua sendo um lugar de construção de saberes e de identidades. Essas identidades, segundo Duarte (2012), buscam recuperar as raízes culturais que objetivam resgatar elementos ligados à tradição e de questionar valores, mitos e rituais, como problematizar o lugar da mulher na Literatura – na perspectiva da escrita ou do mercado editorial. Dessa forma, espera-se que o professor seja uma espécie de ponte, a fim de que forme seus alunos, por inteiro, como sujeitos pensantes. A Literatura, com seu caráter subjetivo e reflexivo, contribui para que esses indivíduos formem suas concepções a respeito do trabalho com as diferenças, sendo que este ponto, no que diz respeito à produção literária de autoria feminina, “quebra o histórico silêncio das ditas minorias e ocupam, nas prateleiras das livrarias, um espaço que, se menor do que o ocupado pelos homens, não é menos significativo” (DUARTE, 2012, p. 79).

Para que a Lei 10.639/03 seja realmente efetivada, além do professor, é necessário que toda a escola contribua para que haja uma concretização do que prega a lei, contribuindo para a formação de seu corpo docente, ampliando o saber.

Tardif⁸ destaca que todo saber implica um processo de aprendizagem e de formação. Contudo, para que se isso se efetive, faz-se necessário que outros profissionais levem em consideração o trabalho com a cultura e as histórias africanas. Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações ético-raciais para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica, destaca-se a importância dessa efetivação da Lei:

Para obter êxito, a escola e seus professores não podem improvisar. Têm que desfazer a mentalidade racista e discriminadora secular, superando o etnocentrismo europeu, reestruturando relações étnico-raciais e sociais, desalienando processos pedagógicos. Isto não pode ficar reduzido a palavras e a raciocínios desvinculados da experiência de ser inferiorizados vivida pelos negros, tampouco das baixas classificações que lhe são atribuídas nas escalas de desigualdades sociais, econômicas, educativas e políticas.⁹

Com a formação dos professores, a fim de traçar uma leitura acerca do trabalho com produções africanas e afro-brasileiras, faz com que lembremos do conceito de **saberes**. Segundo Tardif, “trata-se de um saber plural, formado pelo amálgama, mais ou menos coerente, de saberes oriundos da formação profissional e de saberes disciplinares, curriculares e experienciais”¹⁰. Assim,

⁷ A professora é identificada através de um código, correspondente as iniciais de seu nome. Toda a pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Campina Grande (UFCC).

⁸ TARDIF, Maurice. *Saberes...*, op. cit.

⁹ MEC. *Diretrizes...*, op. cit., p. 501.

¹⁰ TARDIF, Maurice. *Saberes...*, op. cit., p. 36.

para que o professor e a escola possam, de fato, abarcar os saberes necessários, é imprescindível que os objetos do saber constituam fontes de saberes profissionais, visto que essa prática se incorporará à prática do professor. Para isso, é necessário que esses objetos e a prática docente se estabeleçam, concretamente, por meio da formação inicial e, caso seja, contínua do professor.

Pensando nessa relação saberes x formação docente, aplicou-se um questionário com a professora CMR, efetivamente responsável pelo 3º ano B, a fim de observar sua relação com as Literaturas africanas e afro-brasileiras. Com o título de mestre, CRM discorreu sobre sua formação e como a ausência de disciplinas que trabalham com essas literaturas afeta sua prática. Como se vê na transcrição abaixo:

PESQUISADOR: Durante sua formação inicial, em alguma disciplina foram trabalhados textos representativos das literaturas africanas de língua portuguesa e/ou afro-brasileira? Em caso afirmativo, cite o nome da disciplina.

CRM: Não; concluí a graduação em 2003. Ainda não era comentada ou implementada a Lei 10.639/03.

Com isso, entende-se que, para a docente, não trabalhar com as produções literárias africanas e afro-brasileiras em suas aulas implica não possuir os conhecimentos necessários para a abordagem, em sala, de conteúdos ligados a esses vieses da Literatura. A docente reconhece que, para preencher essa lacuna, é necessário buscar uma “formação continuada ou livros didáticos que trazem essa Literatura. Caso contrário, os estudantes acabam não tendo contato com autores afro-brasileiros ou africanos, devido ao meu desconhecimento”.

Em outro questionamento, voltado para sua visão acerca da ausência dessas produções em suas aulas, a professora ressalta que, no que tange a essa ausência, essa lacuna se deve a sua formação inicial, já que não houve um trabalho significativo com textos africanos e afro-brasileiros. Abaixo, o questionamento feito à professora sobre a aplicabilidade da Lei 10.639/03 e sobre os materiais didáticos que a escola dispõe para o trabalho com produções africanas e afro-brasileiras:

PESQUISADOR: Para você, qual é a importância da Lei 10.639/03 para o trabalho com a literatura africana e afro-brasileira? Há algum material didático utilizado para a efetivação dessa Lei?

CRM: É importante para o aluno conhecer e ler autores representativos da literatura africana, já que ainda predomina nas nossas aulas o estudo e a leitura de autores representativos da literatura europeia. Não temos material consistente que trabalhe a efetivação da Lei 10.639/03. Contudo, sempre que possível, desenvolvemos projetos interdisciplinares que buscam trabalhar aspectos da lei.

O professor que busca se atualizar para que se concretize a efetivação da Lei 10.696/03, fará uso dos saberes curriculares. Esses saberes agem sob a forma de programas escolares que levam o professor a aprender e, conseqüentemente, a aplicá-lo, o que demanda prática e leituras recorrentes sobre os conteúdos que, em sua formação inicial, não teve um contato contundente. Mesmo não tendo um conhecimento considerável das produções africanas e afrodescendentes, a docente

reconhece que é necessário uma formação continuada e um aporte significativo para que tenha, ao menos, uma base para repassar para os seus estudantes.

Para Fonseca¹¹, a Lei 10.639/03 trouxe um maior espaço para as produções literárias africanas e afro-brasileiras no ambiente escolar, fato que também levou muitas universidades a modificarem suas grades curriculares, ofertando disciplinas que visam abordar essas produções e, conseqüentemente, aspectos ligados à história e à cultura africanas e afro-brasileiras. De acordo com a pesquisadora, esses aspectos contribuem para que haja uma visibilidade em torno da “luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação nacional”¹².

Relacionando as observações de Maria Nazareth Fonseca com a fala da professora, percebe-se que, na visão da docente, os livros didáticos, material muito recorrente na prática de professores, privilegia as literaturas europeias. Para CRM, a obrigatoriedade da Lei 10.639/03 leva os alunos a conhecerem aspectos em torno do continente africano e sua relação com o Brasil, mesmo que, na sua prática, esses pontos sejam trabalhados de forma interdisciplinar.

Ainda segundo Fonseca, mesmo abordando de forma interdisciplinar, é necessário que o professor veja que, no corpo da lei, as produções literárias africanas e afro-brasileiras estão interligados à História da África. A pesquisadora descreve como esses aspectos curriculares devem ser observados pelos docentes:

[...] o conteúdo voltado às literaturas africanas faz parte da História da África, o que marca, de maneira muito forte, a necessidade de os professores de literaturas terem conhecimentos específicos de História da África e os professores de História da África se interessarem pelas diferentes literaturas produzidas no continente africano¹³.

Os discursos, objetivos, conteúdos e métodos provenientes dos saberes curriculares devem levar a escola a “categorizar e apresenta os saberes sociais por ela definidos e selecionados”¹⁴. Com a prática, o professor desenvolverá suas experiências e, por isso, incorporará essas experiências às suas individualidades e à coletividade, fazendo surgir, assim, os saberes experienciais. Aplicando esses saberes à sua prática, o professor fará a devida e esperada efetivação da Lei no ambiente de ensino. Para a pesquisadora Patrícia Pinheiro Menegon, a relação entre os saberes e o trabalho com a Literatura africana se interligam, promovendo a mudança necessária para a construção do sendo crítico-reflexivo do aluno. Destaca, também, que:

A partir dessa significativa mudança, o campo da Educação Básica passou a viver um processo de revisão acerca das concepções sobre educação de crianças em espaços coletivos, e da seleção de métodos pedagógicos mediadores e assertivos no que diz respeito à aprendizagem e desenvolvimento das crianças. A exemplo disso,

¹¹ FONSECA, Maria Nazareth Soares. Cânone literário nas literaturas africanas: condições de produção. In: *Literaturas africanas de língua portuguesa: mobilidades e trânsitos diaspóricos*. Belo Horizonte: Nandyala: 2015. p. 53-68.

¹² *Ibidem*, p. 59.

¹³ *Ibidem*.

¹⁴ TARDIF, Maurice. *Saberes...*, op. cit., p. 38.

nos últimos anos, vimos destacar-se no meio acadêmico novas pesquisas e discussões acerca do alinhamento do trabalho didático-pedagógico no desenvolvimento da aprendizagem de crianças nos primeiros nove anos de escolarização. O grande objetivo não é outro senão prover formas de garantir a continuidade no processo ensino-aprendizagem sem antecipação ou supressão de conteúdos programáticos que deverão ser assegurados nas séries finais e no ensino médio.¹⁵

O que se vê, hoje, é que esses saberes (a cultura e a tradição africana) são colocados em segundo plano. Deve-se levar em consideração que o conhecimento que se absorve a partir destes saberes faz parte da formação humana, seja pela relação pedagógica pessoal, seja na relação social coletiva. Por isso, espera-se que a educação, seja uma prática institucionalizada em nossa sociedade, o que contribui com as ações formadoras e para a existência histórica das pessoas e da sociedade humana. Assim, esses aspectos levam a assegurar que, para o professor, é necessário o acesso aos saberes disponíveis, pois, como aborda Tardif¹⁶:

a existência de tal rede mostra muito bem que os sistemas sociais de formação e de educação, a começar pela escola, estão enraizados numa necessidade de cunho estrutural inerente ao modelo de cultura da modernidade. Os processos de produção dos saberes sociais e os processos sociais de formação podem, então, ser considerados como dois fenômenos complementares no âmbito da cultura moderna e contemporânea.

A professora também foi questionada sobre as produções literárias de autoria feminina em sua formação e, conseqüentemente, na sua prática. Destacando nomes mais “clássicos”, a docente traz, em suas respostas, visões particularizadas sobre a presença de escritoras no seu cotidiano escolar. Além desse aspecto, enfatiza que, enquanto leitora, textos de escritoras brasileiras colaboram para que, em suas aulas, os alunos entrem em contato com obras de autoria feminina.

Primeiramente, CRM foi questionada sobre sua bagagem de conhecimento sobre quais autoras costuma levar para a sala de aula, como se vê abaixo:

PESQUISADOR: Em relação aos textos de autoria feminina, quais autoras você costuma levar para a sala de aula?

CRM: Clarice Lispector, Rachel de Queiroz, Adélia Prado e Cecília Meireles.

Ao pensar em Literatura produzida por mulheres, provavelmente, são esses nomes citados pela docente que acabam ganhando mais projeção. Isso se dá porque, o livro didático, muitas vezes, traz essas autoras em seus capítulos dedicados à produção literária. Esse mesmo livro é, invariavelmente, o único suporte didático que os professores possuem para ministrar suas aulas. Outro fator relevante, sem dúvida, é a pouca leitura deste “tipo” de literatura durante a formação do professor e, até mesmo, a parca leitura que os docentes possuem acerca da Literatura produzida por mulheres.

¹⁵ MENEGON, Patrícia Pinheiro. *A África...*, op. cit., p. 21.

¹⁶ TARDIF, Maurice. *Saberes...*, op. cit., p. 34.

Questionou-se, também, sobre o pouco espaço que a Literatura de autoria feminina nos livros didáticos, visto que, para a professora, esse é o seu suporte de trabalho mais recorrente. Diante da resposta, percebe-se que, nesses materiais, há mais destaque para autores e, como observa CRM, aqueles considerados mais clássicos, dando, assim, um caráter de “invisibilidade” para escritoras. Como se observa na transcrição a seguir:

PESQUISADOR: Por que, em sua opinião, os textos de autoria feminina são pouco trabalhados ou em número reduzido nos livros didáticos? Você acha que isso implica no pouco trabalho com esses textos nas aulas de Literatura? Por quê?

CRM: Os livros didáticos, de certa forma, norteiam o nosso trabalho em sala de aula devido à precariedade de recursos disponíveis na escola pública. Desse modo, os autores dos livros didáticos ainda priorizam autores clássicos da literatura brasileira e portuguesa. Entre esses autores, a figura feminina é pouco representativa, daí a ausência em nossas salas de aula de textos de autoria feminina. Das mulheres, as que eu citei anteriormente são as que mais são abordadas.

Apontar que, normalmente, as mulheres que produzem Literatura são, na maioria das vezes, as citadas pela professora e que acabam ganhando mais espaço na sala de aula, outras, tão importantes para a construção da identidade literária brasileira, são esquecidas e/ou trabalhadas superficialmente na escola. Observa-se que, enquanto leitora, CRM utiliza-se de suas experiências fora da sala de aula para, de certa forma, abordar textos de autoria feminina na sala de aula.

Reconhecendo nomes como Clarice Lispector, Rachel de Queiroz e outras como as mais recorrentes no ambiente escolar, a prática de leitura da professora contribui para que textos de autoria feminina ganhem um significativo espaço nas aulas de Literatura ministradas pela docente:

PESQUISADOR: Quais obras de autoria feminina você já leu e acabou utilizando na sala de aula?

CRM: Gosto muito da obra de Adélia Prado e Clarice Lispector. Então, sempre que possível, trabalho em sala de aula com essas autoras.

Quando trazemos essa questão para a produção de autoria feminina negra, percebe-se que se torna ainda mais preocupante. A produção literária africana e afro-brasileira está presente na Literatura há muito tempo. Parece óbvio, mas, o que se vê, é a sua quase invisibilidade dentro da escola. Até mesmo os textos produzidos por homens, muitas vezes, são tratados de forma superficial, sem uma contextualização que se aproxime, com exatidão, dos alunos.

Busca-se, com isso, destacar que, essa Literatura, deve ser trabalhada de modo reflexivo, que desconstrua alguns estereótipos que são associados, no caso da pesquisa, às mulheres-negras. Ou, como nos diz Sandra Maria Job¹⁷, “não é de causar admiração a ausência, nos séculos passados, de mulheres, negros e negras, enfim, dos *ex-cêntricos*, das listas canônicas”.

¹⁷ JOB, Sandra Maria. *Em texto e no contexto social: mulher e literatura afro-brasileiras*. 2011. 146 p. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Literatura). Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Santa Catarina, 2011.

No que diz respeito à produção literária africana e afro-brasileira de autoria feminina, seja como leitora ou na sua prática docente, CRM foi categórica em dizer que não tem contato com produções desse tipo:

PESQUISADOR: Você conhece textos africanos de língua portuguesa e/ou afro-brasileiros de autoria feminina? Em caso afirmativo, já os levou para a sala de aula? Com qual(ais) objetivo(s) ele(s) foi/foram trabalhado(s)?

CRM: Não.

A resposta negativa e categórica da professora permitiu para que a leitura de autoria feminina negra e os conhecimentos acerca da condição da mulher sejam (re)colocados em prática, buscando um trabalho com esta temática, pois é relevante para a desconstrução de muitos estigmas que ainda são direcionados às mulheres-negras, especialmente as africanas e afro-brasileiras. Vê-se, portanto, não fala da professora, um reflexo do seu processo de formação inicial e até mesmo continuada, marcado pelo privilégio do cânone oficial, que de certo modo, deixa de lado as escritoras.

Interessante observar que a rejeição canônica para com a escrita de autoria feminina não é uma particularidade brasileira, mas se estende a outros espaços. Maria Nazareth Soares Fonseca, em seu texto *Cânone literário nas literaturas africanas: condições de produção*¹⁸, de 2015, relata que, em um encontro realizado em Lisboa, em 1998, com a presença de mulheres escritoras da África e da América Latina, incluindo Lília Momplé, escritora moçambicana, houve uma discussão sobre os critérios de seleção de obras e a construção de cânones literários que direcionavam-se à presença irrisória de obras de autoria feminina em cursos de literatura oferecidos nos países africanos de língua portuguesa e na América Latina.

Segundo Fonseca¹⁹, Lília Momplé expôs que um dos motivos para o pouco espaço dessas autoras nos referidos cursos se dá pelas políticas de publicação de livros em seus países de origem, destacando, também, o fato de esses livros escritos por mulheres, muitas vezes, não serem adotados nas escolas, o que dificulta a circulação e o conhecimento dessas escritoras e suas obras na sociedade.

Fonseca evidencia, ainda, que, apesar do debate caloroso sobre o cânone literário, “pouco se falou de uma seleção de escritores que deveriam ser incluídos num cânone literário africano”²⁰. Quando a discussão partia para o pouco espaço que os livros de autoria feminina possuem, essa questão era vista como problemática, já que havia a concordância de que era urgente a efetivação de políticas concretas de publicação e circulação de livros nos respectivos países africanos de língua portuguesa e, também, na América Latina.

Ainda de acordo com a pesquisadora, um depoimento de Lília Momplé merece atenção pelo fato de esta destacar as dificuldades de se conseguir apoio para a publicação de livros em Moçambique. Segundo a própria Lília Momplé, era mais fácil conseguir patrocínio, interno ou

¹⁸ FONSECA, Maria Nazareth Soares. *Cânone...*, op. cit.

¹⁹ Ibidem.

²⁰ Ibidem, p. 62.

externo, “para um projeto de criação de galinhas ou cultivo de couves que para a edição de um livro”²¹. Para ela, apesar de não haver um cânone literário concreto em seu país, obras escritas por mulheres não figuravam “no cânone educativo”²², ratificando que títulos de obras literárias indicados pelos programas escolares, por exemplo, não constam livros de autoria feminina.

3. A Literatura moçambicana no livro didático adotado pela escola

O livro adotado pela escola traz, em sua estrutura, três grandes partes, subdividindo-se em “Literatura: experiências de leitura” (composta por cinco unidades, totalizando oito capítulos), “Linguagem: ser no mundo e com o outro” (contendo quatro unidades e nove capítulos) e “Produção de texto: tecendo sentidos” (também com quatro unidades e seis capítulos). Denominado *Língua Portuguesa: Ser Protagonista*²³, a coleção, que engloba os três anos do ensino médio, é organizada por Ricardo Gonçalves Barreto, Marianka Gonçalves-Santa Bárbara e Cecília Bergamin, publicada pelas Edições SM, compreendendo o ciclo, segundo o PNLD, 2018-2020.

Antes de iniciar a pesquisa, a professora CRM, em diálogo com o pesquisador, destacou que, em se tratando das Literaturas africanas, o exemplar do 3º ano é o responsável por apresentar esse conteúdo aos alunos. Contudo, ao receber os livros, constatou-se que, na verdade, o livro do 1º ano é que aborda os assuntos referentes às literaturas da África lusófona. Devido aos procedimentos internos, como reescrita do projeto de pesquisa e cadastro dos alunos participantes na Plataforma Brasil, utiliza-se o exemplar do 1º ano com o objetivo de levantar uma reflexão acerca do material disponível para o corpo docente abordar, em suas aulas, conteúdos referentes às literaturas africanas.

Segundo a docente, na edição anterior da coleção, o conteúdo era de exclusividade do 3º ano, por isso a sua opção para que a pesquisa fosse aplicada em uma das turmas da referida série. Ainda, de acordo com CRM, assim ela poderia ficar sossegada, pois, mesmo o livro didático não trazendo nenhum aporte teórico dessas literaturas, o pesquisador traria para os seus alunos debates e leituras em torno das produções africanas de língua portuguesa e, de certa forma, afro-brasileira, já que em nenhum dos livros esse último ponto é destacado.

Essa ausência é pontuada por Maria Nazareth Fonseca ao destacar o pouco espaço de produções literárias africanas e afro-brasileiras na formação docente e no ambiente escolar. De acordo com a pesquisadora, ao traçar uma leitura da falta de representações desses pontos no cânone brasileiro, por exemplo, isso dificulta no conhecimento e na visibilidade de escritores que acabam, de certa forma, dando voz aos seus países de origem e, também, na representatividade que os textos de tradição afrodescendente abordam. Fonseca prossegue, ressaltando que, mesmo com o crescente número de publicações desses escritores no Brasil, ainda há um pouco espaço quando se pensa em

²¹ MOMPLÉ, Lília *apud* FONSECA, Maria Nazareth Soares. *Cânone...*, op. cit., p. 62

²² *Ibidem*.

²³ BARRETO, Ricardo Gonçalves; SANTA BÁRBARA, Marianka Gonçalves; BERGAMIN, Cecília. (orgs.). *Língua Portuguesa: Ser Protagonista*. São Paulo. Edições SM, 2016.

uma perspectiva canônica. Por isso, mesmo com o difícil acesso, “as várias demandas do mundo atual fortalecem novos processos de interação entre a literatura e o processo cultural”²⁴.

Diante disso, ao se constatar, na coleção *Ser Protagonista*, o espaço relativo que as literaturas africanas de língua portuguesa recebem, percebe-se que os autores, de certa forma, apresentam um aporte teórico significativo para que os estudantes possam compreender e ler, mesmo que através de fragmentos, textos das literaturas africanas. No exemplar, apenas as literaturas de Angola, Moçambique e Cabo Verde ganham destaque, suprimindo, portanto, as de Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe. As leituras que serão apresentadas levam em consideração o livro distribuído para os alunos, já que, segundo a docente CRM, na escola não havia livros do professor disponíveis para auxiliar o pesquisador. Desse modo, possíveis observações apresentadas pelos autores, no Manual do Professor, não são levadas em consideração.

A Unidade 05, denominada “Panorama das Literaturas africanas de Língua Portuguesa”, apresenta um breve resumo sobre as questões históricas que envolvem os países lusófonos do continente africano. Através do quadro “Hebo”, de Hamilton Francisco (1974-), mais conhecido como Babu, que se encontra em anexo, espera-se que o aluno compreenda elementos históricos em torno da sociedade angolana, tais como as guerras e as marcas da tradição local. Esse resumo também evidencia que os países africanos a serem trabalhados na unidade possuem a Língua Portuguesa como idioma oficial, já prenunciando uma relação de proximidade com o Brasil. Por fim, o resumo encerra-se justificando que apenas três países ganham destaque, pois, segundo os organizadores, as literaturas de Angola, Moçambique e Cabo Verde são os que mais têm projeção lusófona na atualidade.

Passado o resumo, a unidade dá início ao capítulo 08, intitulado “Literaturas de um continente em movimento”. Nele, os alunos têm acesso a um fragmento de um discurso do escritor moçambicano Mia Couto, o qual destaca que, em África, há uma tripla condição restritiva, referindo-se ao passado, do qual é prisioneiro, a um presente, imposto pelo exterior e, por fim, refém de metas ligadas à economia.

Em seguida, os alunos são apresentados a dois textos, sendo o primeiro o desenho “A Cela”, de Malangatana Valente Ngwenya (1936-2011) e, o segundo, o poema “Drama na cela disciplinar”, de António Cardoso (1936-2006). O objetivo das leituras é trazer uma reflexão acerca dos momentos históricos vividos por Moçambique e Angola, destacando o caráter libertário de ambas as produções. Essa visão em torno do libertário suscita uma visão crítica a respeito do colonialismo, esperando que os alunos consigam perceber as críticas direcionadas a Portugal. São seis questões interpretativas, contendo comparações entre o desenho e o poema, além de destacar um box chamado “Vocabulário de Apoio”, dado que, em textos desses países, é uma prática recorrente utilizar a língua do colonizador e, ao mesmo tempo, termos provenientes das próprias localidades africanas, o que facilita, para o aluno, o entendimento e a compreensão das críticas postas pelo desenhista e pelo poeta em seus respectivos textos.

Essa preparação, já apresentando uma pequena visão das produções africanas, é vista, por

²⁴ FONSECA, Maria Nazareth Soares. *Cânone...*, op. cit., p. 65.

João Adalberto Campato Jr., como um auxílio para os professores estimularem a produção de sentidos por parte dos alunos, destacando que, em produções desses países, é importante possuir um conhecimento textual e, também, um enciclopédico, pois, para o pesquisador, se faz necessário que esses sentidos surjam e tornem o aluno “um leitor de literatura africana mais autônomo e competente”²⁵.

Na página seguinte, o livro começa a retomar, com mais ênfase, pontos destacados no resumo de abertura da unidade. Agora, os alunos têm acesso a informações em torno da formação geográfica e histórica da África, com destaque para as discussões em torno da diversidade, da identidade e de aspectos cruciais para o desenvolvimento de uma Literatura capaz de “combater” o sistema opressor português, dando atenção à Guerra da Libertação e à Revolução dos Cravos, como dois grandes momentos históricos da África e culminou na independência de Guiné-Bissau, Angola, Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Essa primeira parte é encerrada com o tópico “Choque entre culturas”, com discussões em torno da Política de Assimilação, a tradição oral e a relação da Língua Portuguesa e os países africanos.

Como se vê na imagem 01, há um box denominado “Repertório”, o que chama a atenção para o fato de coexistir as mais diferentes línguas nesses países, destacando o multiculturalismo existente nessas comunidades, destacando que, além do português, as línguas originárias desses países “convivem” com esta trazida pelo colonizador:



Imagem 01: “Repertório”: boxe explicativo para ajudar os alunos na compreensão de textos africanos de língua portuguesa.

²⁵ CAMPATO JR., João Adalberto. A leitura de textos literários africanos de língua portuguesa: produzindo sentidos. In: *Manual de Literaturas de Língua Portuguesa: Portugal, Brasil, África Lusófona e Timor-Leste*. Curitiba: CRV, 2016. p. 286.

Os alunos, ao entrarem em contato com essas informações, são apresentados aos mais diferentes elementos históricos, geográficos, culturais e linguísticos como fatores que contribuíram para a formação da identidade africana. Esses elementos, para Campato Jr., são essenciais para serem utilizados pelos alunos para compreender boa parte dos textos produzidos por escritores africanos. O pesquisador também evidencia que elementos como os acima citados precisam ser tratados com cuidado, pois nem todos os escritores fazem de seus textos formas de contestação. O professor prossegue, citando Rouxel (2013), enfatizando que se deve “trabalhar com as obras das quais se extrairão ganho simultaneamente ético e estético”²⁶. O que os autores da coleção *Ser Protagonista* fazem é o que Todorov (2014) clama para o papel revigorante da Literatura na escola: dar mais atenção ao seu aspecto discursivo sobre o mundo, transformando-se em agente de conhecimento em relação às coisas.

O capítulo prossegue com uma seção chamada “A Literatura africana em língua portuguesa”. Nesse ponto, o livro destaca “Os sistemas literários africanos”, abordando aspectos ligados a obras pioneiras em países como Angola e Moçambique, caracterizando-as como grandes marcas de luta contra o sistema colonial predominante. Nomes, como José Eduardo Agualusa, ganham destaque nas discussões em torno da Literatura produzida após 1975, ano de independência das ex-colônias portuguesas africanas.

Em relação às produções de Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, os autores justificam que, no capítulo, não receberam o devido destaque, pois são produções literárias pouco conhecidas e, até certo ponto, de difícil acesso. No próximo tópico, “O papel da tradição” ganha contornos significativos que são necessários para a compreensão dos elementos culturais africanos que servem como fonte de inspiração para escritores como José Craveirinha e Ondjaki. Entre os papéis em torno da tradição, os autores destacam a oraturização e a remitologização, caracterizados por estarem ligados à oralidade como fator preponderante da escrita e ao uso do fantástico como elemento para denunciar os absurdos do passado e do presente e, também, para abordar os aspectos em torno do misticismo africano, destacando trechos de entrevistas dos escritores acima citados, realizadas pela pesquisadora brasileira Rita Chaves.

No tópico que antecede as informações a respeito das literaturas de Angola, Moçambique e Cabo Verde, “Literatura e Liberdade”, tem-se acesso à relação entre esses países e a literatura brasileira, dando destaque a João Guimarães Rosa e Jorge Amado. Apesar dos capítulos anteriores não mencionarem, de forma consistente, esses escritores, a seção prenuncia, de forma breve, uma pequena explanação sobre a obra de Rosa e Amado, bem como eles se tornaram influência para escritores, como o moçambicano Mía Couto. Esse caráter diaspórico também é apontado por João Adalberto Campato Jr., como um dos fatores essenciais para que os alunos possam compreender essa relação entre Brasil e África, apontando elementos em torno da identidade e das marcas deixadas pelo colonialismo como opções de discussão nas aulas. Nas palavras do pesquisador:

No que tange a discussões com os alunos em salas de aulas, deve-se entender a diáspora, no fundamental, como um dos mecanismos do qual se originou o

²⁶ CAMPATO JR., João Adalberto. A leitura..., op. cit., p. 289.

multiculturalismo e, como consequência também, o preconceito, a segregação racial e a negociação de identidades que a convivência com o outro acaba impondo. Em virtude disso, a diáspora quando vista como evento não voluntário, mas compulsório é parâmetro para aquilatar o quanto o racismo é deletério.²⁷

São discussões em torno da diáspora que podem levar os alunos a entender o texto literário como um dos fatores responsáveis pela enunciação, a escolha lexical, destacado desde o início do capítulo, construções de categorias da narrativa (como temáticas em torno do racismo, do apagamento cultural e da identidade), traz à tona, também, recursos estilísticos (que podem produzir elementos de sentido, como tristeza, melancolia, percepção de desenraizamento), destacando a linguagem como um dos fatores mais significativos para se compreender o caráter diaspórico que os textos possuem. Mesmo apresentando um capítulo com informações pertinentes para o estudante, alguns aspectos, como a questão do desenraizamento e a valorização da identidade nacional, temas muito comuns em textos africanos, é necessário que o docente faça um acréscimo de outras informações acerca dessas literaturas produzidas nesses países²⁸.

Como o foco da pesquisa reside na literatura moçambicana, dar-se destaque, nesse momento, ao tópico que o livro apresenta sobre a produção literária do país. Intitulado “A Literatura em Moçambique: sombras no tempo”, é apresentado para os alunos informações acerca do surgimento da literatura do país, enfatizando os aspectos ligados às tradições locais (como mitos, oralidade, religiosidade, linguagem) e às heranças deixadas pelos portugueses (como as questões em torno da identidade).

Subdivide-se esse tópico em “Poesia”, dando destaque à obra de José Craveirinha, como se vê na imagem abaixo, e a sua relação com a independência do país, visto que seus textos trabalham a questão em torno da construção da identidade moçambicana, bem como as ideias ligadas à reconstrução dos espaços do país pelos próprios moçambicanos. Aliando informações biográficas a características da produção literária do autor, o livro traz o poema “Aforismo” como uma forma de levar o aluno a refletir sobre essas questões na produção do autor:

²⁷ Ibidem, p. 290.

²⁸ NÓBREGA, Maria Marta dos Santos Silva. A Literatura de expressão portuguesa em alguns livros didáticos. In: ALVES, José Hélder Pinheiro. NÓBREGA, Maria Marta dos Santos Silva Nóbrega. *Literatura e ensino: aspectos metodológicos e críticos*. Campina Grande: EDUFPG, 2014, p. 94.

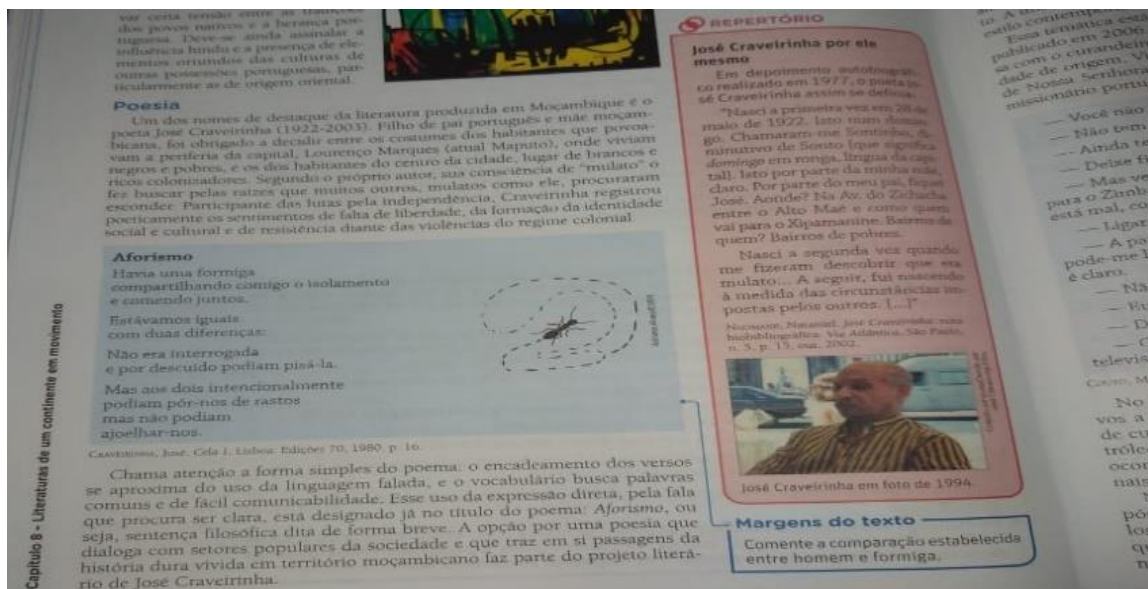


Imagem 02: Informações sobre a poesia moçambicana, com destaque para a vida e a obra de José Craveirinha (1922-2003).

Como já exposto anteriormente, a seção apresenta, além das informações acima descritas, outro box denominado “Repertório”, com um depoimento autobiográfico de Craveirinha e outro box chamado “Margens do Texto”, com o intuito de levar o aluno a relacionar elementos metafóricos presentes no poema “Aforismo”, solicitando uma proximidade entre o homem e a formiga. Esses elementos ganham importância para que se destaque “aspectos estruturais como escolha linguística (uso de neologismos), atuação das personagens, sentido filosófico, relação entre o título e procedimento narrativo”²⁹. Recebendo a devida orientação, o aluno passa a observar que os poemas africanos, em sua maioria, trazem discussões em torno da formação identitária de Moçambique, que, no livro, tem como representação a poética de um dos seus principais autores.

Na “Prosa”, seção seguinte, as discussões giram em torno da “africanidade”, ou seja, de como os contos e romances são fundamentais na luta pela construção da identidade moçambicana, problematizando-a ou para defini-la, retornando ao passado, expondo as guerras que eclodiram no país como pano de fundo para a realização dos acontecimentos narrativos. Para apresentar essas temáticas em textos prosaicos de Moçambique, os autores recorrem a um fragmento do romance *O outro pé da sereia* (2006), de Mia Couto, escritor que recebe mais atenção nesse aspecto da narrativa. Assim como no poema de José Craveirinha, durante a explanação sobre o romance e sua relação com a ideia de “africanidade”, há um box “Margens do Texto”, com o intuito de fazer o aluno ligar as ideias expressas sobre as questões em torno da identidade aos personagens Mwadia e Lázaro, solicitando quais aspectos são pertinentes destacar no quis respeito à construção da identidade moçambicana. Campato Jr.³⁰, ao destacar essa relação da cultura do colonizador em textos africanos, frisa que, na sala de aula, se faz importante evidenciar como o outro (colonizado) é erigido pelo

²⁹ Ibidem, p. 100.

³⁰ CAMPATO JR., João Adalberto. A leitura..., op. cit., p. 293.

discurso do Outro (colonizador), criando, assim, alternativas para que o aluno perceba como age o “centro ideológico”, visto como uma das heranças deixadas pelos portugueses.

A realidade em torno dos saberes docentes se reflete no livro didático utilizado, muitas vezes, como a única ferramenta didática que o professor dispõe. Mesmo que alguns já tragam capítulos dedicados à literatura produzida por países africanos de língua portuguesa, como é o caso do primeiro volume da coleção *Ser Protagonista*, aqui utilizado, ainda se percebe o pouco espaço dado às escritoras, assim como às produções de cunho afro-brasileiro. Estritamente, ao abordar a literatura moçambicana, apenas a produção de escritores é destacada, dando ênfase a nomes como Mia Couto. Para Anselmo Peres Alós (2013), as produções do autor citado encontram-se reconhecidas e publicadas por uma grande editora no Brasil, o que facilita o contato com produções de autoria masculina. Porém, para o autor, em se tratando de produções moçambicanas de autoria feminina, apenas o nome de Noémia de Sousa é, às vezes, lembrado. O que não ocorre no livro didático em questão.

4. Algumas considerações finais

Para o professor e para a escola, o papel de assegurar que os saberes necessários para a compreensão da cultura africana na sala de aula sejam realmente efetivados, é necessário que haja uma alternativa que leve os docentes a refletirem sobre suas práticas, possibilitando uma formação complementar e um acesso mais condizente com o dia a dia escolar, como distribuir livros de escritores/escritoras africanos(as) e afro-brasileiros(as), bibliotecas que ajudem na prática desses docentes e, conseqüentemente, nos alunos para que esses possam ter acesso a esses livros, entre outros meios que auxiliem na formação de professores e alunos. Isso faz com que a literatura modernista contemporânea não seja a única vertente apresentada aos alunos. Outros fatores entram em jogo, principalmente aqueles que fazem com que os discentes transformem suas visões acerca de uma cultura, ainda hoje, está aquém do espaço escolar e, conseqüentemente, do processo subjetivo da maioria dos alunos. Dessa forma, percebe-se que o material didático disponível para os professores está, de certa forma, consoante ao que é necessário para se trabalhar com produções africanas de língua portuguesa na sala de aula. Como já mencionado, o que se faz pertinente é o cuidado que o professor deve ter na hora de ser abordar tais textos, trazendo sempre que necessário elementos extras para a compreensão e conhecimento por parte dos seus alunos. Assim, mesmo o livro trazendo aspectos em torno de Angola, Moçambique e Cabo Verde, o docente tem em mãos um material que, conforme já destacou CRM, preenche uma lacuna que, muitas vezes, está vazia desde a formação inicial. Pensar criticamente sobre essas literaturas faz com que o professor se predisponha a conhecer e explorar outras fontes de conhecimento, pois, como destacado, o capítulo que o livro traz sobre as literaturas africanas abarca seções extras, cumprindo um duplo papel: de apresentar informações consistentes para os alunos e auxiliar o professor na elaboração e condução de suas aulas.

Movimentos sociais e colaboração do pensamento de Paulo Freire para frear avanço neoliberal

João Camilo Sevilla¹

joaocevill@hotmai.com

Fundação Pública Municipal de Educação de Niterói

1. Introdução: movimentos sociais e seus conceitos

A situação pela qual o Brasil e outros países da América Latina têm passado tem suscitado debate, artigos e pesquisa por partes dos mais diversos setores que compõem a sociedade nacional. No bojo das mais variadas discussões que têm recheado programas televisivos, pautas de jornais de grande alcance e eventos acadêmicos Brasil afora, surge a necessidade de contribuir com o aprofundamento e a manutenção de um diálogo que discuta temas que convirjam os temas relacionados a movimentos sociais e Paulo Freire cujo escopo é o embate contra o neoliberalismo. Dessa forma, o artigo que segue é articulado para destrinchar elementos que se revelam necessários para pontuar características dos movimentos sociais e sua relação com Paulo Freire no contexto de enfrentamento ao neoliberalismo estabelecido no Brasil e na América Latina.

Os movimentos sociais, no Brasil, são alvo de estudos desde os anos 60. Paralelamente, muito se pesquisava a respeito dos mais variados acontecimentos que tiveram o Velho Continente e os Estados Unidos como palco, especialmente durante a primeira metade do século XX, e que foram vitais para o surgimento dos movimentos sociais em territórios nacionais. É notório que movimentos sociais têm sido encarados, para uma boa parcela de especialistas, como uma forma de ação coletiva sustentada, a partir da qual se compartilham identidades ou solidariedades, as quais enfrentam estruturas sociais ou práticas culturais tidas como dominantes.

Entretanto, a literatura científica, baseada no pensamento habermasiano, com o passar dos anos, transforma a expressão “novos movimentos sociais”² em uma noção conhecida como “sociedade civil”³. Cohen e Arato⁴, analistas da área de teoria política e sociedade civil, parecem não depositar expectativa na ideia de “movimentos sociais específicos”, uma vez que a temática da multiplicidade de atores e organizações lhes parece mais ajustada ao mundo em que vivem. Estas multiplicidades não se configuram apenas através dos temas abordados (meio ambiente, feminismo, juventude etc.), mas sim pela sua luta comum por criar espaço de liberdade de comunicação. A

¹ Bacharel e licenciado em Letras pela UFRJ, Mestre do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense e pós-graduando no curso Especialização em Política & Sociedade do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP-UERJ).

² HABERMAS, J. *New social movements*. Telos, New York, n. 49, p. 33-37, 1981. Texto reimpresso.

³ ALONSO, Angela. As Teorias dos Movimentos Sociais: “um balanço do debate”. *Lua Nova*, 76, p. 49-86, 2009.

⁴ COHEN, Jean L.; ARATO, Andrew. *Civil Society and Political Theory*. Cambridge, Ma: MIT, 1992.

transição de “novo movimento social” para “sociedade civil”⁵ envolveu uma mudança importante, haja vista que ela representou uma ampliação de análise, o que culminou na inclusão de uma coleção muito mais diversificada de organizações e grupos.

É importante ressaltar que Cohen e Arato se debruçam sobre a questão da sociedade civil que se descreve como autolimitada, o que consiste na ideia de que atores da sociedade civil compõem um campo superado que precisa manter distância, tanto do mercado como do Estado, para poder garantir a comunicação livre e o respeito mútuo. Habermas⁶ insiste na teoria de que a esfera pública é um espaço social que se abastece da liberdade comum cativa que certas pessoas concedem às outras. Para Conceição Paludo⁷, movimentos sociais são ações sociopolíticas realizadas por atores sociais coletivos provenientes de diferentes camadas sociais, articuladas em cenários específicos de conjuntura socioeconômica e política de um país, produzindo um campo político de força social na sociedade civil⁸. Existem outras visões sobre os movimentos sociais; segundo Rebecca Abers⁹, eles também podem ser definidos como sendo inerentemente distintos do Estado. Além disso, segundo ela, Estados ou governos operam essencialmente fora do espaço organizativo dos movimentos. A ação dos ativistas, por exemplo, envolve a interação com o Estado, o que não significa que ativistas participem de forma direta da gestão estatal. Por isso, torna-se cada vez mais difícil compreender os movimentos sociais sem fazer uma análise apurada dos vínculos com partidos políticos¹⁰. É interessante lembrar que movimentos sociais lutam para transformar comportamentos sociais, assim como para influenciar políticas públicas. Como parte expressiva dos esforços empreendidos pelos movimentos sociais, a demanda de inclusão da sociedade civil em novos espaços participativos aparece de forma prioritária.

Historicamente, é imperioso realçar o caráter desempenhado pela educação no que tange à questão dos movimentos sociais. A educação é um instrumento de muito valor para consolidação e sucesso dos movimentos sociais no Brasil e no mundo afora. A relação movimentos sociais-educação tem um elemento de união, que é a cidadania. Na concepção clássica, nota-se a vinculação da cidadania à noção de direitos à liberdade dos cidadãos¹¹. Nesse aspecto, é imprescindível recordar que a cidadania do século XIX, ao contrário dos séculos anteriores, se dirige a todos, incluindo as massas, que devem impreterivelmente ser disciplinadas e domesticadas. Todavia, existe uma

⁵ Ibidem.

⁶ HABERMAS, Jürgen. *Direito e Democracia, Entre Facticidade e Validade*. Tempo Brasileiro, 2003.

⁷ PALUDO, Conceição. Movimentos sociais e educação. In: RABELO et all (Org.). *Vivências e práticas pedagógicas: sistematizando a turma Antônio Gramsci*. Cascavel: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2008.

⁸ GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos Movimentos Sociais*. São Paulo: Edições Loyola, 1997 *apud* PALUDO, Conceição. *Movimentos...*, op. cit.

⁹ ABERS, Rebecca; KECK, Margaret. Mobilizing the state: the erratic partner in Brazil's participatory water policy. *Politics & Society*, vol. 37, n. 2, p. 289-314, 2009.

¹⁰ GOLDSTONE, Jack A. (ed.). *States, parties, and social movements*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

¹¹ MARSHALL, Thomas H. *Cidadania e classe social*. Volume I. Brasília: Senado Federal, Centro de Estudos Estratégicos, Ministério da Ciência e Tecnologia, 2002.

terceira acepção do conceito de cidadania, desenvolvida a partir de grupos organizados da sociedade civil, através de movimentos. Trata-se, neste caso, da cidadania coletiva¹².

A educação ocupa um papel destacado no eixo que diz respeito à acepção coletiva da cidadania. Isto ocorre porque ela se edifica no processo de luta que é, em si próprio, um movimento educativo. A cidadania não se constrói mediante decretos ou intervenções externas, programas ou agentes pré-configurados; a construção desta se dá como um processo interno, no interior da prática social em curso, como fruto do acúmulo das experiências acumuladas. A cidadania coletiva¹³ é ferramenta constituidora de novos sujeitos históricos: as massas urbanas espoliadas e as camadas médias expropriadas. A cidadania coletiva se erige na prática cotidiana por meio do processo de identidade político-cultural que as lutas do dia a dia produzem.

2. Movimentos sociais no Brasil e na América Latina

Segundo Touraine¹⁴, os movimentos sociais no Brasil têm como ponto crucial o retorno do ator social nas ações coletivas que se propagaram na maioria dos países da América Latina a partir da segunda metade do século XX. O retorno dessas ações, apontadas pelo pensador francês como essenciais para as transformações que ocorreriam – e mudariam o curso da história – no Brasil e na América Latina, tem como referência os diversos acontecimentos noticiados na Europa e na América do Norte, dos quais se destacam Maio de 68 (na França) e os Direitos Civis (nos Estados Unidos), que fomentaram o ressurgimento de lutas sociais tidas em décadas passadas como tradicionais. São vários os exemplos de lutas determinantes em nosso território -- e em países que integram nosso continente -- que tiveram lugar na segunda metade do século passado: movimentos étnicos, como os indígenas, no Equador e na Bolívia, e movimento dos mineiros, no Chile. Dois exemplos que poderiam ser considerados emblemáticos. É fundamental lembrar que algumas lideranças de movimentos têm, cada vez mais, adquirido um papel mais representativo junto à sociedade, uma vez que muitos acabam se elegendo para chefe do Poder Executivo da nação a que pertencem. Evo Morales, ex-presidente da Bolívia, foi, por exemplo, membro importante do movimento sindical dos *cocaleros* antes de chegar à presidência de seu país.

No Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é um dos movimentos sociais que mais se sobressai no cenário nacional e internacional. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra se articula em redes compostas de movimentos sociais globais ou transnacionais. Percebe-se, porém, que há uma ampliação das fronteiras dos movimentos rurais, o que resulta na articulação com os movimentos urbanos. No caso do MST, é evidente que a questão primordial é rural, mas é curioso perceber que existem formas de manifestação do supracitado movimento acontecendo no meio urbano. Nas articulações aludidas, o movimento sindical de trabalhadores está presente em várias modalidades. O MST não é o único movimento social sobre o qual muitos fazem

¹² GOHN, Maria da Glória. A Construção da Cidadania No Brasil. In: *Resumos do XVIII Encontro Nacional da ANPOCS*, 1994. Caxambu/MG.

¹³ *Ibidem*.

¹⁴ TOURAINE, Alain. *Podemos Viver Juntos? Iguais e Diferentes*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

comentários. É crucial destacar a reforma no sistema de saúde brasileiro nos anos 90 para saber que houve movimentos sociais que alcançaram, assim como o MST, muitos êxitos e reconhecimento. A reforma no sistema de saúde do Brasil só pôde sair do papel graças à aliança entre dois movimentos originados na década de 70. A união entre o Movimento Popular de Saúde (MOPS) e o Movimento Sanitarista foi força motriz para que o Sistema Único de Saúde (SUS) fosse colocado em prática. O Movimento Popular de Saúde (MOPS) era um movimento comunitário com raízes nos setores progressistas da Igreja Católica, que incluía freiras, padres, ativistas dedicados à educação popular, médicos da Pastoral da Saúde, profissionais da saúde vinculados ao novo sindicalismo e ativistas de comunidades que estavam reivindicando aprimoramentos nos serviços públicos de saúde e nas políticas de saneamento básico¹⁵. O Movimento Sanitarista, muito crítico à preferência do regime militar pelos serviços privados de saúde em detrimento dos públicos, era um movimento cujos membros eram profissionais da saúde, militantes partidários, professores e estudantes universitários, médicos vinculados a sindicatos e associações profissionais de saúde¹⁶.

Inspirados pelos eventos ocorridos na Europa e nos Estados Unidos, sobretudo nos anos 60, nota-se a retomada do movimento estudantil, especialmente no Chile, e as ocupações em universidades brasileiras, principalmente nas públicas, em luta pela melhoria da qualidade do ensino, contra as reformas na área educacional, atos de corrupção e desvio de verbas públicas. Ainda na área da educação, protestos também acontecem no México. Não é ilógico pensar que todos esses episódios elevaram o patamar da educação, que passou a ser um ponto considerado primordial para movimentos populares, como o próprio MST. É fundamental registrar que os movimentos sociais dos anos 70 e 80, no Brasil, contribuíram de forma determinante, por intermédio das demandas e pressões organizadas, para a conquista – e consolidação – de vários direitos sociais presentes em forma de lei na Constituição Federal de 1988. Nos anos 90, com as transformações pelas quais o mundo e o Brasil passavam, observou-se o surgimento de outras formas de organização popular, mais institucionalizadas – como os Fóruns Nacionais de Luta pela Moradia, pela Reforma Urbana, o Fórum Nacional de Participação Popular etc. O Movimento pela Ética na Política, por exemplo, culminou com a deposição do presidente Fernando Collor por atos de corrupção nos anos 90. É necessário salientar que alguns movimentos sociais importantes despontaram no Brasil nos anos 90: movimentos indígenas e movimentos contra o desmantelamento do funcionalismo público, entre outros. Nos anos 2000, com novas demandas sociais, outras formas de comunicação de massa, novas tecnologias disponíveis e mudanças significativas nas relações sociais entretidas até então, movimentos cuja visibilidade era menor passam a conquistar um espaço – e um apoio – cada vez mais expressivo junto à sociedade, arrebanhado dia após dia novos militantes e apoiadores. Destacam-se entre esses movimentos: o movimento negro, o movimento feminista e o movimento LGBT.

¹⁵ DOIMO, Ana Maria; RODRIGUES, Marta. A formulação da nova política de saúde no Brasil em tempos de democratização: entre uma conduta estatista e uma concepção societal da atuação política. *Política e Sociedade*, vol. 2, n. 3, p. 95-115, 2003.

¹⁶ *Ibidem*.

3. Análise dos movimentos sociais e a contribuição freireana

Urge identificar, conforme apontado por Melucci¹⁷, a principal diferença entre organizações sindicais tradicionais e os movimentos sociais. Os sindicatos possuem rígidas características hierárquicas tradicionais, os movimentos sociais não. De acordo com Mario Diani e Ivano Bison¹⁸, os movimentos sociais se apresentariam como uma rede de interações informais entre indivíduos e instituições que se articulam de forma conflituosa em relação a um oponente definido e têm uma identidade compartilhada. Cabe registrar que nem todas as redes de interações podem ser caracterizadas como movimentos sociais. As redes só se configuram como movimentos sociais na medida em que existe, ao mesmo tempo, “orientação conflituosa” e “formação de identidade coletiva”, de acordo com Diani e Bison. Mische¹⁹ e Saunders²⁰, por exemplo, corroboram a tese de Diani e Bison, uma vez que ambos acreditam que as redes que formam movimentos sociais não são dadas pela abertura social, mas são criadas a partir de escolhas dos atores. No momento em que estes atores dos movimentos sociais acabam se tornando parte do Estado, os indivíduos precisam, urgentemente, prestar conta das suas ações a interesses e atores que não compreendem o movimento social a que pertencem. No momento em que passam a integrar a esfera estatal, os sujeitos se inserem em uma hierarquia que limita sua autonomia e que os submete ao poder de veto de atores com uma lógica dessemelhante, em especial a lógica da política partidária e da criação de coalizões de governo. Muitas vezes, infelizmente, o desfecho aponta que, ao ingressar no aparato estatal, ativistas de movimentos sociais passam a defender posições mais moderadas, distintas, e até diametralmente opostas à missão do movimento.

Nesse sentido, podemos destacar a contribuição que Paulo Reglus Neves Freire traz ao debate sobre movimentos sociais. É imperioso mirar os ensinamentos de Paulo Freire sustentando a ideia de que somente quando os oprimidos descobrem de forma nítida o opressor, e se engajam na luta organizada por sua libertação, é que começam a ver em si mesmos, superando, dessa maneira, sua “convivência” com o regime opressor. Freire se aprofunda ao asseverar que, se a descoberta em questão por parte dos oprimidos não puder ser feita em nível intelectual, esta não se reduza apenas a ativismo: “Se esta descoberta não pode ser feita em nível puramente intelectual, mas da ação, o que nos parece fundamental é que esta não se cinja a mero ativismo, mas esteja associada a sério empenho da reflexão, para que seja práxis”²¹. É necessário, sobretudo, sublinhar um ponto essencial sobre Paulo Freire: o primeiro movimento social relevante no Brasil, chamado Ligas Camponesas, que data dos anos 60, utilizou o método freireano para educar seus integrantes.

¹⁷ MELUCCI, Alberto. *A Invenção do Presente*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1991 [1982].

¹⁸ DIANI, Mario; BISON, Ivano. Organizações, coalizões e movimentos, *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 3, p. 220-249, 2010 [2004].

¹⁹ MISCHÉ, Ann. Cross-talk in movements: reconceiving the culture-network link. In: DIANI, Mario; McADAM, Doug (Orgs.). *Social Movements and Networks: relational approaches to collective action*. Oxford: Oxford University Press, 2003.p. 258-280.

²⁰ SAUNDERS, Clare. Using social network analysis to explore social movements: a relational approach. *Social Movements*, vol. 6, n. 3, p. 227-243, 2007.

²¹ FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 46.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005, p. 52.

De acordo com Conceição Paludo²², podemos elencar três formas da análise dos Movimentos Sociais: 1) Marxismo e Teoria dos Novos Movimentos Sociais; 2) Sociologia norte-americana sobre Movimentos Sociais; 3) Novos Movimentos Sociais, análise na qual, segundo a interpretação de Vendramini²³ a respeito das obras de Touraine, o ator social é colocado no lugar de Classe. O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, que possui objetivos (imediatos e históricos) e busca realizá-los, é também uma organização, um movimento com capacidade de mobilização e pressão, um agrupamento político que luta pela construção cotidiana das alternativas às lutas políticas, econômicas e culturais/ideológicas. Além disso, o MST incorpora a luta de gênero, ecológica, por políticas públicas (vide educação), detém articulações amplas, entre outras características. Segundo Paulo Freire, a qualidade mais impressionante da qual o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra pode se orgulhar é a de que são os próprios “Sem-Terra” que se encarregam das atribuições já mencionadas anteriormente.

Vendramini²⁴ alerta que os “Novos Movimentos Sociais” acenam positivamente para reivindicações que se contrapõem à ordem vigente e, além disso, se posicionam favoravelmente à defesa dos direitos culturais e sociais dos indivíduos e das minorias. Os mesmos “Novos Movimentos Sociais” não teriam a noção de futuro muito clara, tampouco de projeto histórico, pois não alvejariam a transformação social, uma vez que seus objetivos seriam parciais, pontuais e imediatos. Ademais, os referidos movimentos, na visão de Célia Regina Vendramini, negariam um direcionamento, atravessando as oposições entre dominantes e dominados e mostrando situações de informalidade e descontinuidade. O mais importante é que, na visão de Paludo²⁵, eles se colocam frontalmente contrários ao ideário defendido por Paulo Freire, já que há uma perda de centralidade do “oprimido” no seu processo de libertação, uma vez que ele deixa de se encarregar do papel de mediação que deveria desempenhar.

É fundamental não ceder à tentação de que os fins justificam os meios, fazendo acordos espúrios com forças antagônicas. Se sou progressista, não posso juntar as minhas forças com quem nega o direito de voz às classes populares. Impõe-se a coligação entre forças que, mesmo diferentes, não se antagonizem e com os quais se pode partilhar a responsabilidade²⁶.

Freire evidencia a necessidade urgente da unidade em torno da diversidade dos que possuem, entre si, diferenças não antagônicas; para ele, esse é um caminho do qual pode se esperar frutos benéficos para a sociedade. O pernambucano de Recife não acha viável que redes financeiras presentes no mercado global, sob a hegemonia absoluta do capital, participem e apoiem movimentos sociais e estratégias profundamente comprometidas com a construção de uma vida materialmente boa para todos os cidadãos. A “Educação Popular”, tão citada nas obras freireanas, poderia ser a

²² PALUDO, Conceição. *Movimentos...*, op. cit.

²³ VENDRAMINI, Célia Regina. *Trabalho, educação e movimentos sociais*. Palestra. Salvador, 2008.

²⁴ *Ibidem*.

²⁵ PALUDO, Conceição. *Movimentos...*, op. cit.

²⁶ FREIRE, Paulo. *À sombra desta mangueira*. São Paulo: Olho d'Água, 1995, p. 48.

chave para a construção de um amanhã mais justo, digno e solidário? Segundo Brandão²⁷, a “Educação Popular” pode ser encarada como educação das classes populares, mas há outras caracterizações que envolvem essa expressão além da que acabamos de citar neste trabalho. “Educação Popular” pode ser compreendida como saber da comunidade/conhecimento popular, como ensino público. Existe, ainda, uma terceira concepção no que diz respeito à “Educação Popular”: educação das classes populares, que Freire situa como uma concepção educativa conhecida como “Educação Libertadora”, “Educação como prática da liberdade”, o que, de forma sucinta, representa uma educação sustentada em grandes “lineamentos”, mas que se faz e refaz continuamente, na experiência dos indivíduos e coletivos que a constroem. Outro elemento fundamental nas obras de Paulo Freire é a *práxis*. Para Freire, ela é fundamental, pois trata-se da reflexão e ação dos homens sobre o mundo para promover as transformações necessárias, a fim de resistir e lutar contra a lógica capitalista que, segundo o patrono da educação brasileira, seria por natureza antissolidária. O estabelecimento de uma ordem social injusta promovida pelo capitalismo é a responsável pela opressão com que nos deparamos.

4. Neoliberalismo e os desafios dos movimentos sociais e da educação no Brasil de hoje

Um novo cenário se desenha neste novo milênio: há novos tipos de movimentos, novas demandas em curso, novas identidades se moldando e novos repertórios a que temos acesso com maior facilidade e mais rapidez. A preocupação com o meio ambiente exige projetos que possam ter viabilidade econômica e preservem a natureza. As políticas neoliberais desorganizaram os antigos movimentos e levaram ao surgimento de novos atores, como ONGs e organizações do terceiro setor; o Estado promoveu reformas e descentralizou diversas operações de atendimento na área social, o que acarretou um baque enorme para as classes trabalhadoras. Embora o Estado tenha adotado numerosas demandas anteriores oriundas dos movimentos sociais, a maioria dos projetos sociais implantados passou a ter caráter fiscalizatório, afastando um controle realmente social. Nos últimos anos, vimos despontar um número cada vez mais robusto de movimentos sociais. O panorama vigente conta com movimentos sociais que giram em torno das mais diferentes questões. Existem movimentos favoráveis à inclusão social, que lutam por condições mais dignas de habitabilidade, como os movimentos pela moradia, movimentos e ações de grupos de camadas médias contra a violência urbana e demandas pela paz, além de mobilizações e movimentos a favor da recuperação de estruturas ambientais e físico-espaciais (como praças e parques). Há também movimentos e mobilizações de organizações populares, que reivindicam maior participação da gestão política-administrativa da cidade. Movimentos que lutam contra o desmonte do SUS, movimentos de demandas na área de direito humanos, movimentos sindicais contra o desemprego, movimentos decorrentes de questões religiosas, movimentos antiglobalização, movimentos de cooperativas populares, movimentos pelos atingidos pelos desastres naturais ou provocados por empresas que devastam o meio ambiente e movimentos sociais no setor das comunicações, que também são movimentos que ganharam um espaço significativo nos últimos tempos.

²⁷ BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Educação Popular*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

A educação ainda é a arma mais eficaz contra as políticas neoliberais que têm sido implantadas nos mais diferentes setores da sociedade em que vivemos. Como destaca Gohn²⁸, a educação abrange várias áreas, entre as quais se sobressaem: formal (escolas), não-formal (práticas educativas de formação voltadas para a construção da cidadania) e informal (socialização dos indivíduos no ambiente familiar de origem). Gohn se aprofunda no tema abordando o caráter das lutas e movimentos pela educação, que são produtos históricos e frutos de processos, ou seja, ocorrem, por isso, dentro e fora dos estabelecimentos escolares e de outros espaços institucionais; lutas pela educação envolvem lutas por direitos e fazem parte da construção da cidadania. No que tange aos movimentos sociais, é válido indicar que movimentos sociais deveriam buscar a educação como ponto norteador de suas estratégias de luta contra as políticas neoliberais que enfrentamos hodiernamente. Sabemos que, como Maria da Glória Gohn argumenta, movimentos sociais pela educação abrangem questões tanto de escolas como de gênero, etnia, religiões, direitos humanos, meio ambiente etc.

5. Considerações finais: a educação pública improdutiva como protagonista contra o neoliberalismo

A onda neoliberal vem ditando o ritmo e os modelos a que a sociedade deve obedecer. A receita neoliberal para a educação para qual a sociedade civil tem se curvado é baseada em um diagnóstico que tem como característica principal a identificação dos problemas educacionais como derivados de uma grave crise de eficiência, eficácia e produtividade²⁹. O professor Jorge Najjar, debruçando-se sobre o tema, adverte a respeito da ideia neoliberal no que tange à questão dos recursos, que, de acordo com a ótica neoliberal, seriam suficientes para a escolarização de todos.

No geral, a ideia neoliberal é a de que já haveria recursos suficientes para permitir que todos fossem escolarizados. Faltaria fazer com que esta escolarização fosse bem sucedida. Assim, preocupação deveria passar da quantidade de recursos para a qualidade do emprego desses recursos. A grande questão seria, então, a da construção de uma “escola de qualidade”³⁰.

A questão da “responsabilização” dos sistemas estatais no que compete à falta de prestação de contas à sociedade também é tratada pelo professor Jorge Najjar. O Estado não cumpriria seu papel no que diz respeito ao destino dos recursos, como também das consequências da aplicação desses

²⁸ GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais e Educação na Contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação (Impresso)*, v. 16, p. 333-361, 2011.

²⁹ GENTILI, Pablo. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; GENTILI, Pablo (orgs.). *Escola S. A.: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo*. Brasília: CNTE, 1996, p. 9-49.

³⁰ NAJJAR, Jorge. POLÍTICAS NEOLIBERAIS EM EDUCAÇÃO E RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA: analisando a implementação do Programa Nova Escola, no Rio de Janeiro. In: IV Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2009, São Luis / MA. *Anais da IV Jornada Internacional de Políticas Públicas*. São Luis / MA: UFMA / Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, 2009.

recursos, o que, na lógica neoliberal, representaria um argumento bastante contundente para explicar os índices apresentados pela educação brasileira nas pesquisas realizadas anteriormente.

Os sistemas estatais de educação não teriam qualidade porque seriam auto regulados, não prestando contas à sociedade não só do destino dos recursos públicos neles empregados, mas também das conseqüências da aplicação desses recursos. Faltaria o que é conceituado por muitos como “accountability”, ou “responsabilização”³¹.

Sabemos que o ideário neoliberal alimenta as desigualdades, elas são incentivadas a fim de cristalizar um processo de competição, o que, de acordo com os neoliberais, melhoraria a qualidade da educação. A esse modelo, Paulo Freire se refere como “Educação Bancária”, contra a qual os argumentos presentes neste artigo testemunham. No bojo de toda a discussão que orienta a prevalência do modelo neoliberal, no Brasil e na América Latina, nota-se que a aparição e o fortalecimento de numerosos movimentos sociais nos últimos tempos indicam um feixe de luz no horizonte nacional nos anos que virão. A colaboração de Paulo Freire na constituição e na composição dos múltiplos e diversos movimentos sociais surgidos nos últimos anos simboliza a estatura desse pensador brasileiro que continua, apesar de opositores e inimigos, um intelectual muito requisitado e apreciado internacionalmente. Aliás, é através dessa contribuição freireana que movimentos sociais se abasteceram e se aperfeiçoaram para encarar as vicissitudes decorrentes do neoliberalismo.

Enfim, propomos que movimentos sociais, com a ajuda reconhecida presente nas obras de Paulo Freire, se debruçam sobre seus dilemas e desafios a fim de construir uma agenda que propicie um processo de mudanças, de avanços, e não apenas de rupturas, embora a utopia também seja a de chegar às rupturas.

³¹ Ibidem.

Eric Hobsbawm e a sina do historiador público

Marcos Roberto Pirateli¹

marcos.pirateli@unespar.edu.br

Universidade Estadual do Paraná (campus de Paranavaí)

“Estamos todos ansiosos para descobrir para onde estão indo os historiadores”. Essa inquietação de Eric Hobsbawm², ainda que ele estivesse com outras preocupações em mente, nos incita à reflexão sobre a nossa disciplina, particularmente sobre a *história pública* como um de seus campos – ou subcampo? – que nos últimos anos tem ganhando espaço nas discussões historiográficas³.

Apesar da terminologia ainda difusa ou multifacetada – com origem no inglês *public history* –, ela se refere ao historiador prático, profissional, diferente do teórico-acadêmico, e emerge como discussão pertinente uma vez que no Brasil foi legitimada a profissionalização do historiador, mas, também, porque existe uma quantidade de história não acadêmica feita por não profissionais com qualidade duvidosa ou perigosa devido a seu caráter reacionário e conservador.

Segundo Jurandir Malerba:

Essa história produzida por leigos costuma ser uma história muito ruim. A história social, processual, interpretativa, estrutural, analítica, crítica, não chega ao grande público, e sim a história paroquial, episódica, factual, pitoresca, anedótica, biográfica, das grandes batalhas, em rápidas narrativas dramáticas inflamadas. Para

¹ Doutor cotutela em Estudos Clássicos (Universidade de Coimbra) e Educação (Universidade Estadual de Maringá). Professor Adjunto no Colegiado de História (*Campus* de Paranavaí) e do Programa de Pós-Graduação em História Pública (*Campus* de Campo Mourão) da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). E-mail: marcos.pirateli@unespar.edu.br.

² Eric John Ernest Hobsbawm nasceu em Alexandria no Egito (em 1917); estudou história no King's College em Cambridge onde completou seu bacharelado em humanidades (*Bachelor of Arts*), assim como seu PhD. Rodeado de outros acadêmicos marxistas e influenciado pelas Frentes Populares tornou-se comunista, construindo as bases teóricas de sua carreira acadêmica como membro ativo do PCGB. Grande parte de sua vida profissional foi dedicada ao Birkbeck College da Universidade de Londres quando foi nomeado como professor ajudante de história em 1947, e como professor titular em 1959, e, finalmente, como catedrático de Economia e História Social em 1970, cargo em que ficou até a sua aposentadoria em 1982. Além disso, colaborou como membro do King's College (Cambridge) entre 1949 e 1955, e como professor visitante na década de 80 na New School for Social Research (Nova York). Quando de sua morte, em 2012, deixou uma vasta publicação, sobretudo sobre temas políticos e históricos.

³ Para as primeiras e pioneiras publicações nacionais vide: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (orgs.). *Introdução à História Pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011. MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (orgs.). *História pública no Brasil: Sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016. ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; MENESES, Sônia (orgs.). *História Pública em Debate: patrimônio, educação e mediações do passado*. São Paulo: Letra e Voz, 2018. MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (orgs.). *Que história pública queremos?* São Paulo: Letra e Voz, 2018.

Rosenzweig, a história é importante para o público. O problema é que essa história popular é de qualidade questionável.⁴

Portanto, existe um espaço público para ocupar e combater pela história. Importa destacar que a *história pública* é uma perspectiva cujo foco se concentra nos debates e fenômenos públicos a respeito do conhecimento da história. A construção conceitual e formalizada dentro da disciplina ainda é nova, e sua importância impele a ocupar espaços onde a história está em discussão ou sendo apropriada (muitas vezes por não especialistas). O campo é multifacetado, mas o que nos interessa aqui é a atuação profissional e científica do historiador.

A partir disso, o presente ensaio tem como objetivo discorrer sobre a função social e a sina da profissão do historiador público em Eric Hobsbawm com destaque no seu *Sobre História* (publicado originalmente em 1997), coletânea com vinte e um ensaios⁵ sobre história e historiografia, com inúmeras discussões sobre Marx e marxismo, todos eles gravitando entorno da seguinte preocupação: “Em primeiro lugar, estou preocupado com os usos e abusos da história, tanto na sociedade quanto na política, e com a compreensão e, espero, transformação do mundo”⁶.

De acordo com Hobsbawm, todas as pessoas se relacionam com o passado de alguma forma, independentemente do nível em que isto ocorre ou do nível da consciência que se tem desse passado. Isto é, a vida humana está impregnada do passado, o que faz do historiador um sujeito com um importante papel na relação entre *história e público*⁷. Essa função não pode ser exercida de qualquer maneira, ela carrega em si um lastro científico que é crucial para o ofício. Antes de agir em/no público, primeiro é preciso ter a compreensão do sentido do passado, o que em linhas gerais significa entender que o passado tem uma dinâmica própria de movimento e transformação em que se desenvolvem todo e qualquer fato ou evento.

Ser membro de uma comunidade humana é situar-se em relação ao seu passado (ou da comunidade), ainda que apenas para rejeitá-lo. O passado é, portanto, uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana. O problema para os historiadores é analisar a natureza desse “sentido do passado” na sociedade e localizar suas mudanças e transformações⁸.

Mesmo que estes fatos ou eventos sejam os elementos que de alguma forma unifiquem uma comunidade – acontecimentos memoráveis, típicos das efemérides –, o público dificilmente tem dimensão da historicidade desse processo, logo, o historiador é o sujeito imprescindível na relação *história e público*.

Para Hobsbawm, quando o passado é invocado em público, sobretudo quando se trata de privilegiar elementos que permitem articular a unidade deste público, tais como ideias de nação ou

⁴ MALERBA, Jurandir. Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História? Uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre Public History. *História da Historiografia*. Ouro Preto, n. 15, ago. 2014, p. 32.

⁵ A edição brasileira insere um último texto: *Introdução ao Manifesto Comunista*.

⁶ HOBSBAWM, Eric. *Sobre História*: ensaios. Tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 7-8

⁷ Sempre que nos referirmos a *história e público* destacado em itálico é uma generalização para *lugares de memória e/ou espaços de formação*. Em síntese: memória de sujeito, grupos ou classes como fenômeno de dimensão social, cultural, ideológica, política, emotiva, festiva e traumática; memória mediada por patrimônio ou meios de comunicação; museus e arquivos; espaços de sociabilidade; esfera pessoal e pública; entre outros.

⁸ HOBSBAWM, Eric. *Sobre...*, op. cit., p. 25.

pátria, geralmente a compreensão desse passado ocorre de forma equivocada uma vez que tais vínculos de identidade se constroem de forma abstrata ou como uso político *a-histórico*. Por isso o passado e a memória precisam ser problematizados no público. Em certo sentido, tal tipo de preocupação não é nova no campo da história e da historiografia e no espaço público o problema não é menor. A história pode ser evocada por um público em sua maior parte não crítico – sem formação historiográfica acadêmica ou intelectual – seja em lugares de memória, assim como sua *publicização* pode ocorrer por meios de comunicação cujo crivo dependem dos interesses das classes que os controlam⁹.

A contrapelo disso, o historiador, ou historiador público, é aquele que *historiciza* para além dos interesses do público. Isto consiste num problema, e que pode ser identificado como sina do historiador. *Historicizar* é um exercício científico e fazer isso com o passado – muitas vezes um passado desejado ou um memorialismo seletivo com a finalidade de justificar um projeto político – pode implicar num exercício desagradável, sobretudo quando aborda temas sensíveis para o público. Vale lembrar, sem perder o marxismo como base do pensar histórico, o passado agradável geralmente é um passado que oculta as lutas de classes ou as formas como a humanidade estabeleceu suas relações produtivas. Isto tem uma aderência muito particular àquela preocupação que Hobsbawm chamou de os *usos e abusos* da história.

Para esta que foi uma de suas grandes preocupações sobre a história, Hobsbawm considerava que *uso e abuso* se referia a toda busca por um passado desejado – cuja pior situação seria um passado inventado –, em síntese, é aquilo que definiu como “negação da história real”¹⁰. Se “O passado legítima”¹¹, ele é objeto de uma série de intenções políticas ou mesmo do sentimento de decepção com o próprio passado; como objeto, passa a ser usado para justificar o presente, ou mesmo para ponderar e reconstruir um presente insatisfatório, enfim, o passado passa a ser imaginado, negado ou fabricado; ao inferir sobre isso, Hobsbawm mostrou-se como ávido crítico ao uso da história de forma irresponsável, sobretudo porque ela é uma matéria de fácil manipulação e que a poderia se transformar em matéria-prima para ideologias – nacionalismos, fundamentalismos, entre outros.

Ora, a história é a matéria-prima para as ideologias nacionalistas ou étnicas ou fundamentalistas, tal como as papoulas são a matéria-prima para o vício da heroína. O passado é um elemento essencial, talvez o elemento essencial nessas ideologias. Se não há nenhum passado satisfatório, sempre é possível inventá-lo. De fato, na natureza das coisas não costuma haver nenhum passado completamente satisfatório, porque o fenômeno que essas ideologias pretendem justificar não é antigo ou eterno mas historicamente novo¹².

⁹ Importa destacar que, de acordo com Raymond Williams, os meios de comunicação são meios de produção: “Como uma questão de teoria geral, é útil reconhecermos que os meios de comunicação são, eles mesmos, meios de produção. É verdade que os meios de comunicação, das formas físicas mais simples da linguagem às formas mais avançadas da tecnologia da comunicação, são sempre social e materialmente produzidos e, obviamente, reproduzidos. Contudo, eles não são apenas formas, mas meios de produção, uma vez que a comunicação e os seus meios materiais são intrínsecos a todas as formas distintamente humanas de trabalho e de organização social, constituindo-se assim em elementos indispensáveis tanto para as forças produtivas quanto para as relações sociais de produção”, in: WILLIAMS, Raymond. *Cultura e materialismo*. Tradução: André Glaser. São Paulo: Editora UNESP, 2011, p. 69.

¹⁰ HOBBSAWM, Eric. *Sobre...*, op. cit., p. 33.

¹¹ Ibidem, p. 18.

¹² Ibidem, p. 18.

Hobsbawm exemplifica com muita habilidade essa problemática na primeira parte do capítulo *Não basta história de identidade*, ao comentar uma conferência (ocorrida em 1994) sobre a memória dos cinquenta anos de um massacre nazista contra a resistência local que ocorrera em 1944 na aldeia Civitella della Chiana (província de Arezzo, Itália); o encontro fazia referência a um tema sensível daquela comunidade, resultando no desconforto entre os participantes principalmente pela divergência da memória sobre o que ocorreu de fato, sobre quem resistiu ou compactuou com a chacina.

Qual a natureza da comunicação entre o historiador que entregou ao prefeito da aldeia a transcrição do inquérito sobre o massacre, realizado pelo exército inglês poucos dias depois de sua ocorrência, e o prefeito que a recebeu? Para um, era uma fonte primária de arquivo; para o outro, um reforço do discurso comemorativo da aldeia, que nós, historiadores, facilmente reconhecíamos como parcialmente mitológico. [...] Seria a nossa história, destinada à comunicação universal do que podia ser testado pela evidência e a lógica, relevante à sua comemoração, que, por natureza, não pertencia a ninguém além de si mesmos?¹³.

O debate público que se seguiu e as lembranças que foram evocadas resultaram em diferentes impactos no público, no entanto, para o núcleo de historiadores presentes, inclusive os oriundos do local, não poderia ser feita outra coisa que *historicizar* aquela memória, cotejar as fontes, dialogar com a historiografia pertinente, isto é, desmitificar o passado comum que possivelmente era um tema central para aquela aldeia. A rigor, o papel do historiador seria impedir todo e qualquer *uso e abuso* do passado.

O passado pode e deve ser lembrado, mas não como passado social formalizado para ser o padrão do presente. Para Hobsbawm, se o passado não for entendido em sua dinâmica, isto é, como transformação social, passa a ser usado como instrumento de controle do presente na medida em que se impede de pensar o movimento da história, logo, a possibilidade de mudança no presente também é impedida. A superação desta concepção de mundo como estático e imutável fez com que Hobsbawm direcionasse suas críticas para qualquer possibilidade de relativismo (ou aquilo que considerou como modas intelectuais). Isto tem um peso significativo quando pensamos a relação *história e público*, sobretudo quando o que se aborda no público se refere usualmente a questões existenciais. A história, portanto, é elemento de luta no tempo presente, e os historiadores tem um papel fundamental nesse combate.

Acrescente-se a isto não só o perigo do uso da história como uso político da profissão:

Eu costumava pensar que a profissão de historiador, ao contrário, digamos, da de físico nuclear, não pudesse, pelo menos, produzir danos. Agora sei que pode. Nossos estudos podem se converter em fábricas de bombas, como os seminários nos quais o IRA aprendeu a transformar fertilizante químico em explosivos. Essa situação nos afeta de dois modos. Temos uma responsabilidade pelos fatos históricos em geral e pela crítica do abuso político-ideológico da história em particular¹⁴.

Destacou com isso que o maior perigo da profissão se dava no campo do método, ou seja, no melhor procedimento ao investigar a história. Para tratar de história ou temas históricos é preciso teoria e metodologia, é fundamental que se tenha clareza sobre as diferenças entre fato e ficção, entre história e memória, entre realidade objetiva e discurso conceitual. Um tema histórico num espaço público (nas suas mais diversas possibilidades: lugares de memória ou espaços de formação) precisa

¹³ Ibidem, p. 366-367.

¹⁴ Ibidem, p. 19.

estar *historicizado*, não pode ser usado de maneira isolado da dinâmica complexa que é o processo de transformação social e tudo o que isto envolve. Portanto, a participação do historiador é imprescindível.

A superação do *uso e abuso* da história depende do historiador enquanto destruidor dos mitos que são tomados do passado para fins não científicos/históricos no presente; cabe ao historiador exercer a boa história, que é marcada pela busca da verdade, para tal é preciso defender a supremacia da evidência, pois é ela que permite reconstruir historicamente a realidade.

Nesse sentido, o ofício do historiador não está restrito ao público acadêmico – investigação, descoberta, análise, interpretação –, também possui uma função social. O passado, a memória, precisam ser comunicadas em sua historicidade no espaço público, ou seja, os dados históricos, as lembranças, as evidências, etc., somente encontram unidade de sentido, em sua realidade, após o crivo histórico científico, logo, a relação *história e público* tem que ser mais que apenas informes: “a curiosidade, sensibilidade e os prazeres do antiquariato não bastam [...] O que desejamos saber é *por que*, bem como *o quê*”¹⁵; até porque, diferente do historiador, o antiquário é aquele “que se interessa pelos fatos históricos sem se interessar pela história”¹⁶.

Não só isso, o passado não pode ser visto como mercadoria, um artefato. A história não pode ser uma etiqueta para vender, história é história e ela precisa ser apreendida de forma séria:

Ter a novidade como etiqueta ajuda a vender a história entre os profissionais, tal como ajuda a vender detergentes entre um público mais amplo [...] É quanto à distribuição da bagagem histórica em uma série de vasos não comunicantes. Não existe uma coisa do tipo história econômica, social, antropológica, ou história psicanalítica: existe apenas história¹⁷.

O problema é que esta função social apresenta-se como sina, e Hobsbawm parecia estar ciente disto – “Isso não nos fará populares”¹⁸. Identificamos isto como sina porque implica na impopularidade da função na relação entre *história e público* uma vez que é dever de ofício desnaturalizar tudo aquilo que é histórico, logo, não deixa de ser uma desconstrução das mais diversas formas de identidade:

História não é memória ancestral ou tradição coletiva. É o que as pessoas aprenderam de padres, professores, autores de livros de história e compiladores de artigos para revistas e programas de televisão. É muito importante que os historiadores se lembrem de sua responsabilidade, que é, acima de tudo, a de se isentar das paixões de identidade política — mesmo se também as sentirmos. Afinal de contas, também somos seres humanos¹⁹.

A relação *história e público* não se desenvolve sem tensões, sobretudo porque o historiador tem uma função social que lhe exige criticidade, o que pode ser traduzido como combate pela história no espaço público. A história é um ciência que lida com uma dimensão comum a todos, o passado, por isso não deveria ficar restrito ao espaço acadêmico, de alguma forma deveria se tornar pública – Hobsbawm defendia que “a ciência seja inseparável do resto da sociedade, inclusive do

¹⁵ Ibidem, p. 298.

¹⁶ MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Tradução: Maria Beatriz Borba Florenzano. Bauru: Edusc, 2004, p. 85.

¹⁷ HOBBSAWM, Eric. *Sobre...*, op. cit., p. 99-100.

¹⁸ Ibidem, p. 23.

¹⁹ Ibidem, p. 22.

público não científico”²⁰, e isto valia para a história/historiografia²¹. Não obstante, também tinha clareza que nem toda história era boa ou neutra (isenta de problemas ideológicos), o que demandava uma luta pela história a partir de uma teoria que considerava a mais adequada, o marxismo. Essa perspectiva de luta, pela melhor compreensão e consciência sobre o passado, constituía o engajamento do historiador.

Assim, engajamento aqui é tomado no mesmo sentido em que Marilena Chauí considerava como atividade intelectual sobre a sociedade em movimento, é uma tomada de posição:

... sua intervenção pública, só pode ser afirmada se estiver fundada no solo de uma negação que não possa ser incorporada no mesmo movimento de negação/afirmação do sistema capitalista. Em outras palavras, somente se for balizada pela tomada de posição no interior da luta de classes contra os dominantes e na redefinição dos universais, compreendendo-os como universais concretos. Essa tomada de posição é exatamente o que procura exprimir a noção de engajamento ou do intelectual como figura que intervém criticamente na esfera pública.²²

Essa luta pelo passado, que dinamiza a ciência do real (materialismo histórico) e engajamento (exercício intelectual) vai além da mera efeméride ou memorialismo de um passado desejável ou tido como satisfatório, o que se busca é o conhecimento histórico, independente de consenso e simpatia.

Isso era uma exigência da profissão, uma sina do ofício, sobretudo por entender que o historiador – e aqui já subentendido na condição de marxista, como era o caso de Hobsbawm – deve procurar convencer o seu interlocutor, não só o acadêmico, mas também os que estão no espaço público. Importa destacar que uma vez que o conhecimento histórico nunca é definitivo, pois cada geração tem suas perguntas para o passado, a relação entre história e seus públicos está em disputa, o que significa dizer que o combate pela história também é uma constante.

No seu *Sobre História* fica muito clara sua insistência na opção pelo marxismo: “Eu, pelo menos, não quero abandonar a concepção materialista da história”²³; para Hobsbawm não há ecletismo, a melhor apreensão da história parte de Marx: “não é possível nenhuma discussão séria da história que não se reporte a Marx ou, mais precisamente, que não parta de onde ele partiu”²⁴. Destacou que, se para a historiografia científica havia uma dificuldade em se chegar a um acordo sobre qual era o seu problema essencial, para o marxismo o problema central da história estava definido [“como a humanidade passou do homem das cavernas para o astronauta, de um tempo em que éramos assustados por tigres-dentes-de-sabre para um tempo em que somos assustados por explosões nucleares – isto é, não assustados pelos perigos da natureza mas por aqueles que nós

²⁰ Ibidem, p. 185.

²¹ Na sua detalhada biografia de Eric Hobsbawm, Richard Evans destaca que além da sua carreira acadêmica Hobsbawm sempre teve cuidado para que suas publicações chegassem em um público ampliado, preocupação presente desde o início de sua carreira com historiador: “Seu entusiasmo pelo rádio mostrou que, ainda nesse primeiro estágio como historiador, Eric já se preocupa em tornar suas palavras acessíveis e disponíveis para o grande público”, in: EVANS, Richard J. *Eric Hobsbawm: uma vida na história*. Tradução: Claudio Carina. São Paulo: Planeta, 2021, p. 255

²² CHAUI, Marilena. Intelectual engajado: uma figura em extinção? Disponível em: <https://artepensamento.ims.com.br/item/intelectual-engajado-uma-figura-em-extincao/>. Publicado em 2006. Acesso em: 28 de julho de 2022.

²³ HOBBSAWM, Eric. *Sobre...*, op. cit., p. 238.

²⁴ Ibidem, p. 54.

mesmos criamos?”^{25]} e a partir do materialismo histórico é possível explicar como as sociedades mudam e se transformam, logo, é possível entender o processo de transformação do gênero humano, isto é, como economia, política, família, relações sexuais, cultura, sensibilidade, entre outros, se encaixam na interação dos aspectos da produção da vida – por exemplo: temáticas como a ascensão do rock’n’roll, ou a crise do comunismo, são entendidas em relação à transformação social de seu período.

Eles [seres humanos] fazem seu próprio mundo e sua própria história. Isso não significa evidentemente que sejam livres para fazê-lo de acordo com uma escolha consciente (qualquer que seja o significado de “escolha consciente”) ou que a história possa ser entendida pela investigação das intenções humanas. É evidente que não pode. Mas significa de fato que as transformações da sociedade humana são mediadas por uma série de fenômenos especificamente humanos (chamemo-los de “cultura” na acepção mais ampla do termo) e operam por meio de uma série de instituições e práticas que, pelo menos em parte, são constructos conscientes – por exemplo, governos e políticas. Podemos construir e também nos mover em meio a essa mobília da vida humana entre a qual vivemos – uma das maiores questões históricas é até que ponto – e, desde que possuímos linguagem, sempre concebemos e expressamos ideias sobre nós mesmos e nossas atividades.²⁶

Marx descobriu a lei da evolução da sociedade (lei da história), e a historiografia ou a história pública não deveriam ser indiferentes a isso:

A imensa força de Marx sempre residiu em sua insistência tanto na existência da estrutura social quanto na sua historicidade, ou, em outras palavras, em sua dinâmica interna de mudança. Hoje, quando a existência de sistemas sociais é geralmente aceita, mas à custa de sua análise a-histórica, quando não anti-histórica, a ênfase de Marx na história como dimensão necessária talvez seja mais essencial do que nunca²⁷.

Os temas históricos no espaço público precisam levar isso em consideração sob o risco de se reduzirem a mera trivialidade, memorialismo, etc. Esse combate pela história inerente ao ofício do historiador significa que sua função social deveria ir além da interpretação e divulgação, o historiador precisa se engajar no espaço público uma vez que os temas históricos são constantemente revisados e não estão livres de *usos e abusos*. Desta forma, a luta pelo passado passa a ser um ponto fundamental.

O nono capítulo do seu *Sobre História*, intitulado *Engajamento*, é uma discussão muito peculiar sobre *o que* ou *o como* poderia ocorrer essa inserção no espaço público; não por acaso este texto precede os capítulos que particularmente trabalhou sobre Marx e a história²⁸. Engajamento em sua argumentação passa a ser prerrogativa da função social do historiador pois é o que o conecta com a realidade, e pressupõe a interpretação da realidade a partir de sua historicidade, e, como tal ação se pauta em método científico é entendido como legítimo, é a ação crítica do profissional em meio à relação *história e público* para combater os *usos e abusos* da história. Isto é possível porque a história está ligada à política, e considerou que a prática faz parte do debate dos historiadores mesmo dentro das normas da disciplina, mas só é possível fazer isso de forma satisfatória se o historiador tiver liberdade intelectual. Para Hobsbawm o engajamento do historiador possui duas dimensões: (1^a)

²⁵ Ibidem, 52.

²⁶ Ibidem, p. 97-98.

²⁷ Ibidem, p. 210.

²⁸ Cf. Capítulo 10: *O que os historiadores devem a Karl Marx?*; e, capítulo 11: *Marx e a história*.

objetiva: é científica, metodológica, logo, não pode discordar dos fatos, o que pode é fundamentar escolhas e combinações, e isto não significa falsificar evidências; e (2ª) subjetiva: motivação ideológica e política, em que é possível sustentar a unidade entre ciência e política (socialismo científico), ainda que os imperativos da ciência e política não sejam os mesmos. O engajamento é a atitude subjetiva do historiador: “Os homens são ou devem ser engajados em sua atitude para com as ciências, porque as ciências são em si mesmas engajadas. [...] nos concentremos no “engajamento” como uma atitude subjetiva dos historiadores, ou para eles imperativa”²⁹.

Não cabe exigir neutralidade do ofício, aliás, de acordo com Hobsbawm “Os historiadores, como os demais seres humanos, têm o direito de idearem um futuro desejável para a humanidade, lutarem por ele e ficarem animados quando descobrem que a história parece estar seguindo o caminho que eles imaginaram”³⁰.

Esse engajamento como ação intelectual está vinculada ao compromisso teórico do historiador, que no caso em discussão parte do pressuposto de que o marxismo é a melhor teoria para compreender a história e sua disputa no espaço público. O passado, portanto, não é tomado como desejo ou como modelo (algo a ser copiado ou reproduzido), mas sim como objeto de reflexão: o passado é apontando como elemento velho, e isto é importante para se pensar as possibilidades de mudança no tempo presente, inclusive na transformação do mundo – conforme apresentada na décima primeira tese de Marx *Ad Feuerbach*: “Os filósofos apenas *interpretaram* o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo”³¹.

A luta pela história e pela consciência história equivale a eliminar o discurso que a nega, não se trata de restaurar o tempo pretérito, mas é posicionamento com olhar para o futuro:

A mais perversa armadilha da alienação é acreditar que “sempre foi assim” e, portanto, “sempre será assim”. A consciência imediata, presa à particularidade da época em que vive, tende a transformar em naturalidade os contextos sociais, culturais e históricos, justificando a inevitabilidade das formas sociais estabelecidas. Por esse motivo, o estudo da história é subversivo, é revolucionário, porque serve ao desmascaramento das ideologias, porque, ao se inserirem os contextos particulares em sua história, desvelamos suas pretensões de universalidade.

Quando somos capazes de compreender nossa sociedade como parte da história, podemos compreender o processo pelo qual ela se tornou o que é e, dessa maneira, tentar entender o movimento que conduz à possibilidade de superação da sociedade capitalista e da emancipação humana.³²

Tal entendimento somente é possível na medida em que a história é apreendida como progresso, mudança direcional. A função social do historiador marxista, isto é, sua inserção no espaço público se dá como intelectual *anti-establishment* – como alguém que questiona o poder, contesta a classe dominante e cria polêmica a partir de um ponto de vista crítico, para citar uma expressão lacônica de Sartre: “é alguém que se mete no que não é da sua conta e que pretende

²⁹ HOBBSAWM, Eric. *Sobre...*, op. cit., p. 180.

³⁰ *Ibidem*, p. 84.

³¹ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia alemã*. Tradução: Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2009, p. 535.

³² IASI, Mauro. Nada deve parecer impossível de ser mudado. In: BEER, Max. *História do socialismo e das lutas sociais*. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 7.

contestar o conjunto das verdades recebidas, e das condutas que nelas se inspiram, em nome de uma concepção global do homem e da sociedade”³³.

Nesse sentido, é importante que o historiador esteja engajado no espaço público, comprometido politicamente. Hobsbawm apontou que é preciso ir além de interpretar, ou, aquilo que nos interessa aqui – pensar a *história pública* – é preciso ir além de divulgação ou busca por audiência: “As ciências sociais são essencialmente ‘ciências aplicadas’, destinadas, para usar a frase de Marx, a transformar o mundo e não somente interpretá-lo (ou, então, explicar por que ele não precisa ser transformado)”³⁴.

Essa vinculação entre ciência do real (materialismo histórico) e engajamento (prática intelectual no espaço público) solidifica a sina para o ofício do historiador, especialmente porque a lei tendencial da história aponta para o devir humano, isto é, para a possibilidade de superação das condições materiais vigentes, o que não fará dos historiadores sujeitos desejáveis no espaço público. Primeiramente, porque toca em assuntos que nem todos estão dispostos (ou querem, ou podem) abordar em público, sobretudo com relação a temas sensíveis ou complexos; em segundo, porque ir ao público e demonstrar que os temas históricos estão relacionados ao processo de transformação social, que tem em sua dinâmica a luta de classes, a desigualdade social, a exploração, entre outros, estabelece a desnaturalização (ou *historicização*) da forma em que a sociedade está organizada.

Segundo Hobsbawm, essa “é uma contribuição importante, ainda que negativa, que a história pode nos dar a respeito da sociedade contemporânea, e os políticos não costumam agradecer aos historiadores por ela”³⁵. Acrescenta ainda:

[...] consequências exatas dessa mudança ou as soluções para os problemas que provavelmente gerará, ou já gerou. Mas ela pode definir *uma* dimensão urgente do problema, a saber, a necessidade de redistribuição social. Durante a maior parte da história, o mecanismo básico para o crescimento econômico foi a apropriação do excedente social gerado pela capacidade do homem de produzir por meio de um ou outro tipo de minoria para fins de investimento em melhoria adicional, ainda que nem sempre assim utilizado. O crescimento operava por meio da desigualdade.³⁶

Não é por acaso que, quando se pensa em mudança, a única temática histórica que não resulta em polêmica se restringe às mudanças de ordem tecnológica, o que de fato não teria o mesmo impacto quando se privilegia a dinâmica das relações sociais:

Porém, parece que a novidade ou mesmo a inovação constante é aceita mais prontamente na medida em que se refira ao controle humano sobre a natureza não humana, por exemplo, à ciência e à tecnologia, já que grande parte desse controle é obviamente vantajoso mesmo para os mais tradicionalistas. Será que já houve algum caso sério de luddismo dirigido contra bicicletas ou radiotransistores? Por outro lado, conquanto certas inovações sociopolíticas possam parecer atraentes a alguns grupos de seres humanos, pelo menos numa visão prospectiva, as implicações sociais e humanas da inovação (inclusive inovação técnica) tendem a encontrar maior resistência, por razões igualmente óbvias. A mudança rápida e constante na tecnologia material pode ser saudada pelas mesmas pessoas que se contrariam profundamente com a experiência de mudança rápida nas relações humanas

³³ SARTE, Jean-Paul. *Em defesa dos intelectuais*. Tradução: Sergio Goes de Paula. São Paulo, 1994, p. 14-15.

³⁴ HOBBSAWM, Eric. *Sobre...*, op. cit., p. 192.

³⁵ *Ibidem*, p. 47.

³⁶ *Ibidem*, p. 55.

(sexuais e familiares, por exemplo), e que poderiam, na verdade, achar difícil conceber mudança constante em tais relações.³⁷

Enfim, a sina do engajamento é uma consequência desta dualidade da profissão: função científica e função política.

Em Hobsbawm, a história no espaço público deve ser tratada com seriedade, para que a humanidade entenda como ela se tornou o que ela é. Assim, a história tem uma função social específica que vai muito além de entretenimento, tratamento de curiosidades ou trivialidades sobre o passado:

Se não tentarmos resolver o problema básico das transformações da humanidade, ou pelo menos não atentarmos para aquela parte de suas atividades que constitui nosso interesse especial no contexto dessa transformação, que ainda se encontra em desenvolvimento, então, como historiadores, estaremos nos dedicando a trivialidades ou jogos intelectuais e outros jogos de salão.³⁸

Isto significa dizer que o historiador deve em sua relação com o público privilegiar e demonstrar, tendo em vista a compreensão da historicidade humana, de que maneira produzimos nossa vida ao longo do tempo, quais foram os problemas que enfrentamos ao controlar a natureza e se organizar em sociedade. Somente assim, na relação entre *história e público*, pode ficar evidente uma comunicação de temas históricos que se conectam com o progresso humano. Em síntese, o historiador público – ou no público – deve demonstrar como a sociedade mudou, o que pode implicar principalmente em desconstruir mitos de justificação como patriotismo e nacionalismo tão caros à opinião pública. No entanto:

É tarefa dos historiadores tentar remover essas vendas, ou pelo menos levantá-las um pouco ou de vez em quando – e, na medida que o fazem, podem dizer à sociedade contemporânea algumas coisas das quais ela poderia se beneficiar, ainda que hesite em aprendê-las³⁹.

Ao longo de todo o seu *Sobre História*, Hobsbawm deixou implícito que existe uma sina – ou dilema – na função social do historiador, condição que pode ser observada na relação *história e público*. Segue abaixo uma seleção ilustrativa⁴⁰:

1) Lição difícil e necessária:

Infelizmente uma coisa que a experiência histórica também ensinou aos historiadores é que ninguém jamais parece aprender com ela. No entanto, temos que continuar tentando.

2) Função polêmica e antipática:

Durante muito tempo, a desconstrução de mitos políticos ou sociais disfarçados como história foi parte das obrigações profissionais do historiador, independentemente de suas simpatias.

3) Ofício crítico e impopular:

³⁷ Ibidem, p. 34.

³⁸ Ibidem, p. 96.

³⁹ Ibidem, p. 60.

⁴⁰ Para as sete citações em sequência cf: HOBBSAWM, Eric. *Sobre...*, op. cit., pp. 59; 374; 66; 45; 378; 369; 379.

A generalização empírica mais segura sobre a história ainda é a de que ninguém presta muita atenção a suas lições óbvias.

4) Papel independente e contraditório à opinião pública:

O problema não é se elas confiam. É o que exatamente esperam obter do passado, e, nesse caso, se é isso que os historiadores deveriam lhes dar.

5) Não tem obrigação de confortar interessados:

Uma história que seja destinada apenas para judeus (ou afro-americanos, ou gregos, ou mulheres, ou proletários, ou homossexuais) não pode ser boa história, embora possa ser uma história confortadora para aqueles que a praticam.

6) Pode virar mercadoria ou matéria-prima ideológica do público não especializado:

No entanto, os não acadêmicos que necessitam e consomem a mercadoria que os historiadores produzem, e que constituem o seu mercado mais amplo [...]. Seu critério do que é “boa história” é a “história que é boa para nós” – “nosso país”, “nossa causa”, ou simplesmente “nossa satisfação emocional”. Quer gostem disso ou não, os historiadores profissionais produzem a matéria-prima para o uso ou abuso dos não profissionais.

7) Resultado pode ser perigoso:

... a história ruim não é história inofensiva. Ela é perigosa. As frases digitadas em teclados aparentemente inócuos podem ser sentenças de morte.

Possivelmente o grande limite da história nesta perspectiva seria como superar a opinião pública e os meios de comunicação, principalmente porque a história crítica, como diria Hobsbawm, “é negativa”. A história crítica e o historiador por ela engajado dificilmente teriam impacto no grande público, sobretudo porque os principais meios de comunicação são controlados por grupos que se locupletam no poder político.

Hobsbawm tinha consciência da impopularidade do historiador intelectual, no entanto, isto não deveria ser impeditivo do seu exercício público, ao contrário, defendia como obrigação a disputa e desmistificação do passado em meio à opinião pública. A retomada deste historiador marxista para a reflexão desta temática é importante na medida em que a *história pública* – área com pesquisas e debates ainda recentes no Brasil – busca sua consolidação, logo, é também um espaço de disputa para a historiografia marxista. Enfim, este ensaio tomou Eric Hobsbawm como ponto de partida para se pensar o papel e a responsabilidade pública do historiador e, com isso, iniciar discussões sobre *história pública*.

Golpe brando no Brasil: da instabilidade nacional à contínua submissão econômica estadunidense

Tamires Maia Araújo¹

tmaia.a@yahoo.com

Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)

1. Introdução

Em 2016, há o início da concretização da agenda reacionária brasileira através do *impeachment* (golpe) da presidente Dilma Rousseff. Vale ressaltar que, em 2014, essa agenda neoliberal, programa de governo da direita reacionária, havia sido rejeitada nas urnas. O golpe de 2016 é resultado e continuação do processo de desestabilização sociopolítico no Brasil para imposição da agenda econômica neoliberal.

Dilma Rousseff em seu discurso, depois de concretizado o impedimento de continuar presidente do Brasil pelo Congresso Nacional, demonstrou em sua fala que aquele golpe não foi contra a ela, mas foi contra o projeto de soberania nacional e desenvolvimento econômico que estava em curso em seu governo.

O projeto nacional progressista, inclusivo e democrático que represento está sendo interrompido por uma poderosa força conservadora e reacionária com apoio de uma imprensa facciosa, vão capturar as instituições do Estado para colocarem a serviço do mais radical liberalismo econômico e de retrocesso social. O golpe não foi cometido apenas contra a mim e contra meu o partido ou os partidos aliados que me apoiam hoje. Isso foi apenas o começo. O golpe vai atingir indistintamente qualquer organização política progressista e democrática. O golpe é contra os movimentos sociais e sindicais e contra os que lutam por direitos em todas as suas acepções².

Assim sendo, nota-se que foi um momento antecedido de convulsão social impulsionado pelo discurso anticorrupção, *lawfare*, nutrido pela grande mídia dia e noite. O Brasil foi envolvido também com pautas sobre moral e religião num país laico, além de reacender um pequeno patriotismo reduzido a uma camisa da Confederação Brasileira de Futebol - CBF.

Em 2016, concretiza-se o avesso do que seguia no governo de centro-esquerda de Dilma Rousseff, com pautas progressistas em busca de soberania nacional a partir da defesa da riqueza nacional, do Pré-Sal, do fomento da ciência e tecnologia nacionais e a projeção notável da nação nos BRICS como potência em busca da independência. Tudo isso foi abalado por imposições da agenda

¹ Mestranda do PPG em Política Social (ICHS/UFMT); Especialista em Docência (IFMG) e Licenciatura Plena em História (UNEB) - Reg. Historiadora n.: 0000008/MT.

² TV BRASIL. Dilma Rousseff faz pronunciamento após votação final do impeachment. Brasília. *Canal da TV Brasil no YouTube*, 31 ago. 2016. Disponível em: <https://youtu.be/gKkpe53jaPk>. Acesso em: 28 out. 2022.

hegemônica estadunidense de neutralizar a liderança em ascensão do país latino na América Latina e afetando o enfraquecimento dos países participantes dos BRICS.

Empreender a discussão sobre elementos que movimentaram o Brasil nos últimos sete anos e de como eles ainda se estendem são pontos que, a História do Tempo Presente, diante de circunstâncias desencadeadas num passado não tão distante, nos permite analisar o desenrolar da guerra híbrida, guerra não violenta (não convencional), golpe brando e branco e os seus inerentes acontecimentos.

À vista de desenvolver o debate, mostrar como a guerra híbrida se articula, dividiu-se este artigo em quatro partes. No primeiro, trata de demonstrar como guerra não violenta (não convencional) e Revoluções coloridas são articuladas no país alvo, no segundo aprofunda o debate sobre a Guerra Híbrida numa arquitetura de um caos teleguiado e, em seguida, é discutido a respeito do Golpe Brando e Branco, que é parte da guerra de 4ª geração no Brasil, por fim, é destacado acerca da imposição contínua da agenda econômica pelos Estados Unidos ao Brasil de Bolsonaro.

Por isso, este artigo tem como objetivo discutir as atuações cada vez mais acentuadas, com enredos extensos e desfecho devastador aos povos dos países afetados, em especial, o Brasil que teve sua estrutura política, jurídica e social afetadas.

Tendo na análise das novas formas de guerra, consideradas não violentas, por meio da pesquisa bibliográfica a partir de autores como Losurdo³, Leirner⁴, Korybko⁵, Sharp e Bauman⁶. Os dados serão tratados a luz da corrente do Materialismo Histórico Dialético, em que procura evidenciar as lutas travadas a partir das armas de interferências psicológicas, sociais, econômicas e, sobretudo, políticas, qualificadas como eficazes para derrubar governos de tendências progressistas e, particularmente, anti-imperialista.

2. Guerra não violenta (não convencional) e Revoluções coloridas

Nas últimas décadas do século XIX, o estadunidense Gene Sharp⁷, criador do manual “*Da Ditadura à Democracia*”, buscou formular ações não violentas como modo de desenvolver ferramentas de combate para derrubar governos, que aqui compreendemos que os países alvos são os progressistas e anti-imperialistas.

³ LOSURDO, Domenico. Resistência Falsa e Manipulações Verdadeiras: A Geopolítica da Internet. Set. 2010b. *Marxists.org*. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/losurdo/2010/09/22.htm>. Acesso em: 19 ago. 2022. Tradução de Fernando A.S. Araújo. *passim*

⁴ LEIRNER, P. C. *O Brasil no espectro de uma guerra híbrida: militares, operações psicológicas e política em uma perspectiva etnográfica*. São Paulo: Alameda, 2020.

⁵ KORYBKO, Andrew. *Guerras Híbridas: das revoluções coloridas aos golpes*. Tradução de Thyago Antunes. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

⁶ BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Tradução de Plínio Dentzien. São Paulo: Zahar, 2001.

⁷ SHARP, Gene. *Da ditadura à democracia: caminho para libertação*. Lisboa: Tinta da china, 2015. Disponível em: https://www.aeinsteim.org/wp-content/uploads/2016/02/Da-Ditadura-%C3%A0-Democracia_PAGfinal.pdf. Acesso em: 16 ago. 2022. *passim*

A maior parte dos métodos ativos que os membros das revoluções coloridas praticam, especialmente os violentos, torna-se mais eficiente com a formação de enxames. A aplicação dos ensinamentos de Sharp pode ser vista em todas as revoluções coloridas até hoje, o que foi observado inclusive por Engdahl. No que talvez não seja uma coincidência, a *Voice of America*, financiada pelo governo dos EUA e antigamente pela CIA, rapidamente deu crédito a Sharp por influenciar os eventos da Primavera Árabe no dia 5 de junho de 2011. Importante considerar que isso não foi dado como uma opinião, mas sim como uma “notícia” real. O *Telegraph* repetiu o mesmo um mês depois e, então, em setembro de 2011, um documentário sobre sua vida e obra chamado *Como começar uma revolução* foi lançado, que também deu continuidade a essa narrativa. No ano seguinte, essa narrativa ganharia eco na CNN e no *New York Times*. Fica muito claro o desejo da mídia ocidental em divulgar que a literatura de Sharp foi muito influente nas revoluções coloridas generalizadas que ganharam a alcunha de “Primavera Árabe”. Para colocar tudo isso em uma perspectiva geopolítica, é necessário recordar os conceitos de balcãs eurasiáticos, rimland e shatterbelt [...]. Se colocadas em um mapa, as localizações das revoluções coloridas tradicionais e da Primavera Árabe (que a Conferência de Moscou sobre Segurança Nacional de 2014 identificou como uma onda de revoluções coloridas) corroboram essas teorias geopolíticas. Logo, as publicações de Sharp foram colocadas em prática com sucesso em algumas das áreas mais politicamente voláteis do mundo para levar a cabo a desestabilização caótica e a troca de regime. Isso prova ainda a irônica letalidade que seus métodos “não violentos” tiveram para governos legítimos, para não falar nos danos pessoais colaterais que exportaram indiretamente para a Síria e a Ucrânia⁸.

Gene Sharp⁹ ao falar de ditaduras no início da sua obra, de forma rasteira, equipara nazismo ao estalinismo. Progride na discussão relatando que o comunismo trata-se de um sistema político aterrorizante. Até aqui, percebe-se que democracia é um conceito abstrato que o autor se utiliza como um chamariz, e que no fundo, na sua essência pretende submeter os países alvos ao império estadunidense.

O intelectual Sharp (SMITH, 2019)¹⁰ foi um teórico defensor do neoliberalismo, contrário ao uso da violência e a favor da descentralização do Estado, além de ser mentor das forças opostas do comunismo dentro do socialismo.

É possível deduzir que, dentre diversos fatores, de certa maneira, dois citados aqui possam ter aguçado ainda mais no império estadunidense a buscar novas estratégias de dominação com menos danos, guerra não violenta (ou não convencional). A vitória do Vietnã contra as imposições do imperialismo estadunidense em 1975 e a experiência de guerra por procuração durante a Guerra

⁸ KORYBKO, Andrew. *Guerras...*, op. cit., p. 67-68.

⁹ SHARP, Gene. *Da ditadura...*, op. cit.

¹⁰ SMITH, Marcie. Change Agent: Gene Sharp's Neoliberal Nonviolence (Part One). maio 2019. *Nonsite.org*. Edição nº 28. <https://nonsite.org/change-agent-gene-sharps-neoliberal-nonviolence-part-one/>. Acesso em: 22 ago. 2022.

Fria. Apesar de que, para Leirner (2020)¹¹, a Guerra do Vietnã já continha traços explícitos de guerra híbrida.

De acordo com Losurdo¹², mesmo com o fim da Guerra Fria, os Estados Unidos não ficaram contentes, a meta deles foram dissolver a União Soviética e acabar de vez o bloco socialista, para isso era de fundamental importância submeter à Europa Oriental escolhendo os novos governantes alinhados a Washington. Logo, nada melhor para EUA que desenvolverem ações não violentas para concretizarem a sua tamanha ânsia de uma submissão com poucos danos.

Segundo Sharp¹³, os mecanismos não violentos utilizados são para derrubar ditadura a partir da criação de um caos que seja controlado de tal modo que não haja espaço para formação de outra ditadura em lugar da que foi derrubada. As articulações feitas têm o propósito de colapsar o governo alvo, conjugando com o enfraquecimento de alguns pilares de sustentação da sociedade que se faz oposição.

Ao pontuar sobre as ditaduras, o autor, de forma desleal, equipara nazismo ao estalinismo. Ainda na discussão, restringe o conceito de comunismo a alguns governos que aderiram ao bloco oposto do capitalismo, como o de Stálin e Mao Tsé-Tung. E para um convencimento apelativo dá ênfase de forma capciosa que comunismo se trata estritamente de um sistema político aterrorizante.

Percebe-se que Sharp fomenta liberdade e democracia de modo abstrato, com um viés político neoliberal em seu manual e que democracia é um termo obscuro no seu livro. O movimento que é dado nos permite conceber que o discurso democrático é tratado de forma astuciosa contra países de governos ditos “ditadores”, que no fundo, mira enfraquecer países de governos progressistas ou anti-imperialistas com o objetivo de impor uma agenda de submissão econômica do capital ao império estadunidense.

A obra é extensa e conta com 198 regras de como fazer oposição e resistir, são preceitos ditos pacíficos que visam paralisar o governo alvo, atravancar seu funcionamento ao mesmo tempo em que buscam deslegitimá-lo ao debilitar os pilares que sustentam o governo. Acionam confusões com diversos tipos de sabotagens, convulsiona socialmente, viabilizam meios para a desinformação, desestabiliza economicamente, fazem invasões não violentas e por fim, a última regra, a 198 tem como ação não violenta tornar a “*Soberania dupla e governos paralelos*”¹⁴.

A guerra não violenta (não convencional) e também as revoluções coloridas buscam atingir o núcleo do governo alvo desestabilizando de dentro para fora as camadas que asseguram a união do governo¹⁵. Do núcleo para superfície, as camadas dos cinco pilares são formadas por: “*Liderança; Bases do sistema; Infraestrutura; População; Forças Armadas em campo*”¹⁶.

¹¹ LEIRNER, P. C. *O Brasil...*, op. cit.

¹² LOSURDO, Domenico. *Resistência...*, op. cit.

¹³ SHARP, Gene. *Da ditadura...*, op. cit.

¹⁴ *Ibidem*, p. 132.

¹⁵ KORYBKO, Andrew. *Guerras...*, op. cit.

¹⁶ WARDEN, 1995 *apud* KORYBKO, Andrew. *Guerras...*, op. cit., p. 29.

As revoluções coloridas são consideradas um ataque indireto ao governo da nação alvo porque nenhuma força externa convencional está sendo usada, e o mesmo é verdade para a guerra não convencional. Em vez de enviar um exército anti-*Establishment* diretamente para uma batalha contra o Estado ou contra suas Forças Armadas, as revoluções coloridas e a guerra não convencional travam a guerra indiretamente atacando seletivamente várias partes dos cinco anéis. Isso faz delas amorfas e difíceis de prever¹⁷.

As duas bases das guerras híbridas são as guerras não convencionais e as revoluções coloridas, que podem ter suas ferramentas de desestabilização dos pilares, camadas dos anéis, adaptados de acordo com o perfil de cada Estado-alvo o qual se deseja forçar a troca de regime político¹⁸.

No Ocidente, quando o movimento da guerra colorida pretende atrair adeptos antes da desestabilização, é necessário buscar informações a respeito de determinada população, a estratégia é engajar indivíduos e dentre diversos modos da formação das camadas, o procedimento tem em seu núcleo: Família, Trabalho, Vizinhança, Religião e País¹⁹.

Métodos vistos no manual da guerra não convencional, dentre vários, dois são bem marcantes que puderam ser testemunhados no Brasil, sobre "*Atos públicos simbólicos [e] Pressões sobre o indivíduo*", que foram os de números "30. Gestos grosseiros [...] [e] 32. Insultos ou provocações a oficiais"²⁰.

No Brasil, além de variados caos políticos, econômicos e sociais, vimos também outras ações não violentas acontecerem antes, durante e depois do Golpe de 2016. Ainda no cargo de presidente do Brasil, Dilma Rousseff, em 2014, foi pessoalmente atacada, sofreu difamação e injúria por meio de adesivos infames, numa montagem do seu rosto num corpo de pernas abertas, figura para a entrada de combustível de carro, ademais outros gestos grosseiros e insultuosos lhes foram ditos durante os jogos da Copa do Brasil em 2014, tendo repercussão internacional.

3. Guerra Híbrida: Arquitetura para um caos teleguiado

Para Korybko²¹, a teoria do caos é a corrente de pensamento que mais se adota na guerra híbrida, sendo um caos administrado, que o define como guerra de 4ª Geração. Elas não são diretas e, por isso, causam danos difusos para o Estado-alvo.

¹⁷ KORYBKO, Andrew. *Guerras...*, op. cit., p. 32-33

¹⁸ Ibidem, nota 12.

¹⁹ Ibidem., nota 12.

²⁰ SHARP, Gene. *Da ditadura...*, op. cit., p. 122.

²¹ KORYBKO, Andrew. *Guerras...*, op. cit.

[Pois][...] variáveis aplicam-se na mesma medida tanto para as revoluções coloridas como para a guerra não convencional. Por exemplo, o “formato inicial” da situação social no país-alvo é tão importante para uma revolução colorida quanto o “formato inicial” da situação física, militar e infraestrutural é para a guerra não convencional. O mesmo é verdade para as outras duas variáveis seguintes. As coisas ficam mais interessantes quando a última variável entra em jogo, a “energia de conflito dos atores individuais”. Mann afirma que “para mudar a energia de conflito das pessoas – diminuí-la ou direcioná-la de maneiras favoráveis a nossos objetivos de segurança nacional – precisamos modificar o *software*. Como os *hackers* nos ensinaram, a forma mais agressiva para modificar um *software* é usando um ‘vírus’, e o que é a ideologia senão um vírus de *software* para seres humanos?” Embora ele diga isso em referência ao que os EUA chamam de “pluralismo demográfico e respeito aos direitos humanos individuais”, o conceito se aplica a muitos outros contextos além desse²².

Um movimento que intenciona enfraquecer o sistema político alicerçado em ações de não violências (guerra não convencional) que é através da ação indireta, em que mantém parte da sociedade num sequestro de percepção da realidade e sendo que até o governo alvo não consegue interromper a manobra golpista, pois não a identifica.

A abordagem indireta ocupa lugar proeminente na doutrina das guerras não convencionais. Na forma como os EUA comandam as guerras não convencionais, eles utilizam forças por procuração compostas por atores desvinculados do Estado para cumprir suas ordens em Estados selecionados, o que significa que existe um nível agregado de influência indireta sendo utilizado. Outros Estados são capazes de praticar diretamente a guerra não convencional em certas circunstâncias, [...]. Em vez disso, os Estados-alvo estão na extremidade defensiva de uma guerra não convencional travada por atores desvinculados [ou vinculados] do Estado “liderados de forma velada” pelos EUA²³.

A abordagem indireta camufla os verdadeiros financiadores e interessados na convulsão social para atingir o controle político e econômico do Estado alvo, “[o]s praticantes da guerra não convencional podem estar ao mesmo tempo ‘em todos os lugares e em lugar nenhum’, o que significa dizer que, teoricamente, eles são capazes de ameaçar simultaneamente cada um dos cinco anéis”²⁴.

De maneira síncrona, por outro lado, em que aparenta dar uma certa alta estima para a massa crente que seja protagonista dessa iniciativa, apesar de ser maciçamente induzida a acreditar que as suas ideias apenas convergem, no entanto, é alimentada e impulsionada por “mãos invisíveis” sem exercitar ou desenvolver a autonomia crítica.

O principal objetivo da campanha de informação é que o alvo internalize as ideias que lhe são apresentadas, dando a impressão de que os próprios manifestantes chegaram, por conta própria, às conclusões induzidas de fora. As ideias contra o governo devem parecer espontâneas e não forçadas, dando-se grande ênfase à

²² Ibidem, p. 34 (grifos do autor)

²³ Ibidem, nota 17. p. 78-79 (grifos meus).

²⁴ Ibidem, p. 78.

abordagem indireta para comunicá-las. Se as pessoas perceberem que estão sendo manipuladas por mãos invisíveis, elas rejeitarão em massa a mensagem. Se, contudo, for possível internalizar essa mensagem em uma pessoa e ela começar a difundir-la para seus amigos íntimos e pessoas próximas, que jamais sequer imaginariam que essa pessoa está sob a influência involuntária de uma operação psicológica estrangeira, então o vírus de Mann contaminará a sociedade e começará a espalhar as ideias da revolução colorida por conta própria²⁵.

Com isso, sequestrada a realidade e em transe coletivo não consegue perceber que obedece aos comandos das “*mãos invisíveis*”, pois a massa está envolvida nos cinco anéis, estes previamente elaborados por meio da estratégia de traçar o perfil demográfico para conseguir adeptos que se tornem divulgadores.

A psicologia de um grupo geral e específico (no contexto da civilização/cultura alvo) é estudada para tirar melhor proveito dos métodos para difundir mensagens contra o governo. [...] vale chamar atenção para o modelo dos cinco anéis sociais e pessoais [...] uma vez que ele ajuda a visualizar a estratégia de amplo alcance dos gestores de relações públicas nos movimentos de revolução colorida. Bernays também escreve que, graças às vantagens das tecnologias de comunicação instantânea (que tornaram-se ainda mais acentuadas nos dias de hoje com plataformas de mídia social como *Facebook* e *Twitter*), “pessoas com as mesmas ideias e interesses podem associar-se e organizar-se para uma ação conjunta ainda que vivam há milhares de quilômetros umas das outras”. Não só isso, mas ele logo acrescenta que “essa estrutura invisível entrelaçada de grupos e associações é o mecanismo com o qual a democracia organizou sua mente de grupo e simplificou o pensamento em massa”. [...] O principal método que Bernays defende para contaminar as massas com ideias de fora é a abordagem indireta [...] Ele instrui que “fábricas de consenso” interessadas deem início a uma pesquisa minuciosa de seus alvos muito antes do início de sua campanha de informação multifacetada. [...] Ele termina seu artigo com uma observação que é de extrema relevância para todas as revoluções coloridas: Palavras, sons e imagens realizam pouco a não ser que sejam as ferramentas de um plano minuciosamente arquitetado e de métodos cuidadosamente organizados. Se os planos são bem formulados e faz-se uso deles corretamente, *as ideias transmitidas pelas palavras tornam-se parte integrante das próprias populações*. Quando o público é convencido da racionalidade de uma ideia, ele entra em ação [...] [que é] *sugerida pela própria ideia, seja ela ideológica, política ou social [...] mas esses resultados não acontecem do nada [...] eles podem ser obtidos principalmente pela fabricação de consenso*.²⁶.

O que nos leva a pensar, que também por meio dos mecanismos de controle da guerra não convencional seja capaz de causar euforia na massa. Bem como, Losurdo²⁷ mostra que não é só através do uso farmacológico que é possível excitar as massas, mas que a manipulação das notícias pode aflorar nelas sentimentos arrebatadores e persuasivos. Como no evento

²⁵ Ibidem, p. 50.

²⁶ Ibidem, p. 48-50 (grifos do autor).

²⁷ LOSURDO, Domenico. Resistência..., op. cit.

[...] da Checoslováquia revelaram-se suficientes duas ‘pequenas’ manipulações (por um lado a transfiguração dos líderes da revolta em gandianos devotos do culto da verdade e da não violência, por outro a produção sagaz e a difusão de ‘notícias’ destinadas a provocar a indignação em massa), mais complicada foi a promoção, algumas semanas mais tarde, da revolta na Romênia que derrubou a ditadura de Ceausescu²⁸.

Sobre o último acontecimento citado acima, Agamben²⁹ pontuou que houve na rede internacional a necessidade de noticiar um falso massacre por puro interesse político. Foram divulgados os massacres na Romênia como um feito sangrento do ditador Ceausescu para legitimar o fim do regime.

Com a legitimação da farsa ocorrida com defuntos que se enfileiravam em necrotérios ou mesmo a pouco tivessem sido sepultados, esses cadáveres foram retirados e torturados, sendo palco da encenação de um genocídio na tevê para causar um apelo popular, era o momento inaugural de tamanha falsificação da realidade³⁰. Com esse golpe, a Romênia não tinha como seguir com uma revolução da classe operária e foi arrastada pela contrarrevolução.

Diferentemente do que aconteceu em seguida na China, em 1989, em que o golpe foi debelado e a revolução colorida sofreu uma atualização.

Os documentos que temos agora a nossa disposição, e que foram publicados e celebrados no Ocidente como revelação final da verdade, os ditos *Tienanmen Papers*, demonstram sem sombra de dúvida que as manifestações que se verificaram em Pequim (e em outras cidades da China) na Primavera de 1989 estavam longe de ser pacíficas. Os manifestantes tiveram mesmo o recurso a gases asfixiantes e tinham à sua disposição ferramentas técnicas refinadas a ponto de poder falsificar a edição do Diário do Povo. Tratou-se claramente de uma tentativa de golpe de Estado. As sucessivas “revoluções coloridas” tiraram proveito deste fracasso e aperfeiçoaram técnicas mais refinadas, expostas e ensinadas com uma paciência pedagógica num manual estado-unidense traduzido nas diversas línguas dos Estados a desestabilizar, e difundido gratuitamente e maciçamente. Este manual é uma espécie de “Instruções para o golpe de Estado” a efectuar com a ajuda das embaixadas e de certas fundações estado-unidenses e ocidentais. Analisei isso minuciosamente no meu livro. Interrogo-me – referindo-me também aos acontecimentos recentes no Irão e servindo-me sempre sobretudo de fontes e testemunhos ocidentais – sobre o significado estratégico que tomaram doravante, no quadro da política das mudanças de regimes, ferramentas como a Internet, *Facebook*, *Twitter*, os telemóveis, etc.³¹

²⁸ Ibidem.

²⁹ KORYBKO, Andrew. *Guerras...*, op. cit., nota 23.

³⁰ AGAMBEN, Giorgio *apud* LOSURDO, Domenico. *Resistência...*, op. cit.

³¹ LOSURDO, Domenico. A Não-Violência: o Mito e as Realidades (Entrevista a Marie-Ange Patrizio). Mar. 2010. *Marxists.org* Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/losurdo/2010/03/04.htm>. Acesso em: 05 nov. 2022. s/p

A estratégia de oposição e resistência da guerra não violenta, apesar da utilização de gás asfixiante e da falsificação da edição de jornal, foi frustrada na sua tentativa de travar e derrubar o governo chinês, que conseguiu compreender o movimento e neutralizou antes de sofrer danos.

4. Golpe Brando e Branco: Guerra de 4ª geração no Brasil e seus desdobramentos

O Golpe Brando, ou mesmo Branco, tira de cena o formato da guerra convencional (força militar) e dá lugar como nova forma de interromper um governo na América Latina, tendo como essencial o envolvimento dos Parlamentares e também do Judiciário. Atalho feito utilizando-se de novos mecanismos, ou seja, se servem do próprio Estado, usando a lei e os princípios jurídicos para atingirem o objetivo de destituir pelo *impeachment*, por exemplo, o governo indesejado³².

No Brasil, é iniciada uma ação que contesta as eleições de 2014, após a recondução de Dilma Rousseff ao cargo de Presidente³³, nesse sentido, percebe-se que, dentre vários episódios, um dos preceitos de antagonismo político no método é o “124. Boicote às eleições”³⁴.

Acabado o período eleitoral, uma semana depois, foi pedida pelo oponente (perdedor) a recontagem dos votos, o que estava em questão era legitimidade das eleições. Daí em diante, o Brasil entra em instabilidade política o que reflete de modo mais atribulado no campo econômico e, além disso, social.

De acordo Leirner³⁵, diversos acontecimentos gestaram o atual cenário brasileiro, principalmente, na cena política, inclusive a ligação dos militares com a guerra híbrida e sua movimentação diante as pautas que afloraram no país. O Brasil foi enveredado para agendas conservadoras nos costumes, sobretudo, a respeito de religião, moral, anticomunismo, com estímulo direcionado ao símbolo de patriotismo representado no verde e amarelo, em especial, a camisa da seleção, além de haver um apelo ao movimento anticorrupção.

Diferente de revoluções coloridas “tradicionais”, que começam tirando da inércia pautas étnicas ou identitárias para no fim desestabilizar governos, o que ocorreu no Brasil parece ter começado com a instituição de contradições e dissonância no núcleo permanente do Estado. As pautas identitárias foram jogadas nas costas do próprio Governo, colando a imagem de que ele estaria produzindo “divisões” na sociedade; em um segundo momento, acionou-se um outro nível de identitarismo, fundado na armadura de uma “identidade nacional”, que de certa maneira reverteu a frustração do 7 a 1 contra a Alemanha: não à toa, o principal protagonista do nacionalismo hoje são as camisetas da CBF desenterradas do fundo das gavetas das classes média e alta³⁶.

³² SILVA, Fabricio Pereira da. Definindo os “neogolpes”. *Revista Latino-Americana de Relações Internacionais*. Rio Grande, v. 3, n. 3. set-dez 2021. p. 55-66.

³³ LEIRNER, P. C. *O Brasil...*, op. cit.

³⁴ SHARP, G. *Da ditadura...*, op. cit., p. 128.

³⁵ LEIRNER, P. C. *O Brasil...*, op. cit., nota 29.

³⁶ TOLEDO, 2019 *apud* LEIRNER, P. C. *Brasil...*, op. cit., nota 29. p. 173.

Então ao invés de fazer um movimento, equivalente aos das revoluções coloridas “tradicionais”, de identitarismo, este foi invertido e dirigido para o governo Dilma, além de lançar sobre o colo do PT a responsabilidade de todos os infortúnios que aconteceu no Brasil³⁷, numa celebração do inimigo comum da nação. Junto a isso, houve a tomada das agendas moralistas pelas repartições evangélicas que foram rearranjadas.

O trabalho invisível através da nova direita, somada com as redes neopentecostais associadas com viúvas da ditadura (como na aliança entre Marco Feliciano, o pastor Everaldo e a família Bolsonaro) deixaram o tecido social intermediário se contaminar com antipetismo como sinônimo de, pasmem, antissocialismo. A Operação Lava Jato, cuja obtenção de bases documentais ainda não está totalmente justificada, aponta para formas de “colaboração entre agências amigas”, se não na forma vertical (acordos formais), ao menos de forma horizontal (como demonstrado pelo *wikileaks*)³⁸.

O antipetismo ganhou corpo junto ao argumento de corrupção que foi fixado ao único partido político, Partido dos Trabalhadores, e virou motor para acirrar o confronto. A pauta anticorrupção e Operação Lava Jato foram massivamente divulgados nos jornais de televisão, *online* e foram distribuídos incansavelmente em redes sociais. O governo começa a desmoronar, Dilma Rousseff sofrendo golpe parlamentar e o ex-presidente Lula vítima de *lawfare*.

O caso exemplar que propiciou o desvelamento das práticas de *lawfare* foi o que se viu na operação lava jato, especialmente nos processos movidos contra o ex-presidente Lula. A condenação do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a nove anos de prisão por corrupção e lavagem de dinheiro no caso envolvendo apartamento triplex no Guarujá é um dos mais claros exemplos: o juiz Sergio Moro, em sua sentença, utilizou-se de uma construção que pode, facilmente, caracterizar a *lawfare*: presunções, inversão do ônus da prova, parcialidade e juízos morais³⁹.

Esses eventos incitaram as massas, que as atraíram de maneira muito convincente, como se adeptos estivessem do lado “certo” da história, pois ninguém em sã consciência poderia ser a favor de um “ladrão”, não é mesmo? Logo, desencadearam imensos movimentos populares pelo Brasil, em que famosos e artistas aderiram a essa euforia anticorrupção e antipetista⁴⁰.

Contudo, nutrido por comunicação maciça de conteúdos em multiplataformas de rede que controlam as informações, ditando o que a massa deve consumir, sustentado por ações constantes de diversas postagens por dia. Essas atividades de desinformação com técnicas de controle e captura da atenção instilam comportamentos teleguiados por meio dessa crença compartilhada.

³⁷ LEIRNER, P. C. *O Brasil...*, op. cit.

³⁸ ROCHA, Bruno Lima. A dimensão estratégica internacional do “golpe” branco sendo aplicado no Brasil. *Revista IHU ON-LINE*, 18 abr. 2016. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/noticias/553783-a-dimensao-estrategica-internacional-do-golpe-branco-sendo-aplicado-no-brasil>. Acesso em: 05 nov. 2022. *s/p*

³⁹ STRECK, Lenio Luiz. *Lawfare: como detectar os sintomas desse coronajuris*. In: RAMINA, Larissa (Org.). *Lawfare e América Latina: a guerra jurídica no contexto da guerra híbrida*. Curitiba: Íthala/GRD, 2022, p. 770.

⁴⁰ LEIRNER, P. C. *O Brasil...*, op. cit.

Sob outro enfoque, para Leirner⁴¹, “[...] embora o comunismo seja de fato uma base para que certos elementos de guerra híbrida tenham operado, ele não é suficiente para entender[...] [o] papel [d]os militares [...] daqui para frente”. Pois, é necessário levar em consideração também a função dos neopentecostais e da não adesão às pautas identitárias pelos reacionários. Por isso, “[a] guerra híbrida aqui é uma operação que põe em marcha uma série de elementos doutrinários e ideológicos pré-existentes e que nela se atualizam”⁴².

Portanto, ficou óbvio que por diversos mecanismos, já citados tanto nesse quanto em capítulos anteriores, que a viabilização do golpe contra a Presidente Dilma em 2016 e a prisão do ex-presidente Lula em 2018 para impedi-lo de ser reconduzindo para a cadeira de Presidente do Brasil, aconteceu nesse movimento de guerra híbrida. A promoção do caos, utilizada como método não violento da guerra híbrida, para desarticular o projeto de soberania nacional por meio da instabilidade dos pilares de sustentação da sociedade que colapsou o governo.

5. Imposição contínua da agenda econômica pelos Estados Unidos ao Brasil de Bolsonaro

O indicador da nova maneira de guerrear, na modernidade líquida, mostrou-se quando o poder bélico de guerra convencional executou o plano de golpear e fugir, ali anunciava que novos propósitos guiavam para além da tomada de novas terras. O atual formato da guerra configura um fomento da abertura comercial através de novas estratégias. Com vistas, a derrubar os bloqueios que impedem os fluxos dos países imperialistas de circularem livremente, por atuação de outros meios de poder sem a utilização da força militar, interrompendo o processo de soberania do país inimigo⁴³.

Para Leirner⁴⁴, o Brasil num espectro da guerra híbrida correspondeu à submissão política e econômica pautada pelo imperialismo estadunidense. Após toda discussão sobre guerra híbrida e seus desdobramentos, além do caos já debatidos nos capítulos anteriores, entre 2016 a 2018. Em 2019, o Bolsonaro toma posse e assume a presidência do Brasil.

Em 2020, abriu o mercado para importação de Etanol do país imperialista, Estados Unidos, atendendo a um “pedido” do então Presidente Donald Trump. “O Comitê-Executivo de Gestão (Gecex) da Câmara de Comércio Exterior (Camex) aprovou uma nova cota, de 187,5 milhões de litros, para a importação de etanol dos Estados Unidos com alíquota de 0%”⁴⁵.

Nesse caso acima, tratou-se da renovação do acordo, pois a negociação anterior, que findou 31 de agosto, era de 750 milhões litros, que já havia sido dilatada diante a herança, de 600 milhões

⁴¹ Ibidem, p. 180.

⁴² Ibidem.

⁴³ BAUMAN, Zygmunt Prefácio: Ser leve e líquido. In: *Modernidade...*, op. cit.

⁴⁴ LEIRNER, P. C. *O Brasil...*, op. cit.

⁴⁵ BRASIL - MINISTÉRIO DA ECONOMIA. Camex aprova cota de 187,5 milhões de litros para importação de etanol dos Estados Unidos. 11 set. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2020/setembro/camex-aprova-cota-de-187-5-milhoes-de-litros-para-importacao-de-etanol-dos-estados-unidos>. Acesso em 06 nov. 2022.

litros, do governo Temer⁴⁶. Em contrapartida, o Brasil sacrificou os produtores brasileiros de etanol, em especial do Nordeste⁴⁷, para atender aos interesses de país estrangeiro, os EUA.

A soberania brasileira vai se perdendo, entre uma e outra canetada *bic* do Presidente Bolsonaro. Na Câmara dos Deputados Federais, fora aprovado o uso pelos EUA da base brasileira de Alcântara, porém os EUA proibiram em cláusulas que o Brasil desenvolva lançadores de satélites, lance ou mantenha parceria com países como a China, por exemplo⁴⁸.

Sobre outro ponto, foi que o Presidente Bolsonaro apoiou o Presidente dos EUA a eleger o primeiro estadunidense na direção do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. Visto que, Claver-Corone, além de ser ferozmente contrário à organização de Estado da Venezuela e Cuba, em suas propostas, explicitamente políticas, incluíam reduzir a importância da China e da Rússia na região Latina. Criou-se uma rivalidade no âmbito comercial entre EUA e China diante desse controle do BID, o acirramento não propício para o que foi o cenário de agravante na saúde e economia sofrido pelos países Latinos causados pela pandemia⁴⁹.

Por conseguinte, o método do país que deseja impor a agenda econômica é rasteiro, que ao atingir seu governo alvo, segue em aliança afetando os outros países vizinhos e parceiros, como foi o caso do Brasil que esteve por detrás na vitória de Claver-Corone no BID.

A ânsia do imperialismo de conseguir sua expansão comercial vai derrubando tudo e todos pela frente, qualquer obstáculo que se encontre em seu caminho é transformado em objeto central da política e da guerra como alvo a ser destruído.

Soma-se a isso, o aprofundamento da fragmentação da classe trabalhadora, dado que a elite imperialista não se responsabiliza pelas vidas das populações que são submetidas a essa marcha que resulta também na desintegração social, processo que contribui para o desmoronamento da unidade social e das agências de ações coletivas⁵⁰.

[...] a desintegração social é tanto uma condição quanto um resultado da nova técnica do poder, que tem como ferramentas principais o desengajamento e a arte da fuga.

⁴⁶ FAFÁ, Larissa; SERODIO, Guilherme. Bolsonaro decide prorrogar isenção da taxa do etanol que beneficia os EUA. 09 set. 2020. *EPBR*. Disponível em: <https://epbr.com.br/bolsonaro-decide-prorrogar-isencao-da-taxa-do-etanol-que-beneficia-os-eua/>. Acesso em: 06 nov. 2022.

⁴⁷ Bolsonaro sacrifica produtores de etanol do NE para ajudar Trump nas eleições. 14 set. 2020. *PT.ORG*. Disponível em: <https://pt.org.br/bolsonaro-sacrifica-produtores-de-etanol-do-ne-para-ajudar-trump-nas-eleicoes/>. Acesso em: 06 nov. 2022.

⁴⁸ BRASIL - AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. Câmara aprova acordo entre Brasil e EUA sobre uso da base de Alcântara. 22 out. 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/603242-camara-aprova-acordo-entre-brasil-e-eua-sobre-uso-da-base-de-alcantara/>. Acesso em: 05 nov. 2022.

⁴⁹ PALACIOS, Miguel González. Novo presidente do BID: outro golpe de Trump contra o multilateralismo na América Latina. *Open Democracy*, 23 set. 2020. Disponível em: <https://www.opendemocracy.net/pt/claver-carone-trump-bid-presidencia/>. Acesso em: 06 nov. 2022.

⁵⁰ BAUMAN, Z. Prefácio..., op. cit.

Para que o poder tenha liberdade de fluir, o mundo deve estar livre de cercas, barreiras, fronteiras fortificadas e barricadas⁵¹.

Como foi o caso da Reforma Trabalhista – dentre diversas maldades –, em 2017, que por medida provisória desestruturou os Sindicatos com a alteração da cobrança do imposto sindical, não sendo mais cobrado em folha de pagamento do trabalhador⁵². Essa lei, de certa forma, desmobiliza e enfraquece os trabalhadores mediante o patrão, porque passam a lutar sozinhos por direitos, ao invés de se organizarem em grupo para conseguirem melhoria para a categoria. E esse é o movimento global da contemporaneidade.

A elite global contemporânea é formada no padrão do velho estilo dos “senhores ausentes”. Ela pode dominar sem se ocupar com a administração, gerenciamento, bem-estar, ou, ainda, com a missão de “levar a luz”, “reformatar os modos”, elevar moralmente, “civilizar” e com cruzadas culturais. O engajamento ativo na vida das populações subordinadas não é mais necessário (ao contrário, é fortemente evitado como desnecessariamente custoso e ineficaz) — e, portanto, o “maior” não só não é mais o “melhor”, mas carece de significado racional. Agora é o menor, mais leve e mais portátil que significa melhoria e “progresso”. Mover-se leve, e não mais aferrar-se a coisas vistas como atraentes por sua confiabilidade e solidez — isto é, por seu peso, substancialidade e capacidade de resistência — é hoje recurso de poder⁵³.

Isso posto, basta olharmos para quantidade de pessoas desempregadas mesmo depois da reforma trabalhista que prometia um aumento significativo de emprego. A taxa de desemprego mostra que no país, em 2020, bateu recorde de 13,5%⁵⁴ na última década. Por outro prisma, é possível perceber a crescente quantidade de trabalhadores precarizados, pois “[a] precarização [do trabalho] está intimamente associada à economia política”⁵⁵.

Com isso, o trabalho por aplicativo tem ligação, com as transformações contemporâneas do mundo digital e econômico, sobretudo, com a contínua recomposição do capital, acentuação do neoliberalismo e o capital financeiro⁵⁶. Não à toa, que é um trabalho precarizado e sem direitos, em que o indivíduo entra para trabalhar com todos os equipamentos necessários para o trabalho e, inclusive, pondo sua vida em risco todos os dias sem garantia nenhuma.

⁵¹ Ibidem, p. 18.

⁵² BRASIL – CÂMARA DOS DEPUTADOS. Mudança no pagamento do imposto sindical provoca polêmica. 2019.. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/radio/programas/553527-mudanca-no-pagamento-do-imposto-sindical-provoca-polemica>. Acesso em: 06 nov. 2022.

⁵³ BAUMAN, Z. Prefácio..., op. cit., p. 17.

⁵⁴ BARROS, Alexandre. Com pandemia, 20 estados têm taxa média de desemprego recorde em 2020. 10 mar. 2021. *PNAD contínua*. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/30235-com-pandemia-20-estados-tem-taxa-media-de-desemprego-recorde-em-2020#:~:text=A%20taxa%20m%C3%A9dia%20de%20desocupa%C3%A7%C3%A3o,menores%2C%20no%20Sul%20do%20pa%C3%ADs>. Acesso em 06 nov.2022.

⁵⁵ MORAES, Rodrigo Bombonati de Souza. Precarização, uberização do trabalho e proteção social em tempos de pandemia. *Revista NAU Social*. V.11, n.21,p.377–394. Nov2020/Abr2021. p. 378.

⁵⁶ ANTUNES, Ricardo. *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil IV: trabalho digital, autogestão e expropriação da vida: o mosaico da exploração*. São Paulo: Boitempo, 2019. *passim*

6. Considerações Finais

A guerra híbrida no Brasil buscou fomentar o golpe contra a soberania nacional, uma arquitetura para o caos para submeter economicamente o país aos ditames imperialistas, que convulsionou sociopoliticamente baseada nos termos abstratos de liberdade e democracia brasileira.

Mediante uma enxurrada de notícias falsas, *lawfare*, militares, redes neopentecostais, multiplataformas de redes veiculando em grande quantidade informações falsificadas, expondo a massa a um mar de notícia que mal dar para processar tudo de uma vez ou verificar sua veracidade.

Ações de desinformações que capturaram a percepção da realidade de parte da massa, instilada pelo sentimento de antipetismo, anticorrupção, anticomunismo, patriotismo na camisa da CBF, pautas morais e religiosas, muitas vezes, entrando numa frequência psicótica.

Portanto, o saldo dessas interferências são danos na sociedade, psicológicas, políticas e da economia, porque são originadas com a finalidade de destituir governo progressista e anti-imperialista, que investe na defesa de sua soberania e na proteção de sua fronteira comercial e financeira contra a exploração e rapinagem dos países imperialistas.

Autocracia Burguesa e Neofascismo no Brasil: Bolsonaro e a atualidade de Florestan Fernandes

Matheus de Carvalho Barros¹

carvalho_barros@id.uff.br

Universidade Federal Fluminense (UFF)

1. Introdução

Um dos maiores desafios de pesquisadores e pesquisadoras do campo do Pensamento Social Brasileiro é o de repensar o arsenal intelectual e analítico legado por essa tradição a partir dos desafios da contemporaneidade. Segundo André Botelho e Antônio Brasil Jr, as clássicas interpretações do Brasil existem e são relidas no presente não como supostas sobrevivências do passado, “*mas ativamente orientando as escolhas de pessoas e imprimindo sentido as suas experiências coletivas*”².

Como nos aponta Elide Rugai Bastos³, diversas questões atualmente colocadas no âmbito das ciências humanas para a compreensão dos dilemas contemporâneos, foram, de diferentes modos, objetos de pesquisa e de reflexão de autores brasileiros e brasileiras ao longo dos anos. A temática da democracia, da herança da escravidão, o debate sobre a emancipação, as desigualdades e os processos de exclusão/excludência, por exemplo, se configuram como problemáticas recorrentes nos estudos sobre a formação nacional.

Nesse contexto, concordamos com a constatação de Botelho e Brasil Jr (2017) segundo a qual consideram que determinados autores do passado acabam se tornando nossos contemporâneos, tendo em vista que as estruturas de desigualdade sobre os quais teorizaram ainda possuem bastante peso na sociedade brasileira.

Isto posto, o objetivo deste artigo é debater a atualidade de Florestan Fernandes para a compreensão socioeconômica e política do Brasil contemporâneo. Para tal empreitada, em primeiro lugar, iremos analisar as formulações do sociólogo paulistano sobre o modo autocrático de realização do capitalismo na periferia e a característica intrinsecamente reacionária das classes dominantes brasileiras, presentes na obra *A Revolução Burguesa no Brasil*.

Em seguida, faremos uma análise sobre a conjuntura brasileira a partir de 2013, examinando como as classes médias – sob os efeitos da crise do capital neoliberal - se engajaram em movimentos de massas mobilizadas por discursos elitistas, misóginos, racistas e com claras inspirações fascistas.

¹ Sociólogo e mestrando em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal Fluminense (PPGS/UFF).

² BOTELHO, ANDRÉ; BRASIL JR, Antônio. República e democracia: impasses do Brasil contemporâneo. In: André Botelho; Heloisa Starling. (Org.). *Florestan Fernandes para dimensionar a força do presente*. 1ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2017, p. 205.

³ BASTOS, Elide R. Atualidade do pensamento social brasileiro. *Revista Sociedade e Estado*, v. 26, n. 2, 2011.

Ainda nesse tópico, utilizaremos como ferramenta analítica o modo como Florestan Fernandes concebia o desenvolvimento das camadas intermediárias no Brasil, tendo em vista os limites estreitos do potencial emancipatório dessas classes e a sua subordinação histórica aos interesses das elites, conformando, desta forma, uma espécie de “socialização autocrática”.

Por fim, empreenderemos uma breve reflexão de como os diagnósticos apontados por Florestan nos ajudam a compreender, pelo menos em parte, o recrudescimento do caráter autocrático da nossa formação social sob o governo de Jair Bolsonaro.

2. O modo autocrático de realização do capitalismo na periferia

Publicada originalmente em 1975, *A Revolução burguesa no Brasil* é relançada – em sua 6ª edição – em 2020 pela editora Contracorrente. Segundo André Botelho e Antônio Brasil Jr (2020) ⁴, a reedição da obra não poderia ter acontecido em um momento mais propício, tendo em vista o atual contexto de aumento das desigualdades sociais e o intenso processo de corrosão da nossa frágil democracia.

Uma das contribuições mais significativas de Fernandes em sua obra é justamente concepção da “autocracia burguesa” como um modo específico de realização do capitalismo em um país dependente como o Brasil. Como nos apontam Botelho e Brasil Jr. (2020) no prefácio à nova edição do livro, Florestan desenvolve a ideia de “autocracia” para interpretar a persistência de um princípio ordenador intrinsecamente antidemocrático presente no Estado, na sociedade e no mercado até mesmo em contextos de regimes formalmente democráticos. Pois, a relação entre autocracia e a democracia não é necessariamente de oposição, mas “sua sombra sempre presente em segundo plano, para emergir, com maior ou menor virulência, em situações de crise do poder burguês” ⁵.

Desta forma, tendo em vista os últimos acontecimentos no cenário político brasileiro, “a distinção crucial de Florestan parece fazer até mais sentido para nós hoje, do que no contexto de transição democrática. A autocracia saiu da sombra” ⁶.

Florestan começa o sétimo capítulo de *A revolução burguesa no Brasil* ressaltando que a relação entre a modernização capitalista e dominação burguesa é altamente variável. Nesse sentido, o sociólogo paulistano está se contrapondo a uma visão eurocêntrica que supõe a existência de um único modelo básico de transformação capitalista. Fernandes (2020)⁷ argumenta que as maiorias das interpretações teóricas só aceitam como revolução burguesa as manifestações que se aproximavam

⁴ BOTELHO, André; BRASIL JR, Antônio. *A Revolução burguesa no Brasil: cosmopolitismo sociológico e autocracia burguesa*. Prefácio in: FERNANDES, FLORESTAN. *A Revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

⁵ Ibidem, p. 11.

⁶ Ibidem, p. 11.

⁷ FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

dos “casos clássicos”, caracterizadas por uma associação entre desenvolvimento capitalista e conquistas democráticas. Entretanto, essas análises partiam de uma

posição unilateral, que perdia de vista o significado empírico, teórico e históricos dos “casos comuns”, nos quais a revolução burguesa aparece vinculada a alterações estruturais e dinâmicas condicionadas pela irradiação externa do capitalismo maduro, ou dos “casos atípicos”, nos quais a revolução burguesa apresenta um encadeamento bem diverso daquele que se pode inferir através do estudo de sua eclosão na Inglaterra, França e nos EUA.⁸

Sendo assim, o objetivo central de Florestan no capítulo sete de sua obra é investigar, do ponto de vista teórico, a relação entre transformação capitalista e dominação burguesa nos países de economia dependente. Segundo Fernandes, na periferia do capitalismo a revolução burguesa constitui uma realidade histórica peculiar. Aqui não há possibilidade da “repetição da história” ou do desencadeamento automático dos pré-requisitos do modelo democrático-burguês dos países hegemônicos. Muito pelo contrário. Para Florestan, o que se visualiza na periferia é, na verdade, uma forte dissociação entre desenvolvimento capitalista e democracia; *“ou, usando-se uma notação sociológica positiva: uma forte associação racional entre desenvolvimento capitalista e autocracia”*.⁹

Nesse contexto, Florestan Fernandes argumenta que a extração dual do mais-valor – de um lado pela burguesia nacional e de outro pelas burguesias estrangeiras – acaba provocando uma “hipertrofia” dos fatores políticos da dominação burguesa. A condição de dependência faz com que o capitalismo na periferia seja *“selvagem e difícil, cuja viabilidade se decide, com frequência, por meios políticos e no terreno político”*¹⁰.

Fernandes está apontando para uma aparente contradição. A falta de autonomia da burguesia nacional em relação ao capital estrangeiro, não implica necessariamente em uma “fraqueza” dessa classe no plano interno. Ao contrário, Florestan (2020) argumenta que quanto mais se aprofunda o desenvolvimento capitalista, mais as nações hegemônicas precisam de “aliados sólidos” na periferia dependente. Ou seja, é necessário que as burguesias nacionais sejam fortes e capazes de saturar as funções repressivas da dominação burguesa, reprimindo brutalmente até as mais leves manifestações de insatisfação dos trabalhadores. As elites periféricas acabam de convertendo em “vanguardas políticas” do mundo capitalista. E,

se as burguesias nacionais da periferia falharem nessa missão política, não haverá nem capitalismo, nem regime de classes, nem hegemonia burguesa sobre o Estado. O que sugere que a revolução burguesa na periferia é, por excelência, um fenômeno essencialmente político, de criação, consolidação e preservação de estruturas de poder predominantemente políticas¹¹.

⁸ Ibidem, p. 288.

⁹ Ibidem, p.290.

¹⁰ Ibidem, p. 291.

¹¹ Ibidem, p. 292.

Ou seja, estamos aqui diante de uma burguesia que não luta apenas pela sobrevivência do capitalismo dependente. Florestan Fernandes argumenta que essa luta obstinada se confunde com a “*própria sobrevivência da civilização ocidental cristã*”.¹² Nas mãos da burguesia dependente,

o individualismo egoístico, o particularismo agressivo e a violência “racional” só se voltam para um fim: a continuidade do tempo econômico da revolução burguesa, ou seja, em outras palavras, a intensificação da exploração capitalista e da opressão de classe, sem a qual ela é impossível.¹³

Florestan está chamando a atenção para a característica profundamente reacionária da dominação burguesa no Brasil e sua propensão “*a salvar-se mediante a aceitação de formas abertas e sistemáticas de ditadura de classe*”¹⁴. Ou seja, na periferia do capitalismo todo ideal burguês de caráter emancipatório foi posto de lado. O que nos coloca diante do poder burguês mais extremo e brutal, onde o Estado é convertido em um “*instrumento puro e simples de uma ditadura de classe preventiva*”¹⁵.

Na parte final de *A Revolução Burguesa no Brasil* o sociólogo marxista aponta para as possibilidades que poderiam derivar de um “distensionamento” da contrarrevolução preventiva, argumentando que a autocracia burguesa poderia levar “*a uma democracia restrita típica, que se poderia designar como uma democracia de cooptação*”¹⁶. Esse processo de cooptação tem por finalidade estender as fronteiras da consciência burguesa para dentro das classes subalternas, apresentando os interesses das classes dominantes como se fossem interesses universais¹⁷. Pois, como nos aponta Florestan, o sentido profundamente reacionário presente no clímax de crise do poder burguês que deu sentido ao golpe de 1964, já não se ajustava tanto naquele momento à racionalidade da transformação capitalista, “*acelerada a partir de fora e de dentro pela iniciativa privada e pela intervenção estatal*”¹⁸.

Contudo, mesmo que fosse possível observar um “distensionamento” do regime ditatorial no meado dos anos 1970, as classes dominantes não poderiam abrir mão

das próprias vantagens e privilégios; dos controles de que dispõem sobre si mesmas, como e enquanto classes; e dos controles de que dispõem sobre as classes operárias, as massas populares e as bases nacionais das estruturas de poder. As vantagens e privilégios estão na raiz de tudo, pois se as classes burguesas realmente “abrissem” a ordem econômica, social e política, perderiam, de uma vez, qualquer possibilidade de manter o capitalismo e preservar a íntima associação existente entre dominação burguesa e monopolização do poder estatal pelos estratos hegemônicos da burguesia¹⁹.

¹² Ibidem, p. 352.

¹³ Ibidem, p. 352.

¹⁴ Ibidem, p. 292.

¹⁵ Ibidem, p. 294.

¹⁶ Ibidem, p. 351.

¹⁷ PEREZ, Davi Machado. Capitalismo dependente, autocracia burguesa e democracia de cooptação: o golpe de 2016 e a atualidade de Florestan Fernandes. *Temporalis*, Brasília, n. 37, 2019.

¹⁸ FERNANDES, Florestan. *A Revolução...*, op. cit., p. 354.

¹⁹ Ibidem, p. 356.

Portanto, para Florestan, a democracia de cooptação possui pouca eficiência e pouca flexibilidade em nações capitalistas de extrema concentração de riqueza e de poder. Segundo Davi Perez, esse diagnóstico de Florestan nos traz importantes aportes para analisar o que foi a transição que colocou fim à ditadura aberta de classes. O que está em jogo para o sociólogo paulistano é que a problemática da hegemonia burguesa – no momento em que ele escreve a última parte do seu ensaio – era posta em um novo contexto histórico, “*sob a impetuosa necessidade de criar vínculos orgânicos que deverão entrelaçar os mecanismos da democracia de cooptação com a organização e o funcionamento do Estado autocrático*”²⁰.

Sendo assim, esse processo não leva à democracia burguesa, mas à consolidação da própria autocracia. Para Florestan não se trata de abrir caminho para uma autêntica experiência democrática. O que as classes dominantes pretendem é

criar condições normais para o funcionamento e o crescimento pacíficos da ordem social competitiva, que se achava estabelecida antes de 1964 e foi convulsionada em seus fundamentos ideais, e revitalizada, em seus fundamentos econômicos, sociais e políticos, pelo desenvolvimento econômico acelerado e pela contrarrevolução preventiva²¹.

Em trabalhos posteriores, Florestan acrescenta alguns elementos à reflexão sobre as características da autocracia burguesa, pensando principalmente o período da ditadura militar. Segundo Fernandes, a aliança das classes possuidoras dotadas de força desigual (e, nesse sentido, privilegiadas de forma desigual pela contrarrevolução) desemboca na criação de um Estado autocrático burguês “híbrido”, com pelo menos três faces:

há a face democrática, que se vincula à existência e à eficácia de uma democracia restrita, indispensável ao funcionamento da ordem contratual inerente ao capitalismo e à sua forma de trabalho; há a face autoritária, que se vincula à atuação do Estado, que precisa absorver várias funções especiais de acumulação e de proteção do lucro ²²(...).

E por fim há a face fascista do Estado. A existência dessa face está vinculada a uma ordem social específica na qual o despotismo de classe deixa de ser uma emergência e passa a ser uma “*necessidade fundamental do equilíbrio político*”²³. Florestan é muito claro ao assinalar o sentido concreto desta face para a manutenção do capitalismo dependente:

(...) sem ela, seria impossível o próprio capitalismo selvagem e a manutenção da ordem, pois os assalariados e os setores pobres se revoltariam, com o apoio de divergentes de outras classes. A principal função dessa conexão é a fragmentação do

²⁰ Ibidem, p. 355.

²¹ Ibidem, p. 356.

²² FERNANDES, Florestan. Revolução ou contrarrevolução? In: *Brasil: em compasso de espera – pequenos textos políticos*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011, p. 166.

²³ Ibidem, p. 167

movimento operário e sindical bem como a neutralização de qualquer potencialidade de protesto popular²⁴.

Portanto, para Florestan Fernandes, o amalgama entre os instrumentos de tipo fascista, autoritário e democrático-representativo converte o Estado autocrático burguês em um “Frankenstein”, onde distintas formas de controle e dominação política se combinam de modo contraditório²⁵.

3. Bolsonaro, autocracia burguesa e neofascismo

3.1. O contexto brasileiro: 2013 a 2018

No cenário brasileiro, é possível identificar a explosão das manifestações massivas de 2013 – ocorridas nas principais cidades do país – como um dos fenômenos decisivos para a inflexão da atual conjuntura. O movimento que em sua origem protestava contra o aumento das tarifas dos transportes públicos, logo se direcionou a crítica das condições dos serviços públicos em geral. Luiz Filgueiras e Graça Druck²⁶ argumentam que na esteira dessas manifestações aparecem sinais claros da desqualificação e demonização da política, dos partidos políticos e dos próprios políticos. Na concepção dos professores da UFBA, esses movimentos de contestação foram sintetizados na “luta contra a corrupção”, que se desdobrou, posteriormente, em um ataque direto ao Estado brasileiro, “*mas sobretudo ao Estado Social, e a tudo o que é público e coletivo, tendo como contraposição o individualismo e a meritocracia*”²⁷. Nesse sentido, está seria uma das origens da conjunção entre neoliberalismo e neofascismo que viria a se desenvolver nos anos seguintes.

A vitória eleitoral de Dilma Rousseff em 2014, marcada por eleições extremamente polarizadas, já expressava a mudança de conjuntura engendrada pelas manifestações do ano anterior. Contudo, para além dos acontecimentos de 2013, e das eleições de 2014, há razões mais profundas que explicam as transformações do cenário brasileiro. Como nos apontam Luís Filgueiras e Graça Druck, essas mudanças podem ser identificadas no impacto continuado da crise mundial do capitalismo no Brasil, que se tornam mais visíveis a partir de 2011. A desaceleração do crescimento, ano a ano, ligada à política de desoneração tributária para inúmeros setores da economia dada ainda pelo primeiro Governo Dilma, gerou um déficit primário a partir de 2014. Somado a isso, a execução da política de ajuste fiscal a partir de 2015, logo no início do segundo

²⁴ FERNANDES, Florestan. *Apontamentos sobre a “teoria do autoritarismo”*. São Paulo: Editora Hucitec, 1979, p. 153.

²⁵ MACIEL, David. Notas sobre a dominação burguesa no Brasil durante a ditadura militar e seu legado (1964-1985). In: MATTOS, Marcelo Badaró (org.). *Estado e formas de dominação no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

²⁶ FILGUEIRAS, Luiz; DUCK, Graça. O neoliberalismo neofascista do governo Bolsonaro e os desafios para a esquerda. *Marxismo21.org*, 2019. Disponível: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2019/12/Luiz-Filgueiras-e-Gra%C3%A7a-Druck.pdf>

²⁷ *Ibidem*, p. 3.

mandato de Dilma Rousseff, levou a economia à recessão, elevando rapidamente as taxas de desemprego.

Nesta nova conjuntura econômica de aumento do desemprego e queda de rendimentos, a insatisfação política com o governo se amplia, preparando um terreno propício para o discurso neoliberal e sua contestação das políticas sociais promovidas pelos governos do Partido dos Trabalhadores. Nesse sentido, a ofensiva da burguesia cosmopolita, para retomar o seu protagonismo no bloco do poder, que foi reduzido parcialmente devido às relações privilegiadas do PT com a burguesia nacional, obteve êxito. Instrumentalizada historicamente pela burguesia associada ao capital internacional, a bandeira da anticorrupção foi mais uma vez utilizada como “a ponta de lança” desta ofensiva, mobilizando a massa da classe média brasileira para o apoio ao golpe parlamentar que pôs fim ao Governo Dilma em 2016.

Concordamos com Davi Perez ao argumentar que o Golpe de 2016 confirma o diagnóstico de Florestan Fernandes sobre a pouca flexibilidade da democracia de cooptação e a manutenção de um domínio autocrático no Estado pela burguesia brasileira. “*Trata-se de mais uma demonstração do poder e da atuação extra- institucional das classes dominantes brasileiras*”²⁸. Na conjuntura de crise, a burguesia pró-imperialista depõe governos que, embora já tenham servido aos interesses do grande capital, já não servem mais ou se tornaram obstáculos em alguma medida.

Neste contexto, a extrema-direita veio à “luz do dia”. O resultado deste processo acabou por desembocar na eleição de Jair Bolsonaro em 2018. A radicalização da polarização política, que vinha desde a eleição anterior de 2014, se aprofundou e engoliu a direita tradicional que conspirou e participou ativamente do golpe, abrindo espaço para a extrema-direita reacionária, mobilizadas por discursos misóginos, racistas, elitistas, e com claras inspirações fascistas.

3.2 Classes médias, neofascismo e socialização autocrática

Segundo o sociólogo André Salata²⁹, entre os anos de 2003 e 2013, ainda que todas as frações da classe trabalhadora tenham adquirido melhores condições de vida, foram os trabalhadores manuais urbanos e os trabalhadores rurais que obtiveram maiores ganhos em termos proporcionais que os trabalhadores especializados. A inegável redução das desigualdades sociais no período mencionado abalou em alguma medida as distâncias sociais – vistas muitas vezes como naturais – entre as classes médias e as classes subalternas. Contudo, com a crise estrutural do capitalismo neoliberal dos últimos anos, “*a ameaça de uma mobilidade social descendente opera como mecanismo de reforço das distinções, e não de seu apagamento*”³⁰. Nesse sentido, concordamos com Marcelo Badaró ao

²⁸ PEREZ, Davi Machado. Capitalismo dependente, autocracia burguesa e democracia de cooptação: o golpe de 2016 e a atualidade de Florestan Fernandes. *Temporalis*, Brasília, n. 37, 2019, p.20.

²⁹ SALATA, André. Inequalities in the Brazilian new democracy: income distribution between classes in recent decades. *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, 2016.

³⁰ BOTELHO, ANDRÉ; BRASIL JR, Antônio. República e democracia: impasses do Brasil contemporâneo. In: BOTELHO, André; STARLING, Heloísa. (Org.). *Florestan Fernandes para dimensionar a força do presente*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2017, p. 218.

considerar que, a “base material” do apoio das classes médias ao bolsonarismo está ligada de forma indissociável com um amalgama ideológico preconceituoso e reacionário que sustenta

uma visão de status social superior para aqueles “cidadãos de bem”, ameaçados pelo acesso dos setores pior remunerados da força de trabalho a bens materiais e simbólicos antes monopolizados pelos setores mais escolarizados e de renda superior”³¹.

Nesse contexto, o risco de um novo e até mesmo maior desnivelamento entre as frações de classe, faz com que as classes médias - em sua obstinada busca de distinção social - se mobilizem em movimentos de massas caracteristicamente fascistas em defesa de seus privilégios.

As definições sobre o conceito de fascismo e sua aplicabilidade no mundo contemporâneo é sempre polêmica. Contudo, no campo do materialismo histórico, em primeira instância, podemos definir o fascismo como um movimento reacionário de massas com suas origens na pequena burguesia e nas classes médias.³² Sobre esse aspecto, o revolucionário italiano Antônio Gramsci foi provavelmente o primeiro a identificar aquela que seria a base social do fascismo – a pequena burguesia e os assalariados médios. No calor da ascensão do movimento fascista na Itália, em 1921, Gramsci escreve:

O que é o fascismo visto em escala internacional? É a tentativa de resolver os problemas da produção e da troca através de rajadas de metralhadoras e de tiros de pistola [...] Mas existe, em todos os países, um estrato da população – a pequena e média burguesia – que considera ser possível resolver esses gigantescos problemas com metralhadoras e pistolas. E é este estrato que alimenta o fascismo, que fornece seus efetivos³³.

Assim como Gramsci, Leon Trotsky também estava atento às peculiaridades do novo movimento que surgia em diferentes lugares da Europa. Em uma carta escrita para Max Shachtman em novembro de 1931, o revolucionário russo já identificava uma das especificidades fundamentais do fascismo. Segundo o organizador do exército vermelho, o movimento fascista surgido na Itália foi um movimento de amplas massas e com novos líderes de base. O fenômeno italiano teria sido

um movimento plebeu em sua origem, direcionado e financiado por grandes capitalistas. Ele surge da pequena-burguesia, dos setores mais marginais do proletariado e, até certo ponto, da massa proletária; Mussolini, um ex-socialista, é o empreendedor que surge deste movimento³⁴.

³¹ MATTOS, Marcelo Badaró. *Governo Bolsonaro: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil*. São Paulo: Usina Editorial, 2020, p. 190.

³² Para uma melhor definição do conceito de fascismo produzido no campo do marxismo consultar: POULANTZAS, Nicos. *Fascismo e ditaduras: a III Internacional face ao fascismo*. Vol.2. Porto: Portucalense, 1972; TROTSKY, Leon. *Como esmagar o Fascismo*. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.

³³ GRAMSCI, Antonio. *Escritos Políticos* – v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, p. 46.

³⁴ TROTSKY, Leon. *Como esmagar o Fascismo*. São Paulo: Autonomia Literária, 2018, p. 12.

Concordamos com Armando Boito Jr³⁵ ao afirmar que o movimento bolsonarista nasceu como um movimento de massas a partir das grandes manifestações para a deposição de Dilma Roussef em 2015 e 2016. Esse movimento reacionário de classe média foi movido por discursos misóginos, racistas, elitistas, mobilizados, sobretudo pela reivindicação de seus “privilégios naturais”.

Como nos aponta Sávio Cavalcante³⁶, embora a vitória eleitoral de Jair Bolsonaro em 2018 tenha sido construída com apoio de todas as faixas de renda, o “núcleo duro” de seus apoiadores se localizara em eleitores (em sua maioria homens brancos) de classe média - o que já havia sido sinalizado desde 2016 pelas intenções de voto dos estratos com renda familiar acima de cinco salários mínimos e detentores de diploma de nível superior. É claro que o bolsonarismo, assim como o fascismo histórico, consegue ultrapassar as fronteiras de sua classe originária e consegue penetrar nas classes subalternas, sobretudo através de um discurso que apela a uma moralidade cristã reacionária. Todavia, segundo Cavalcante, foi o núcleo duro da classe média que aderiu desde o início a campanha do ex-capitão e permaneceu, pelo menos até o segundo semestre de 2020, como o que mais apoia o governo.

Entretanto, é importante destacar que o caráter reacionário das classes médias brasileira tem seu fundamento na própria formação sócio-histórica dessas camadas. No quarto capítulo de *A Revolução Burguesa no Brasil* Florestan Fernandes analisa o desenvolvimento das classes intermediárias no país, chamando atenção para os limites estreitos do potencial emancipatório dessas camadas e a sua subordinação histórica aos interesses das classes dominantes.

Analisando o período imperial, Florestan Fernandes aponta que não é fácil reduzir as classes intermediárias a partir de um denominador comum devido a heterogeneidades dessas camadas. Contudo, o referencial empírico analisado pelo sociólogo paulistano é o que ele chama de “elemento típico”, ou seja, os membros de “famílias” tradicionais” ou de “grandes famílias”, que pertenciam à sociedade civil, mas não possuíam condição senhorial propriamente dita. Segundo Fernandes, devido às suas ocupações e alianças, essas camadas intermediárias se incluíam ou eram inclusas nos estamentos dominantes. Florestan está demonstrando que, com o avanço das funções burocráticas do Estado e também do mercado com características modernas, os estratos intermediários – localizados sobretudo na administração pública e nas profissões liberais – foram alçados ao topo de algumas ocupações que se abriram com processo de modernização. Sendo assim, ao incorporarem as camadas intermediárias a partir das novas necessidades impostas pelo mercado e sobretudo pela “modernização” do Estado, os estamentos dominantes acabam sufocando e estreitando os efeitos da mobilidade social ascendente.

Para o sociólogo paulistano, essa mobilidade dos setores intermediários não funcionava apenas como um fator de compensação de prestígio. Mas fundamentalmente ela associava e

³⁵ BOITO JR., Armando. O neofascismo no Brasil. *Boletim LIERI, UFRRJ*, n.1, maio 2019. <https://laboratorios.ufrrj.br/lieri/wp-content/uploads/sites/7/2019/05/Boletim-1-O-Neofascismo-no-Brasil.pdf>

³⁶ CAVALCANTE, Sávio. Classe média e ameaça neofascista no Brasil de Bolsonaro. *Crítica Marxista*, n. 50, p. 121-130, 2020.

subordinava, com base nos mecanismos de solidariedade tradicional-patriarcal, as camadas médias ao exercício do poder. Todavia, essa incorporação não produzia igualdade entre diferentes níveis sociais. Muito pelo contrário. O processo reforçava “a vitalidade das ficções sociais que mantinham velhas representações de status e papéis sociais da gente de prol, bem como davam novas dimensões ao funcionamento e às implicações políticas desses status e papéis”³⁷.

Nesse contexto, ao invés de almejem a destruição das estruturas sociais estamentais legadas pela colonização, as camadas médias esperavam e buscavam ser tratados e sobretudo poder agir como membros dos estamentos dominantes. Sendo assim, o funcionamento dos *status quo* não era ameaçado, mas sim fortalecido. O que restava então “era apenas um saldo de frustração relativa para os estamentos intermediários, empenhados numa luta surda para salvar, através de atitudes e de comportamentos compensatórios, um nível social perdido e as aparências de igualdade pelo tope”³⁸.

Desta forma, o ponto crucial para Florestan Fernandes reside justamente na relação dos estamentos intermediários com os privilégios de uma ordem social de castas assentada sobre fundamentos escravocratas e senhoriais. Ou seja, segundo o autor de *A Revolução Burguesa no Brasil*, o destino histórico dessas camadas era buscar constantemente conquistar e preservar a participação nos privilégios sociais, econômicos e políticos.

A consequência dessa configuração social é extremamente paradoxal. Florestan argumenta que os defensores mais obstinados da ordem de privilégios não eram os “mais privilegiados”, mas sim seus “associados menores”. Os setores intermediários jamais pretenderam sequer uma “revolução dentro da ordem”, pois estavam umbilicalmente ligados ao antigo regime. O que restou foi

uma obscura missão histórica, de fiadores de perpetuação crônica do “poder conservador” e dos privilégios estamentais mais odiosos, que sobreviveram ao desaparecimento histórico tanto da sociedade colonial quanto da sociedade imperial³⁹.

No atual contexto de crise do capital neoliberal, o “mérito” de Jair Bolsonaro foi ter conseguido canalizar em torno de si os sentimentos de frustração e o *ethos* reacionário das classes médias brasileiras. Nesse aspecto, é possível fazer, inclusive, uma analogia a ascensão de Hitler na Alemanha. Leon Trotsky⁴⁰ argumentou que durante o início da carreira política de Hitler, o austríaco teria se destacado apenas por possuir um grande temperamento, gritar mais alto do que os outros, e uma mediocridade intelectual. Contudo, o revolucionário russo aponta que Hitler se notabilizada através das queixas e reclamações sobre os termos de Versalhes, a alta no custo de vida, a falta de respeito para “merituosos” soldados e o complô de banqueiros e jornalistas judeus. Havia na Alemanha uma quantidade considerável de pessoas arruinadas e derrotadas com feridas abertas.

³⁷ FERNANDES, Florestan. *A Revolução...*, op. cit., p. 164.

³⁸ *Ibidem*, p. 166.

³⁹ *Ibidem*, p. 169.

⁴⁰ TROTSKY, Leon. *Como...*, op. cit.

Segundo Trotsky, esse cenário lhe proporcionou a possibilidade de unificar todas as formas de frustração no entorno do “saco sem fundo” do Nacional-Socialismo.

Como toda semelhança não é mera coincidência, argumentamos que uma das principais características que aproxima o bolsonarismo do fascismo⁴¹, é justamente o fato de Jair Bolsonaro engendrar um movimento social reacionário que mobiliza setores das classes médias e também setores das classes subalternas, motivados por um grande ressentimento social. Todavia, uma das particularidades do bolsonarismo em relação ao fascismo clássico, que diz respeito às próprias especificidades do século XXI, é que o seu movimento social não se organiza em torno de um partido de massas. As bases bolsonaristas se articulam, sobretudo pelas redes sociais. Como nos apontam Luis Filgueiras e Graça Druck⁴², é através das redes sociais que Bolsonaro se dirige diretamente às massas, sem necessitar da intermediação de partidos políticos ou qualquer outra organização da sociedade civil. Segundo os professores da UFBA, essa é justamente uma das características que distingue o neofascismo brasileiro do fascismo histórico. Os seguidores e militantes de Jair Bolsonaro não se aglutinam em torno de um partido político ou de um comando único. Nesse cenário, Demian Melo é categórico ao dizer que: “Bolsonaro é um fascista. Não é só alguém com uma personalidade fascista, com um comportamento fascista. É alguém que professa uma ideologia fascista: xenófoba, preconceituosa, machista e militarista⁴³”.

4. O recrudescimento da autocracia burguesa

Segundo David Maciel⁴⁴ (2019), no atual momento vigora no Brasil o que poderíamos chamar de “democracia restrita”, substituta da “democracia de cooptação” oriunda da transição pós-ditadura e legitimada pela constituição de 1988. O cientista político aponta que, no sincretismo que conforma a autocracia burguesa no presente, o que restou do regime democrático representativo é restringido cada vez mais pelo avanço dos elementos autoritários e fascistas no interior da autocracia burguesa.

O recrudescimento da autocracia burguesa sob o governo Bolsonaro pode ser observado não apenas nos discursos do presidente, mas essencialmente na sua própria forma de governar. A militarização do governo, por exemplo, é uma das faces dessa radicalização. Segundo Mattos (2020),

⁴¹ Para uma análise mais sistemática sobre a relação de Bolsonaro com a ideologia fascista ver: BARROS, Matheus C. Neofascismo e neoliberalismo: o fenômeno Bolsonaro. *Revista Ensaios*, v.17, p. 136-158, 2020; MELO, Demian. O bolsonarismo como fascismo do século XXI. In: REBUÁ, E.; COSTA, R.; GOMES, R.; CHABALGOITY, D. (Org.). *(Neo)fascismo e educação: reflexões críticas sobre o avanço conservador no Brasil*. 1ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2020, v. 1, p. 12-46.

⁴² FILGUEIRAS, Luiz; DUCK, Graça. O neoliberalismo..., op. cit.

⁴³ MELO, Demian. Bolsonaro, fascismo e neofascismo. In: *Marx e o Marxismo 2019: Marxismo sem tabus - Enfrentando opressões*, 2019, Niterói. *Anais do Marx e o Marxismo 2019: Marxismo sem tabus - Enfrentando opressões*, 2019, p. 7.

⁴⁴ MACIEL, David. A revolução burguesa e autocracia no Brasil. In: BLANKL, Alexandre; SILVA, Carla Luciana; CALIL, Gilberto; PAZIANI, Rodrigo (orgs.). *Estado, poder e revoluções: reflexões em um mundo em crise*. Porto Alegre: FCM, 2019, p. 171-189.

nenhum governo desde a ditadura empresarial-militar teve tantos militares em cargos de primeiro, segundo e terceiro escalão quanto o de Bolsonaro. O professor da UFF cita um levantamento realizado em março de 2019, mostrando que além do presidente e do vice, oito ministros eram egressos das forças armadas e que 130 cargos nos três primeiros escalões do governo federal eram ocupados por militares.⁴⁵ Segundo os dados do próprio Ministério da Defesa, em agosto do mesmo ano era possível contabilizar um total de 1.271 militares da ativa cedidos ao Executivo federal, representando um aumento de 13% em relação ao governo anterior.⁴⁶

Além da composição militar do governo, podemos apontar também o frequente recurso aos decretos presenciais com objetivo de rever leis aprovadas pelo próprio Congresso. Um dos exemplos dessa prática são as inúmeras tentativas de ampliar a posse e o porte de armas de fogo, contrariando alguns dispositivos legais como o Estatuto do desarmamento.

Outro claro elemento que demonstra a tendência ao aprofundamento da “via autocrática”, são as frequentes demissões de ministros e assessores, quase sempre com a chancela dos militares. Com a mais recente demissão do ministro da Educação Milton Ribeiro no dia 28 de março de 2022, o governo Bolsonaro já acumula quase trinta trocas de ministros desde 2019.

Existe uma clara coerência entre a ideologia neofascista que orienta Bolsonaro e as políticas autocráticas implementadas pelo seu governo. Dentre elas podemos citar:

Apoio a ditaduras, ataque ao Estado de Direito; defesa da tortura e de torturadores; ataques a instituições científicas (IBGE, INPE, CNPq); violência armada contra índios e movimentos sociais; defesa e estímulo ao desmatamento da Amazônia; ataque à cultura (ANCINE) e estrangulamento financeiro das Universidades Públicas⁴⁷.

É neste cenário político e institucional que o governo Bolsonaro alimenta uma perspectiva ainda mais autocrática, aprofundando a escalada autoritária visualizada após o golpe de 2016. Segundo David Maciel, o conjunto de medidas do atual governo visa anular o espaço político dos trabalhadores, criminalizando os movimentos sociais e suas lutas, enfraquecendo o movimento sindical e atacando os partidos de esquerda.

Em suma, restringe o poder de pressão, a capacidade de influenciar políticas públicas e de acessar o Estado por parte do mundo do trabalho, ao mesmo tempo em que fortalece e amplia as instâncias que fazem interlocução com o capital. Está é uma perspectiva apoiada por todas as forças que compõem ou apoiam o governo, o

⁴⁵ Adriana Ferraz (e outros), “Mapa dos militares: onde estão os representantes das forças armadas no governo Bolsonaro”. *Estadão*, 2 mar, 2019, disponível em: <https://www.estadao.com.br/infograficos/politica,mapa-dos-militares-onde-estao-os-representantes-das-forcas-armadas-no-governo-bolsonaro,975096>

⁴⁶ Gabriel Shinohara, “Número de militares da ativa no governo federal cresce 13% com Bolsonaro”, *O Globo*, 5 ago. 2019, disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/numero-de-militares-da-ativa-no-governo-federal-cresce-13-com-bolsonaro-23854701>

⁴⁷ FILGUEIRAS, Luiz; DUCK, Graça. *O neoliberalismo...*, op. cit., p. 4.

que significa limitar ainda mais a democracia restrita vigente desde 2016 em favor dos elementos autoritários e fascistas da autocracia burguesa⁴⁸.

Ainda sobre a relação entre teoria e prática, ou entre ideologia e ação, se pegarmos o exemplo da violência policial, será possível argumentar que o primeiro ano do governo Bolsonaro “demonstrou como os discursos do bolsonarismo refletem-se em práticas concretas”⁴⁹. A cidade do Rio de Janeiro, reduto eleitoral de origem do presidente, atingiu a assombrosa marca de 1.810 pessoas – cinco por dia - mortas por ação das forças policiais em 2019. Segundo o Instituto de Segurança Pública (ISP), esse número representa um aumento de 18% em relação ao ano anterior, e o maior número registrado desde 1998.⁵⁰

No dia 06 de março de 2021, uma operação da Polícia Civil na favela do Jacarezinho – zona norte do Rio de Janeiro – resultou em uma chacina com 28 mortos. Um ano após a operação mais letal da história da cidade, dez das treze investigações do Ministério Público foram arquivadas e apenas uma segue em andamento⁵¹.

Mas não é apenas na violência institucional que podemos enxergar os efeitos práticos dos discursos neofascistas. O bolsonarismo enquanto ideologia é intrinsecamente misógeno. Os dados sobre violência contra as mulheres indicam que, ao contrário de outros crimes violentos, os feminicídios cresceram em 2019. Um levantamento do G1 – com base nos dados oficiais dos 26 estados e do distrito federal – aponta para um aumento de 7,3% em 2019 em comparação com 2018. Ao todo foram 1.314 mulheres mortas pelo simples fato de serem mulheres, indicando a média de uma morte a cada sete horas⁵².

Por fim, como bem denota Marcelo Badaró (2020), a combinação da ideologia neofascista com as políticas autocráticas de ataques a direitos e instituições democráticas se articularam com a política ultraneoliberal comanda pelo ministro Paulo Guedes. Apesar da retórica nacionalista de Bolsonaro, é preciso estar atento às suas especificidades, que se explicam pela própria posição subalterna que o Brasil ocupa no sistema capitalista. Segundo Michael Löwy⁵³, enquanto boa parte da extrema direita mundial denuncia a globalização neoliberal, em nome de um protecionismo do

⁴⁸ MACIEL, David. Notas..., op. cit.

⁴⁹ MATTOS, Marcelo Badaró. *Governo...*, op. cit., p. 225.

⁵⁰ “Rio registra recorde de mortes pela polícia em 2019”, *Estado de Minas*, 22 jan. 2020, disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2020/01/22/interna_internacional,1116213/rio-registra-recorde-de-mortes-pela-policia-em-2019.shtml

⁵¹ “Jacarezinho: 1 ano após mortes, 10 de 13 investigações do MP foram arquivadas”. *G1*, 5 maio 2022, disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/05/05/jacarezinho-1-ano-apos-28-mortes-10-de-13-investigacoes-do-mp-foram-arquivadas.ghtml>

⁵² VELASCO, Clara; CAESAR, Gabriela; REIS, Thiago Reis. “Mesmo com queda recorde de mortes de mulheres, Brasil tem alta no número de feminicídios em 2019”, *G1*, 5 mar. 2020, disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2020/03/05/mesmo-com-queda-recorde-de-mortes-de-mulheres-brasil-tem-alta-no-numero-de-feminicidios-em-2019.ghtml>

⁵³ LÖWY, Michael. Neofascismo: um fenômeno planetário – o caso Bolsonaro. *Bresserpereira.org*. 2019. Disponível: <http://www.bresserpereira.org.br/Terceiros/2019/outubro/19.10-Neofascismo-e-Bolsonaro.pdf>

nacionalismo econômico, Bolsonaro propõe um programa econômico ultraliberal, com mais globalização e privatizações. Nesse sentido, Löwy destaca que o neofascismo de Bolsonaro é totalmente identificado com o neoliberalismo.

Em síntese, o Governo Bolsonaro é o modo de conjunção - especificamente brasileiro - do neoliberalismo com o neofascismo. As políticas neoliberais iniciadas com Michael Temer e aprofundadas com Jair Bolsonaro trazem os traços marcantes dos interesses da burguesia associada ao capital internacional. Em uma perspectiva de longo prazo, do ponto de vista estrutural, as aplicações dessas políticas se manifestarão no aprofundamento da dependência, no aumento da desindustrialização, na redução do mercado interno, e no conseqüente aumento da desigualdade social e da pobreza.

Na esteira desses argumentos, Pedro Antunes da Costa e Kíssila Mendes salientam que a atual conjuntura de aumento da pobreza, do desemprego e do contingente da classe trabalhadora empurrada ao mercado informal sem o colchão protetivo dos direitos trabalhistas, configura também uma forma de controle e coerção das classes subalternas, aprofundando, conseqüentemente, o caráter autocrático da nossa formação social.

Em suma, a precarização da vida pela defensiva do capital no presente estágio neoliberal, como violência *per se*, econômica e extraeconômica; um autoritarismo que submete ainda mais a vida ao lucro; a continuidade e acentuação da ditadura do grande capital⁵⁴.

Portanto, o programa neoliberal é fundamentalmente autocrático e sua aplicação implica necessariamente no fortalecimento dos elementos autoritários e fascistas da institucionalidade política em detrimento dos elementos democráticos⁵⁵.

5. Considerações finais

No artigo *Notas sobre o fascismo na América Latina*, publicado em 1981, Florestan Fernandes assinalou que o fascismo não teria perdido, como realidade histórica, o seu significado político e nem sua influência ideológica. Entretanto, o sociólogo paulistano argumenta que seria equivocado supor que as manifestações do fascismo na América Latina constituíam um mero produto de estruturas de poder arcaicas. Fernandes salienta que o fascismo em si mesmo é uma força muito moderna e suas manifestações mais recentes estariam ligadas às interferências das potências capitalistas hegemônicas e das empresas multinacionais, com o objetivo de garantir estabilidade política na periferia do capitalismo. Essa investida estrangeira estaria de mãos dadas com os

⁵⁴ COSTA, P.H.A.; MENDES, Kíssila Teixeira. Autocracia burguesa e bolsonarismo: um ensaio. *Marx e o marxismo*, v.9, 2021, p. 87.

⁵⁵ MACIEL, David. A revolução..., op. cit.

interesses conservadores, reacionários e contrarrevolucionários da burguesia nacional, “que preferem a capitulação ao imperialismo a lutar pelas bandeiras tradicionais de um nacionalismo revolucionário”⁵⁶.

Enquanto essas linhas são escritas, no dia 24 de maio de 2022, uma operação conjunta entre Polícia Rodoviária Federal e o Batalhão de Operações Especiais (Bope) realizou mais uma chacina no Rio de Janeiro, desta vez na favela da Vila Cruzeiro – zona norte da cidade – deixando 25 pessoas mortas. Um dia depois (25 de maio), em Sergipe, Genivaldo de Jesus Santos, de 38 anos, foi morto dentro do porta malas de um carro da Polícia Rodoviária Federal. Um laudo do Instituto Médico Legal confirmou que a morte de Genivaldo, um homem negro com transtornos psiquiátricos, morreu de asfixia mecânica e insuficiência respiratória aguda. Uma cena bárbara na qual é impossível não fazer uma analogia às práticas de execução nazista.

Em entrevista ao portal “Yahoo Notícias”, Michel Gherman, coordenador do Núcleo interdisciplinar de estudos judaicos da UFRJ, afirma que há uma relação indireta entre o Governo de Jair Bolsonaro e a violência policial ocorrida em Sergipe. Segundo o pesquisador,

Não foi Bolsonaro que decidiu colocar Genivaldo na câmara de Gás, mas é um erro acreditar que Hitler estava envolvido em todas as decisões do holocausto. Em algum sentido, tal qual os comandantes de Hitler, alguns policiais querem ser mais bolsonaristas que Bolsonaro. Não é que Bolsonaro está envolvido diretamente, mas ele está produzindo uma cultura brutal, que leva a uma câmara de gás em meio a uma grande cidade brasileira.⁵⁷

No atual cenário de corrosão da nossa débil democracia e o aumento da violência e das desigualdades sociais, as lições teóricas e políticas legadas por Florestan Fernandes persistem como ferramentas fundamentais para a compreensão e o enfrentamento dos dilemas contemporâneos. Em toda a sua “obra madura” Florestan chama atenção para o fato de que, na periferia do capitalismo, a democracia nunca foi o “modo ideal” do Estado burguês. Aqui nos “tristes trópicos” nos coube uma forma brutal, selvagem e autocrática de dominação burguesa.

Nesse sentido, após está breve análise, argumentamos que, seguindo as orientações do sociólogo paulistano, o governo Bolsonaro representa um momento em que a autocracia burguesa - em meio a uma crise hegemonia - recorre a um movimento neofascista para garantir a contrarrevolução preventiva, representando desta forma, o recrudescimento do caráter autocrático da nossa formação social.

⁵⁶ FERNANDES, Florestan. Notas sobre o fascismo na América Latina. In: *Poder e contrapoder na América Latina*. São Paulo: Expressão Popular, 2015, p. 36.

⁵⁷ Não parece com nazismo, é nazismo, diz professor sobre “câmara de gás” da PRF”. Yahoo! Notícias, 26 de maio de 2022, disponível em: <https://br.noticias.yahoo.com/nao-parece-com-nazismo-e-nazismo-diz-professor-sobre-camara-de-gas-da-prf-200131919.html>.

Democracia à brasileira: a fragilidade de uma construção, com vitórias e derrotas entre os enfrentamentos da luta de classes e golpes no Brasil (1889-2016)

Gelsom Rozentino de Almeida¹

rozentino@gmail.com

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

1. Democracia: das origens restritas à luta por ampliação.

Antes que o leitor estranhe que para falar de Democracia no Brasil, em pleno ano de 2022, tenhamos que voltar ao seu surgimento na Grécia Clássica e a sua ampliação a partir das Revoluções Burguesas e das lutas do proletariado, cabe ressaltar que não podemos “naturalizar” o conceito ou ideia de democracia, como se fosse aceito e compreendido igualmente por todos. A Democracia não é um valor universal, mas resultado de longo e violento processo histórico.

1.1. Origem da Democracia

Democracia é o governo do povo, segundo a sua origem grega: *demo*=povo; *Kratos/cracia*=governo/poder. A ideia ou o conceito de democracia teve a sua origem na Grécia, com a rebelião liderada por Clístenes em Atenas (510 a.C.) contra a aristocracia e, mais especificamente, a tirania. Ele mesmo era um aristocrata, progressista, que buscava não restabelecer o poder aristocrático, mas ampliar para todos os cidadãos. Dessa forma, outro conceito chave é o de cidadania. Então a democracia era exercida pelo “povo”, que na verdade não era o conjunto da população, formada em grande parte ou maioria por escravos, mas os cidadãos. Cidadãos eram os homens adultos nascidos na *pólis* (cidade). Mulheres, estrangeiros e escravos não eram cidadãos. As decisões políticas eram tomadas pelos cidadãos reunidos na *ágora* (praça pública, local das reuniões políticas, assembleia da *pólis*), uma democracia direta. De acordo com Heródoto, teria sido de Péricles, em sua oração fúnebre em homenagem aos heróis da guerra do Peloponeso, a ideia de que a democracia é o governo “do povo, pelo povo e para o povo”, definição mais conhecida após ser usada pelo presidente dos EUA Abraão Lincoln no século XIX. A contribuição de Péricles, o mais famoso líder político de Atenas e da Grécia Antiga, foi muito além do seu tempo. Nesse mesmo discurso, ele sugeriu, que a democracia dizia respeito a dois ideais complementares: a distribuição equitativa do poder de tomar decisões coletivas e o julgamento dos cidadãos quanto ao processo de tomada dessas decisões e os seus resultados.

¹ Professor Associado PPGHS/UERJ. Procientista FAPERJ/UERJ. Diretor do Ecomuseu Ilha Grande. Coordenador do TEMPO – Grupo de Pesquisa Território, Movimentos Sociais e Relações de Poder UERJ. Membro do GT História e Marxismo ANPUH. Membro da diretoria da ANPUH-RJ.

Mesmo que não tenha havido uma continuidade entre a democracia antiga e a moderna, os seus princípios fundamentaram as experiências republicanas (república=coisa pública) de Roma, ainda na Antiguidade, e das cidades no norte da península itálica no final da Idade Média. O conceito ou ideia de *Isonomia* (*isos*=“iguais”; *nomos*=“normas”/“leis”), que compreende que todos os cidadãos são iguais perante as leis e devem cumprir as mesmas regras. E o conceito de *Isegoria* (*isos*=iguais; *agoreou/ágora*=assembleia), que significa que todos os cidadãos têm o direito à voz e ao voto. De falar e serem ouvidos para as tomadas de decisão. Obviamente, esses princípios são muito mais abrangentes do que uma monarquia, tirania, ditadura ou aristocracia. Nos séculos XVII e XVIII, o liberalismo político se apropriou desses princípios pensando na ampliação do poder para uma nova classe social: a burguesia.

1.2. Revolução Burguesa e Democracia

Para os objetivos do presente trabalho, iremos caracterizar as Revoluções Burguesas como os processos históricos protagonizados pela burguesia, classe vinculada às atividades comerciais, manufatureiras e bancárias. Essas revoluções representaram o fim da transição do modo de produção feudal para o capitalista, juntamente com a Revolução Industrial Inglesa, e o fim da monarquia absolutista. As primeiras revoluções ocorreram na Inglaterra, em 1640, e em 1688, com o estabelecimento de uma monarquia constitucional e o governo exercido pelo parlamento, com predomínio dos interesses burgueses e com influência das ideias do liberalismo político, principalmente de John Locke.

A Revolução Francesa de 1789 teve um impacto ainda maior, tanto que foi considerada o marco do início da Idade Contemporânea, tanto pelo que representava de fim da transição do feudalismo para o capitalismo, como pela nova ordem política e social que anunciava, sob a influência do Iluminismo. A Revolução Francesa pode ser considerada como várias revoluções que se encontram em um mesmo processo histórico, reunindo o movimento camponês contra os resquícios feudais e a aristocracia, da burguesia contra o absolutismo e do proletariado parisiense contra a exploração e pela defesa da liberdade. Sim, liberdade, no singular, pois até o Iluminismo e a própria revolução, se falavam em “liberdades”, no plural, indicando cada liberdade específica que poderia ser ou não concedida para o indivíduo, fosse servo/camponês, artesão, proletário ou mesmo burguês, que não era considerado plenamente livre. Liberdade, Igualdade e Fraternidade, que não se transformaram em realidade para todos, mas que inspiraram a “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão” (1789). Seus 17 artigos inspiraram inúmeras outras constituições em todo o mundo e a “Declaração Universal dos Direitos Humanos” (1948). A partir das ideias iluministas, os direitos individuais e coletivos dos homens (para muitos, literalmente, apenas para os homens, mas para outros tantos prevaleceu a compreensão da palavra na acepção de “seres humanos”) foram definidos como universais. Influenciada pela doutrina liberal dos “direitos naturais”, os direitos dos homens são tidos como universais: válidos e exigíveis a qualquer tempo e em qualquer lugar, pois integram à própria natureza humana. O homem é, naturalmente, livre e tem direito à liberdade. Mas essa liberdade está submetida à um conjunto de leis (Constituição) que é definida e rege o conjunto da sociedade, incluindo o Estado e seus governantes.

Ao explicitar a liberdade como um direito fundamental para todos os indivíduos/homens/seres humanos, possibilitou que os trabalhadores (operários e camponeses), e até mesmo os escravizados, considerassem legítima a luta pela liberdade. E as colônias na América, que também partiam desse mesmo princípio liberal e iluminista, tiveram um reforço ideológico e político maior, legitimando a defesa da independência em relação à metrópole a adoção de constituições que garantissem a autonomia política e a liberdade enquanto Estado Nação.

2. Revolução Burguesa, Democracia e Autocracia no Brasil

Seguimos Florestan Fernandes em “A Revolução Burguesa no Brasil”, em que utiliza o conceito de “revolução burguesa” como “tipo ideal”, isto é, como princípio heurístico e fio investigativo da origem, natureza e desdobramentos do capitalismo no Brasil. Não se trata de um estudo empírico ou mesmo de comparar as vicissitudes do processo brasileiro com os modelos de revolução francês, inglês ou norte-americano. Mas de propor um modelo teórico que fosse capaz de compreender e explicar o processo histórico singular brasileiro. A ausência de uma revolução ou ruptura revolucionária, não impediu o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, mas resultou num ritmo próprio e numa configuração particular. O livro foi publicado em 1975, tendo como base a revisão das anotações das aulas de 1966 – o curso era “Formação e desenvolvimento da sociedade brasileira”, depois “A revolução burguesa em processo”, e, finalmente, “A Revolução Burguesa no Brasil” -, e por uma longa terceira parte, “Revolução Burguesa e Capitalismo Dependente” – que Florestan escreveu especialmente para o livro, em 1973, considerando as transformações que estavam ocorrendo nos últimos anos. Nesta última parte, o conceito de “capitalismo dependente” passa a ser determinado pela associação da burguesia com o capital internacional. Com isso, altera-se o peso da dinâmica do sistema capitalista mundial e a própria periodização, marcada pela emergência e expansão de três tipos de capitalismo: o moderno (1808-1860), o competitivo (1860-1950) e o monopolista (1950-?). Embora a análise de Florestan feita nos anos 1950 tenha sido uma das bases de pesquisas que destacavam mais a acumulação prévia do excedente da burguesia mercantil cafeeira no Império – ou seja a continuidade do processo de inserção do Brasil no capitalismo competitivo -, a partir da década de 1960 ele passa a valorizar o processo originário de 1930 – um capitalismo monopolista em construção com decisiva participação estatal. Essa interpretação divergia das visões dominantes na época entre trabalhistas e comunistas, o ISEB e o PCB.

A situação criada a partir de 1930 abriu uma brecha política: a possibilidade de apostar idealmente num projeto de desenvolvimento autônomo do capitalismo brasileiro. Esse projeto autonomista, autoritário, nacionalista, revolucionário para uns, reformista para outros, teria sido posto de lado com o golpe de 1964. O período varguista marca a etapa final do processo de transição do trabalho escravo ao trabalho livre, um período de grande desenvolvimento econômico. Ocorreu um acelerado processo de mudança social, um dos maiores dentre os países no mundo no século XX; passamos de uma formação econômico-social agrário-exportadora e de dominância de variadas relações sociais pré-capitalistas (vinculadas ao contexto da divisão internacional do trabalho no imperialismo clássico) para o capitalismo que Florestan denominou de síntese de capitalismo

dependente e subdesenvolvido, um amálgama, formador de uma estrutura dual, entre o capital monopolista externo, as frações da burguesia brasileira e a persistência no território nacional, no campo, mas também nas cidades, de relações sociais pré e subcapitalistas.

Diante de todas essas contradições, esse período não pode ser idealizado ou mistificado. O efetivo processo de desenvolvimento econômico, crescimento industrial, urbanização e fortalecimento da sociedade civil, não superou ou resolveu as vicissitudes e as constrições do processo de desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo mundial, em que o Brasil está situado de forma dependente. Mais uma vez, de acordo Florestan Fernandes, “revolução burguesa” no Brasil não se deu pela burguesia nacional, mas pelo capital monopolista. É o imperialismo que tem o papel hegemônico e realiza os papéis dos prussianos ou então da dinastia Meiji.

A revolução burguesa teria conduzido o Brasil, portanto, à transformação capitalista, mas não à esperada revolução nacional e democrática burguesa (casos de França, Inglaterra e EUA). É o processo de *revolução passiva* (caso italiano, *Risorgimento*) – ou ainda “revolução pelo alto” ou “via prussiana” (caso de Alemanha e Japão).² Na ausência de uma ruptura com o passado, este se faz presente ao longo do processo, em geral através de uma conciliação que se apresenta como negação ou neutralização da transformação efetiva e, muitas vezes, mesmo de reformas nos limites do sistema. A monopolização do Estado pela burguesia – tanto econômica, como social e política – estaria na raiz do modelo autocrático - a *autocracia* -, da “democracia restrita” que marca o século XX brasileiro.

3. De Golpe em Golpe...

A nossa proposta não é realizar uma “história dos golpes de estado no Brasil”, tampouco de que a história ocorre de forma linear, numa sucessão de golpes que resultaram de um “*ethos*” autoritário brasileiro. Não. O objetivo é realizar uma síntese dos golpes ocorridos, seus diferentes contextos e interesses envolvidos. Assim como não é possível compreender o processo de construção da democracia no Brasil de forma linear, como uma sucessão de vitórias dos trabalhadores ou de uma sequência de concessões das classes dominantes, não é possível compreender esse processo apenas como resultado de derrotas.

O primeiro golpe no Brasil ocorreu um ano após a Independência e foi perpetrado por D. Pedro I contra a primeira Assembleia Geral Constituinte Brasileira, em 12 de novembro de 1823. Como ocorreu de madrugada, ficou conhecido como “Noite da Agonia”. Com uso de força militar, o imperador mandou invadir o prédio da Assembleia Geral Constituinte – um golpe. Muitos dos deputados foram presos e, posteriormente exilados. A Constituição teve o seu caráter liberal mantido, mas foi acrescida de um “Poder Moderador”, acima dos demais ou árbitro dos demais poderes e exercido pelo imperador.

² Adotamos o conceito de “revolução passiva”, ou revolução “pelo alto” de Antonio Gramsci. Cabe destacar os subsídios teóricos de autores para a análise da questão no processo histórico brasileiro, como Werneck Vianna, Carlos Nelson Coutinho, José Chasin, Ricardo Antunes, Sônia Mendonça e Virgínia Fontes.

O Golpe da Maioridade em 23 de julho de 1840, resultando no fim do Período Regencial, marcado por intensas disputas políticas e revoltas. Na época, D. Pedro II era menor de idade e não podia assumir o mandato, o golpe consistiu na antecipação da maioridade de D. Pedro II pelos Conservadores, que assumiu o trono e o Brasil passou a ter uma monarquia parlamentarista.

O Golpe de 1889

Desde 1870, com o fim da Guerra contra o Paraguai, houve o crescimento do movimento republicano no Brasil (que já existia desde o século XVIII), através da criação de diferentes grupos e partidos. Esse crescimento esteve relacionado com a crise do sistema escravista e da incapacidade da monarquia de se modernizar e superar essa crise através da articulação política de diferentes interesses. Neste sentido, a “Proclamação da República”, foi um golpe militar liderado pelo marechal Deodoro da Fonseca – monarquista e amigo do imperador -, inicialmente para derrubar o ministério de Ouro Preto, em 15 de novembro de 1889, mas que resultou no fim do regime monárquico no Brasil.

Em 18 de novembro de 1889, três dias após a derrubada de D. Pedro II pelos militares, o jornalista republicano Aristides Lobo escreveu, num célebre artigo publicado no jornal *Diário Popular*, que não houve povo nesse episódio histórico: “O povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava. Muitos acreditaram seriamente estar vendo uma parada [militar]”.³

Golpe de 3 de novembro de 1891

Após o golpe de 1889, o Mal. Deodoro assumiu como chefe interino da república até que esta tivesse uma Constituição. O texto constitucional republicano foi aprovado por deputados e senadores do Congresso Constituinte em 14 de fevereiro de 1891. Deodoro da Fonseca foi eleito indiretamente o presidente da República. Em segundo lugar, ficou o marechal Floriano Peixoto, como vice. Deodoro, diante de forte oposição, dissolveu o Congresso Nacional em 3 de novembro de 1891. Em seguida, para completar o golpe, instaurou o Estado de Sítio no Brasil, o que autorizou o exército a cercar a Câmara e o Senado e a prender políticos opositores.

1ª. Revolta da Armada (1891)

O Mal. Deodoro renunciou 20 dias após o golpe de 3 de novembro, diante da reação da marinha brasileira, que ameaçou bombardear a cidade do Rio de Janeiro caso o presidente continuasse no cargo. Esse golpe (ou contra golpe) da Marinha ficou conhecida como Primeira Revolta da Armada.

³ Fonte: Agência Senado: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/constituicao-de-1891-ha-130-anos-1a-constituente-da-republica-teve-queixas-da-igreja-e-ausencia-do-povo>

No lugar de Deodoro, assumiu o vice, Mal. Floriano Peixoto. De acordo com a Constituição, como não havia um ano ainda de mandato de Deodoro, nova eleição presidencial deveria ser convocada. No entanto, Floriano não convocou nova eleição alegando que a Constituição de 1891 determinava a convocação se o presidente tivesse sido eleito diretamente pelo povo, o que não ocorreu.

2ª Revolta da Armada (1893-1894)

Essa “interpretação” se constituiu em novo golpe que manteve Floriano no poder. Como resposta, teve que enfrentar a Segunda Revolta da Armada e uma série de outras tentativas de golpes ou levantes contra o seu governo, em verdade uma ditadura. Mesmo tendo reabilitado o Congresso Nacional, Floriano assumiu um perfil ditatorial incontestável no tempo em que ficou no poder.

Revolta Federalista (1893-1895)

A Revolta (ou “Revolução”) Federalista aconteceu na região sul, entre os anos de 1893 e 1895, a partir da insatisfação das frações regionais da classe dominante, opositores também de Júlio de Castilhos (RS), quanto aos rumos tomados pelos primeiros presidentes da república brasileira. O grupo federalista, conhecidos como “maragatos”, defendia a descentralização do poder, com maior participação dos estados, e se opunha a Floriano e Castilho e seus aliados, denominados “chimangos”, que considerava necessário o presidente ter mais poderes para consolidar a república no Brasil.

Revolução de 1930

A “Revolução de 1930” foi um golpe de caráter civil-militar encabeçado por lideranças, que representavam um projeto de modernização conservadora e não acataram o resultado eleitoral da eleição presidencial, com a vitória do governista Júlio Prestes, apoiado por São Paulo, contra o opositor Getúlio Vargas (Aliança Liberal), apoiado por Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba, além de grande parte das forças militares (sob a liderança dos antigos “tenentes”), depuseram o presidente Washington Luís e estabeleceram um governo provisório (1930-1934).

“Revolução Constitucionalista de 1932”

As frações da classe dominante paulista, principalmente os cafeicultores, ficaram insatisfeitos com a perda do poder político com a Revolução de 1930 e a centralização do poder defendida por Vargas, em detrimento do federalismo. Utilizaram o pretexto de que o governo provisório estava se tornando permanente, iniciaram uma tentativa de deposição de Vargas a partir da defesa de convocação de uma Assembleia Constituinte. A superioridade das forças do governo (no tamanho do exército, número e qualidade de armas e mesmo organização e disciplina) logo se mostrou nas

batalhas e fez com que os rebeldes paulistas recuassem e aceitassem um acordo, em verdade a proposta de realização de eleições em 1934, proposto por Vargas.

Golpe do Estado Novo (1937)

Getúlio Vargas foi presidente da no governo provisório e eleito indiretamente em 1934, após a elaboração na nova Constituição da República, que incorporou significativos avanços democráticos. Vargas enfrentou e derrotou a “Revolução Constitucionalista de 1932”, um movimento liderado por setores da classe dominante paulista.

De forma geral, os diferentes governos de Getúlio Vargas entre 1930 e 1954, tiveram como objetivo principal estabelecer as determinações internas do processo de industrialização, com a implantação pelo Estado do setor industrial de bens de produção e tendo como base desse modelo a legislação sindical e trabalhista.

A partir de 1935, Vargas adotou uma política autoritária, com restrições à liberdade de organização sindical dos trabalhadores e também à organização política. A Ação Libertadora Nacional (ALN) talvez tenha sido o primeiro partido de massas no Brasil, com caráter de uma luta antifascista, com liderança de Luís Carlos Prestes e influência do PCB (Partido Comunista do Brasil). A ALN teve as suas ações políticas proibidas. Prestes liderou uma tentativa revolucionária, a “Insurreição Comunista de 1935”, equivocadamente chamada de “Intentona”, que contava com a aliança entre trabalhadores e militares, a partir do Rio de Janeiro, Pernambuco e Rio Grande do Norte (onde conseguiu uma vitória inicial). O movimento foi alvo de violenta repressão com milhares de presos e muitos mortos em todo o país.

Nesse mesmo contexto da década de 1930, a organização e crescimento da Ação Integralista Brasileira (AIB), expressão do fascismo no Brasil, contava com o apoio indireto de setores do governo. Com o pretexto de que haveria uma ameaça de revolução comunista, a partir de um falso “Plano Cohen”, forjado pelo então capitão Olímpio Mourão Filho, mobilizou-se a opinião pública e justificou-se um golpe de Estado em 10 de novembro de 1937, com apoio militar – do então Ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra – das classes dominantes, dos integralistas e de parte dos trabalhadores, o golpe resultou na formação da ditadura de Vargas conhecida como “Estado Novo” (1937-1945).

Com o fechamento de todas as organizações políticas pela ditadura, incluindo a AIB, os integralistas tentaram um golpe para depor Vargas em 11 de maio de 1938, mas foram derrotados e suas lideranças exiladas.

Golpe e deposição de Getúlio Vargas em 1945

Se o mundo dá voltas, às vezes a História dá cambalhotas. As mesmas classes dominantes e militares que apoiaram o golpe de 1937 organizaram o golpe de 1945 e depuseram Vargas da Presidência da República. Embora o Estado Novo continuasse, o contexto inicial que o aproximava

do fascismo havia sofrido uma grande alteração. O Brasil de Vargas estava lutando na 2ª. Guerra Mundial ao lado dos Aliados (EUA, URSS, Grã Bretanha, etc) contra o Eixo (Alemanha, Itália e Japão), lutava ao lado das forças democráticas contra o fascismo. Internamente, a partir de 1943, promoveu uma abertura democrática, com redução da repressão e da censura, a liberdade de organização de partidos políticos, que resultaram na criação de UDN (União Democrática Nacional), PSD (Partido Social Democrático), PTB (Partido Trabalhista Brasileiro, ao qual se filiou), entre outros, reconheceu a legalidade do PCB se comprometeu com a convocação de eleições gerais para uma Assembleia Nacional Constituinte e para presidente. Acenava com o reconhecimento e ampliação de direitos dos trabalhadores urbanos, aproximando-se do PCB, resultando na campanha do “queremismo”, movimento popular que defendia que as eleições se dessem com a continuidade de Vargas. Os generais Góis Monteiro e Dutra lideraram o golpe e obtiveram a renúncia de Vargas, que se comprometeu a se retirar e não intervir na disputa política, especialmente na eleição presidencial. Vargas seguiu para a sua fazenda em São Borja, de onde voltou para se candidatar e ser eleito em 1950.

Golpe de 1954 e suicídio de Vargas.

“O senhor Getúlio Vargas não deve ser candidato à Presidência. Candidato, não deve ser eleito. Eleito, não deve tomar posse. Empossado, devemos impedi-lo de governar”. (Jornal Tribuna da Imprensa, 1950, Carlos Lacerda)

“Bota o retrato do velho outra vez, bota no mesmo lugar! O retrato do velhinho, faz a gente trabalhar!” (marchinha de carnaval, de Haroldo Lobo e Marino Pinto)

Getúlio Vargas, candidato pelo PTB e apoiado informalmente pelo PSD, foi eleito com 48,7% dos votos, em 3 de outubro de 1950. Tomou posse em 27 de janeiro de 1951, buscando um governo nacionalista, popular e conciliador dos interesses das classes dominantes e dos trabalhadores, indutor do desenvolvimento industrial brasileiro. Com esses objetivos, criou a Petrobras, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE) e projetou a Eletrobrás, entre outras iniciativas de uma política econômica que tinha como base o papel do Estado como indutor do desenvolvimento nacional.

Em resposta às manifestações operárias em 1953, reajustou o salário mínimo em 100%, o que correspondia a inflação desde a sua criação, mas resultou em grande relação das classes dominantes, repercutindo na grande imprensa, em setores militares e na oposição política. Em fevereiro de 1954, com o "Manifesto dos Coronéis", os militares queriam mais investimentos nas Forças Armadas, melhores salários e a saída do "comunista" Jango do Ministério do Trabalho – mesma demanda das classes dominantes. Para tentar uma conciliação, Vargas afastou Jango, seu herdeiro político.

Em 5 de agosto de 1954 Carlos Lacerda sofreu um atentado na rua Tonelereiros em Copacabana, no Rio de Janeiro, onde residia. Há muitas controvérsias sobre esse episódio. No que nos interessa, o major-aviador Rubens Vaz, que o acompanhava, foi assassinado. As investigações

foram realizadas pela Aeronáutica e apontaram Gregório Fortunato, chefe da Guarda Pessoal do presidente, como mandante. Lutero, filho de Vargas, e Benjamim, o Bejo, foram postos sob suspeita.

Vargas, que se livrara em junho de um impeachment proposto pelo líder udenista Afonso Arinos, viu seus apoios políticos e militares minguaem. No dia 22, os brigadeiros pediram a renúncia. No Senado, no dia 23, o vice-presidente Café Filho discursou para romper com o presidente. Quando, às 3h do dia 24, começou a reunião ministerial de emergência, o golpe estava consumado. Vargas acabou acolhendo a sugestão da licença provisória, sabendo em seguida que os militares, mesmo alguns aliados, estavam tratando a licença provisória como definitiva.

Decidido a não ser retirado do poder e, pior, ser preso e humilhado, Vargas se suicidou, deixando a famosa “Carta Testamento” – que estava sendo preparada para o seu afastamento e retirada política e foi adaptada para a morte: “deixo a vida para entrar na História.” Com o seu suicídio e a maior mobilização popular da história do Brasil (até então) em seu cortejo fúnebre no Rio de Janeiro, o golpe foi detido (os militares tiveram que esperar 10 anos?).

Golpe “preventivo” (1955)

Após o suicídio de Vargas, assumiu a presidência o seu vice, Café Filho, que havia apoiado a tentativa de golpe, e que pela Constituição deveria cumprir o seu mandato até a posse do presidente eleito em 1955. No começo de 1955, lideranças da UDN –com destaque para Carlos Lacerda –, setores empresariais e grupos militares, passaram a defender o cancelamento da eleição presidencial de 1955 e a reivindicar a imposição de um governo tampão, nomeado por eles como “governo de emergência” ou de “união nacional”, claramente antidemocrático, visando impedir a eleição de alguém vinculado à Vargas.

A eleição foi mantida e a UDN lançou o general Juarez Távora para presidência, e Milton Campos para a vice-presidência. PSD e PTB aliaram-se e indicaram o ex-governador de MG Juscelino Kubitschek e João Goulart (Jango). Outros candidatos que concorreram à eleição de 1955 foram Ademar de Barros (PSP) e Plínio Salgado (PRP). Juscelino Kubitschek foi eleito presidente com 36% dos votos contra 30% de Juarez Távora, 26% de Ademar de Barros e 8% de Plínio Salgado. Para vice, foi eleito João Goulart, com 44% dos votos.⁴

A UDN não aceitou o resultado, acusando JK de ter sido apoiado pelos comunistas e que ele não teria alcançado a “maioria absoluta dos votos” (50%+1), o que não constava da Constituição. Esse discurso golpista foi reforçado por discursos militares, pelo apoio do presidente Café Filho e, com o afastamento deste por problemas de saúde, pelo presidente em exercício Carlos Luz, presidente da Câmara de Deputados. O general Henrique Lott demitiu-se do Ministério da Guerra no dia 10 de novembro e, no dia seguinte, apoiado por muitos generais do Exército, organizou um **contragolpe**, conhecido como “Golpe Preventivo” de 1955. Lott justificou ter organizado esse

⁴ É importante lembrar que, de acordo com a Constituição de 1946, presidente e vice eram votados e eleitos separadamente, podendo ocorrer de serem de chapas ou partidos diferentes, como ocorreu com Jânio Quadros e Jango, em 1960.

contragolpe para neutralizar a ação da conspiração contra a posse de JK. Foram colocados tanques nas ruas e em locais estratégicos, que foram tomados pelos militares que apoiavam Lott. O presidente em exercício, Carlos Luz, fugiu às pressas. Lott, por sua vez, agiu rapidamente e conseguiu dos quadros políticos o reconhecimento da deposição de Carlos Luz e anunciaram a posse de Nereu Ramos, presidente do Senado, como presidente interino do Brasil, governando em estado de sítio até a posse de Juscelino Kubitschek. Assim, o golpe militar realizado por Lott garantiu a continuidade da legalidade no Brasil, mas evidenciou as fragilidades da democracia brasileira.

Tentativa golpista contra JK

Apesar de seu governo conciliador, JK teve que lidar com sucessivos conflitos ao longo de seu mandato, de proporções variadas, sendo a última grande crise a tentativa de golpe militar conhecida como a “Revolta de Aragarças”, em dezembro de 1959.

Encabeçados pelo tenente-coronel aviador Haroldo Veloso, pelo tenente-coronel João Paulo Moreira Burnier, ambos da Aeronáutica e pelo coronel do Exército Luis Mendes, todos participantes do grupo militar autointitulado Movimento de Recuperação Nacional⁵ (MRN), colocaram em prática na madrugada de 2 de dezembro de 1959, a Revolta de Aragarças. Foi rapidamente abafada pelo governo JK, tendo durado pouco mais de trinta e seis horas, entrando para a história como o primeiro sequestro aéreo na história da humanidade.⁶

O Golpe de Aragarças teve a participação de oficiais das três forças e até de civis, o que demonstra um caráter mais amplo do que a insurreição de Jacareacanga, ocorrida em 1956 que conforme os estudos sugerem, ficou restrita apenas aos oficiais da própria Aeronáutica. De acordo com os próprios arquivos gerados pelos conspiradores, a referida célula militar do MRN tinha como o seu principal objetivo eliminar os movimentos comunistas internacionais, supostamente encabeçados no Brasil por Leonel Brizola e pelo continuísmo das ideias do ex-presidente Getúlio Vargas. Encontrando problemas táticos, devido a não incorporação de diversos grupos ao seu movimento, os seus líderes fugiram para a Argentina, Bolívia e Paraguai, só retornando ao Brasil já no Governo Jânio Quadros.

Estes oficiais promoveram uma sublevação violenta contra a democracia brasileira ao sequestrarem aeronaves e seus passageiros com o intuito de bombardear o presidente e seu governo. A pena para este crime é a reclusão de até 20 (vinte) anos, com aumento de 1/3 para os seus líderes,

⁵ O Movimento de Recuperação Nacional foi denominado desta forma pelos próprios conspiradores da Revolta de Aragarças e consta em documentos internos do grupo que foram evidenciados a partir da análise dos arquivos pessoais do Coronel do Exército Luis Mendes que estão sobre a guarda do Arquivo Histórico do Exército (AHEx). SANTOS, Sandro Gomes dos. *Jacareacanga e Aragarças: revoltas e revoltosos (1956 – 1961)*. Dissertação de Mestrado em História Social. PPGHS/UERJ, São Gonçalo, 2019.

⁶ MIGUEZ, José Mario Guedes. *O Primeiro sequestro aéreo da história da humanidade*. 2. ed. Goiânia: Editora Kelps. 2008. A Revolta de Aragarças entrou para o Livro dos Recordes como o primeiro sequestro aéreo da história da humanidade a partir dos esforços do advogado e escritor José Mario Guedes Miguez. O autor ficou orgulhoso de sua contribuição, tendo inclusive anexado o certificado emitido pela agência certificadora com o feito em seu livro.

mas os inquéritos foram enquadrados como crime de deserção, onde a punição seria no máximo de 2 (dois) anos de prisão, mas na prática não cumpriram nem um dia. Eles foram anistiados e receberam até os soldos desse período. Essas mesmas lideranças atuaram decisivamente no golpe de 1964 e na ditadura militar.

A renúncia de Jânio Quadros: a tentativa de autogolpe e a tentativa de golpe contra a posse de Jango.

Centralizador, personalista, histriônico, caricato, Jânio desenvolveu governo ambíguo, sem um programa definido, em linhas gerais nacionalista e conservador, com uma política anti-inflacionária recessiva, coexistindo com a afirmação de uma política externa independente, o que fez com que a UDN, principal partido governista, retirasse seu apoio. Algumas medidas merecem destaque, como a elaboração do projeto de lei anti-truste, que acabou rejeitado pelo Congresso Nacional e também o reatamento de relações diplomáticas e comerciais com países do bloco socialista, a criação da Comissão Nacional de Planejamento e a preparação do Primeiro Plano Quinquenal, além da condecoração de Che Guevara com a Ordem do Cruzeiro do Sul. Internamente o governo estava isolado, sofrendo oposição dos principais partidos políticos. Esses são alguns dos principais fatores que teriam levado à renúncia do presidente em 25 de agosto de 1961, consumada através de documentos apresentados ao Congresso Nacional. Com o vice-presidente João Goulart em viagem à China, esse gesto abriu uma grave crise política, uma vez que a posse de Goulart era vetada por três ministros militares.

Carlos Lacerda, usando uma grande cadeia de rádio e televisão na noite de 24 de agosto de 1961, acusou o presidente de estar preparando um golpe para ampliar os seus poderes em detrimento do Congresso, afirmando ter sido ele convidado duas vezes para apoiar o golpe pelo Ministro da Justiça, Oscar Pedrosa Horta. A repercussão foi imediata, com a possível convocação do ministro e do presidente pelo Congresso Nacional.

Na manhã seguinte, o presidente compareceu à solenidade do Dia do Soldado em Brasília, regressando ao Palácio do Planalto, onde apresentou a sua renúncia ao cargo de Presidente da República. Seu primeiro comunicado foi dirigido ao Congresso em um curto bilhete. Em uma segunda carta, um pouco mais longa que a primeira, Jânio ratificava o ato usando palavras que seriam mais tarde objeto de acesa polêmica: "(...) Forças terríveis se levantam contra mim e me infamam ou me intrigam até com a desculpa de colaboração." Não houve nenhum movimento em sentido contrário, nenhuma comoção nas ruas ou nos quartéis, pedindo que reconsiderasse a sua posição, como talvez esperasse, Jânio viajou para o exterior.

De acordo com a Constituição, tendo Jânio Quadros renunciado ao cargo de Presidente da República, competia ao seu vice João Goulart assumir automaticamente o cargo. Todavia, Jango era muito mal visto pela sua linhagem varguista e por seu trânsito nos meios sindicais, sobretudo por parte da direita militar. Esta e os extremistas da UDN não se conformavam com o fato de terem eleito um candidato de perfil conservador e, subitamente, terem de ver o cargo ser entregue ao velho inimigo do PTB. Daí terem percebido o momento como o adequado para um golpe que alijasse de vez a esquerda do poder. O fato de Jango estar, naquela ocasião, chefiando uma missão comercial

justamente na República Popular da China, facilitava os propósitos golpistas e constituía um argumento a mais para impedir a sua posse. Os ministros militares estabeleceram um veto a posse de Jango. Lideravam o golpe o Ministro da Guerra General Odylio Denis, o Ministro da Marinha Almirante Sílvio Heck, o Ministro da Aeronáutica Brigadeiro Gabriel Grün Moss e os generais Floriano Peixoto Keller e Orlando Geisel, apoiados por lideranças políticas do congresso, governadores, e parte da imprensa. Entregaram em 30 de agosto uma mensagem ao Congresso onde exigiam o impedimento da posse de Jango “por motivos de segurança nacional”.

A ameaça foi decisivamente enfrentada pelos movimentos sociais e sindical, a partir da liderança do governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, que obteve o apoio à defesa da legalidade constitucional do comandante do III Exército, general José Machado Lopes. Brizola ocupou as rádios Guaíba e Farroupilha e comandou 104 emissoras do Estado, formando a Rede da Legalidade, que de forma crescente se espalhou por todo o país. Ao lado das forças legalistas estavam os governadores Carvalho Pinto (SP), Ney Braga (PR), Mauro Borges (GO) e Juraci Magalhães (BA). Altos oficiais militares, autoridades da Igreja e a CNBB, parlamentares, JK, a OAB, a UNE, o Comando Geral de Greve (CGG) e grande parte da sociedade apoiavam a posse de Jango, principalmente através de vários movimentos grevistas deflagrados em todo o país.

Diante dessa disposição de resistir militarmente ao golpe, seus idealizadores acabaram por desistir. Em 01/09/1961, procedente de Montevidéu – após ter passado por Cingapura, Paris e Nova Iorque -, Goulart desembarcava em Porto Alegre, em meio a grandes manifestações populares. Para solucionar a grave crise política que se abriu com a renúncia de Jânio Quadros e, também, para afastar a possibilidade de uma guerra civil envolvendo partidários e contrários à posse do vice-presidente João Goulart, o Congresso aprovou a reforma constitucional que instituiu o parlamentarismo.

Golpe de 1º. de Abril de 1964

A maior parte da grande imprensa participou intensamente da campanha ideológica promovida pelo complexo IPES/IBAD/ESG e, posteriormente, apoiou decisivamente o golpe. Os principais jornais e revistas do país publicaram seguidos editoriais contra a continuidade do governo Jango e em defesa da intervenção militar. Também foram utilizados rádio, televisão, cinema e a publicação de panfletos e livros, em defesa do capitalismo, da democracia liberal e do anticomunismo na formação da opinião pública. O desenvolvimento da articulação direitista que resultou no golpe se intensificou no início de 1964, contando com o decisivo recurso financeiro de empresários nacionais e estrangeiros, da CIA e da embaixada dos EUA (Lincoln Gordon e Wernon Walters, embaixador e adido militar), do comando militar, de políticos (sobretudo Lacerda, Magalhães Pinto e Adhemar de Barros, governadores da Guanabara, Minas Gerais e São Paulo), da Igreja Católica, dos proprietários rurais e do apoio das classes médias. Destaca-se ainda a “Operação Brother Sam”, em que o governo dos EUA deslocou navios, armamentos militares e combustível, como apoio logístico para uma possível guerra civil, que não ocorreu.

Pressionado pela esquerda e pela direita, João Goulart decide-se a efetuar as Reformas de Base por meio de decretos anunciados em praça pública. Para isso, confiava no apoio do dispositivo militar e sindical favorável às mudanças.

O Comício da Central, realizado em 13 de março de 1964 com 300 mil presentes e intensa mobilização do movimento sindical e do PCB, reuniu no mesmo palanque os três Ministros Militares Leonel Brizola, o governador Miguel Arraes e vários outros. Em todos os discursos prevaleceu o tom radical. E o próprio Goulart afirmou que só o povo poderia fazer as reformas contra os interesses das elites. Para marcar sua posição junto ao povo, assinou o decreto da Superintendência da Reforma Agrária (SUPRA).

A resposta conservadora aconteceu no dia 19. A Marcha da Família com Deus pela Liberdade reuniu perto de 500 mil pessoas, que desfilaram pelas ruas da capital paulista em protesto contra a “esquerdização” do país. Logo a seguir, marchas semelhantes acontecem em Santos e no Rio de Janeiro.

A situação de crise aprofundou-se mais, quando, no dia 24 de março, o Ministro da Marinha, Silvio Mota, ordenou a prisão dos dirigentes da Associação dos Marinheiros. Contudo, à revelia do Ministro, que se demite, Jango ordena a soltura e anistia dos dirigentes.

No dia 30, Goulart, pela televisão, anunciou que efetuará as reformas prometidas e afirmou estar a oposição “financiada pelas remessas ilícitas das grandes companhias estrangeiras e pelos latifundiários”. Na madrugada do dia 31, tem início o golpe. O primeiro passo foi dado pelo general Olímpio Mourão Filho, comandante da 4ª. Região Militar, em Juiz de Fora, dirigindo suas tropas para o Rio de Janeiro. Magalhães Pinto, governador de Minas Gerais, que já estava preparado para pedir o reconhecimento de “estado de beligerância” aos EUA no caso de guerra civil, divulga um manifesto à nação acusando o presidente de subverter a legalidade.

Os generais Castelo Branco e Costa e Silva lideravam a articulação do golpe, apesar da iniciativa de Mourão Filho. Os indecisos - como o General Kruel, comandante do 2º. Exército (SP e MT) - aderiram. Os golpistas contavam também com o 4º. Exército (Nordeste). No 1º. Exército controlava a 4ª. Região Militar (MG) e parte da 1ª. (Guanabara, RJ, ES). No 3º. Exército, o comandante, que era um legalista, não controlava as tropas. A Marinha e a Aeronáutica aderiram ao golpe. Ao longo do dia 1º. de abril, no plano militar, o golpe estava consolidado.

O presidente, que estava no Rio de Janeiro, rumou para Brasília na manhã do dia 1º. de abril. Ao longo do dia, enquanto o golpe avançava o presidente se abatia. À noite, seguiu para Porto Alegre. Em seguida o Senador Áureo de Moura Andrade, ao arrepio da ordem constitucional, declarou vaga a presidência da república. O presidente da Câmara de Deputados, Ranieri Mazzili assumiu interinamente a presidência, mas o poder estava com o comando militar.

No dia 2 de abril, foi organizado o autodenominado “Comando Supremo da Revolução”, composto por três membros: o brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo (Aeronáutica), o vice-almirante Augusto Rademaker (Marinha) e o general Artur da Costa e Silva, representante do Exército e homem-forte do triunvirato. Essa junta permaneceria no poder por duas semanas.

Ao contrário do esperado pelos próprios conspiradores civis e militares, não houve reação organizada. O “dispositivo militar” não funcionou. Brizola tentou comandar nova reação a partir do Rio Grande do Sul, com apoio do 3º. Exército. Jango afirmou que resistiria, mas desistiu. Miguel Arraes foi preso, em Recife. Brizola não logrou reeditar a resistência de 1961, e exilou-se no Uruguai, para onde Jango se dirigiu, no dia 2 de abril. Nesse dia foi deflagrada uma greve geral liderada pelo CGT em apoio ao governo. Embora contasse com a adesão das principais categorias dos trabalhadores que paralisaram o Rio de Janeiro, não foi suficiente para reverter o golpe e impedir a ocupação militar dos principais espaços públicos. Nos primeiros dias após o golpe, uma violenta repressão atingiu os setores politicamente mais mobilizados à esquerda no espectro político, como CGT, UNE, Ligas Camponesas, PCB e grupos católicos como a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Ação Popular (AP). Milhares de pessoas foram presas de modo irregular, e a ocorrência de casos de tortura foi comum, especialmente no Nordeste. O líder comunista Gregório Bezerra, por exemplo, foi amarrado e arrastado pelas ruas de Recife. Militares legalistas que não apoiaram o golpe foram reformados e dezenas de políticos foram cassados.

A junta militar, travestida de “Comando Supremo da Revolução”, baixou um “Ato Institucional” – uma invenção que não estava prevista na Constituição de 1946 nem possuía fundamentação jurídica. Seu objetivo era justificar os atos de exceção que se seguiram. O AI 1, por exemplo, fundamentava o poder do novo regime na legitimidade revolucionária e afirmava que era dele que se originavam as instituições, inclusive o funcionamento do Congresso Nacional.

Ao longo do mês de abril de 1964 foram abertos centenas de Inquéritos Policiais-Militares (IPMs). Milhares de pessoas foram atingidas em seus direitos: parlamentares tiveram seus mandatos cassados, cidadãos tiveram seus direitos políticos suspensos e funcionários públicos civis e militares foram demitidos ou aposentados. Entre os primeiros cassados, encontravam-se personagens que ocuparam posições de destaque na vida política nacional, como João Goulart, Jânio Quadros, Miguel Arraes, Leonel Brizola e Luís Carlos Prestes.

No dia 9 de abril foi decretado o AI-1, que estabelecia eleição indireta para presidente em dois dias. No dia seguinte a junta militar divulgou a primeira lista dos atingidos pelo AI-1, com 102 nomes políticos (41 deputados federais e várias lideranças políticas, como Jango, Prestes, Brizola, Jânio, Miguel Arraes, e etc.), 29 líderes sindicais e 122 oficiais expulsos das forças armadas. Quatro dias depois saíria nova lista. Em 11 de abril o Congresso Nacional ratificou a indicação do “Comando Supremo da Revolução”, elegendo o general Humberto de Alencar Castelo Branco presidente de República, e José Maria Alkmin, seu vice, que assumiram no dia 15 de abril. O seu governo, que se imaginava provisório até a eleição presidencial de 1965, inaugurou uma ditadura que durou 21 anos.

Golpe dentro do Golpe – AI-5

Em 3 de outubro de 1966, foi eleito presidente pelo Congresso Nacional o general Artur da Costa e Silva, ministro do Exército no governo Castelo Branco. Costa e Silva governou de 15 de março de 1967 a 31 de agosto de 1969. Os dois primeiros anos de seu governo presenciaram várias manifestações de protesto contra o regime militar, contra o cerceamento das liberdades e contra o

arrocho salarial. A UNE, apesar de clandestina, promoveu várias passeatas em todo o país. Aos estudantes se juntaram políticos, artistas, membros do clero e trabalhadores. A maior manifestação de protesto - a Passeata dos Cem Mil - ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, em 25 de julho de 1968.

Ao mesmo tempo o movimento sindical procurava se organizar, apesar das intervenções federais. Em abril de 1968, os operários de Contagem (Minas Gerais) entraram em greve. Em novembro do mesmo ano, foi a vez dos metalúrgicos de Osasco (São Paulo). O resultado desses movimentos grevistas foi um maior controle do Estado sobre os salários e os sindicatos. Alguns grupos políticos, descontentes com os rumos que tomava o movimento militar, organizaram em 1967 a Frente Ampla de oposição ao governo Costa e Silva. Faziam parte da frente Carlos Lacerda e Magalhães Pinto, apoiados pelos ex-presidentes Juscelino Kubistchek e João Goulart. A Frente Ampla foi proibida de organizar ou se manifestar em abril de 1967. Lacerda foi cassado.

O discurso do deputado Márcio Moreira Alves, que convocava a população a não participar das festividades do dia 7 de setembro, pronunciado no Congresso Nacional, foi o pretexto para a decretação do AI-5. O pedido de julgamento pelos militares foi negado pelo Congresso. No dia 13/12/1968 foi assinado AI-5, que estabelecia poderes quase ilimitados ao executivo. O Congresso Nacional foi fechado, houve mais cassações e aumento da violência.

Costa e Silva adoeceu gravemente em agosto de 1969, ficando impossibilitado de exercer suas funções. A Constituição previa a posse do vice-presidente, Pedro Aleixo, único membro do governo que se recusara a assinar o AI-5. Desrespeitando a lei, uma junta composta pelos ministros militares; Augusto de Hamann Kademak Grünwald (Marinha), Aurélio de Lira Tavares (Exército) e Márcio de Souza e Melo (Aeronáutica) assumiu o governo. A junta promulgou a Emenda Constitucional nº 1, de 17/10/1969, que incorporou o AI-5 na Constituição de 67. Ainda em outubro, o Congresso Nacional “elegeu” o novo presidente, general Emílio Garrastazu Médici.

Golpe de 2016

O golpe de 2016, embora recente e com consequências em andamento, foi objeto de amplo debate, recebendo definições como parlamentar, jurídico-parlamentar, midiático-jurídico-parlamentar, midiático-empresarial-jurídico-parlamentar, golpe neoliberal e outras. Uma questão central é que foi um golpe e não apenas um processo de impeachment, um afastamento de presidente através de um procedimento legal previsto na Constituição. Apesar de toda aparente “legalidade” do processo, a sua arbitrariedade está comprovada. Outro elemento central é que trata-se de um golpe baseado no *lawfare*, distinto dos golpes de estado latino-americanos dos anos 1960 e 1970, em que tanques foram substituídos pelos tribunais e/ou parlamentos, em seu objetivo autoritário de intervir ou anular a decisão popular anterior expressa através das urnas.

Deve-se observar que processos semelhantes ocorreram ou foram tentados recentemente em países vizinhos como Paraguai, Bolívia, Peru, Equador, El Salvador, entre outros. Assim, percebe-se um padrão, um *modus operandi* que busca a naturalização das rupturas democráticas encobertas por instituições políticas e jurídicas que deveriam defender o Estado Democrático de

Direito. Dessa forma, é importante recordar que esse Estado, na sociedade capitalista, embora seja perpassado por contradições e lutas de classe e de frações de classe, é controlado, em última instância por um grupo dirigente das classes dominantes, que detêm, efetivamente, o poder. Sendo assim, mesmo que os governos petistas e, em especial o segundo governo Dilma, fosse um governo que atendia aos interesses do capital-imperialismo, esses setores dominantes perceberam que tinham condições de retirar ainda mais direitos e reduzir as concessões estabelecidas aos trabalhadores, precarizando ainda mais as suas condições de existência, dentro da ordem.

De qualquer forma, cabe apontar, que o golpe de 2016 só foi possível a partir das manifestações de junho de 2013 – que incluíam bandeiras populares legítimas e pautas antidemocráticas, da radicalização eleitoral pela direita em 2014, pela incorporação do discurso de “crise” e “ajuste neoliberal extremado” pelo 2º. Governo Dilma e pela incapacidade do PT de controlar ou promover mobilizações populares, naquele contexto. Foi um golpe não apenas contra o governo Dilma ou o PT, mas um golpe contra a classe trabalhadora.

4. A Centralidade da Democracia para a Classe Trabalhadora ou “Para Todos”?

Diante dessa longa sucessão de golpes, tentativas de golpes e “revoltas” por parte da classe dominante ou de suas frações, a primeira resposta – e óbvia – é que se trata de uma disputa de poder intraclasse. Afinal, o Brasil é uma autocracia. Entretanto, embora isso seja correto, temos que considerar a complexidade que envolve essas ações autoritárias, com o objetivo de impor e manter a exploração e coerção extra econômica sob as classes trabalhadoras e dominadas. Considero que esses diferentes movimentos expressam a necessidade de manter alijada a classe trabalhadora alijada da disputa política, destinando um lugar subalterno nas relações de poder.

Historicamente, a construção da democracia não foi realizada somente a partir de vitórias da classe operária, mas também de derrotas de projetos revolucionários do proletariado. Além do que, não se pode esquecer o caráter revolucionário e transformador do capital e da burguesia, não só no desenvolvimento das forças produtivas, mas inclui o campo político e social. E é no sentido de uma defesa radical da democracia que o PT intervém na disputa político-cultural da sociedade na década de 1980 contrapondo os valores e ideais do socialismo aos do capitalismo, objetivando construir uma alternativa de poder democrática, socialista e revolucionária.

O Partido dos Trabalhadores, desde a sua fundação em fevereiro de 1980, incluiu a luta pela democracia e pelo socialismo no centro estratégico de seu projeto contra-hegemônico para o Brasil. Num duplo movimento, reconstruía a “Questão Nacional”, no sentido de exigir e propor um projeto nacional integrador e evidenciava que seu encaminhamento passaria necessariamente pela democracia e sua relação com o socialismo. Em retrospectiva temos elementos para concluir que o PT contribuiu para construir e consolidar a democracia no Brasil, bem como tornou o socialismo uma questão presente ao longo da década de 1980. Neste sentido, se seus documentos iniciais apontam, diretamente ou não, para essa questão, o marco fundamental foi o V Encontro Nacional que resultou em um inegável progresso teórico-programático. Contudo, permaneceram

ambigüidades como a concepção de democracia como um valor universal, com uma definição estratégica, coexistindo com a democracia como procedimento tático, adjetivada como burguesa ou proletária.⁷

Em diversas passagens destaca-se a ideia de que tanto o PT como a democracia seriam fruto da luta e resistência democrática à ditadura e do desejo de independência ou autonomia da classe trabalhadora. Entendia-se o PT como um estuário natural dessas lutas e demandas dos trabalhadores, vistos como mais do que uma classe (a classe operária), identificados como a grande maioria da população, milhões de brasileiros da cidade e do campo, de forma heterogênea e policlassista: incluía operários, trabalhadores do setor de serviços, funcionários públicos, camponeses, trabalhadores rurais, trabalhadores autônomos e todos os movimentos sociais (associações de moradores, mulheres, negros, índios, estudantes, etc.). Definia-se também os trabalhadores como os “explorados” ou os “oprimidos”.

Através da proposição de uma questão nacional, articulando democracia e socialismo, o PT procurava escapar de dois problemas clássicos na política brasileira. De um lado, buscava superar os limites estritos da classe operária, no qual haviam se mantido as reflexões comunistas até então. Com forte implantação nessa mesma classe operária, o PT procurava produzir uma reflexão que incorporasse os demais segmentos de expropriados das condições de produção – e que no Brasil figuravam até então como “marginalidade” nos programas políticos ou, no máximo, como exército industrial de reserva, alvos secundários dos partidos políticos. A plataforma democrática encontrava aqui o seu lastro. Por outro lado, ousava fugir da indefinição que o atributo “popular” poderia sugerir, ao supor o povo como o conjunto indistinto da população, desconsideradas as desigualdades e as classes sociais. Nesse terreno, sua proposta de socialismo procurava afirmar o fato de que somente evidenciando a exploração e lutando contra ela seria possível produzir reformas de fato e descortinar uma transformação radical da sociedade e política brasileiras.

A autonomia da classe trabalhadora só seria possível através da sua organização nos movimentos sociais, sindicatos e em um partido político “exclusivamente seu” – o PT. Tal vontade de autonomia e independência se expressaria na vontade de intervir na política nacional e em todas as decisões que dissessem respeito à sociedade. A democracia tornava-se um procedimento fundamental para garantir o acesso direto dos trabalhadores aos mecanismos e foros de decisão política.

A resistência contra a ditadura e a luta pela redemocratização são referências recorrentes nos documentos petistas iniciais. Porém, a defesa intransigente da democracia não se limita à superação do regime autoritário, nos marcos da “democracia liberal” e do capitalismo. A democracia é apresentada como o caminho da transformação da sociedade brasileira no sentido de uma sociedade

⁷ Sobre as definições da democracia e socialismo, além do já citado Florestan Fernandes, seguimos os debates inspirados em Carlos Nelson Coutinho: COUTINHO, Carlos Nelson. *A democracia como valor universal e outros ensaios*. Rio de Janeiro, Salamandra, 1984; COUTINHO, Carlos Nelson. *Marxismo e Política: a dualidade de poderes e outros ensaios*. São Paulo, Cortez, 1994; COUTINHO, Carlos Nelson. “Democracia e Socialismo”. In: *PT: um Projeto Para o Brasil*, Seminário realizado em São Paulo nos dias 15 e 16 de abril de 1989. São Paulo: Brasiliense, 1989.

socialista. Sendo um processo, a própria existência do PT já seria uma importante conquista democrática da sociedade.

No Brasil, onde a democracia assume, para as classes dominantes, um valor meramente tático, a ser limitado ou descartado quando começa a incomodar, caberia ao bloco histórico das forças democráticas e populares garantir a sua consolidação e ampliação, rompendo com a tradição autoritária na política e com a rearticulação da “modernização conservadora”.

Neste sentido, o parlamento seria um lugar estratégico para a conquista de reformas e consolidação do projeto contra-hegemônico, um lugar privilegiado e legítimo de negociação e articulação entre forças políticas e sociais. Sob o capitalismo, as classes dominantes teriam interesse em caracterizar o parlamento como um antro de semi-marginais (ou marginais completos, traficantes de influência ou de drogas), “picaretas” e serviçais, para facilitar a obtenção de um maior número de representantes, aumentando o controle e o espaço de manobra. Para o PT, e as forças populares, caberia obter uma quantidade cada vez maior de representantes e uma atuação que abrisse o parlamento aos organismos não-governamentais e aos mais diversos grupos da sociedade, buscando um efetivo controle dos parlamentares por seus eleitores. Numa nova sociedade, a democracia representativa não seria descartada, mas valorizada com transparência, ao lado de formas de participação direta, como conselhos populares, plebiscitos, comissões de fábrica. Previasse o pluralismo e a alternância de poder, a garantia e o respeito à lei – embora não fossem definidos os limites institucionais.

A década de oitenta foi marcada pela crise de hegemonia das classes dominantes no Brasil e da tentativa de construção de uma contra-hegemonia pelo bloco PT/CUT, onde o período da presidência de José Sarney representaria um governo onde a crise de hegemonia burguesa tornar-se-ia explícita, diferenciando-se de uma mera crise de governo ou “governabilidade”, patente na incapacidade dos grupos dominantes tornarem-se também dirigentes, na ausência de um projeto unificador dos interesses dos diferentes setores burgueses e na carência de legitimidade para a formação de um “consenso”. Todavia, essa crise não foi deflagrada apenas por uma derrocada interna ou decorreu da ausência de projetos dos grupos dominantes brasileiros, mas impulsionada pelo processo de transição política que teve de enfrentar a participação crescente e não prevista dos trabalhadores e da eclosão de uma crise econômica de âmbito mundial, que atingiu especialmente a economia brasileira, em função das políticas econômicas então implementadas. O processo de elaboração da Constituição de 1988 representou o grande momento da disputa de hegemonia, através do confronto de um projeto liberal (antipopular) e um projeto popular liderado pela CUT e o PT.⁸

Nesse contexto, a associação entre PT e CUT tentaria romper o bloqueio conservador e começaria a configurar-se como contra-hegemonia organizada. Impondo aos demais partidos e associações da sociedade civil uma tomada de posição, seria capaz de propor e definir as pautas/agendas das grandes questões nacionais, buscando a organização de setores díspares da

⁸ ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. *História de uma década quase perdida. PT, CUT, Crise e democracia no Brasil: 1979-1989*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

população, com interesses difusos, a conquista de reformas de intenso significado histórico, político e social. O bloco PT/CUT enfrentava ainda a visão hegemônica internacional que considerava a solução dos problemas nacionais através de um “choque” com *mais* mercado, *mais* tecnologia, *mais* concorrência e *mais* eficácia. Esse posicionamento legitimaria a presença popular organizada no cenário político e seria identificado como uma séria ameaça ao bloco no poder.

Ao longo da década de oitenta o PT buscou manter a sua base classista de forma concomitante com a sua ampliação, mediante a constituição de um programa para o conjunto da sociedade. Esse processo não ocorreu de maneira linear e uniforme, sendo marcado por imprecisões, vacilações e contradições. O seu significado seria um desafio: a incorporação da democracia como elemento estratégico, e não meramente tático, para o projeto socialista do PT.

A estreita vinculação do surgimento do PT com o movimento sindical e os movimentos sociais em geral se refletiria na perspectiva programática de buscar o enraizamento do partido e de suas plataformas de ação junto à esses movimentos, às “massas”, às “bases”. Esse “basismo” seria o pilar de sua democracia interna e da sua visão estratégica sobre a ação institucional. O que era identificado por seus adversários como um “limite” era compreendido como a essência de sua vitalidade.

5. No âmago do transformismo

Na “Carta ao Povo Brasileiro” em 2002 havia o entendimento de que “parcelas significativas do empresariado” estariam aderindo ao projeto petista. O PT ao mesmo tempo que rejeitava qualquer menção de continuísmo com o governo FHC, afirmava que a superação do modelo, reclamada enfaticamente pela sociedade, não se daria por um passe de mágica, de um dia para outro ou através de milagres. Seria obtido mediante a redução da vulnerabilidade externa pelo esforço conjugado de exportar mais e de criação de um amplo mercado interno de consumo de massas, da combinação do incremento da atividade econômica com políticas sociais consistentes e criativas e, sobretudo, das reformas estruturais que modernizem o país, tornando-o mais justo, eficiente e, ao mesmo tempo, mais competitivo no mercado internacional, destacando as reformas tributária (“que desonere a produção”), agrária (“que assegure a paz no campo”), previdenciária e trabalhista.

Para facilitar a compreensão do presente, após dois governos de Lula e meio de Dilma, cabe um breve recuo ao momento-chave da eleição presidencial de 1989. O programa econômico do PT na campanha de 1989 – na Frente Brasil Popular – era consciente dos limites impostos pela correlação de forças daquela conjuntura em que foi feito – favorável ao capital. Contudo, pretendia “democratizar” de tal forma a participação no mercado, sob a tutela do Estado e de uma lógica diversa, que até mesmo esse projeto “capitalista” seria visto naquele contexto como contrário aos interesses “dependentes e associados da burguesia no Brasil”.

A proposta petista era contra hegemônica, pois considerava a necessidade de reformas dentro dos marcos do modo de produção capitalista, tendo como objetivo estratégico o socialismo. E mais: a implementação desse modelo alteraria as bases de sustentação política e econômica das classes dominantes embora, contraditoriamente, muitos de seus aspectos lhe fossem benéficos. Para

o PT, entretanto, não se tratava de buscar parcerias na burguesia nacional, nem confiar em seu interesse no crescimento do mercado interno ou em seu caráter democrático ou anti-imperialista. Entendia o projeto burguês como associado ao capitalismo internacional e, portanto, em regra contrário ao desenvolvimento autônomo de um capitalismo de massas, que ampliasse o mercado de trabalho, o consumo e participação política. O PT representava a defesa de um projeto nacional, democrático, popular e público, quicá socialista, contra a estratégia privatista, liberal-autoritária e internacionalista do capital.

Ainda que contendo ambiguidades e contradições, esse projeto crescia frente à inexistência de uma resposta (ou um projeto) com alguma capacidade de incorporação social por parte das classes dominantes no Brasil. O Partido dos Trabalhadores tornara-se uma ameaça, não porque se propusesse a desmantelar o capitalismo ou a propriedade privada, mas porque, ao aglutinar forças diferentes, ao incorporar trabalhadores urbanos e rurais, oferecia uma alternativa política para o país.

Nas diferentes campanhas de 1994, 1998, até a vitória em 2002, o programa econômico foi cada vez mais se conformando à social-democracia e apresentando concessões ao capital. Não se tratava de *traição*, pois as mudanças foram feitas a vista de todos e gradualmente, movendo-se em direção ao centro, visando a conquista eleitoral, e não apenas com a chegada ao poder. Dessa maneira, como representante do *transformismo* da CUT e do PT e continuador da política de ajuste macroeconômico anterior, fica claro que, apesar de diferenças pontuais e mesmo que rejeite o rótulo “social-liberal”, em síntese o governo Lula foi continuador da política de ajuste macroeconômico anterior, consolidando o modelo neoliberal no Brasil sob a hegemonia do capital financeiro. Esse governo representaria uma nova fase, desde início dos anos 90, uma etapa superior, que corresponderia a duas modificações: 1) a modificações na correlação de forças no interior do bloco no poder: graças à elevação da posição relativa da burguesia interna voltada para a exportação (origem dos dólares que remuneram o capital financeiro); e 2) a modificações nas relações entre o bloco no poder e as massas populares: sua base social são os dos trabalhadores pauperizados e politicamente desorganizados.

De acordo com Eurelino Coelho, teria ocorrido um caso histórico de *transformismo*, conceito gramsciano que o autor aplica a análise do processo de abandono do marxismo como expressão de uma mudança de *concepção de mundo* de intelectuais do PT que se deslocaram no terreno da luta de classes. Esses intelectuais formam atualmente o bloco político conhecido como *campo majoritário* do PT. E teriam transformado o Partido dos Trabalhadores, ao longo dos anos noventa, na *esquerda do capital*.⁹

6. De 2002 a 2022 : de volta para o futuro?

A partir de 2003 e o início do Governo Lula, fica difícil dissociar os rumos do PT e do governo federal, bem como da sua principal liderança. Não obstante, é preciso reconhecer ainda a

⁹ COELHO, Eurelino. *Uma esquerda para o capital: o transformismo dos grupos dirigentes do PT (1979-1998)*. São Paulo/Feira de Santana: UEFS/Xamã, 2012.

diversidade regional e local do partido, entre as suas tendências internas, bem como a sinceridade e combatividade de muitos de seus militantes.

Dentre as inúmeras iniciativas, projetos e programas do governo petista, cabe destacar a criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e do Fórum Nacional do Trabalho teria como objetivo a conciliação de interesses classistas e a promoção da colaboração de classes através da mediação e coordenação do Estado. Na bancada de representantes do empresariado, dividida igualmente entre todas as confederações, sobressairia a representação dos interesses do capital financeiro, consolidando também nesse fórum a sua hegemonia. O PT e a CUT, constituídos na luta contra a ditadura, articulando o binômio negociação e confronto e representando o principal bloco de resistência ao processo de arrocho salarial e implantação do Consenso de Washington na década de 1980, de oposição à *flexibilização e desregulamentação* da legislação trabalhista e da defesa dos direitos constitucionais no início da década de 1990, teria formulado a proposta do FNT acreditando nas teses de um desenvolvimentismo nacional, tendo como interlocutores o Estado e organizações empresariais. As propostas de reforma sindical e trabalhista já constavam dos programas da CUT e do PT ao longo dos anos 90 e eram apresentadas como demandas históricas dos trabalhadores, sobretudo dos setores *modernos*, sob influência liberal, e vistas como conciliáveis com o capital. O FNT representaria um pacto social na busca do desenvolvimento, entendido dentro dos limites do crescimento econômico capitalista, representando este um “consenso” para a sociedade, como se fosse possível uma conciliação de interesses estratégicos de diferentes classes e frações de classe.¹⁰

O segundo mandato de Lula contou com uma articulação política ainda mais ampla e estável no Congresso Nacional, tendo como base a aliança com o PMDB. Esse governo foi marcado pelo prosseguimento da política econômica, com redução mais acelerada da taxa básica de juros, do crescimento mais acelerado do PIB, do aumento mais significativo do salário mínimo acima da inflação, da geração de um maior número de empregos, da distribuição e do aumento da renda da maioria da população. De forma mais nítida assumia uma posição *desenvolvimentista*. Além disso, exercitou sua musculatura nas relações internacionais, através de uma postura independente e maior protagonismo na ONU, nos fóruns e organismos internacionais, bem como na tentativa de mediação de conflitos, sobre tudo palestino-israelense e EUA-Irã, ao mesmo tempo em que aprofundou as relações no Mercosul e as estendeu ao subcontinente e efetivou o eixo global Sul-Sul, com parcerias com África do Sul, Índia e, principalmente, a China. Foi bem sucedido na articulação e patrocínio da candidatura brasileira para sediar a Copa do Mundo de Futebol em 2014 e os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro em 2016. Se, politicamente, o governo Lula foi caracterizado pela busca da conciliação de interesses classistas, não só entre capital e trabalho, mas entre frações da burguesia, economicamente apresentou escolhas políticas que mantiveram a hegemonia do capital financeiro, a gigantesca remuneração a esse setor através dos juros, ao mesmo tempo que ampliou o mercado interno, incorporando cerca de 50 milhões de pessoas (que deixaram a pobreza absoluta), e cerca de 20 milhões numa nova “classe média baixa” – tornando o país um “mercado de classe média”. O comércio exterior mais que dobrou no período, sendo que os setores agropecuários e de mineração

¹⁰ ALMEIDA, Gelsom Rozentino de; LOURENÇO NETO, Sydenham. *Estado, Hegemonia e Luta de Classes: interesses organizados no Brasil recente*. Bauru (SP): Canal 6, 2012.

se destacaram, implicando numa diminuição relativa da exportação de produtos de maior valor agregado.

O ocorreu uma intensificação do processo de modernização de grande parte da indústria e de concentração de capitais, tornando a economia cada vez mais oligopolizada. Mas a *novidade* é que parte dos grandes conglomerados nacionais tornaram-se “multinacionais brasileiras” e “empresas globais”, disputando o mercado continental ou mundial, com importantes investimentos, ativos e aquisições no exterior, como os bancos Itaú e Bradesco, a Brasil Foods (oriunda da fusão da Sadia com a Perdigão), a Inbev (fusão da brasileira Ambev com a belga Interbrew), a Embraer, e a Vale. Esse processo assinala o ingresso do Brasil no rol das potências imperialistas, um *imperialismo tardio*, ainda que numa posição inferior ao que o governo gostaria, mas com maior autonomia do que seus críticos admitem.

Não houve nenhuma contradição entre o desenvolvimento da política econômica do governo Lula, voltada para o grande capital, em particular o capital-imperialismo¹¹, e a realização de programas de transferência de renda, direcionados às parcelas mais pobres da população, tal como o Bolsa Família. Desde o início ficou evidente a busca de um governo “para todos”, buscando a conciliação de interesses de classes e frações, além da incorporação dos setores desorganizados em sua base política. O fato de grande parcela ter sido retirada da pobreza absoluta não significou a eliminação dos fatores determinantes da pobreza, nem impediria a sua reprodução. E mais: a expansão do mercado interno com a incorporação de milhões significou a ampliação e consolidação de valores conservadores relacionados ao consumo, a propriedade privada, ao mercado. Ocorreu pois, um aprofundamento do capitalismo no Brasil.

A construção da democracia, a conquista de direitos e a ampliação da cidadania pelos movimentos sociais (incluindo também parcela significativa do movimento sindical) esbarram em sérios limites. Como afirmamos no início, ocorre um deslocamento de sentido das noções de sociedade civil, participação e cidadania que corrompem o seu significado original no projeto democrático popular e reduzem, na prática, o espaço político e democrático da sociedade.

Esses termos são apropriados pelo projeto neoliberal, passando a responder por demandas do encolhimento de Estado, seja através de políticas compensatórias implementadas diretamente, ou seja delegando atribuições ao terceiro setor, fundações empresariais e ong’s, que através de ações de “responsabilidade social”, da “solidariedade com os pobres” , do trabalho voluntário e filantrópico, de programas assistenciais, retiram a condição humana do campo dos direitos fundamentais, retiram a cidadania do campo da democracia, e retiram direitos do campo da política.

Para além dessa disputa, existe um lugar exclusivo para o mercado: o espaço de decisão política do Estado. O capital financeiro – que, embora hegemônico, tem de quando em vez disputar com outras frações do capital – controla o que podemos denominar de núcleo de poder, que se mantém de fato distante do alcance da participação dos movimentos sociais. Naquilo que se

¹¹ FONTES, Virgínia, *O Brasil e o capital-imperialismo: Teoria e História*. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

constitui no cerne da política econômica, por exemplo, não há nenhum espaço público de discussão, consulta, ou algo parecido. Não há sequer interesse público.

O governo enfrentou disputas internas crescentes na própria base aliada, por disputa de espaço e interesses, que resultaram na divisão do grande arco de alianças. Diante do crescimento do descontentamento e manifestações populares, das lutas ainda em aberto nas ruas, as escolhas do governo Dilma e do PT possibilitaram o sucesso do golpe.

A análise do transformismo petista culmina com a sua submissão ao neoliberalismo, todavia, tentando manter alguma forma de controle político interno do processo, tanto na negociação dos interesses das diferentes frações do capital como na busca de incorporação social através do mercado. O carisma de Lula teria possibilitado essa forma de condução do processo. Entretanto, as contradições se acirram e afloram ao final do primeiro governo Dilma, possibilitando ainda a sua reeleição mas resultando em sua deposição.

Durante os governos do PT (2003-2016) os brasileiros puderam acreditar que viviam em um país marcado pelo crescimento econômico, redução da miséria, com baixo nível de desemprego, e com uma parcela significativa da população passando a ter acesso a crédito e consumo. A educação era prioridade, com vultosos recursos públicos destinados ao aumento de escolas e universidades públicas – e também instituições privadas. Nesse tempo, acreditava-se que a democracia estaria consolidada, com garantias constitucionais e instituições sólidas. Para muitos, o Brasil finalmente estaria participando do jogo das grandes potências mundiais. Graças ao desempenho do governo junto com as empresas transnacionais de capital brasileiro, que atuavam como “campeãs”, o Brasil passou a almejar ter atuação global e parcerias estratégicas com os BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, o avanço das relações com o Mercosul e América Latina, além das alianças tradicionais, conduzidas de forma ativa, com EUA e Europa. Mas essa visão não passava de uma miragem. Aquilo que se apresentava como algo positivo, mas que não era tão sólido e mesmo verdadeiro; uma falsa realidade, uma ilusão, uma quimera, um sonho¹².

O retrocesso iniciado com o golpe de 2016 abriu a tampa do esgoto da política brasileira. A ascensão do conservadorismo de extrema-direita, que vinha sendo construído desde o início do século XXI, mas que não parecia ser tão forte, foi se alimentando das contradições da política de conciliação de classes adotada pelo PT, cujos governos Lula e Dilma investiram na sistemática desmobilização dos movimentos sociais, apostando na “conciliação pelo alto” e renunciando ao embate ideológico. Este projeto conciliatório acabaria permitindo uma propagação ideológica de visões de mundo economicamente liberais e politicamente conservadoras, a partir da atuação de aparelhos privados de hegemonia, tais como o Instituto Millennium, o Movimento Brasil Livre, o Instituto Liberal e o Partido Novo, e de intelectuais orgânicos de direita, tais como Olavo de Carvalho e Reinaldo Azevedo, e de líderes religiosos extremistas.

¹² ALMEIDA, Gelsom Rozentino de; CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta (Orgs). *Miragem do Brasil: dos governos do PT ao golpe de 2016 e à ascensão conservadora*. Rio de Janeiro: Garamond, 2021.

Analisamos o processo histórico, as formas de Estado e a lógica da dominação burguesa no Brasil, na perspectiva elaborada por Florestan Fernandes e a sua ênfase no caráter autocrático do Estado, responsável por uma contrarrevolução permanente e preventiva, ao se colocar antes da ameaça da revolução, o que seria uma particularidade da revolução burguesa na periferia do capitalismo dependente. Nesse sentido, apesar das características de um sistema político democrático-burguês, no sentido liberal clássico, o regime é a autocracia.

Com o governo Bolsonaro, de caráter proto-fascista, implementou-se uma política econômica ultraliberal: a privatização de empresas estatais, a redução de investimentos e gastos sociais pelo Estado, a retirada de direitos trabalhistas, o desmonte da proteção ao meio ambiente e aos povos indígenas, o ataque às universidades públicas e instituições científicas, a subserviência aos interesses dos EUA, entre outras. As medidas econômicas são, nas palavras do ministro da Economia, Paulo Guedes, capítulos de transformação do Estado brasileiro – sempre olhando para a dimensão fiscal. O foco do governo é o controle dos gastos, principalmente os obrigatórios. Ou seja: corte de gastos ou investimentos públicos em setores fundamentais para a sociedade, como Educação, Saúde, funcionalismo, assistência e previdência social.

O governo Bolsonaro, desde o seu início, atuou em duas frentes principais: a implantação de medidas ultraliberais na economia e ações de agitação protofascista de seus seguidores. Eleito por um partido pequeno e sem maiores articulações políticas, conseguiu uma ampla maioria no Congresso, em grande medida em apoio a agenda ultraliberal. Os rompantes do presidente, a ascensão do fascismo, as ameaças autoritárias do presidente e a ala ideológica, minaram parte do apoio político e popular. A sua inação diante da pandemia agravou esse quadro. Para contrapor, Bolsonaro buscou reforçar o apoio ideológico e das Forças Armadas – transformadas em verdadeiro “partido militar” – associando com o apoio do “Centrão”, grupo fisiológico do Congresso, formado por políticos de variados partidos ao qual se estabelece como a base de sustentação política do governo.

Com Bolsonaro, genocida, o Brasil enfrenta ainda a tragédia decorrente da pandemia de Covid 19, com cerca de 670 mil mortes (junho 2022) e mais de 32 milhões de casos, sem considerar o relativo número baixo de testes. As vacinas foram fundamentais para que esses números não se multiplicassem, apesar do negacionismo do presidente e seu governo, que buscaram impedir a prevenção, a Ciência e o uso do conhecimento do SUS a serviço da vida, retirando recursos públicos e sabotando as medidas preventivas, subsidiadas por universidades e instituições científicas, e implementadas por prefeituras e governos estaduais, apesar da oposição do governo federal.

A política econômica não foi interrompida, mas teve o seu ímpeto de implantação atenuado pela pandemia de Covid 19. De fato, a pandemia agravou os efeitos de desemprego e redução da atividade econômica para os trabalhadores, decorrente da política econômica, sem que houvesse uma iniciativa compensatória por parte do governo Bolsonaro. E a própria crise abriu novas oportunidades para o atendimento das demandas empresariais por parte do governo. A grande mídia critica e se opõe ao seu radicalismo, tentando controlá-lo, existe um consenso entre elas no que diz respeito à aplicação da nova rodada de retirada de direitos, elevando incrivelmente o patamar da superexploração. No caso brasileiro, a pandemia aprofundou o processo de expansão

da informalidade e de precarização do trabalho – tendência que já vinha ocorrendo nos últimos anos. O desemprego chegou a 14%, como consequência da política econômica, que resultou em recessão e inflação de 12% a.a. - com aumento brutal e generalizado de preços de alimentos e combustíveis - e desvalorização do real.

Além disso, em 2022 o Brasil voltou a figurar no “Mapa da Fome”, com mais de 33 milhões de pessoas que passam fome no Brasil, onde 15,5% da população brasileira não tem o que comer. Além dos 33 milhões de brasileiros que não têm o que comer, 32 milhões têm acesso a quantidade insuficiente de alimentos e quase 60 milhões não sabem se conseguirão se alimentar nos próximos dias. Ao todo, 125 milhões de pessoas, mais da metade da população brasileira (58,7%) da população brasileira, convive com a fome em algum grau de insegurança alimentar.

A política ultraliberal é articulada à ideologia obscurantista neofascista e à políticas concretas de restrição e ataques a direitos democráticos e sociais. A radicalização autocrática do governo é vista tanto na militarização, na incorporação das Forças Armadas a diferentes funções e cargos em diferentes aparelhos do Estado. E se estabelece uma relação com as tropas de ataque típicas do fascismo clássico através do forte apoio de policiais militares e das milícias.

Não é possível pensar sobre o Brasil, e mesmo o mundo, nesses tempos sombrios de forma otimista. E não me refiro aos inúmeros casos de corrupção envolvendo partidos políticos, lideranças conservadoras tradicionais ou tidas como de esquerda, empresas estatais e grandes conglomerados empresariais privados. O resultado da última eleição para presidente comprovou que, mesmo dentro dos marcos do desenvolvimento capitalista, a burguesia no Brasil não é capaz de elaborar e levar adiante um projeto próprio, que resulte em desenvolvimento econômico e inclusão social, elevando o nível de determinação interna. Se tal projeto parecia estar sendo implementado a partir do governo Lula, percebe-se um claro retrocesso. O avanço da direita ou mesmo extrema-direita que une fascismo, fundamentalismo, ultra-liberalismo num mesmo balaio representa o avanço do retrocesso.

Entretanto, podemos voltar a acreditar que um outro Brasil é possível.

A ocupação do interior do Nordeste: migrações e consequências

Hévilla Wanderley Fernandes¹

hevillawanderley@gmail.com

Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

1. Introdução

Antes da formação de um Estado nacional, a parte que hoje é o Nordeste já foi a região mais rica do Brasil, ainda nos tempos da colonização, quando a economia açucareira era forte, chegando a resistir a quase três quartos de século como a principal atividade econômica do Brasil. Apenas na segunda metade do século XVII, quando o mercado nordestino começou a ter a concorrência das Antilhas, a crise se iniciou.

A primeira grande empresa colonial agrícola europeia se constituiu a partir do comércio de uma das especiarias mais apreciadas no mercado europeu: o açúcar. Os portugueses começaram a produção em ilhas do Atlântico, mas foi na colonização do Brasil que a produção do açúcar atingiu o seu auge por três quartos de século.

Segundo Celso Furtado², foi o “êxito da grande empresa agrícola do século XVI – única na época” que manteve a presença dos portugueses na grande extensão das terras americanas, embora o interesse deles fosse ouro, assim como era o da Espanha, que conseguiu mais sucesso na parte da América que lhe cabia. Mas, no século XVII, o quadro político-econômico de Portugal mudaria e afetaria diretamente a empresa agrícola. Isso porque Portugal passou a ser controlado pela Espanha, que nesse período estava em guerra contra a Holanda. O que se tornou um grande problema, visto que “os holandeses controlavam praticamente todo o comércio dos países europeus realizado por mar. Distribuir o açúcar pela Europa sem a cooperação dos comerciantes holandeses evidentemente era impraticável”³.

O atrofiamiento da economia afetou diretamente a oferta de alimentos. Segundo Furtado (2005), um dos fatores para a diminuição da oferta de alimentos foi o desvio de terras, que antes produziam mantimentos, para a produção de artigos exportáveis. Com a crise, a redução da produção do açúcar também fez com que a população livre da região fosse atraída “pela fronteira móvel do interior criatório. Dessa forma, quanto menos favoráveis fossem as condições da economia açucareira, maior seria a tendência imigratória para o interior”⁴.

¹ Doutoranda da Universidade Federal de Campina Grande e bolsista FAPESQ - Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba.

² FURTADO, C. *Formação Econômica Brasileira*. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005, p. 19.

³ *Ibidem*, p. 22-23.

⁴ *Ibidem*, p. 70.

Em *Formação do Brasil Contemporâneo*, Caio Prado Jr., trata do processo de interiorização durante o período de colonização. Ao abordar mais especificamente do povoamento do interior do Nordeste, Prado Jr.⁵ destaca que, apesar das condições dos sertões nordestinos não serem as mais favoráveis (tanto que depois serão superados pela produção do Rio Grande do Sul, principalmente pela produção de charque), existe um favorecimento graças à proximidade de bons mercados. Assim, “na falta ainda de concorrentes, o sertão do Nordeste se manteve economicamente e progrediu. A colonização e o povoamento se espalharam por ele todo”⁶.

A ocupação do sertão nordestino neste período no início do século XVIII, contudo, ainda é irregular e se concentra nas fazendas de gado. As aglomerações urbanas ainda são insignificantes e distanciadas umas das outras. A razão para isso é a questão da água, que tem um papel relevante dentro deste contexto. Como explica Prado Jr., as populações se concentram às margens dos poucos rios perenes do sertão, entre eles o São Francisco, os rios do Piauí e do alto Maranhão.

As cacimbas, poços d’água, congregam quase todo o resto do povoamento. Assim, onde o lençol subterrâneo é mais permanente e resistente às secas, bem como acessível aos processos rudimentares de que dispõe a primitiva e miserável população sertaneja, o povoamento se adensa. “Olho d’água” é uma designação que aparece frequentemente na toponímia do sertão: a atração do líquido é evidente.⁷

Desde a chegada dos colonizadores em território brasileiro, tem-se registros esparsos de estiagem no Nordeste, seja no litoral ou no interior. Contudo, é apenas com a primeira grande seca, de 1877 a 1879, com impactos de tragédia nacional, que o governo central toma um posicionamento efetivo de combate ao problema. A primeira grande seca “atingiu todo o Nordeste, especialmente o estado do Ceará, e causou a morte de pelo menos 500 mil pessoas. Nesse período, 120 mil nordestinos fugiram para a Amazônia e 68 mil partiram para outros estados brasileiros”⁸. É partir desse momento que se dá início à narrativa de que seria necessário acabar com a seca. O então Imperador do Brasil, D. Pedro II, chegou a visitar o Nordeste e prometer vender até a última joia da Coroa para resolver o problema da estiagem. Nada foi feito e o fenômeno voltaria a ocorrer mais vezes ao longo do século XX.

Em 1915, a nova ocorrência do fenômeno causou uma forte migração para as grandes cidades. O governador cearense, Benjamin Liberato Barroso, construiu campos de concentração, “onde retirantes eram aprisionados e vigiados 24 horas por dia por soldados do exército para impedir que ficassem transitando desordenadamente pela cidade de Fortaleza, onde havia uma

⁵ PRADO JR., C. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 6ª ed. Editora Brasiliense, São Paulo, 1961.

⁶ *Ibidem*, p. 56.

⁷ *Ibidem*, p. 58.

⁸ MATIAS; A. F.; ALMEIDA, L. N. S. de. Discurso e intertextualidade: uma retrospectiva com base em 100 anos de seca. *Revista Entrelaces*, Ano V, n. 06, jul.-dez. 2015, p. 78.

classe burguesa em ascensão descontente com tal invasão”⁹. No dossiê *Nordeste Seco* (1999)¹⁰, da revista *Estudos Avançados*, da Universidade de São Paulo (USP), um dos artigos tratava da contribuição do francês Jean Dresch. Ele participou de uma excursão aos sertões semiáridos por causa do Congresso Internacional de Geografia, ocorrido no Rio de Janeiro em agosto de 1956, no qual constatou que essa é a região semiárida mais povoada do mundo, o que para o francês acarreta problemas e dramas para os habitantes desse território.

Portanto, é importante desmistificar a ideia de terra arrasada que surge quando se abordam questões voltadas para o Nordeste. Mas isso não sugere uma negação da realidade concreta que existe na região. As secas são um fenômeno que sempre existiram, mas só passaram a ser um problema de calamidade pública por causa de fatores como a ocupação desordenada, sem o devido conhecimento daquele território e a concentração de terras e constituição de latifúndios. O que gerou o chamado problema agrário.

Outro fator a se destacar e apontado por Adalberto Cardoso¹¹ é como uma “vasta literatura sobre a consolidação do capitalismo e do mercado de trabalho no Brasil teve um inegável caráter ‘são-paulocêntrico’”. O autor faz um percurso histórico sobre o desenvolvimento das pesquisas e a construção de um pensamento que centra os estudos em como o trabalho se desenvolveu em São Paulo. Nesse aspecto é fundamental ressaltar que não existe um desenvolvimento das forças produtivas em São Paulo, outro no Sul, outro no Nordeste e assim por diante. A forma como a economia se desenvolve é interligada em diferentes territórios, e ao conhecer essas diferenças é que se pode chegar a uma melhor compreensão das questões mais gerais.

Ao desvelar a construção da dualidade centro-periferia, da qual constrói-se uma ideia de que existe uma parte do país desenvolvida e outra atrasada, também é possível se aprofundar em outras questões territoriais com o objetivo de se contrapor. Um debate a ser travado neste trabalho é relacionado aos chamados êxodos em território brasileiro, principalmente na Região Nordeste.

As migrações do Nordeste para o Sudeste do Brasil foram abordadas no jornalismo, na Literatura e demais ciências humanas. Mas, os motivos apresentados na bibliografia que se têm acesso, especialmente na escola, refere-se mais a intempéries do clima, como as constantes secas no interior da região, do que as imposições feitas pelos latifundiários aos trabalhadores.

Dessa forma, este trabalho pretende discutir a interiorização da ocupação do Nordeste; examinar os motivos e as consequências dessa ocupação, uma vez que esta área se trata da região semiárida mais ocupada do mundo; e tratar da mistificação das migrações em torno de quase exclusivamente das questões climáticas do Nordeste.

⁹ Ibidem.

¹⁰ Editor, O., & Editor, O. Nordeste sertanejo: a região semi-árida mais povoada do mundo – Fragmentos de leitura. Diversos Autores. *Estudos Avançados*, v. 13, n. 36, p. 60-68, 1999. Recuperado de <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9475>.

¹¹ CARDOSO, Adalberto. Escravidão e sociabilidade capitalista. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 80, mar. 2008, p. 72. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n80/a06n80.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2021.

2. Do litoral ao sertão: implicações de uma interiorização forçada

Um dos pilares para a compreensão do desenvolvimento capitalista no Brasil passa diretamente pelo trabalho escravo, largamente estudado na História, Geografia, Ciência Política, Antropologia, Sociologia e nas Ciências Sociais como um todo. Mas, como afirma Guillermo Palacios¹², “a preocupação com a história dos pobres livres, e especialmente com a dos cultivadores não escravistas, isto é, os segmentos camponeses da sociedade colonial”, ainda está bastante ausente em “obras que integram o corpo principal da historiografia brasileira, aí incluídos os trabalhos de pesquisadores estrangeiros”.

A afirmação não se trata da falta de estudos sobre os camponeses, mas da escassez de estudos que abordam a importância do trabalho livre no Brasil Colônia para se compreender o desenvolvimento das forças produtivas no país, principalmente, no Nordeste, onde esse tipo de trabalho é fundamental para a concentração de terras nas mãos das novas elites agrárias, cujas atividades eram voltadas para o algodão e a pecuária.

Seguindo sem dúvida a trilha aberta por Caio Prado Júnior no seu excelente Formação do Brasil Contemporâneo, de 1942, em que, pela primeira vez, os pobres livres do campo e dos núcleos urbanos são mencionados no conjunto do processo histórico colonial embora como um amontoado amorfo de indivíduos desclassificados, verdadeira “ralé” parasitária a qual não interessa estudar; a maior parte dos autores que se ocupam dos séculos XVIII e XIX dedica aos pobres livres apenas breves comentários – se tanto –, via de regra destinados a matizar a marginalidade e a minimizar o peso e a relevância dessas extensas camadas da população na formação dos processos centrais da colônia-nação, sobretudo quando comparadas com “as forças transformadoras da história”, nas palavras de um conhecido sociólogo paulista¹³.

Ao estudar as comunidades de cultivadores pobres livres da capitania de Pernambuco, o chamado Nordeste oriental, que abarcava o que é hoje Alagoas, Pernambuco, Paraíba, parte do Rio Grande do Norte e também um pouco da capitania do Ceará, Guillermo Palacios analisa a situação desses grupos de 1700 a 1875, dividindo em quatro períodos para entender quais desdobramentos relacionados às particularidades regionais culminaram no processo global de formação do capitalismo no Brasil.

No primeiro período que vai de 1700 a 1760, o autor destaca a formação dos primeiros grupos de camponeses “através de um processo de conversão de homens e mulheres pobres em plantadores de culturas de subsistência e, crescentemente, conforme avançam em direção à metade do século,

¹² PALACIOS, Guillermo. Campesinato e escravidão: uma proposta de periodização para a história dos cultivadores pobres livres no Nordeste oriental do Brasil: 1700-1875 (1987). In: WELCH, Clifford Andrew [et al.]. *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*, v.1 (Orgs.). São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p. 148.

¹³ *Ibidem*, p. 149.

produtores de tabaco”¹⁴. Entre as causas para a expansão camponesa, está a crise do açúcar e, conseqüentemente, a crise do escravismo do Nordeste oriental. Isto conta da concorrência do açúcar das Antilhas juntamente com a indiferença da coroa portuguesa em apoiar os senhores de engenho, uma vez que eles tinham se rebelado no incidente conhecido como a “Guerra dos Mascates”, o que provocou um expressivo endividamento da grande maioria dos proprietários de escravos e de terras, obrigando-os a “vender a melhor parte dos seus plantéis de escravos e, em muitas ocasiões, abandonar suas terras, pressionados pelos homens de negócios do Porto do Recife”¹⁵.

O segundo período, de 1760 a 1810, tem-se o crescimento dos cultivadores pobres livres, tanto por conta do plantio de algodão como pelo cultivo e comercialização de mandioca para as *plantations* açucareiras, que voltam a concorrer no mercado internacional por volta de 1790. A grande questão aqui é como o Estado teve uma reação violenta a esse crescimento dos camponeses, uma vez que, com a recuperação do açúcar, havia uma tentativa de recuperação das unidades escravistas, portanto reação anticamponesa.

Tentou-se, primeiro, controlar as comunidades de cultivadores pobres livres e submetê-las a determinações que obedeciam aos interesses das *plantations* e do Estado colonial; depois, quando isso se mostrou claramente impossível, diante da decidida resistência camponesa, procedeu-se a expulsá-las das férteis áreas do litoral nordestino. Entre aproximadamente 1785 e 1799, milhares de famílias de cultivadores pobres livres que ao longo da crise dos engenhos escravistas, durante o século XVIII, tinham se estabelecido incontestemente em pequenas comunidades, nas terras costeiras de Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Ceará e a parte oriental do litoral maranhense, foram hostilizadas, perseguidas e expulsas pelas Forças Armadas do Estado e pelas diversas instâncias locais da estrutura do poder colonial¹⁶.

Nesse período, houve uma série de ações e instrumentos para defender os interesses da *plantation* de tal forma que esse processo irá moldar a forma futura de organização da produção no Nordeste. Isso porque os povos livres foram varridos e expulsos da área litorânea pelo Estado para atender as determinações do mercado mundial. Como explica Palacios¹⁷, primeiro se proibiu que os pobres livres plantassem algodão, “proibição cuja ineficácia motivou que fosse rapidamente seguida de queimas de campos, erradicações ‘exemplares’ de alodoais, prisões sistemáticas de cultivadores insubordinados”. Nesse período, houve um êxodo dos grupos e famílias para os chamados agrestes, numa tentativa de resistir ao Estado, indo para longe das fronteiras da cana. Depois, a coroa se apropriou formalmente “de todas as terras de mata virgem localizadas entre o Sul da então comarca das Alagoas e os arredores da vila da Fortaleza, no Ceará, num movimento de *enclousure* (iniciado em 1799)”. Desse modo, o Estado passou a possuir “milhares de quilômetros quadrados das melhores terras ainda disponíveis e nas quais, ao longo dos últimos quarenta anos, tinham se estabelecido inumeráveis núcleos de cultivadores pobres livres, produtores de mandioca”. O

¹⁴ Ibidem, p. 150.

¹⁵ Ibidem, p. 151.

¹⁶ Ibidem, p. 156-157.

¹⁷ Ibidem, p. 158.

terceiro instrumento foi o recrutamento militar nos distritos camponeses durante o período de 1782 e 1790. “Isto obrigou incontáveis famílias de cultivadores pobres, comunidades e povoações inteiras a fugir para longe do alcance do braço do Estado”¹⁸.

Esses aspectos dirigidos pelo Estado contra os camponeses mostram um processo violento e intermitente que terá como efeito o povoamento do interior por grandes grupos, e concomitantemente a concentração de terras no litoral. Além disso, é uma prova mais do que necessária de que os chamados êxodos dentro do território nacional aconteceram muito mais por imposição das relações de produção do que pela falta de condições materiais de sobrevivência em determinadas regiões.

O terceiro período, de 1810 a 1848, foi marcado por um processo de diferenciação social graças ao movimento expropriatório das décadas anteriores, transformando os próprios camponeses em grupos diversificados dentro da própria região. Assim, tinha-se três correntes ou grupos principais. O grupo majoritário era formado por aqueles que, para fugir das políticas de Estado, preferiram migrar para o interior. Aqueles que “fugiram para o interior das matas alagoanas, para os brejos e agrestes pernambucanos e paraibanos, para os cariris cearenses, onde restabeleceram suas normas de vida social e econômica num crescente antagonismo para com o Estado” e passaram a promover um “movimento de resistência e salvaguarda de sua liberdade e autonomia”¹⁹. O segundo grupo consistia naqueles que, ao não ter condições de resistir ao avanço do Estado, foi obrigado a permanecer na região do litoral e se adequar às determinações do sistema centrado nas *plantations*. A partir dessa situação, eles se converteram em produtores semidependentes e foram “instalados como ‘moradores’ no interior das *plantations*, dos engenhos e das fazendas escravistas”²⁰. No futuro, com a superação do trabalho escravo, esses camponeses irão se converter de “morador” em “morador de condição”. Como será debatido mais à frente, é desse modo que as relações de trabalho no Nordeste vão se desenvolver a partir de práticas semicompulsórias. O terceiro grupo é considerado por Palacios o mais difícil de situar porque carrega menos aspectos voltados para tarefas produtivas e papéis econômicos e mais funções sociais e políticas, uma vez que formam grupos armados que irão dar força aos levantes durante o período 1817-1848 no Norte e no Nordeste do Brasil.

É importante destacar que, ao analisar a trajetória do movimento camponês no Nordeste, pode-se perceber que existe um mito de povo pacífico. A história do território nacional está imersa em rebeliões, guerrilhas, lutas, revoltas regionais, movimentos separatistas, conspirações republicanas e movimentos ditos como messiânicos, como foi o caso de Canudos.

¹⁸ Ibidem.

¹⁹ Ibidem, p. 161.

²⁰ Ibidem, p. 164.

O quarto período, de 1850 a 1875, tem como ponto marcante insurreições camponesas contra o Registro de Nascimentos e Óbitos²¹ e a transformação do campesinato²² em elemento central do novo sistema agrário, substituindo o escravismo.

Esse período corresponde ao grande pulo do Estado sobre os cultivadores pobres livres ainda autônomos, momento em que fica claramente estabelecido que o Estado nacional se constitui, na formação nordestina, sob as ruínas da liberdade camponesa, já que só a restrição dessa liberdade e o submetimento dos pobres livres do campo aos interesses funcionais da *plantation* permitirão a famigerada transição ao “trabalho livre”, a qual, por sua vez, fará possível a consolidação do Estado como Império liberal ou como República oligárquica. Culminando o processo de expropriação e pauperização iniciado ainda nas últimas décadas do século anterior, o Estado nacional passará, a partir de 1850, a institucionalizar a subordinação do campesinato nordestino (ao mesmo tempo em que buscará restringir igualmente a liberdade dos imigrantes europeus dirigidos aos cafezais paulistas e fluminenses) com a promulgação de um punhado de leis que, tomadas no conjunto, podem ser interpretadas como um grande movimento anticamponês, na medida em que essa série de instrumentos e mecanismos legais mutilava a autodeterminação dos cultivadores pobres livres e colocava no papel sua nova condição de classe subalterna fundamental no nascente sistema agrário que vinha substituir o escravismo²³ (PALACIOS, 2009, p. 170).

A dominação sobre as terras no Brasil, por parte das elites, é consolidada a partir da ampliação da concentração de terras, através da Lei de Terras de 1850, responsável por privatizar a terra e extinguir a posse, e depois com o Regulamento de Terras, de 1913. É importante destacar que,

²¹ Esta lei estabelecia a elaboração periódica e sistemática de levantamentos censitários modernos (a “Lei do Censo”), regulamentadas pelo Império em 18 de junho de 1851. Anteriormente, apenas havia o registro dos escravos quando chegavam ao Brasil, mas, com a Lei Eusebio de Queiroz, teve fim à importação legal de africanos cativos. Sem poder utilizar de forma ilimitada do trabalho escravo, o Estado brasileiro encontra nos despossuídos da terra, os camponeses, uma alternativa. Então, começa a contá-los e a registrá-los para submetê-los ao trabalho nas *plantations* e nas fazendas escravistas. Logo, espalha-se um boato entre as populações camponesas e outras povoações que a Lei do Registro de Nascimentos e Óbitos seria, na verdade, uma Lei do Cativo, o que acabou gerando ondas de pânico coletivo (WELCH, Clifford Andrew et al. *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009).

²² Existe uma polêmica quanto ao uso do termo campesinato, uma vez que camponês, originalmente, era aquele que estava vinculado aos feudos. Inclusive, o modo de produção feudal no processo histórico brasileiro foi debatido com lançamento, em 1962, de Formação Histórica do Brasil, de Nelson Werneck Sodré, uma interpretação controversa e bastante criticada. Mas, atualmente, é basicamente um consenso entre os autores contemporâneos que o feudalismo não existiu no Brasil e que as relações de produção, desde o período colonial, já estavam inseridas no mercado capitalista internacional. Entretanto, não há uma unanimidade quanto ao uso do termo campesinato (ALIAGA, L. *A forma política do MST*. Dissertação de mestrado. IFCH/Unicamp, 2008.). Como afirma Aliaga, existe um “debate que se acirra na década de 1980 acerca da questão agrária, cujo problema central refere-se ao desenvolvimento da agricultura sob o capitalismo e a indagação acerca da permanência ou fim do campesinato”. (cf. ALIAGA, Luciana. *A forma política do MST*. Dissertação de mestrado. IFCH/Unicamp, 2008).

²³ PALACIOS, Guillermo. *Campesinato...*, op. cit., p. 170.

em meados do século XIX, por causa das transformações na economia mundial, muitos países começavam a mudar a sua política da terra para que essa fosse incorporada à economia comercial.

Como explica José Luiz Cavalcante: “A terra, nessa nova perspectiva, deveria transformar-se em uma valiosa mercadoria, capaz de gerar lucro, tanto por seu caráter específico quanto por sua capacidade de gerar outros bens”²⁴. O que a economia mundial capitalista tentou e conseguiu foi atribuir à terra um caráter comercial e não um *status* social. Portanto, a sanção da Lei 601, de 1850, a chamada Lei de Terras de 1850, regulamentada ao longo dessa década, é considerada um marco por estabelecer a propriedade privada no país. A lei consistia num mecanismo para dificultar o acesso da terra por trabalhadores livres.

A Lei de Terras de 1850 teve seu diferencial em alguns aspectos em relação ao projeto apresentando em 1843, apesar de ainda apresentar dois de seus grandes problemas: a regularização territorial e a imigração. A partir da criação dessa lei, a terra só poderia ser adquirida através da compra, não sendo permitidas novas concessões de sesmaria, tampouco a ocupação por posse, com exceção das terras localizadas a dez léguas do limite do território. Seria permitida a venda de todas as terras devolutas. Eram consideradas terras devolutas todas aquelas que não estavam sob os cuidados do poder público em todas as suas instâncias (nacional, provincial ou municipal) e aquelas que não pertenciam a nenhum particular, sejam estas concedidas por sesmarias ou ocupadas por posse. No período colonial, o termo “terra devoluta” era empregado para designar a terra cujo concessionário não cumpria as condições impostas para sua utilização, o que ocasionava a sua devolução para quem a concedeu: a Coroa²⁵.

A questão das terras devolutas depois terá papel central no Regulamento de Terras, de 1913, quando o controle dessas terras passa do governo federal para os governadores provinciais, aumentando a influência das elites que se tornariam oligarquias agrárias.

A forma como se constituiu a questão agrária no Brasil inviabilizou ao longo da história a criação de organizações e sindicatos, principalmente no início das disputas de terra²⁶. E mesmo com a criação de entidades, a perseguição de seus militantes foi a regra. O Brasil é líder mundial no número de assassinatos no campo²⁷. Maria Isaura Pereira de Queiroz²⁸ alerta para o fato de que a

²⁴ CAVALCANTE, J. L. *A lei de terras de 1850 e a reafirmação do poder básico do Estado sobre a terra*. Revista Histórica, nº 2, jun. 2005, p. 1.

²⁵ *Ibidem*, p. 4-5.

²⁶ Há de se destacar o desenvolvimento de vários movimentos de trabalhadores rurais durante o século XX como as Ligas Camponesas e também o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), entretanto, este trabalho se debruça sobre um período anterior e, por isso, não iremos debater a atuação das organizações citadas.

²⁷ CPT estima quase 1 milhão de envolvidos em conflitos no campo, maior número desde 85. Disponível em brasildefato.com.br/2021/05/31/cpt-estima-quase-1-milhao-de-envolvidos-em-conflitos-no-campo-maior-numero-desde-85. Acesso em 29 ago. 2021.

²⁸ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O campesinato brasileiro*. Rio de Janeiro: Vozes, 1973.

solidariedade brasileira tradicional é vertical, o que dificulta a adoção de uma solidariedade horizontal no qual os trabalhadores rurais possam se organizar e lutar por pautas comuns.

Para Queiroz, “a relação do camponês brasileiro com a terra foi sempre variada. A extensão de sua propriedade nunca foi homogênea”²⁹. A autora ressalta que existiam desde camponeses proprietários, posseiros localizados em terras devolutas, arrendatários, moradores agregados, até parceiros pagando o aluguel pela terra. O que se assemelha aqui é que todos sempre eram dependentes “da camada superior – fosse essa composta de fazendeiros, de criadores de gado, de comerciantes, de chefes políticos, cidadãos endinheirados”. Os camponeses

Integravam-se assim na sociedade global brasileira, porém sempre em posição de inferioridade, como camada desfavorecida do ponto de vista de prestígio e de poder. Sofriam mais do que quaisquer outros as consequências dos conflitos constantes, característicos da estrutura socioeconômica brasileira tradicional³⁰.

Mas o motivo para isso, não é porque o trabalhador do campo é um ser passivo, muito pelo contrário como já foi demonstrado. A questão é como a apropriação da terra foi feita no Brasil, desde o regime de sesmarias até a Lei de Terras.

Na região Nordeste, essa questão se tornou ainda mais problemática uma vez que condicionou a vida dos trabalhadores rurais e demais trabalhadores livres a uma dinâmica pré-capitalista na área litorânea, mas principalmente no interior.

3. A questão agrária no Nordeste brasileiro

Um dos motivos do povoamento do interior do Nordeste foi por causa da pecuária. Mas, além da pecuária, outra atividade produtiva que começa a se desenvolver comercialmente no século XVIII é o algodão. Os dois produtos se tornaram as principais atividades econômicas do Nordeste ao longo desse século e também do século XIX. Sobre o cultivo do algodão, é preciso destacar que o seu plantio é datado dos primeiros anos da colonização, mas de forma ainda rudimentar, “servindo principalmente para a fabricação de panos grossos, destinados a vestir os escravos”³¹.

O desenvolvimento do algodão para comercialização começou primeiro no Maranhão, que logo se tornou o principal produto de exportação da capitania. Mas o algodão, enquanto produto, só passou a ser produzido em maior escala em meados do século XIX, e isso se deveu tanto à exploração do ouro quanto aos avanços tecnológicos na Inglaterra que começava a produzir tecidos em larga escala.

Como consequência da Revolução Industrial e, principalmente, do avanço da indústria têxtil na economia inglesa, houve um aumento da demanda mundial por algodão. Saía de cena o Nordeste

²⁹ Ibidem, p. 27.

³⁰ Ibidem, p. 28.

³¹ COSTA, S. R.; BUENO, M. G. *A saga do algodão: das primeiras lavouras à ação na OMC*. Rio de Janeiro: Insight Engenharia, 2004, p. 16.

açucareiro, que se concentrava no litoral dos estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas, e entrava o Nordeste agrário não-açucareiro, que se convertia num imenso algodão, que ia do interior do Maranhão ao da Bahia. É neste momento que há uma redefinição nas atividades produtivas da região e assim acontece a transição dos barões do açúcar para os “coronéis do Sertão”. Emerge a nova economia na região e com ela uma estrutura fundiária típica do latifúndio.

O fundo de acumulação é dado pelas "culturas de subsistência" do morador, do meeiro, do posseiro, que viabilizam, por esse mecanismo, um baixo custo de reprodução da força-de-trabalho e, portanto, um baixo valor que é apropriado à escala de circulação internacional de mercadorias, sob a égide das potências imperialistas³².

É o Nordeste algodoeiro-pecuário e oligárquico que determinará a organização das relações econômicas e das forças produtivas da região, subordinadas a grandes trustes internacionais que controlam a circulação internacional da mercadoria. São três empresas, as chamadas “três irmãs”, *Sanbra*, *Clayton* e *Machine Cotton*, que vão controlar o valor mundial da mercadoria e sua produção e se aproveitar da estrutura de reprodução do latifúndio-minifúndio para desenvolverem seus lucros³³.

Essa estrutura funciona da seguinte forma: o fazendeiro cede a terra para a plantação e depois se apropria de parte do valor, “tanto sob a forma de sobreproduto, resultado da partilha do algodão entre ele e o meeiro, quanto sob a forma de sobre-trabalho, no ‘cambão’”³⁴. Além disso, graças às três irmãs, os fazendeiros acabaram se convertendo em intermediários comerciais, por vezes intermediários financeiros, e assim financiavam as entressafas em operações em que os preços já eram fixados, ou seja, um valor exato que eles pagariam ao meeiro. Entretanto, se houvesse uma variação no mercado do preço do algodão para cima, esse valor não se alteraria, caso fosse o contrário, o preço caísse, o fazendeiro descontaria do meeiro a diferença.

Para piorar a situação dos trabalhadores do campo, os fazendeiros também financiavam as poucas mercadorias que circulavam pela região, como sal, querosene, roupas e calçados, e descontavam na colheita, cobrando preços exorbitantes e aprofundando assim a miséria dos trabalhadores ao mesmo tempo em que esses mesmos fazendeiros aprimoravam seus ganhos.

Enquanto o Nordeste algodoeiro-pecuário se mantinha nessa reprodução pré-capitalista da economia, a parte açucareira reprimia seus impulsos de industrialização. Houve uma tentativa de conversão dos "engenhos" de açúcar em usinas no fim do século XIX para o início do século XX, mas, devido à implantação da indústria têxtil foi abortada. Isso fez retroagir o movimento da reprodução do capital e das relações de produção no "Nordeste açucareiro", uma vez que essa parte da economia da região basicamente adotou uma “condição de sobrevivência”, que era própria da estrutura do "Nordeste algodoeiro-pecuário”.

³² OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma Re(li)gião*: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes. 3.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981, p. 47.

³³ Ibidem, p. 48.

³⁴ Ibidem, p. 48.

O Nordeste algodoeiro-pecuário e o Nordeste açucareiro recriavam “formas de defesas anticíclicas não-capitalistas, ou seja, não ocorria o desemprego nas crises da economia açucareira: ocorria apenas a volta de parte da população trabalhadora às ‘economias de subsistência’” (Idem, p. 64). O Nordeste desenvolveu formas de trabalho “semicompulsórias”, como o cambão, ou mesmo “mercados ‘cativos’ de trabalho nas usinas, formas de apropriação e expansão do trabalho não-pago caracterizadas pelo ‘barracão’, em que o trabalhador passou a ser pago em espécie”³⁵.

Quando os fazendeiros recriavam um sistema de quase subsistência para os trabalhadores do campo, em que o próprio consumo era restrito a poucas mercadorias, distribuídas pelo fazendeiro, muitas vezes *in natura* para ser feito pelo próprio trabalhador ou sua família, o dinheiro não se tornava capital-dinheiro para os trabalhadores, apenas para os capitalistas. Ou seja, não havia circulação de dinheiro, nem desenvolvimento de outras atividades que não fossem controladas pelos oligarcas e, assim, o trabalho nos moldes capitalistas não se desenvolvia.

4. Considerações finais

No seu livro *A questão agrária no Brasil*, Caio Prado Jr.³⁶ apontou que enquanto uma pequena minoria de grandes proprietários está de um lado (famílias, administradores e empregados de alta categoria que gerem os estabelecimentos) não atingem nem 10% da população rural brasileira, do outro lado temos a grande maioria dessa população que vive nas mais condições precárias possíveis. O autor afirma que, no Brasil, os escravizados, recém egressos da escravidão, assim como os imigrantes europeus (salvo alguns poucos colonos no extremo-sul e no Espírito Santo) formaram uma massa de trabalhadores que nunca puderam disputar para si o patrimônio fundiário brasileiro.

Em suma, os êxitos comerciais da agropecuária brasileira são essencialmente devidos a suas circunstâncias: disponibilidade relativamente abundantes de terras e de força de trabalho. Fatores que contribuem fortemente para os baixos padrões de vida da população trabalhadora rural.

Sobre a questão agrária no Nordeste, Caio Prado demonstra, a partir de números, que a região tem duas zonas predominantes, uma dedicada à pecuária e a outra a agricultura, no qual existe “o latifúndio absorvente, de um lado, o minifúndio de outro”, o que significa que “uma minoria de grandes proprietários concentra em suas mãos a maior parte das terras, deixando à massa da população uma reduzida sobra em que ela angustiosamente se comprime” (PRADO JR., 1979, p. 42). Isso gera uma grande disponibilidade de mão de obra. Para o autor, é essa dinâmica que torna possível o grande empreendimento mercantil.

Sem mão-de-obra disponível, o grande estabelecimento agropecuário, a usina, o engenho, a fazenda de tipo comercial de que se estrutura a economia agrária do Nordeste – como a do Brasil em geral –, não poderia existir. A concentração da propriedade fundiária tem esse duplo efeito: primeiro, o de conceder ao empreendimento agromercantil uma base territorial conveniente a realização de

³⁵ Ibidem, p. 64.

³⁶ PRADO JR., Caio. *A questão agrária no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

seus objetivos; e em seguida, de assegurar ao mesmo empreendimento a mão-de-obra indispensável de que necessita³⁷.

O essencial da estrutura agrária brasileira legada pela colônia se encontrava assim como que predeterminada no próprio caráter e nos objetivos da colonização. A grande propriedade fundiária constituiria a regra e elemento central e básico do sistema econômico da colonização, que precisava desse elemento para realizar os fins a que se destinava. A saber, o fornecimento em larga escala de produtos primários aos mercados europeus³⁸.

Segundo Caio Prado Jr., esse modelo de desenvolvimento estava voltado fundamentalmente para o exterior, embora o adensamento demográfico e o desenvolvimento econômico logrado em determinadas áreas do país naquele período histórico “propiciaram mercados internos de certa importância”³⁹. Para ele, a questão fundiária é o pano de fundo da estrutura agrária brasileira, e nela se encontra seus determinantes primários.

Portanto, a herança advinda da colônia não poderá passar ilesa, tendo em vista que o monopólio inicial da propriedade rural permitiu o desenvolvimento do capitalista rural como sujeito histórico capaz de definir unilateralmente e a seu favor, os rumos e a forma das relações sociais de produção no campo brasileiro.

Assim é possível perceber como a ocupação do território brasileiro, da colonização até o século XIX desembocou no modelo agrário que se desenvolve no Brasil, no qual sua principal característica é a concentração de terras por uma pequena minoria, enquanto a maior parte da população que é despossuída, é compelida a vender sua mão-de-obra pelo mínimo de direitos possíveis.

³⁷ Ibidem, p. 42-43.

³⁸ Ibidem, p. 48.

³⁹ Ibidem.

A “Tragédia de Mari” sob a perspectiva do judiciário, polícia militar e exército (1964): uma análise a partir do conceito de Estado Ampliado

Ítalo Ramon Coelho de Aquino¹

italosochin61@gmail.com

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

1. Introdução

Muitas vezes ao nos depararmos com a produção historiográfica acerca das Ligas Camponesas sempre nos atemos às produções que tem como base a atuação das Ligas Camponesas seja na sua formação no estado de Pernambuco na região da Galileia ou na atuação das Ligas Camponesas no município de Sapé, onde a ação de João Pedro Teixeira e Elizabeth Teixeira protagonizaram um dos principais fatos históricos em relação à luta pela terra no Brasil, entretanto, o exercício deste artigo é reposicionar o Conflito de Mari no dia 15 de janeiro de 1964, apresentando-o como um dos pontos altos da tensão que culminou na ditadura empresarial-militar de 1964, isso porque todos esses fatos citados (fundação das ligas e atuação das Ligas de Sapé) tem um vasto material sobre o assunto, evidentemente que não se trata de pormenorizar os conteúdos desse material, pois muitos deles só existem hoje a partir de esforços de pessoas que dedicaram suas vidas para preservar esse tipo de material, seja através da videografia como é o caso do filme: “Cabra Marcado pra Morrer” de Eduardo Coutinho que foi gravado no calor do golpe empresarial-militar de 1964 ou o trabalho de Socorro Rangel, intitulado: “Medo da morte; esperança da vida. A história das Ligas Camponesas na Paraíba” que foi fruto de um intenso trabalho vinculado a umas práxis em um dos momentos históricos mais tenebrosos que a sociedade brasileira viveu que foi a ditadura militar de 1964.

2. O caso do conflito de Mari

O conflito apresentado neste artigo acontece 80 dias antes da deposição do governo reformista de João Goulart, estando assim, no foco do processo da Ditadura Militar a partir disso este capítulo tem dois objetivos; 1) entender como se deu os conflitos a partir de ações dos sujeitos históricos envolvidos; 2) compreender que o conflito foi objetivado a partir de ações de classe e que essas ações encontrou uma resistência por parte dos camponeses, com isso a ideia é debater a Tragédia de Mari, compreendendo as limitações do termo Tragédia, mas ao mesmo tempo apontando para o conceito de crise de hegemonia retirado da produção teórica de Gramsci, como conceito basilar para se entender essa “tragédia” que já podia ser sentida na Paraíba que a Paraíba estava vivendo no período estudado 3) entender através do conceito de estado ampliado de Gramsci

¹ Graduado em História pela Universidade Estadual da Paraíba, Mestre em História pela Universidade Federal de Campina Grande. Atualmente é aluno do doutorado do Programa de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

como uma arma oficial do exército, ou seja, do estado vai parar na mão de um latifundiário e porque homens da guarnição da polícia militar da Paraíba estavam no comboio privado que tenta recuperar a arma na Fazenda Olho D'água.

Como é de conhecimento acerca da literatura produzida em torno das ligas camponesas, a Liga de Sapé foi a maior liga camponesa do Brasil, chegando a ter cerca de 13 mil filiados e se espalhou pelo estado rapidamente, as condições sociais, econômicas e políticas eram o caldeirão que esquentava a luta de classes que já estava em temperatura elevadíssima. Como era de se esperar de maneira rápida e já no início da década de 1960 foi fundada a Liga de Mari, é importante compreender que apenas 11 km cortam os dois municípios, portanto, era questão de tempo para que os camponeses de Mari se organizassem, um dos fundadores da Liga Camponesa de Mari foi João Pedro Teixeira, segundo Agassiz Almeida.

Os meses de novembro e dezembro de 1963 foram marcados pelas fortes chuvas que não era comum ao período, possibilitando, assim, uma grande produção de produtos primários em toda região, principalmente na região da Várzea. Tendo em vista a quantidade de chuva que ocorreu nesse período, os latifundiários passaram a preparar o solo destinado a grãos. Em contrapartida a isso, os camponeses mantiveram seus cultivos em pequenas áreas, situadas em propriedades onde eles eram apenas moradores, sendo esses sujeitos ao cambão. O cambão era uma forma opressiva por parte dos senhores donos da terra onde o camponês tinha que dar um dia ou mais de serviço sem remuneração ao senhor da terra, geralmente esse trabalho era feito nas segundas-feiras ou nos finais de semana. Tendo em vista essa situação que é típica do capitalismo brasileiro, ou seja, desigual e combinado.

Aproveitando as chuvas pouco comuns no fim do ano, os camponeses da região passaram a fazer mutirão de trabalho coletivo de produtos de subsistência. É possível, observar através dos trabalhos produzidos sobre o tema das ligas camponesas que a prática do mutirão, era uma prática comum da região foram passadas por lideranças camponesas, convidando os trabalhadores para participarem desses mutirões, ou seja, a prática do mutirão era algo comum entre as principais organizações camponesas do período e isso pode ser visto em Mari também em uma dessas visitas o agricultor Antônio Galdino da Silva, também conhecido como Carioca que era presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mari, convidou os trabalhadores que faziam parte do sindicato e eram sindicalizados a participarem de um mutirão na Fazenda Olho D'Água pertencente a Manuel de Paula Magalhães. Segundo relatos, foi feito um acordo entre Carioca e o filho de Manuel de Paula, Nezinho de Paula que na época representava os interesses do pai.

Nezinho afirmou que havia feito um acordo com Carioca cinco dias antes onde dava usufruto por três meses aos camponeses de uma gleba de terra onde eles não poderiam plantar bem de raiz, e sim, milho e feijão para alimentar suas famílias. Em relação aos mutirões eles eram divulgados de propriedade em propriedade, forma essa que tem relação também com um processo de agitação e propaganda, aquilo que Paulo Freire pontua no famoso tópico: ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão, onde Freire afirma que somente quando os oprimidos descobrem nitidamente o opressor, e se engajam na luta por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua "conivência" com o opressor. E é de notório saber que os

opressores só são opressores porque existem entre os próprios oprimidos, figuras que legitimam essas opressões, e essas figuras podem ser enxergadas no contexto estudado, como no caso dos funcionários da fazenda Santo Antônio.

Os camponeses passaram pela fazenda Santo Antônio que pertencia a esposa de Renato Ribeiro Coutinho, latifundiário da região sua esposa chamava Maria Anunciata Ribeiro Coutinho, o intuito dos camponeses era de divulgar e chamar outros companheiros a participarem do trabalho que aconteceria na Fazenda Olho D'Água, entretanto, foram barrados de forma ostensiva e com arma de fogo por dois funcionários da fazenda: Arlindo Nunes da Silva que era administrador da fazenda e Severino Carlos, vigia da fazenda. Severino Carlos conseguiu fugir quando viu a multidão de camponeses se aproximando, entretanto, Arlindo Nunes que já era conhecido entre os camponeses como alguém que já ameaçava e destratava os camponeses foi açoitado, mandado de volta para fazenda e desarmado. Segue abaixo os depoimentos de Antônio Pessoa, camponês que participou do mutirão e os depoimentos do processo crime de Arlindo Nunes e Severino Carlos que eram funcionários da Fazenda Santo Antônio:

O interrogado juntamente com outros agricultores, pela manhã de ontem dirigiram-se a uma faixa de terra aproximadamente de quatro cincoenta de terra na propriedade denominada Santo Antonio do Sr. Renato Ribeiro Coutinho, onde destinavam a cultivá-la e plantar cereais; Que ao aproximaram-se da faixa de terra, encontraram-se com ou vigia ou administrador da fazenda Santo Antonio em companhia de Severino Carlos, capitão de campo das Usinas, sendo que os camponeses procuraram prender o vigia ou o administrador de nome Arlindo de Tal e Severino Carlos que conseguiram fugir; que, o interrogado assistiu quando outros camponeses tomaram do dito Arlindo um revólver em seguida colocaram no mesmo um chocalho (...)²

O que se pode perceber através desse primeiro relato do camponês Antonio Galdino Pessoa é que Arlindo Nunes já era conhecido na região como alguém que ameaçava e destratava os camponeses, principalmente com o porte de arma de fogo, por Arlindo Nunes ser funcionário do latifúndio. Arlindo foi capturado pelos camponeses enquanto que tentava fugir junto com Severino Carlos (também funcionário do latifúndio), ao ser capturado Arlindo passa pela “lei do chocalho”.

Que, no dia quinze, aproximadamente às 9 horas, o interrogado em companhia do Sr. Severino Carlos encontrava-se nos campos da Fazenda Santo Antonio, quando avistou uma multidão de mais ou menos mil pessoas que se dirigiam para a fazenda Santo Antonio, sendo que o interrogado ao avistar a multidão, tentou fugir, mas aproximadamente a dois mil metros de distancia foi alcançado por elementos da multidão, todos camponeses e destes alguns o agarraram e um outro colocou no pescoço do interrogado um chocalho (..) Que o interrogado ao ser preso pelos camponeses tomaram do mesmo um revolver calibre trinta e oito marca Tauros e uma faca peixeira de oito polegadas³.

² Cf. Autos do processo crime 356/1964 Antonio Galdino Pessoa, camponês, fl. 4 *apud* CLYVIA, Maria. “A tragédia de Mari”: resistência camponesas no município de Mari-PB 1964. 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, p. 88.

³ *Ibidem*. (Depoimento do administrador da Fazenda Santo Antonio)

A lei do chocalho foi uma prática utilizada pelas Ligas Camponesas principalmente depois da morte de João Pedro Teixeira que consistia em coagir camponeses que traíssem a classe, ou seja, era colocado um chocalho no pescoço do traidor da classe e ele era exposto perante os trabalhadores rurais, foi assim que os camponeses tomaram um revólver Smith & Wesson DA - calibre 45 que era de uso exclusivo das forças armadas da mão de um funcionário do latifúndio

Que no dia quinze do fluente, mais ou menos às nove horas, o interrogado viu quando os camponeses se aproximavam da Fazenda Santo Antonio, tendo o mesmo se afastado para um lugar distante e aconselhado ao sr. Arlindo Nunes da Silva administrador da fazenda Santo Antonio, afastar-se também para não ser enchucalhado; que, o interrogado encontrava-se a cavalo, conseguiu fugir e ficar a salvo (..)⁴.

Apesar da coerção, essa violência utilizada pelos camponeses não se equiparava a violência que o latifúndio proporciona esse tipo de reação. Como já foi pontuado logo acima, essa prática passou a ser comum entre os trabalhadores rurais depois da morte de João Pedro. Segundo Elizabeth, depois da morte de João, movidos por um sentimento de inconformismo e desespero dos trabalhadores, os/as trabalhadores rurais partem para uma ação mais direta e violenta que era totalmente justificável. Segundo relatos, esse conflito que aconteceu por volta das 6h da manhã, por volta das 9h da manhã do mesmo dia, segundo Nelson Coelho o governador Pedro Gondim já tinha noção do ocorrido através de Renato Ribeiro Coutinho, que tendo conhecimento do tamanho do problema que estava por vir contactou primeiramente ao governador. Pedro Gondim, quando ficou sabendo do ocorrido ordenou que o Coronel da Polícia Militar, Luís de Barros, que era o responsável pela polícia na região da várzea paraibana, porém o coronel não estava presente, pois tinha ido pela manhã para o Sertão do Estado. Mesmo com a ordem de Pedro Gondim de colocar a polícia para resolver a questão, uma comitiva entre funcionários da fazenda e policiais foram até a fazenda Olho D'Água para tentar recuperar a arma de uso das forças armadas.

Fernando da Cruz Gouveia, que era agrônomo e também homem de confiança de Renato Ribeiro Coutinho, para muitos que estudam o período, Gouveia se dispôs a recuperar a arma apreendida pelos camponeses, além de Fernando Gouveia, partiu da Usina Santa Helena junto com ele também foram: José Daniel Vieira, agrônomo e funcionário das usinas, seu filho, o menor José Daniel Accioly Lima, os sargentos da ativa Cleudo Pinto Soares, Abdias Alves dos Santos da reserva, além dos vigias da empresa José Feliciano, Antonio Barbosa, Vicente Amaro, Valdemar Severino Araújo e Arlindo Nunes (que havia sido enchucalhado pelos camponeses) além de Severino Carlos. Vale salientar que todos portavam armas pesadas, inclusive duas submetralhadoras. Saíram dois jipes e se encontraram com Antônio Galdino, conhecido também por Carioca e um grupo de cerca de 300 camponeses por volta das 10 horas da manhã do dia 15 de janeiro de 1964 às margens da rodovia PB - 08 em busca de um revólver Smith & Wesson DA - calibre 45.

Sobre o encontro do grupo de camponeses que trabalhavam nas terras de Nezinho de Paula, o que se pode observar através dos dois depoimentos de José Joaquim da Silva e Antônio

⁴ Ibidem. (Depoimento de Severino João Gomes, vulgo Severino Carlos).

Bernardino, ambos eram camponeses que participaram do mutirão nas terras da Fazenda Olho D'água, segundo relato dos dois, o encontro com o grupo do latifúndio se deu da seguinte forma:

Que o interrogado estava trabalhando por volta das 10 horas de ontem, dia quinze do fluente, na propriedade do Sr. Nezinho de Paula, no município de Mari, quando estacionaram na pista que liga Sapé a Mari dois veículos um dos quais era um jeep e que dos mesmos saltaram aproximadamente dez pessoas que se dirigiram para o local onde estava trabalhando o interrogado e cerca de quatrocentos homens que entre as pessoas que desembarcaram dos veículos encontravam-se o capitão de campo das Usinas, um vigia, um sargento e alguns soldados da Polícia Militar⁵.

Segundo o relato do camponês, Antônio Galdino Pessoa, quando o grupo de agentes do estado e funcionários do latifúndio chegaram, os camponeses já foram intimidados desde o início da conversa, como podemos observar no relato abaixo: “que, os soldados e os civis, ao deixarem os veículos, dirigiram-se para os camponeses que trabalhavam nas terras de Nezinho de Paulo, e de armas em punho, acenavam para os camponeses no sentido de que os mesmo não se aproximasse (...)”⁶. Sobre o encontro entre funcionários do latifúndio e camponeses reproduzo abaixo o diálogo entre Antonio Galdino (presidente da Liga Camponesa de Mari) e Fernando Gouveia (funcionário do Grupo da Várzea):

Vale o destaque de que quando os funcionários do bloco-agroindustrial chegaram juntos com os policiais, os camponeses faziam o seu trabalho e todos pararam atentos para o que estava acontecendo, segundo o relato de José de Aciolly Lima, onde os milicianos apontavam as armas em direção aos trabalhadores perguntando pelo chefe dos camponeses, que segundo Maria Clyvia, os camponeses embora afirmasse que não tinham chefe, porém reconheciam no Carioca uma liderança.

Vale salientar que depois da entrega da arma o Sargento Pinto ameaça enchocalhar Carioca, que prontamente se coloca contrário junto com os seus companheiros, no meio de toda essa discussão surge um tiro por parte de Fernando Gouveia que atinge letalmente Carioca que chegou a óbito no local do conflito. O primeiro tiro partiu através do próprio Fernando Gouveia, segundo Mirocem que era motorista de um dos jipes que levou o grupo até a fazenda Olho D'Água. Foi Fernando Gouveia quem deu o primeiro tiro e quem matou Carioca, além dessa testemunha.

Ao verem sua liderança abatida e receberem instantaneamente uma rajada de metralhadora os camponeses partiram para um confronto desigual, com seus materiais de trabalho, enxadas, foices, facas que proporcionaram suas subsistências, que colocava comida em suas mesas, passaram a ser literalmente sua única forma de sobreviver. Os camponeses lutavam bravamente contra funcionários do bloco agro-industrial, essa história que ocorreu em Mari remota a conflitos bíblicos, tragédias gregas, mas que no final das contas não era nada disso, era algo que estava no plano da realidade concreta e acontecia nas vésperas do golpe militar brasileiro. Um confronto que, parafraseando Julião, era desigual de foice e de enxada, metralhadora e latifúndio, contra foices e

⁵ Ibidem, p. 91. (Depoimento de José Joaquim da Silva, camponês, fl. 8).

⁶ Ibidem. (Depoimento de Antonio Galdino Pessoa, camponês, fl. 5).

enxadas. No total foram 11 mortes, sete do lado do bloco agro-industrial e quatro do lado dos camponeses. Segue abaixo a tabela com o nome das vítimas e dos feridos:

Quadro XI: Números de Funcionários das Usinas São João, Santa Helena e Policiais mortos

Nome	Idade	Função	Causa da Morte
Abdias Alves dos Santos	55 anos	Policia Militar do Estado da Paraíba	Lesão Cerebral
Antonio Barbosa	35 anos	Funcionário das Usinas São João e Santa Helena	Lesão Cerebral
Fernando da Cruz Gouveia	40 anos	Superintendentes da Usinas São João e Santa Helena	Esmagamento da massa cerebral (anemia)
Cleudo Pinto Soares	40 anos	Sargento da Polícia Militar da Paraíba	Esmagamento de Crânio
José Feliciano	38 anos	Funcionário das Usinas São João e Santa Helena	Anemia aguda (colapso)
José Tomaz da Silva	28 anos	Soldado da Policia Militar da Paraíba	Distúrbio eletrólito e paralisia intestinal
Vicente Amaro	45 anos	Funcionários da Usina São João e Santa Helena	Lesão Cerebral (encéfalo)

Fonte: Autos do Processo crime 356/1964 e Nelson Coelho, 2004, p.68-70. Organização dos dados através de CLYVIA, Maria. *A tragédia...*, op. cit., 2017.

Quadro XII: Número de camponeses mortos no conflito

Nome	Idade	Função	Causa da Morte
Antônio Galdino da Silva	35 anos	Camponês	Anemia Aguda
Genival Fortunato Felix	25 anos	Camponês	Hemorragia (anemia)
José Barbosa do Nascimento	45 anos	Camponês	Hemorragia (anemia)
Pedro Cardoso da Silva	30 anos	Camponês	Hemorragia (lesão cardíaca)

3. Estado Ampliado: o papel da Polícia Militar, Forças Armadas e Judiciário em relação ao conflito

A interpretação do judiciário, forças armadas e polícia militar deve ser colocada dentro desse texto fundamentado na interpretação de Gramsci e sua noção sobre o Estado Ampliado. Sabendo disso, vale o destaque de que esses mecanismos de dominação estão presentes dentro da sociedade política e geralmente exercem a força para legitimar suas ações. Segundo Gramsci, Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção:

As expressões Estado ético ou sociedade civil significariam que esta “imagem” de Estado sem Estado estava presente nos maiores cientistas da política e do direito, na medida em que se situavam no terreno da pura ciência (= pura utopia, enquanto baseada no pressuposto de que todos os homens são realmente iguais e, portanto, igualmente razoáveis e morais, isto é, passíveis de aceitar a lei espontaneamente, livremente, e não por coerção, como coisa imposta por outra classe, como coisa externa a consciência)⁷.

Os mecanismos que perpetuam essa coerção, estão situados na sociedade política que são o judiciário, o exército e as polícias civis e militares, além das milícias privadas, por isso não tem como pensar esse trabalho sem pensar na movimentação desses setores no pós-conflito de janeiro de 1964. Após o conflito, segundo Nelson Coelho⁸, o governador Pedro Gondim indicou o nome de Edinaldo Dias de Barros que era delegado do Deopse (Departamento Estadual de Ordem Política e Social do Estado da Paraíba), e também era o responsável pelo inquérito policial que tinha como objetivo apurar os acontecimentos no Município de Mari.

O delegado indiciou as seguintes pessoas: Antônio Galdino Pessoa, Manuel Fernandes da Silva, José Joaquim da Silva, Arlindo Nunes da Silva, Antônio Bernardino da Silva, Valdemar Severino de Araújo, Severino João Gomes (Severino Carlos) e José. Além de indicar essas pessoas, ouviu José Daniel Aciolly Lima que estava acompanhando o pai, o agrônomo dos Ribeiro Coutinho, José Daniel Vieira de Lima. Vale o destaque que convicto da participação dessas pessoas no conflito o delegado Edinaldo Dias de Barros pediu a prisão dos indiciados ao juiz da comarca de Sapé dias depois a comarca decretou a prisão:

Assim sendo e levando em consideração os elementos colhidos nos autos e levando em consideração a garantida da ordem pública e a instrução criminal decreto a Prisão Preventiva dos indiciados Manuel Fernandes da Silva, Antônio Galdino Pessoa, José Joaquim da Silva, Antônio Bernadino de Oliveira, Arlindo Nunes da Silva, Valdemar Severino de Araújo e Severino João Gomes, vulgo Severino Carlos, todos já qualificados às fls.43, isto com fundamento nos artigos 311 e 313 do Código de Processo Penal⁹.

⁷ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere* – v. 1. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1999.

⁸ COELHO, Nelson. *A Tragédia de Mari*. João Pessoa: Ideia, 2004.

⁹ *Ibidem*.

É importante salientar que o pedido de prisão foi efetuado no dia 24 de janeiro, logo, o governador Pedro Gondim determina a Secretaria de Segurança Pública, que efetuasse a prisão dos acusados, os mesmos foram encarcerados no mês de janeiro e conseguiram um habeas corpus cerca de um mês depois. Foi interpelado dois pedidos de habeas corpus, um deles foi feito através do advogado das Ligas Camponesas paraibanas, o desembargador aposentado, ex-candidato a prefeitura de João Pessoa pelo PCB, João Santa Cruz, solicitando a soltura dos camponeses Manuel Fernandes da Silva, José Joaquim da Silva, Antônio Bernadino de Oliveira e Antônio Galdino Pessoa, outro pedido foi feito através da acusação pelo advogado Alfredo Pessoa de Lima, interpelando pela soltura de Arlindo Nunes da Silva, Valdemar Severino de Araújo e Severino João Gomes (Severino Carlos).

O relator do habeas corpus foi o desembargador Arquimedes Souto Maior, que deu voto a favor da soltura de Arlindo Nunes da Silva, Valdemar Severino de Araújo e Severino João Gomes estendendo a soltura para os pacientes Manuel Fernandes da Silva, Antonio Galdino Pessoa, José Joaquim da Silva e Antônio Bernadino de Oliveira, a justificativa da Câmara Criminal era de que a preventiva dos indiciados não estava fundamentada e não apontava o crime cometido e os réus foram colocados em liberdade no dia 27 de Fevereiro de 1964 os acusados foram postos em liberdade.

Entra em cena também nesse momento o deputado Assis Lemos, isso porque foi o deputado quem tinha recebido em suas mãos a arma, o revólver Smith & Wesson, - Calibre 45 pertencente às forças armadas. Durante sua atuação como deputado, Assis Lemos havia denunciado a existência dessas armas espalhadas por vários locais da Paraíba, geralmente próximo a zona canavieira. A ideia de Assis Lemos era entregar a arma ao general Jair Dantas Ribeiro, que era Ministro da Guerra do governo João Goulart que iria fazer uma visita a Paraíba no dia 03 de fevereiro, nesta passagem o Ministro, passaria no Palácio da Redenção para visitar Pedro Gondim. Assis Lemos até tentou uma reunião com o ministro, através do gabinete do chefe da Casa Civil, Edigardo Soares, mas o ministro havia dito que não se reuniria com nenhum parlamentar, entretanto, o deputado Assis Lemos continuava insistindo para que a reunião fosse feita, pois tinha algo muito importante para entrega, no gabinete do chefe da Casa Civil do Estado da Paraíba, estavam além de Edigardo Soares, Sylvio Porto (secretário do interior e da justiça) e dois coronéis da polícia militar Gadelha (comandante geral) e Amorim (chefe do estado maior) e João Duarte, que era relações públicas do governo.

Até que o Coronel Amorim afirmou que se o superior dele (Gadelha) autorizasse ele tomaria a arma do deputado, Nelson Coelho que era assessor de Pedro Gondim, com receio de ter a arma tomada pelo coronel Amorim, Assis Lemos, diz em seu livro de memórias que se o coronel tivesse tentado tomar a arma ele teria reagido, entretanto, saiu do local, pois planejava entregar a arma ao ministro durante solenidades que iriam ocorrer no 15 ° RI em homenagem a visita do ministro a capital. A visita do ministro fazia parte de um conjunto de visitas que estava fazendo pra verificar a estrutura dos batalhões do exército Brasileiro, a ideia de Assis Lemos, porém, quando estava saindo do Palácio da Redenção, ele foi abordado pelo Coronel Galileu, que era chefe do estado maior do Exército na Paraíba, que afirmou que estava em nome do general Augusto Mata, e prometeu que abriria o inquérito para entender como uma arma do exército foi parar nas mãos de um

administrador de fazendas. Para Assis Lemos, o general Mata e o coronel Galileu, eram dignos de confiança: “Não tendo dúvidas de sua palavra, entreguei-lhe o revólver”.

Segundo Nelson Coelho¹⁰, o coronel Renato Macário, recebeu um ofício de número 75-AjG, com um erro na data, ao invés de 5 de Fevereiro estava 4 de janeiro que afirmava que o deputado Assis Lemos havia entregado um revólver Smith & Wesson DA - Calibre 45, que havia sido retomado após os conflitos. Reproduzo abaixo esse primeiro ofício, que é do coronel Galileu para o secretário de Segurança Pública Renato Macário:

Ministério da Guerra - IV. Exército - 1º Grupamento de Engenharia. Ao: Exmo sr. secretário de Segurança Pública da Paraíba, fez entrega a este comando de um Revólver Smith & Wesson DA - Calibre 45, como tendo sido apreendido do administrador da propriedade Santo Antônio, situada no município de Mari, neste Estado, por um camponês morador do referido município. - A arma em questão tem as seguintes características: número do cano e do tambor: 191 - 329 e número da armação do alojamento do tambor: 24.835-2 - Ao ensejo renovo a V.Exa. protestos de estima e mui distinta consideração. Assinado: Galileu Machado Gonçalves, ten. cel. chefe do Estado Maior - responsável pelo expediente do QG/ 1º GPT¹¹.

No dia 7 de Fevereiro de 1964 o secretário Renato Macário retornando a arma para o Delegado Edinaldo que era o encarregado pelo inquérito do ocorrido em Mari, a proposta era de que a arma fosse colocada junto aos autos do processo, entretanto, vale salientar que durante o fim de fevereiro e início mês de março, o processo pouco andou, o golpe militar de 1964 também iria interferir no andamento do processo isso porque o delegado Edinaldo Dias de Barros, que era tido e interpretado por setores conservadores como um delegado ‘esquerdista’, apesar de Edinaldo Dias ser homem de confiança do deputado paraibano que apoiou o golpe de 1964, Luís Bronzeado, foi deposto do cargo de delegado do DEOPS pelo secretário de Segurança Pública, Renato Macário, em portaria assinada em 7 de abril de 1964, designando o bacharel Silvio Neves Ferreira, como delegado responsável pelo caso, delegado esse que era conhecidamente um apoiador dos golpistas de 1964 e também informante no momento anterior ao golpe. Segundo Nelson Coelho¹², só no dia 8 de Abril de 1964 o delegado Silvio Neves Ferreira, ou seja, um dia após sua nomeação, mas sessenta e um dia depois a solicitação do secretário de segurança pública solicitar que a arma fosse anexada aos autos do processo, dando parecer favorável. Entretanto, observemos abaixo o ofício do 1º Grupamento de Engenharia, que foi destinado a Renato Macário no dia 26 de Fevereiro de 1964:

Ministério da Guerra - IV Exército - 1º Grupamento de Engenharia. João Pessoa, 26/fev/1964. Ofício n. 138 - AjG. Do comandante do 1º Grupamento de Engenharia. Ao Exmo. senhor secretário da Segurança Pública da Paraíba. Assunto: Destino de uma arma apreendida (participa). Referência: Of. N.75 - AjG, de 4 de janeiro de 1964. 1º Participa a V.Exa que, cumprindo determinação do Exmo. senhor comandante do IV Exército remeti àquela autoridade competente. 2. Ao ensejo, renovo a V.Exa protestos de estima e mui distinta consideração. Galileu Machado Gonçalves, tenente coronel -

¹⁰ Ibidem.

¹¹ Ibidem.

¹² Ibidem.

chefe do estado maior e responsável pelo expediente do QG do 1º Grupamento de Engenharia¹³.

Aqui o que se pode perceber é a relação íntima entre a polícia e o exército, isso porque a arma que havia sido entregue ao exército e que deveria pertencer aos autos do processo do caso do conflito, acabou sendo perdida e nunca mais apareceu. É observar toda articulação em torno das trocas de ofícios entre o secretário Renato Macário e o 1º Grupamento de Engenharia e depois da atuação do delegado Silvio Neves que mais de sessenta dias depois vai dar parecer favorável para que a arma fizesse parte dos autos do processo, entretanto, já havia sido extraviada e perdida ao longo do tempo, para nos ajudar a compreender essa relação da polícia com outras forças do estado, como no caso do exército, trago abaixo a interpretação de Gramsci sobre como se forma as polícias dentro da sociedade moderna e sua forma de dominação:

A técnica política moderna mudou completamente pós 1848, após a expansão do parlamentarismo, do regime associativo sindical e partidário, da formação de vastas burocracias estatais e “privadas” (político-privadas, partidárias e sindicais), bem como as transformações que se verificaram na organização da polícia em sentido amplo, isto é, não só do serviço estatal destinado à repressão da criminalidade, mas também do conjunto das forças organizadas pelo Estado e pelos particulares para defender o domínio político e econômico das classes dominantes¹⁴.

Um exemplo da manifestação desse domínio político e econômico é atuação do delegado de polícia Silvio Neves Ferreira, como já foi dito anteriormente era um notório defensor dos militares e ele conseguiu uma façanha isso porque trinta e cinco dias após assumir o inquérito, o delegado subitamente, ou como um passe de mágica chegou a uma resolução e encaminhou o caso para a justiça pública, segue o relatório de Silvio Neves Ferreira, segundo Nelson Coelho:

Exmo Senhor juiz de direito da comarca de Sapé.

Relatório: Tendo o signatário do presente relatório sido designado para proceder às diligências necessárias à complementação deste inquérito, verificou que foram ouvidos todos os acusados, testemunhas, informantes, etc., com a juntada dos documentos devidos para a instrução do mesmo inquérito. Somente se faz necessário se fazia o relatório para envio à Justiça dos autos. Isto o que passamos a fazer após a leitura de todos os documentos: Aos quinze dias do mês de janeiro do corrente ano, no município de Mari, tiveram lugar lutosos acontecimentos envolvendo moradores de uma propriedade do sr. Nezinho de Paula e alguns funcionários das Usinas São João e Sta Helena. Tais fatos tiveram origem em uma invasão de terras da fazenda Santa Antônio daquelas usinas, por parte daqueles moradores. Estas invasões eram comuns, à época por orientação das famosas e famigeradas Ligas Camponesas, cujos chefes procuravam tumultuar o meio rural sem o respeito devido às propriedades e aos proprietários. Após a invasão já aludida, os camponeses sob a chefia de Antônio Galdino Pessoa, procederam ao enchocalhamento do vigia da fazenda, tomando-lhe um revólver que portava, na ocasião, e o soltaram após o mesmo prometer que as

¹³ Ibidem, p. 252.

¹⁴ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos...*, op. cit., p. 77.

terras invadidas seriam entregues àqueles moradores. Tomando conhecimento do fato, o sr. Fernando da Cruz Gouveia, contador das usinas, em companhia de outras pessoas, dirigiu-se à propriedade do sr. Nezinho de Paula, para onde haviam retornado os invasores, a fim de esclarecer o caso e obter a devolução da arma tomada. Ao chegarem àquele local e mal iniciadas as conversações, houve o cerco dos circunstantes por parte dos camponeses e a imediata agressão ao sr. Fernando da Cruz Gouveia, agressão essa procedida a golpes de enxadas que lhe ocasionou a morte imediata. Reagiram, então, os companheiros do inditoso senhor, travando-se sangrenta luta entre as facções, resultando da mesma, a morte no local das seguintes pessoas, além do já mencionado: Fernando da Cruz Gouveia, Cleudo Pinto Soares, Abdias dos Santos, Vicente Amado, José Feliciano, Antônio Barbosa, Pedro Cardoso da Silva, Genival Fortunato Félix, José Barbosa do Nascimento e, posteriormente do soldado de polícia José Tomaz da Silva, do destacamento policial de Mari, que ali chegara, logo após o início do entrevero, bem como o líder camponês Antônio Galdino Pessoa, exames cadavéricos de fls. 26 a 35 e atestado de óbito de fls. 40. Além dessas mortes, ocorreram ferimentos nas pessoas de José Daniel Vieira Lima, do menor José Daniel Aciolly Lima e Manoel Fernandes da Silva (exames de corpo de delito de fls. 36, 37 e 39). Segundo depoimentos dos acusados e de testemunhas, envolveram-se, nos acontecimentos, tomando parte ativa nos mesmos, as seguintes pessoas, afora outras não identificadas: Manoel Fernandes da Silva, José Joaquim da Silva, Antônio Bernadino de Oliveira, Arlindo Nunes da Silva, Valdemar Severino de Araujo e Severino João Gomes, vulgo Severino Carlos, além dos feridos e mortos. Pelo apurado, vê-se que os acima nomeados estão incurso nas penas dos artigos 121 e 129 do código penal. Isto o que se pode deduzir da leitura atenta e minuciosa dos depoimentos, interrogatórios e documentos, depoimentos aqueles prestados perante Bel. Edinaldo Dias de Barros encarregado do inquérito, cuja substituição pelo signatário deste se deu face à sua exoneração do cargo de delegado da ordem política, social e econômica. Devemos salientar ainda o fato de que os acusados se encontram em liberdade em face de habeas corpus concedido pela Egrégia Câmara Criminal do Tribunal de Justiça da Paraíba, como se vê da cópia do acórdão, às fls. 51 a 54, por estarem os mesmos com prisão preventiva decretada pelo Exmo. sr. dr. juiz de Direito da Comarca de Sapé. O escrivão proceda à juntada deste aos autos, remetendo-os à autoridade judiciária competente o Exm. sr. dr. Juiz de Direito de Sapé, para os seus devidos e legais efeitos. João Pessoa, 15 de maio de 1964. Silvio Neves Ferreira - delegado especial de ordem política social e econômica¹⁵.

Esse relatório do delegado Silvio Neves é extremamente problemático, isso porque o delegado já começa afirmando o nome errado do proprietário da terra. Ele chama de Nezinho de Paula quem na verdade se chamava Manuel de Paula Magalhães, Nezinho era o apelido do filho de Manuel, entretanto, se fosse apenas esse equívoco até que daria para perdoar, porém, esse relatório é cheio de falhas e extremamente tendencioso. O segundo caso que mostra a incapacidade deste relatório escrito pelo senhor Silvio Ferreira, é que ele afirma que os camponeses enchocalharam e tomaram o revólver do administrador da fazenda, mas, em nenhum momento fala no relatório sobre o histórico de violência por parte do administrador Arlindo Nunes com os camponeses, além de não

¹⁵ COELHO, Nelson. *A Tragédia...*, op. cit., p. 234.

falar nem sequer uma linha sobre o fato do revólver que estava sob posse do vigia ser do exército brasileiro. Segundo o intelectual sardo Gramsci, aponta o papel que a polícia pode cumprir no processo de dominação:

O que é a polícia? Por certo, ela não é apenas uma determinada organização oficial, juridicamente reconhecida e habilitada para a função de segurança pública, tal como ordinariamente se entende. Este organismo é o núcleo central e formalmente responsável da “polícia”, que é uma organização muito mais ampla, da qual direta ou indiretamente, com laços mais ou menos precisos e determinados, permanentes ou ocasionais, etc, participa uma grande parte da população de um Estado. A análise destas relações serve bem mais para compreender o que é o “Estado” do que muitas dissertações filosófico-jurídicas¹⁶.

Ou seja, em Gramsci, a polícia está para além da compreensão do mantimento da segurança pública, presente na sociedade política, a polícia, é uma organização ampla na qual tem participação direta na manutenção de uma ordem dominante, com laços mais ou menos preciso, no caso deste relatório de inquérito policial, o que se pode observar é que e em nenhum momento se fala de indiciar José Daniel Vieira de Lima, que era agrônomo e pertencia ao alto escalão da elite agro-industrial e passa a ser protegido pelo delegado Silvio Neves, mostrando sua sintonia tanto com os golpistas de 1964 quanto com as elites locais. Um ponto que vale destaque também é sobre as condenações, pois, há nessas condenações um evidente caráter de classe, tendo em vista que todos os acusados, até aqueles que pertenciam ao grupo da várzea eram funcionários de baixo escalão, isso quer dizer que eram vigias ou vaqueiros que no final, foram indiciados pelo artigo 121 e 129 que, respectivamente, significam matar alguém e ofender a integridade corporal de alguém. Compartilho da mesma ideia de Nelson Coelho¹⁷, onde a intenção de Silvio Neves era de tentar construir uma narrativa onde levasse a criação de um júri popular, pois, não podemos perder de vista, que escalada autoritária só estava começando e que um júri popular poderia ser facilmente manipulado e as penas serem diferentes, abrindo margem assim, para decisões que fossem legitimadas em preferências do regime. Escutou apenas duas testemunhas da acusação, isso porque com a escalada autoritária e com o golpe de 1964 o medo passou a ser uma constante. Junto a isso a proibição da existência das Ligas Camponesas pós 1964 gerou também um forte impacto na organização camponesa, apesar de parte dos sindicatos rurais ainda existirem e os camponeses, com o golpe, sofreram um forte baque organizacional, Entretanto, o fato de não existir testemunhas por parte do camponeses por decisão do Ministério Público evidencia algo que já vem sendo explicitado ao longo deste trabalho que é o profundo vínculo de setores do judiciário com as classes dominantes e sua relação servil a uma escalada autoritária. Abaixo reproduzo na íntegra a sentença do juiz Walter Rabelo sobre o caso no dia 24 de Maio de 1966:

Ementa -- Constatada, através das provas, que o caso é de rixa, condena-se os réus às penas a que estão enquadrados de acordo com o Código Penal. Vistos etc. O ministério público através de seu representante denunciou de José Daniel Vieira Lima Arlindo N. da Silva, Severino João Gomes, vulgo Severino Carlos, Valdemar Severino

¹⁶ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos...*, op. cit., p. 196.

¹⁷ COELHO, Nelson. *A Tragédia...*, op. cit.

de Araújo, Antônio Galdino Pessoa, Manuel Fernandes da Silva, José Joaquim da Silva e Antônio Bernadino, como incurso nas penas do art.137, § Único, do Código Penal, em virtude de terem participado do fato descrito na denúncia de fls.2. -- XXX - - Recebida a denúncia pelo substituto eventual do titular efetivo da comarca, foi designado dia para interrogatório e mandado expedido precatório. Ao interrogatório, compareceu apenas o réu José Daniel Vieira Lima, apesar de terem sido feitas as diligências de intimações aos demais, o titular da comarca mandou que se publicasse edital de intimação aos demais denunciados que não compareceram e tiveram defensor nomeado na forma da lei -- XXX-- No sumário, só foi possível serem ouvidas duas testemunhas de acusação, não tendo havido testemunhas de defesa. Decorrido o prazo para diligências, foi aberta vistas ao promotor público, que apresentou suas razões finais. Em seguida, vieram as seus defendidos -- XXX -- Estudadas as peças que compõem o presente processo, pode-se, através dos elementos existentes, chegar-se a uma conclusão real dos lamentáveis fato que se passaram onde tantos perderam a vida sem razão de ser. -- XXX -- Aquele que intervém em rixa, com o objetivo manifesto de apaziguar os contendores, não se torna passível de qualquer penalidade, desde que não aja com dolo e não se exceda em sua conduta de apaziguamento. (Ac. Da 3º Câmara Criminal do T.J. de S.P - 31/8/48 Rev. dos Trib. v 176-p.84). XXX -- Rixa, na definição de Bento de Faria, é contenda briga ou desordem entre várias pessoas. Altonila e Alimena: o número de pessoas a ser fixado, no mínimo, para caracterizar a rixa, é três ou mais. Rixa ocorre quando se verifica uma luta improvisada, subitânea, de mais pessoas entre si. - (Desemb. F.Cunha Pereira -- 1º Câmara do T.J do Paraná --17/11/1948) -- XXX -- Para que a rixa seja qualificada, basta que resulte a eventual morte ou lesão corporal de natureza grave. Cada um dos co-rixantes incorre na pena majorada porque contribuiu para criar e fomentar a situação de perigo, não respondendo pelas consequências que não produziu, mas pelas não imprevisíveis a que prestou sua cota de causalidade -- XXX -- No delito de rixa, a legítima defesa é impossível, pois a rixa se verifica de modo imprevisto, é a resultante dos ânimos disputantes. A rixa não deve ser compreendida, digo, confundida com agressão, pois os agredidos, permanecem inativos, não rixam; os que reagem a uma agressão, se defendem, justificando-se então a legítima defesa, porém, grupos que se defrontam em campo, à margem de via pública, cometem rixa. -- XXX --Assim sendo e considerando os elementos existentes nos autos e ainda com apoio na vasta jurisprudência existente em relação ao caso, Julgo Procedente em parte a denúncia de fls. para absolver, como absolvo o denunciado José Daniel Vieira Lima, já qualificado às fls., por considerar que o mesmo satisfaz as condições de que entrou no conflito com o desejo de apaziguar; e condeno os demais denunciados como incurso nas penas do art. 137 § Único do Código Penal por concluir que os mesmos estão realmente enquadrados àquelas penas previstas no código e assim sendo, ficam os réus, Arlindo Nunes da Silva, Severino João Gomes, vulgo “Severino Carlos”, Valdemar Severino de Araújo, Antônio Galdino Pessoa, Manuel Fernandes da Silva, José Joaquim da Silva e Antônio Bernadino de Oliveira, condenados à pena de dois (2) anos de detenção, as custas do processo e a taxa penitenciária de Cr\$ 500 (quinhentos cruzeiros). A referida pena deverá ser cumprida na Penitenciária Modelo, em João Pessoa. Lance-se os nomes dos réus no rol dos culpados e expeça-se

mandado de prisão às autoridades competentes. PIR. Sapé, 24 de maio de 1966 - Walter Rabelo da Costa - juiz de Direito¹⁸.

Através dessa sentença emitida pelo juiz de direito da comarca de Sapé, podemos observar cumplicidade e o caráter de classe das decisões do judiciário, tendo em vista que na totalidade da sentença o que se pode observar é que os únicos condenados ao crime são condenados que tem uma classe em comum, apesar de compreender que existem divergências na atuação desses trabalhadores, e que os funcionários do Grupo da Várzea também legitimam diversos tipos de violência por parte dos latifundiários aos camponeses, entretanto, no caso desse conflito o que se pode observar é que os considerados culpados são homens pobres, talvez com poucas diferenças no processo de exploração, mas todos são homens pobres, por exemplo: Severino Carlos (vulgo Severino Carlos), exercia a função de Capitão do Campo, Severino Araújo era vigia da Usina Santa Helena e Arlindo Nunes era Administrador da Fazenda. Sobre isso Paulo Freire constrói uma boa síntese: *raros são os camponeses que ao serem promovidos a capatazes não se tornam mais duros opressores de seus antigos companheiros do que o patrão mesmo.*

Entretanto, esses funcionários do latifúndio que foram considerados culpados, não deixam de ser oprimidos que “hospedam” e reproduzem vários mecanismos de dominação, mas pertencem ao mais baixo escalão dos funcionários do Grupo da Várzea. Os outros quatro que foram condenados eram os camponeses: Manuel Fernandes da Silva, camponês, e Antônio Galdino Pessoa, José Joaquim da Silva e Antônio Bernardino de Oliveira que também ambos eram camponeses, assim como os funcionários do latifúndio do baixo escalão os camponeses também receberam dois anos de pena na penitenciária modelo de João Pessoa. Aqui observamos o caráter de classe da atuação do judiciário paraibano, outro ponto que confirma essa hipótese a absolvição de José Daniel Vieira Lima, que participou ativamente no conflito, mas que foi inocentado pois o próprio art.137 do código penal abria essa possibilidade de interpretação, tendo em vista que a defesa de José Daniel alegou que ele entrou no conflito com o intuito de apaziguar a situação, entretanto não devemos esquecer que o contexto desse caso está inserido no momento de escalada autoritária que tinha no setor judiciário um alicerce de coerção, sobre isso e analisando a relação do judiciário com as elites locais, elites essas que foram ostensivamente favoráveis ao Golpe Militar de 1964. Embora a ditadura brasileira não possa ser considerada fascista, as palavras de Gramsci podem ser apropriadas para pensar o nosso regime militar:

Os fascistas só puderam realizar suas atividades porque dezenas de milhares de funcionários do Estado, em particular dos organismos de segurança pública (delegados de polícia, guardas-régias, carabineiros) e da Magistratura, tornam-se seus cúmplices morais e materiais. Estes funcionários sabem que a manutenção de sua impunidade e o êxito de suas carreiras estão estreitamente ligadas aos destinos da organização fascista, e, por isso, têm todo interesse em apoiar o fascismo em qualquer tentativa que este faça no sentido de consolidar sua posição política¹⁹.

¹⁸ Apud COELHO, Nelson. *A Tragédia...*, op. cit., p. 242.

¹⁹ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos...*, op. cit.

O processo sobre o conflito de Mari já começaram extremamente desqualificado tendo em vista as trocas no departamento de polícia e o relatório do delegado Edinaldo Dias (ostensivo apoiador do golpe de 19964), onde não sabia o nome do dono da propriedade, trocou nome dos acusados, não separou sequer uma linha sobre o segundo ataque que houve aos camponeses, com a chegada da polícia militar local e ainda ocultou o nome de um participante que foi José Daniel Vieira, que só veio a ser lembrado quando o promotor Eurico de Sousa Rangel indiciou José Daniel e o colocou na denúncia, aparentou-se um certo clima de imparcialidade, mesmo sabendo a inexistência desse termo na justiça burguesa, porém, quando o ministério público só convoca duas testemunhas, que pertenciam a acusação (ou seja ao Grupo da Várzea) negando o direito ao contraditório, mostrou que atuação do judiciário paraibano sobre esse caso foi em sintonia com os interesses do Grupo da Várzea e conseqüentemente com a escalada autoritária proveniente do golpe militar, o fato de José Daniel ser absolvido da acusação mostra o papel que essas forças cumprem no mantimento de uma ordem dominante.

Trajетória formativa da Diocese de Guarabira - PB (1981): inspirações, tendências e ações

Lidineide Vieira da Costa¹

lidineidecursohistoria@gmail.com

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

1. Introdução

A presente comunicação objetiva apresentar o processo de organização e primeiros momentos da Diocese de Guarabira, criada em 1981, buscando dialogar com as bases que orientaram as ações do corpo diocesano (bispo, padres, religiosos, leigos, etc.). Para tanto, objetivou-se demonstrar como a Teologia da Libertação se fez presente nessa espacialidade, criando um canal de comunicação e proximidade entre a Igreja e a população menos assistida.

Em vista disso, apesar de um bispo não movimentar sozinho uma Diocese, destacou-se o papel de Dom Marcelo Pinto Cavalheira, primeiro bispo diocesano de Guarabira, enfatizando igualmente sua relação com outras figuras, a exemplo de Dom José Maria Pires, visando assim demonstrar sua prática vinculada as experiências e diálogos que estabeleceu ao longo da vida. Nesse sentido, Dom Marcelo não representa um elo único e isolado na “opção pelos pobres” em território paraibano.

A relação entre a Diocese e os problemas socioeconômicos de sua jurisdição foi decisiva para a formação de algumas pastorais, bem como de áreas de atuação dentro da Igreja, o que à época ficou conhecido como setor de “serviços”. Nessa esteira, houve a criação do Projeto Educativo do Menor (PEM), o Centro de Orientação dos Direitos Humanos (CODH) e o Serviço de Educação Popular (SEDUP), visando dar assistência educacional, jurídica e assessorar os diversos movimentos que se organizaram na região, sejam estes provenientes dos conflitos de terra ou dos direitos trabalhistas. Assim, espera-se demonstrar a seguir, de maneira sintética, as nuances de ações libertadoras na região do Agreste e Brejo paraibano.

2. A formação da Diocese de Guarabira: contexto e diálogos

Não é novidade que a Igreja Católica, enquanto instituição secular e sujeita as oscilações dos espaços que se insere, passou por mudanças ao longo do tempo, o que reflete também nas práticas de seus agentes. Na Paraíba, ao longo do século XX, alguns cenários demonstraram o contraste da instituição religiosa que, até pelo menos a primeira metade da década de 1960, em consonância com

¹ Licenciada em História pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); Mestre em História pela Universidade Federal da Paraíba (PPGH-UFPB); Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia (PPGH-UFBA). Bolsista FAPESB - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia.

o cenário nacional, possuía uma Doutrina Social anticomunista e de conformação entre as classes, assumindo uma postura de contenção aos movimentos sociais no campo, sobretudo das Ligas Camponesas. Atuando na criação de sindicatos rurais, os chamados “Sindicatos dos padres”, visava fazer oposição e apresentar uma alternativa as Ligas, tendo apoio estatal e, na maioria das vezes, incentivo dos proprietários rurais locais².

Esse quadro regional, além dos desdobramentos posteriores da violenta Ditadura Empresarial-Militar (1964-1985), passou por algumas inflexões gerais que estão vinculadas ao Concílio Vaticano II (1962-1965), encontro convocado pelo Papa João XXIII e que resultou em novas orientações teológicas³ para a Igreja, principalmente no que concerne as realidades políticas e desigualdades socioeconômicas dispostas na sociedade (MITIDIERO JUNIOR, 2008, p. 86).⁴ Além do Concílio, a 2º e 3º Conferência Episcopal Latino-Americana realizadas, respectivamente, em Medellín – Colômbia (1968) e Puebla – México (1979) contribuíram para firmar e tornar palpável os novos fundamentos da Igreja, registrados em documentos pontifícios. Nesse contexto, foi ganhando contornos leituras da teologia que vislumbravam a libertação do oprimido através do evangelho. Acerca do surgimento da Teologia da Libertação (TL), Marco Mitidiero Júnior pontua:

Nenhum dos teólogos e autores mais importantes da Teologia [...], arrisca datar o surgimento dessa nova interpretação do Evangelho [...], mas todos deixam pistas do processo formador da Teologia da Libertação. O Concílio Vaticano II (1962-1965) e, principalmente os encontros episcopais de Medellín [...] e Puebla [...], contextualizados pela realidade socioeconômica e política da América Latina, certamente são reconhecidos por todos como as raízes de uma abertura na Igreja Católica, que possibilitou a emersão de críticas à teologia tradicional e a formação de uma nova hermenêutica da fé, portanto de um novo viés interpretativo da Bíblia Sagrada e do Cristianismo.⁵ (MITIDIERO JÚNIOR, 2008, p. 78)

O cenário latino-americano possui uma parcela muito importante no surgimento da Teologia da Libertação no ceio da Igreja Católica, sendo contextualizado por Gustavo Gutierrez em sua obra mestra *Teologia de la liberación: perspectivas*. Assim, o inscrito autor dedicou parte da narrativa para apresentar a América-Latina à luz da teologia, explicando como a ideia de marcha inevitável do progresso e da modernidade, inspirada nos países capitalistas desenvolvidos, faziam parte do imaginário e de estudos que buscavam elucidar os graves problemas sociais dos países latino-americanos na década de 1950, não havendo um olhar para a relação entre subdesenvolvimento e

² TOSI, Giuseppe. *Terra e trabalho para quem trabalha*. Um estudo sobre os conflitos sociais no Brejo Paraibano. Campina Grande: Mestrado em Sociologia Rural – Universidade Federal da Paraíba, 1988, p. 111.

³ Com a convocação do Concílio e encerramento, as encíclicas *Mater et Magistra* (1961), *Pacem In Terris* (1963) e *Populorum Progressio* (1967) figuram como importantes referências ao corpo social da Igreja Católica.

⁴ MITIDIERO JÚNIOR, Marco Antonio. *A ação territorial de uma Igreja radical: Teologia da Libertação, luta pela terra e atuação da Comissão Pastoral da Terra no Estado da Paraíba*. São Paulo: Doutorado em Geografia Humana – Universidade de São Paulo, 2008, p. 86.

⁵ *Ibidem*, p. 78.

desenvolvimento dos países capitalistas ou ainda, que o quadro de miséria resultava de um processo histórico próprio⁶. Frente ao quadro o papel da teologia e sua proposta é apresentada:

La teología debe ser um pensamento crítico de sí misma, de sus propios fundamentos. Sólo eso puede hacer de ella um discurso no ingenuo, consciente de sí misma, en plena posesión de sus instrumentos conceptuales. Pero no es unicamente a este punto de vista, de carácter epistemológico, al que aludimos cuando hablamos de la teología como uma reflexión crítica. Nos referimos, también a una actitud lúcida y crítica respecto de los condicionamientos económicos y socioculturales de la vida y reflexión de la comunidade cristiana [...]. Pero, además y sobre todo, tomamos esa expresión como la teoría de una práctica determinada. La reflexión teológica sería entonces, necesariamente, una crítica de la sociedade y de la iglesia, en tanto que convocadas e interpeladas por la palabra de Dios; una teoría crítica, a la luz de la palabra aceptada em la fe, animada por uma intención práctica e indisolublemente unida, por consiguiente, a la praxis histórica⁷.

Além do desenvolvimento de um pensamento crítico voltado para a própria instituição e para o cenário social, orientados pelos escritos bíblicos, Gutierrez ainda salienta que a teologia proposta não se limita a pensar o mundo, mas busca posicionar-se diante das transformações e atuar na construção de uma sociedade justa e fraterna na qual a dignidade humana seja respeitada. Essas concepções foram acolhidas e ampliadas por outros teólogos no Brasil, a exemplo de Leonardo Boff, Clodovis Boff, João Batista Libânio, Joseph Comblin, entre outros.

Uma vez conhecida a Teologia da Libertação, na Paraíba sua prática toma notoriedade em meio as mudanças produtivas no campo. Com os incentivos fiscais e creditícios do governo federal através do Programa Nacional do Alcool – PROALCOOL⁸, os produtores do setor canavieiros se viram instigados a aumentar as áreas de cana visando o mercado produtor/consumidor de álcool, uma atividade lucrativa diante da crise mundial do Petróleo na década de 1970.

Destarte, as relações de trabalho tradicionais (moradores, foreiros, arrendatários, etc.) foram impactadas pelo valor que qualquer pedaço de terra adquiriu dentro do latifúndio e arredores, sendo estas direcionadas para o cultivo da cana-de-açúcar. Por meio dos conflitos por terra e direitos que o aumento das áreas de cultivo causou, na “segunda metade dos anos 70, houve um encontro providencial entre a proposta de uma Igreja/Povo de Deus e uma significativa parcela de trabalhadores expulsos da terra, ou ameaçados de expulsão, atingidos pelas mudanças sociais em curso”⁹.

⁶ GUTIERREZ, Gustavo. *Teología de la liberación: perspectivas*. Salamanca: Ediciones Sigueme, 1975, p. 114 e 117.

⁷ *Ibidem*, p. 34.

⁸ MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. *Capítulos de Geografía Agrária da Paraíba*. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1997, p. 105.

⁹ NOVAES, Regina Reyes. *De corpo e alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo*. Rio de Janeiro: Graphia, 1997, p. 132.

A Igreja/Povo de Deus esteve representada nas ações de leigos, padres, freiras e também de reconhecidas figuras. Se em Recife à época destacava-se a atuação de Dom Hélder Pessoa Câmara enquanto arcebispo de Olinda e Recife, na Paraíba a chegada de Dom José Maria Pires, nomeado arcebispo da Arquidiocese da Paraíba, também ganhará notoriedade. Os citados arcebispos, além da proximidade territorial e ações de enfrentamento aos problemas socioeconômicos desenvolvidos por Dom Hélder em Pernambuco, atuavam na defesa dos direitos humanos em meio a Ditadura, possuindo igualmente uma afetuosa amizade. Sobre a chegada de Dom José a Paraíba:

Em 1966 chegou à Paraíba Dom José Maria Pires, em substituição a um bispo considerado moderado/conservador, Dom Mário Villas Boas. Naquele momento a diocese de João Pessoa ganhou um clérigo que tinha participado ativamente do Concílio Vaticano II em Roma, o que não quer dizer que Dom José já chegara à Paraíba imbuído de ideias mais progressistas [...] e que sua atuação estava baseada nas fundamentações da Teologia da Libertação. Entretanto, foi nesse Estado que o arcebispo “se converteu”, principalmente no momento em que ele passou a ter contato direto com as comunidades camponesas oprimidas. [...] Depois de pouco mais de um ano à frente da Arquidiocese da Paraíba, assistindo as mazelas das classes miseráveis, Dom José conscientizou-se de que o papel da Igreja era estar com o povo, era ser o povo¹⁰.

As ações de setores da Igreja junto à população de baixa renda na Paraíba, com a tomada de posse de Dom José Maria Pires, são múltiplas. Visando exemplificar: tivemos um grande movimento chamado “Igreja Viva”, responsável por organizar/assessorar a discussão dos problemas das comunidades, contribuindo para a formação de diversas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) no estado, além de inspirar religiosos da arquidiocese e padres/feiras que, vindo do exterior, desenvolviam sua missão no estado; Dom José foi responsável pela organização do Centro de Formação de Missionários Camponeses da América Latina e, dado a metodologia empregada a qual contava com as contribuições de Joseph Comblin, tornou-se popularmente conhecida como “teologia da enxada”; ainda, em 1972, nasceu o Grupo de Promoção Humana, com atuação ativa de leigos, clérigos e outros profissionais junto aos camponeses, contribuindo para a organização destes em meio aos conflitos rurais, experiência que acabou por formar a Pastoral Rural (que posteriormente passou a Comissão Pastoral da Terra – CPT, coordenada por Frei Anastácio), o Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH), entre outros¹¹.

Moveu-se desse formato de Igreja, próxima à população pobre e orientada pelas premissas da Teologia da Libertação, a formação da Diocese de Guarabira no ano de 1981, abrangendo 23 municípios¹². Guarabira, cidade que acolheu a Diocese, apesar de à época pertencer a

¹⁰ MITIDIERO JÚNIOR. Marco Antonio. *A ação...*, op. cit, p. 291.

¹¹ *Ibidem*, p. 290-324.

¹² A Diocese era constituída pelos municípios de: Guarabira, Araçagi, Pilõezinhos, Araruna, Cacimba de Dentro, Tacima, Solânea, Bananeiras, Dona Inês, Serraria, Borborema, Pilões, Arara, Alagoinha, Mulungu, Cuitegi, Pirpirituba, Belém, Mari, Serra da Raiz, Caiçara, Duas Estradas e Lagoa de Dentro. (1º. Livro de Tombo da Diocese de Guarabira, 1981-1997).

Microrregião do Piemonte da Borborema¹³, era conhecido como “capital (ou rainha) do Brejo” por ser porta de entrada para numerosos municípios e principal polo de circulação comercial e de pessoas, integrando as municipalidades circunvizinhas.

À frente da nova Diocese foi posto o bispo Dom Marcelo Pinto Cavalheira; “pernambucano de origem, foi diretor do Instituto Teológico de Recife e atuou ao lado de Dom Hélder Câmara durante muitos anos. Em 1975, sagrou-se bispo e foi para a Paraíba ocupar o cargo de bispo auxiliar da arquidiocese de João Pessoa”¹⁴, quando passou a ter contato com a região episcopal do Brejo, criada em 1976. A respeito de sua chegada na Diocese enquanto bispo e recepção pela população:

... a Diocese de Guarabira nasceu [...] sob a marca do setor progressista da Igreja Católica, como resultado de um desmembramento da Arquidiocese da Paraíba. D. Marcelo já era conhecido na região. Como Bispo auxiliar ele acompanhava D. José em visitas pastorais a trabalhadores rurais expulsos ou ameaçados de expulsão da terra. Os conflitos sociais na região opunham latifundiários, empresários rurais e grandes comerciantes que pretendiam dar outra utilização produtiva à terra (plantio de cana ou criação de gado) aos trabalhadores rurais que [...] tiravam total ou parcialmente seu sustento do trabalho da terra. Nesse contexto, a chegada do Bispo suscitou várias reações¹⁵.

Essas várias reações estão justamente ligadas a teologia seguida e praticada por Dom Marcelo Carvalheira que, após seu estabelecimento na Diocese, teria sido chamado de “bispo comunista” por parte de alguns proprietários rurais¹⁶. Em documentário produzido pela Prefeitura de Guarabira no ano de 2018¹⁷, na ocasião de inauguração de um memorial em homenagem ao bispo na cidade, Giuseppe Tosi, antigo agente pastoral e professor pesquisador, rememorou três fases da trajetória formativa de Dom Marcelo: a profunda formação teológica em Roma, nos anos 1950, na linha do Neotomismo; o processo de transição para outra perspectiva religiosa com o Concílio Vaticano II, o qual levou Dom Marcelo Cavalheira a aderir ao personalismo cristão; e, sobretudo com as Conferências Episcopais de Medellín e Puebla, a “conversão” a Teologia da Libertação, desenvolvendo seu trabalho de base popular.

A relação pessoal e formativa de Dom Marcelo Pinto com a TL também esteve presente em alguns de seus depoimentos e entrevistas vinculados em jornais. A título de exemplo, conforme posto no trabalho dissertativo de Diego Pessoa de França, a partir do Jornal *O Norte* (1975), Dom Marcelo afirmou “não ser cristão ignorar-se a sorte dos injustiçados [...], dos desfavorecidos deste

¹³ O Brejo Paraibano (Nº 98), junto com o Agro-Pastoril do Baixo Paraíba (Nº 99), o Piemonte da Borborema (Nº 92) e o Agreste da Borborema (Nº 97) formava a Mesorregião do Agreste e Brejo Paraibano, divisão geográfica que perdurou até o ano de 1990. Conferir mapa em: <https://drive.google.com/file/d/1uBP-YCFL9TyGpaKCgn3elF4jaF9Uswzp/view?usp=sharing>

¹⁴ MITIDIERO JÚNIOR. Marco Antonio. *A ação...*, op. cit., p. 328.

¹⁵ NOVAES, Regina Reyes. *De corpo...*, op. cit., p. 188.

¹⁶ Ibidem.

¹⁷ Prefeitura Municipal de Guarabira – Dom Marcelo, dom da ternura (Documentário). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QZfDKVsaCvc>

mundo. De modo que a atitude de justiça, a atitude de preocupação com os pequeninos [...] deve ser fundamental da igreja cristã”¹⁸.

Em relação às atividades desenvolvidas pelo corpo diocesano (bispo, padres, freiras, leigos, etc.), os primeiros momentos foram voltados para o fortalecimento e ampliação das Comunidades Eclesiais de Base. Na antiga região episcopal do Brejo até 1980 estima-se que existiam cerca de 46 comunidades autônomas em diversos municípios; no final de 1981, o bispo Dom Marcelo apontou a existência de 350 comunidades eclesiais, contabilizando aquelas existentes nas cidades e sítios¹⁹. Esse aumento e engajamento da população através das CEBs levou a Igreja a fornecer, no seu trabalho pastoral, apoio estrutural (salas da paróquia, capelas, etc.), recursos e “serviços” especializados aos movimentos populares, fomentando a participação de trabalhadores rurais e a organização destes. A Diocese também foi, aos poucos, formando pastorais específicas e centros internos para suprir as necessidades postas, quadro que veremos a seguir.

3. O setor de “serviços” da Diocese: contribuições para a organização dos trabalhadores no campo

As frentes de atuação da Diocese de Guarabira eram diversas e muitos projetos que ganharam seguimento eram oriundos da antiga Região Episcopal do Brejo, ligada à Arquidiocese da Paraíba, já com participação ativa de Dom Marcelo. Cronologicamente, no ano de 1977 foi criado o Projeto Educativo do Menor (PEM), o qual realizava atividades educacionais junto aos menores das comunidades carentes e mantinha algumas escolas, uma vez que uma das principais reclamações das famílias era o acesso de seus filhos ao ensino.

Por conseguinte, em 1979, o Centro de Orientação dos Direitos Humanos (CODH) foi formado e nas palavras do próprio bispo, a partir de uma reportagem do Jornal São Paulo (1998), apurada por Diego Irineu de França:

[...] sentimos, com o povo, a necessidade de um Centro de orientação dos Direitos Humanos (CODH) para ajudar no encaminhamento jurídico de uma grande quantidade de casos de injustiça e de infração das leis trabalhistas, quer no campo quer nas cidades. [...] Contamos para isso com uma equipe variada, além de três advogados. Os problemas mais gritantes são os da terra e os do solo urbano. Torna-se cada vez mais aguda a questão da estrutura fundiária em nosso Estado, com a modernização do campo, a concentração de terra e os projetos governamentais como o Proálcool. É claro que a igreja é incompreendida, mas a força da justiça a favor da vida é apaixonante. Essa força, para nós aqui, é maior que as ameaças do sistema de morte que nos cerca²⁰.

O CODH nasceu com a proposta de orientar os trabalhadores, oferecer assessoria e informação sobre os direitos que os empregados possuíam. Em um período de aumento do

¹⁸ FRANÇA, Diego P. Irineu. *A ação pastoral da Igreja Católica de Guarabira na luta pela terra em Alagoa Grande – PB*. Mestrado em Geografia – Universidade Federal da Paraíba, 2014, p. 60.

¹⁹ *Ibidem*, p. 69-70.

²⁰ *Ibidem*, p. 77.

assalariamento rural na Zona Canavieira, o CODH mostrou-se uma organização muito importante para a difusão dos direitos trabalhistas e esteve em momentos decisivos para o processo organizativo da categoria, a exemplo do III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, realizado no ano de 1979 em Brasília, sendo registrado na Comissão de Legislação Trabalhista. A partir das experiências do Centro e de outras que o precederam, tivemos a formação da Pastoral Rural na Diocese, conforme posto:

Na região de Guarabira a formação Pastoral Rural se deu em 1980, pela iniciativa do CODH e dos padres, contando com apoio dos trabalhadores rurais, do Movimento de Evangelização Rural (MER) e da Ação Católica Rural (ACR). O objetivo do surgimento dessa entidade foi criar mais uma organização que cuidasse especificamente dos problemas da terra que se mostravam – [...] nos exemplos de Araruna-PB, Bananeiras-PB e Alagoa Grande-PB -, cada vez mais alarmantes a partir da década de sua formação²¹.

Assim como transcorrido em outras pastorais rurais na Paraíba, em 1983 a CPT assimilou a PR, e sua trajetória de atuação junto aos trabalhadores rurais nas duas últimas décadas do século XX é uma das mais amplas, inclusive contribuindo para o processo de renovação de diversas diretorias sindicais no Brejo²². Apesar da Pastoral Rural não pertencer ao chamado setor de “serviços” da Diocese, esta trabalhou de forma articulada a este, seja na promoção de educação nas áreas de conflito, por meio da assistência jurídica ou na formação política dos trabalhadores. Ainda, posteriormente, outras Pastorais passaram a compor a Diocese.

Em relação ao setor de “serviços” da Igreja, tivemos em 1981 a criação do Serviço de Educação Popular (SEDUP), com o “objetivo de fornecer apoio educativo e metodológico ao movimento popular em seu processo de conscientização, organização e formação (TOSI, 1988, p. 164).” Assim, coordenado pela freira Maria Valéria Rezende, buscou colocar à disposição da classe trabalhadora, das CEBs, grupos populares, entre outros, informações e recursos educativos, ao mesmo tempo que aproveitou-se o conhecimento existente entre as classes populares da região para orientá-los a organização de suas lutas.²³

Em revista comemorativa dos 30 anos do SEDUP, a associação rememorou a história do órgão dividindo-a em algumas fases. Após sua inauguração, houve a divisão entre o SEDUP social e o SEDUP pastoral, sendo estes assim organizados: o social contava com o trabalho de uma freira pedagoga, uma secretaria auxiliar, jovens universitários e recém formados (cientistas sociais, historiadores, agrônomos e psicólogos), além de ter incorporado profissionais voluntários de outros países vinculados ao Movimento Laico da América Latina; do outro lado, mas sempre em diálogo, o SEDUP pastoral era coordenado por um teólogo holandês que assessorava e preparava materiais específicos para reuniões religiosas dos trabalhadores, a exemplo de batizados, semanas pastorais,

²¹ Ibidem, p. 80.

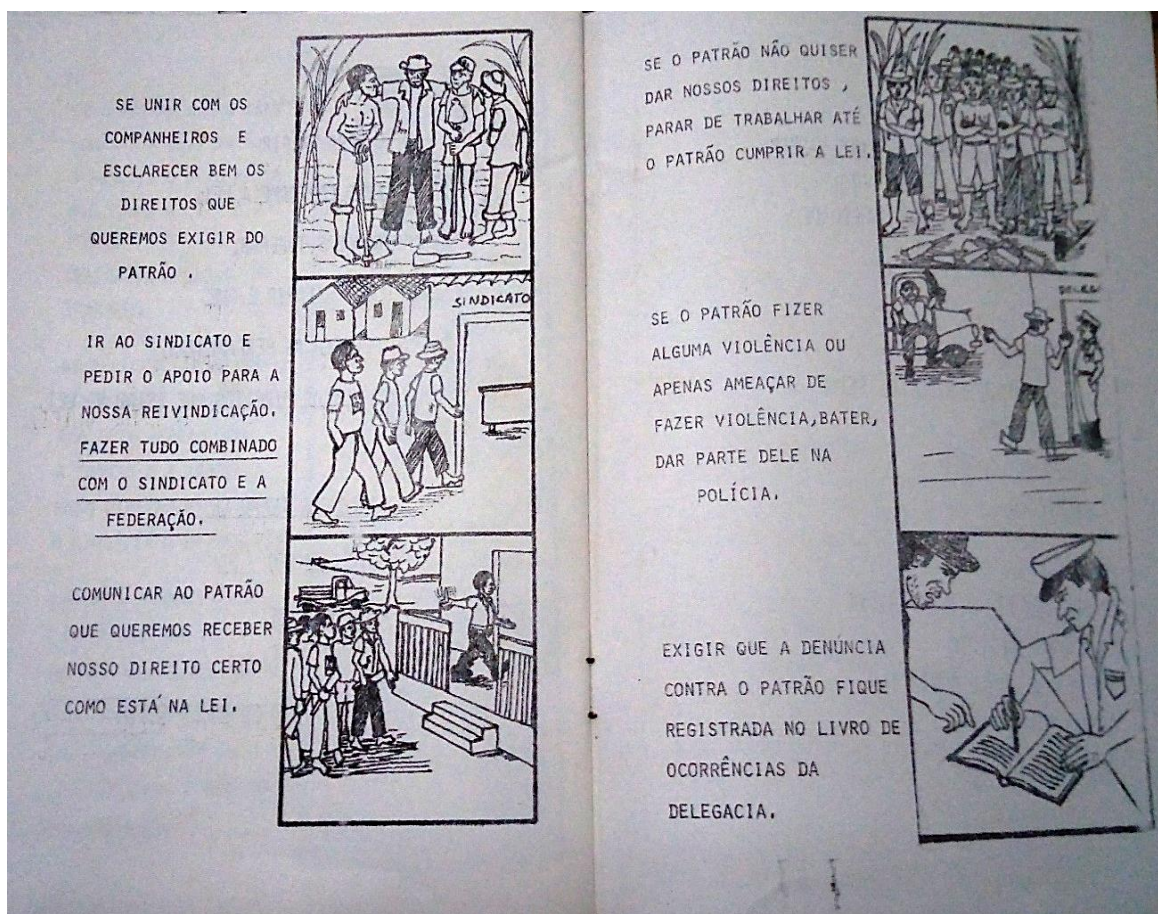
²² TOSI, Giuseppe. *Terra...*, op. cit., p. 160.

²³ SEDUP – Serviço de Educação Popular. Revista comemorativa 30 anos (Acervo Físico), 2015, p. 6.

casamentos, entre outros.²⁴ Apesar dessa divisão inicial, define-se o trabalho do SEDUP, nos anos que se seguiram, como:

O SEDUP não priorizava um público específico, mas atendia às demandas de um público variado. Recebia e atendia a solicitações relacionadas à educação tecnológica, à orientação econômica para atividades de produção comunitária, a treinamentos para alfabetização de jovens e adultos, à preparação dos cursos de formação para trabalhadores rurais, em duas esferas, “base” e “lideranças” dos movimentos populares e sindicais na região.²⁵

Um dos setores internos do SEDUP era o de “Comunicação e Documentação Popular”, o qual contribuiu para que, na atualidade, conheçamos um pouco mais sobre o trabalho da associação e os movimentos sociais da região, uma vez que houve a preservação dos registros organizativos dos trabalhadores (fotos, atas e relatórios de reunião, material de cursos de formação de quadro sindical, recortes de jornal, entre outros). Assim, destaca-se a produção de cartazes e cartilhas na década de 1980 que, no contexto de luta por direitos dos assalariados da cana-de-açúcar, tinha como premissa tornar conhecido os direitos trabalhistas ao homem do campo, conforme figura 01 abaixo.



Acervo físico do Serviço de Educação Popular – Cartilha produzida em 1983

²⁴ Ibidem.

²⁵ Ibidem, p. 7.

Como posto, os fragmentos da cartilha “Direitos do trabalhador assalariado da zona canavieira”, produzida em 1983 em meio as Campanhas trabalhistas, buscava orientar os trabalhadores diante de situações que estes poderiam encontrar e os direitos vigentes, utilizando sempre o texto atrelado a imagens, considerando que na Zona Canavieira a alfabetização era bem deficitária. Esse trabalho de confecção de cartilhas e demais materiais se dava na própria sede do SEDUP, contando também com as contribuições e pautas de sindicatos rurais e Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG).

Dentre os chamados setores de “serviços” criados antes ou com a Diocese, o único que permanece em funcionamento é o SEDUP, porém desvinculado da Igreja Católica desde 1990. O bispo responsável, Dom Marcelo Pinto Cavalheira, tornou-se arcebispo metropolitano de João Pessoa em 1995, estando no cargo até 2004. Dom Marcelo morreu em 2017, mas sua “trajetória está marcada pelo apoio irrestrito às lutas sociais no campo paraibano e notabilizou-se por ser uma voz de denúncia contra a oligarquia paraibana e o poder judiciário desse Estado”²⁶.

Assim, a partir do estudo do processo formativo da Diocese de Guarabira e das práticas de bispos, padres, religiosos, leigos, etc., percebe-se a articulação entre uma Igreja que buscou aproximar-se das classes populares e tornar os princípios bíblicos/teológicos orientadores da TL em ações capazes de alterar o quadro socioeconômico de centenas de famílias, demonstrando, como posto por Gustavo Gutierrez, “uma teologia que no se limita a pensar el mundo, sino que busca situarse como um momento del proceso a través del cual el mundo es transformado”²⁷.

4. Considerações finais

Uma das principais dificuldades de construir narrativas que envolve a Igreja Católica e suas práticas é a complexidade de elementos que esta instituição acolheu e acolhe com o passar dos anos. Assim, falar sobre o viés da Teologia da Libertação e como esta refletiu no cenário brasileiro é sempre um desafio. Na Paraíba, como posto, houve a atuação de bispos que, a partir do Concílio Vaticano II e seus desdobramentos, buscaram construir em suas áreas de influência diocesanas uma Igreja mais próxima às comunidades pobres.

Apesar do aparente ar de tranquilidade que a descrição das atividades da Diocese de Guarabira pode passar, assim como as acusações que as práticas da Igreja na região possuíam um viés comunista, a violência também poderia fazer parte dessa narrativa. No já referido documentário “Dom Marcelo, dom da ternura”²⁸, confeccionado em 2018, o Monsenhor Luigi Pesmarmona, atuante junto a Pastoral Rural de Guarabira e alocado na Diocese, relatou os desdobramentos de uma missa celebrada em área de conflito, no qual Dom Marcelo teve uma arma apontada para si, por parte de um proprietário rural, sendo então contida a ação por populares que estavam na

²⁶ MITIDIERO JÚNIOR. Marco Antonio. *A ação...*, op. cit., p. 328.

²⁷ GUTIERREZ, Gustavo. *Teologia...*, op. cit., p. 41.

²⁸ Prefeitura Municipal de Guarabira – Dom Marcelo, dom da ternura (Documentário). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OZfDKVsaCvc>

celebração. Essas e outras histórias fazem parte das memórias e registros daqueles que viveram junto o período.

Desse modo, nota-se que a aproximação da Igreja Católica aos pobres, por parte dos setores progressistas, percorreu um longo caminho, intencionando sempre um alinhamento com a base teológica indicada no próprio ceio da Igreja. A partir do contexto local de Guarabira e seu entorno, a Diocese desenvolveu intervenções junto a população pobre que visavam expor as condições socioeconômicas vividas por esta, principalmente a classe trabalhadora rural, encontrando assim na Igreja um amparo religioso e, ao mesmo tempo, orientação política, educativa, jurídica e estratégica para o enfrentamento da realidade posta.

O Amor Necrófilo¹ do Patrão Pela Classe Trabalhadora: As profissões e a profissão técnica e uma formação de classe para lutar contra a opressão dos patrões

Edson Alberto Correia Barros²

edsonalberto26@hotmail.com

Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

1. Introdução

A vereda de um técnico em Arquivo vem de tempos remotos, sua palavra provém do grego "archeion" que seria composto de dois elementos: ARKHAIOS, antigo e EPO, dispor, ter cuidado, e deu origem em latim "archivum". Arquivo significaria, portanto, a arrumação de coisas antigas³.

Se formos adentrar na história, veremos que a necessidade de guardar e registrar vêm de um período antigo no tempo e espaço. No período paleolítico, por volta de 40.000 a.C. já tinha registros em cavernas e grutas deixadas pelo homem, desde suas caçadas para matar a fome à momentos de guerras contra outros grupos que faziam parte da mesma região e também que vinham de fora. Desde esses momentos o homem e a mulher já tinham essa necessidade de registrar os acontecimentos. Portanto registrando sua passagem na história, é um arquivo das suas práticas, vivências entre grupos e que sobrevivem até hoje as intempéries do tempo.

Diversas culturas manifestaram a preocupação de deixar rastros de sua vida, do que faziam e por onde passaram, tanto no continente africano, na Ásia como os indianos, A Ilha da Páscoa, o Peru, a Bolívia, o México e o Brasil, como o Ingá e outras regiões brasileira.

O registro de arquivos não pode ficar em um eurocentrismo, pois, foi grafada a passagem do homem bem além do continente europeu, a Mesopotâmia também rica em apanhados da passagem de mulheres e homes e seus filhos na história. O historiador metódico e revisionista deixa a desejar quando nega os fatos ocorridos pelo homem bem antes de uma cultura cristã, também perante o opressor de origem principesca e dos capitalistas que almejam o esquecimento da história de outros povos que ele sangraram e sagram até hoje em pleno século XXI. Visto que civilizações Latinas, asiáticas e africanas também deixaram arquivados seus rastros no tempo e espaço histórico.

¹ Termo usado por Paulo Freire. Ele não fala do sexo com o cadáver, se refere a um amor pelo sofrimento, pela exploração e pelo definhamento do homem e da mulher no trabalho.

² Historiador. Licenciado pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. Mestrando PPGH, UFCG.

³ SATURNINO, Luyz Paullo Targino. *A evolução do arquivo e da arquivologia na perspectiva da história*. Artigo em História, 2010, p. 2. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/a-evolucao-do-arquivo-e-da-arquivologia-na-perspectiva-da-historia/33326>.

Hoje, o arquivista não registra documentos apenas em mosteiros, conventos ou bibliotecas medievais na Europa. Temos arquivos de documentos em computadores, HD externo, bancos, bibliotecas de universidades, colecionadores, Fóruns e etc. É extenso o departamento de arquivos em diversas áreas.

Portanto ao abordar como fonte de extrema importância Paulo Freire 1921 a 1997, Patrono da Educação, onde escreveu “Pedagogia Do Oprimido” entre os anos de 1964/1968 é visto que Freire escreveu esse belíssimo trabalho quando estava exilado no Chile a mando da Ditadura Empresarial Militar. Sendo em um contexto ditatorial militar, Freire vem abordar as opressões e perseguições da burguesia capitalista, fascista e militar da época que perseguiu a classe trabalhadora, jornalistas intelectuais, universitários dentre outras classes trabalhadoras. Freire lutou contra a opressão, a fome, a desigualdade das pessoas pobres. Karl Marx 1818 a 1883 foi um jornalista, filósofo socialista revolucionário que atuou nas lutas pelos direitos trabalhistas da classe proletária, historiador que dedicou toda a sua vida a seus manuscritos e a crítica da economia política, nasceu na Prússia. Dono de obras como, “Manifesto Comunista”, “O capital I, II, III e IV”. Também a “Ideologia Alemã” dentre muitas outras obras de extrema importância.

2. O Desejo Necrófilo Do Patrão Pelo Trabalhador

Anteriormente, abordava um diálogo sobre os trabalhadores e trabalhadoras para ter consciência de classe e igualmente ter conhecimento do por que ele trabalha tanto e recebe tão pouco? Por que o patrão se veste bem, come bem e ainda sobra dinheiro? Enquanto isso, o trabalhador que vende sua força de trabalho passa por necessidades junto com sua família. Então o trabalhador tem que ter uma formação para lutar pelos seus direitos, veremos que a práxis, porém, é reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo. Sem ela, é impossível a superação da contradição opressor-oprimidos⁴.

Então a teoria e prática devem andar juntas para que homens e mulheres não caiam de forma abissal nas presas do patrão que ama a mortificação do trabalhador, mortificação física e psicológica do homem e da mulher. Daí o título deste trabalho, “O Amor Necrófilo Do Patrão”, porque ele se alimenta do trabalho vivo, ele apenas paga pela força de trabalho, o patrão gera o acúmulo de mercadorias e a mais-valia, essa última é trabalho não pago ao contratado para exercer tal função. Essa reflexão teórica e prática a partir da práxis para entender a sociedade e sua engrenagem é um caminho importante à emancipação da classe trabalhadora e o caminho para acabar com essa contradição de opressor e oprimido.

Para isso a divisão de classes tem que deixar de existir, é necessária uma construção para levar a bancarrota, o capitalismo e seus métodos de opressão. Pois assim tanto um técnico em Arquivo como qualquer outro técnico, profissionais de outros ramos como os professores que são extremamente perseguidos a viver na miséria tal qual o exército de reserva que somos nós trabalhadores. A frase exército de reserva é usada pelo marxista Lênin 1870 a 1924, onde ele explica

⁴ FREIRE, Paulo. *Pedagogia Do Oprimido*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2020, p. 52.

que o exército de reserva são os trabalhadores descartados pelos patrões. Em um aumento de produção são contratados no período da demanda da fabricação para serem chutados de novo.

Não adianta apenas formar técnicos, acadêmicos, doutores, mestres, se não tomarmos ciência da sangria que o capitalismo gera na classe trabalhadora. Profissões que são designadas para trabalhar para a burguesia capitalista e empresarial são bem remuneradas, a diferença é que as massas pobres são os pilares da riqueza, da burguesia brasileira. E a área de estudo do professor é conscientizar esses trabalhadores de um governo plutocrata que lhe explora junto com a classe empresarial. Não vou entrar na questão da contribuição de tributos e impostos que não retornam as massas pobres, trabalhadoras contribuintes, portanto ficam na miséria. Visto que presidente “A” queimou 3,6 milhões dos cofres públicos em suas motocicletas com bilionário na sua garupa por vários Estados do Brasil.

Assim: A opressão, que é um controle esmagador, é necrófila, nutre-se do amor à morte e não do amor à vida. (FREIRE, p.90, 2020)⁵. Essa falta de biofilia do patrão ocorreu em todo o século XIX, tomou força na Revolução Industrial que ocorreu em 1760 e 1840 com a consolidação do capitalismo com a maquinaria a vapor e elétrica, onde crianças foram objetos de trabalhos nas fabricas de Londres para enriquecer os empresários burgueses de Londres, e essas ocorrências não foi só com crianças a alta exploração, também foi com mulheres e homens. Isso vem acontecer no século XXI, como ocorreu agora em pleno ano de 2021 com a loja Zara.

Não posso deixar de mencionar as Minas de carvão do Séc. XIX, que as mulheres labutavam juntamente com os homens em um calor estonteante e simplesmente tinham que andar com os seios à mostra, porque o calor era infernal.

Voltemos à loja Zara⁶, onde um documento jornalístico publicado em 2011 descreve o trabalho escravo de mulheres em cubículos extremamente quente, insalubre e trabalho de 12,14 e até 16 horas de trabalho fatídico, realmente de escravidão, na loja foi encontrada uma adolescente apenas de 14 anos, ou seja, trabalho escravo infantil. Trabalhadores deram depoimentos que até para sair eles tinham medo, porque eram vigiados e tinham que pedir permissão ao capataz da Loja (o supervisor), para ir a algum supermercado, ou passeio. Tudo isso em nome do capital, pois Roupas finíssimas para as madames da burguesia para desfilarem em momentos solenes.

Uma cadeira não é apenas uma cadeira, e um vestido não é só um vestido, ali tem atribuído força de trabalho humano explorado por 16 horas de laboração, tem aplicação de força psicomotora que leva à exaustão. Esses trabalhadores que estavam sendo escravizados pela infâmia patronal de Zara, se torna mais rica com a mais-valia e com o próprio trabalho escravo destas pessoas humildes que estavam recebendo apenas 274 e 460 reais mensais.

⁵ Ibidem, p. 90.

⁶ PYL, Bianca / HASHIZUME, Maurício. Roupas da Zara são fabricadas como mão de obra escrava. *Repórter Brasil*. São Paulo, Brasil. 2001. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2011/08/roupas-da-zara-sao-fabricadas-com-mao-de-obra-escrava/> (Fontes de 16/08/2011).

Não basta apenas formar pessoas na área técnica profissional ou das ciências humanas para servir sem consciência ao sistema patronal que irá explorá-lo demasiadamente com um salário injusto, um trabalhador sem sapiência de classe social é um ser dócil para o patrão manobrar.

Visto que os trabalhadores que laboram na usina de petróleo entraram em greve contra a privatização de sua classe, e a burguesia patronal colocou seus agentes, aqui me refiro a polícia para reprimir a classe trabalhadora, quando esses cidadãos impediram que a polícia adentrasse em seu estabelecimento de trabalho dizendo que iam colocar fogo em tudo, portanto a classe que tem consciência vai lutar por seus direitos, está evidente nessa análise que a burguesia capitalista não quer dá os devidos direitos à classe operária.

É só pela luta e pela derrocada do capitalismo e com o fim da divisão de classes que o proletariado poderá se emancipar da exploração do homem pelo homem.

3. Petroleiros: Avante na Luta Contra o Patrão!

Os petroleiros lutam contra o impacto do desemprego, da devastação ambiental, social e humana de classe trabalhadora, a partir de empresas que querem e estão privatizando as empresas como a do petróleo. Repito, estão atuando de forma criminosa contra o trabalhador e a justiça aceita esse crime de forma pacífica. Assim sendo um governo plutocrata, é um governo que trabalha para os empresários e que estão livres para cometer qualquer injustiça contra o proletariado.

No Nordeste, petroleiros lutam contra esse tipo de injustiça já mencionado e também menciono alguns Estados que estavam em greve como a Bahia, Minas gerais, o Rio de Janeiro, também a Refinaria Abreu e Lima em Pernambuco. São regiões onde os operários que realmente laboram arduamente são de áreas técnicas dentre outras formações que existe, sim, a Educação Profissional e Tecnológica é uma ciência de importância que se deve dá o seu valor. Os cursos de formação tecnológica, não é uma formação apenas para arrochar parafusos, o aprendiz ao adquirir o conhecimento em determinada função estará colocando a sua vida no trabalho, vida essa que a classe capitalista patronal só almeja a necrofilia desses operários. Sendo assim:

Também tivemos atrasos e outras ações de solidariedade em todo o país a essas lutas e às lutas dos petroleiros das unidades de Pilar e Furado, em Alagoas, contra as punições que estão sofrendo ao denunciarem a falta de segurança com que tem se dado a transição da Petrobras para terceirizados nessas unidades que foram privatizadas. Exemplo dessa solidariedade foram os atos feitos pelos petroleiros na Refinaria Abreu e Lima (Rneste), localizada em Suape, em Pernambuco⁷.

Os petroleiros estavam passando por repressões simplesmente por denunciarem a falta de segurança na transição para uma terceirização que desestrutura os direitos trabalhistas do operário,

⁷ MUNDO OPERÁRIO. Petroleiros Pernambuco / lutas dos petroleiros nordestinos mostram o devastador impacto humano, social e ambiental das privatizações da Petrobras. *Esquerda Diário*. Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/Lutas-dos-petroleiros-nordestinos-mostram-o-devastador-impacto-humano-social-e-ambiental-das> . Acesso: 14/06/2021.

levando o trabalhador a uma desigualdade social e política arrastando o mesmo para a pobreza. Ver-se a união da classe operária de outros Estados dando todo apoio aos petroleiros de maneira que também os universitários, sindicatos dentre outros movimentos nacional e internacional estão unidos contra o império capitalista.

4. Mais um algoz e atroz!

José Haroldo de Vasconcelos, empresário da Souza Paiol, é mais um membro do Agronegócio, onde explora, reprime por meio de ameaças de coação nos termos jurídico, o burguês capitalista é o algoz e atroz da classe trabalhadora. Foi por meio do Ministério Público do Trabalho de Goiás, 20/10/2021 que salvaram 116 trabalhadores das condições análogas à escravidão, são funcionários da Senzala, onde viviam cotidianamente de forma desumana.

Seus “locais de descanso” era uma alcova repleta de pessoas, sem seguir os protocolos da saúde contra a covid-19, não existiam aparatos de higienização pessoal, não tinham luvas para trabalharem com as palhas de milho, matéria bruta para a realização dos cigarros, que seria a palha do cigarro. Iam laborar às 05:00 horas sem direito ao desjejum, como relata na página do Esquerda Diário, labutavam até às 11:00 horas para chegar uma marmita carente de refeição adequada. Os instrumentos de trabalho eram cobrados do bolso dos trabalhadores (as), instrumentos como faca, fitas para cobrir os dedos da mão, se o funcionário da empresa adoecesse era tratado com uma punição, a punição era cobrar pela refeição do dia.

Essas pessoas simplesmente mergulham na ideologia burguesa, falaciosa de que a vida que leva na labuta é algo normal, quando na verdade é criminoso. A falta de uma organização, alfabetização, conscientização de classe é fatal para que os proletários e trabalhadores técnicos de diversas áreas e o técnico agrícola, sem um sindicato que seja da classe trabalhadora, e pela classe trabalhadora levará essas pessoas diretamente para as garras da exploração capitalista. Visto que:

O antidualógico, dominador, nas suas relações com o seu contrário, o que pretende é conquistá-lo, cada vez mais, através de mil formas. Das mais duras às mais sutis. Das mais repressivas às mais adocicadas, como o paternalismo⁸.

Como traz Freire em seu texto, o antidualógico e dominador no contato com os trabalhadores humildes, pobres não para de oprimir e compelir homens e mulheres que laboram nas indústrias, fazendas e fábricas. Esse indivíduo que Paulo Freire chama de dominador é a própria figura de um José Haroldo de Vasconcelos e igualmente a muitos outros que vampirizam o sangue de homens e mulheres. A imagem do patrão é a mesma do paternalismo, aquela figural central em que dá às ordens e só ele tem a razão, só ele fala, visto que é o opressor, quando ele usa nos termos adocicados da palavra, é por meio de demagogias falaciosas que o patrão escraviza e mal trata seus funcionários.

Entre 1964/1968 Freire, passou por tempos difíceis onde as forças reacionárias tinha o Estado brasileiro em suas mãos. Então perseguiram o trabalhador da urbe e do campo dentre outros que já

⁸ FREIRE, Paulo. *Pedagogia...*, op. cit., p. 186.

mencionei no texto. Porém forças reacionárias perpassam o percurso da história humana colocando a trabalhadora e o trabalhador em sua batuta hostil.

A teoria e a prática devem andar juntas, teoria social e política são ciências que a classe proletária deve entender, a luta de classes entre oprimidos e opressores é real e essas artesões que laboram sem cessar para o patrão, devem unir-se contra o opressor. No trabalho exploratório veremos que:

Entre os trabalhadores estavam cinco adolescentes, sendo um de apenas 13 anos. A Constituição Federal proíbe trabalho abaixo de 14 anos, especialmente em atividades exaustivas como a separação de palha. Mas para o agronegócio, rasgar a Constituição é uma prática cada vez mais legitimada por esse governo⁹.

A exploração do homem pelo homem está cada vez mais exacerbada, perda dos direitos trabalhista, privatizações e a terceirização onde exacerba incisivamente a exploração da classe trabalhadora. A loja Zara e agora a Souza Paiol, dentre outras, são empresas capitalistas burguesas que devem voltar para a lata do lixo da história, são neoliberais, fascistas e burgueses capitalistas que sugam o sangue das pessoas carentes, são presas fáceis nas mãos dos algozes do capitalismo. As pessoas que mais são vítimas desse tipo de exploração são mulheres e homens negros, e as mulheres negras recebem bem menos do que os homens.

Além de trabalho escravo exercido pelo dono da Souza Paiol, era exercido o trabalho escravo infantil, onde foi encontrada uma criança de 13 anos de idade. “No fundo, porém, o messianismo contido na sua ação não pode esconder o seu intento. O que eles querem é salvar-se a si mesmos. E salvar sua riqueza, seu poder, seu estilo de vida, com que esmagam aos demais”¹⁰.

O verdadeiro messianismo da classe burguesa patronal capitalista é o acúmulo de riquezas, o acúmulo de bens, onde só eles podem desfrutar de tais regalias. A hipocrisia do homem e da mulher cristã que tem como Messias da salvação simplesmente o lucro, a exploração de multidões, evidentemente com apoio de um governo, um Estado plutocrata. A forma de vida que a burguesia leva montada no lombo da classe pobre e trabalhadora sangra essa última de forma atroz, vivem em banzo, esses que laboram ou almejam por um trabalho honesto que estão sendo esmagados pelos seus patrões. O apoio das massas populares à chamada “burguesia nacional” para a defesa do duvidoso capital nacional foi um destes pactos, de que sempre resulta, cedo ou tarde, o esmagamento das massas¹¹.

O apoio popular nunca foi em prol da classe proletária porque está a serviço do capitalismo, da aristocracia, seu serviço sujo é ludibriar os proletários e impedir que os trabalhadores se insurgissem com a força da união para lutarem por melhorias e por seus direitos.

⁹ OPERÁRIO, Mundo. Trabalho Escravo / Souza Paiol é flagrada escravizando trabalhadores na colheita de palha para cigarros. *Esquerda Diário* Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/Souza-Paiol-e-flagrada-escravizando-trabalhadores-na-colheita-de-palha-para-seus-cigarros> Acesso: 27/10/2021.

¹⁰ FREIRE, Paulo. *Pedagogia...*, op. cit., p. 196.

¹¹ *Ibidem*, p. 198-199.

O lobo que se veste de vovozinha, também se traje de socialismo, do comunismo, quando na verdade são capitalistas, fascistas, e neoliberais atuando como pessoas em prol da classe proletária. Hoje no Brasil, século XXI, não temos um verdadeiro socialismo e comunismo que levem o povo a uma emancipação da classe trabalhadora porque estão a serviço da burguesia capitalista. Temos falsos heróis como o stalinismo atuando no Brasil e no mundo se passando por marxistas quando não segue o projeto de trabalho de Lênin (1870-1924), Rosa Luxemburgo (1871-1919) e Karl Marx (1818-1883) dentre outros marxistas. Vladimir Ilyich Ulianov mais conhecido pelo nome de Lênin e Rosa Luxemburgo foram revolucionários, políticos que seguiram o método de Marx que foi o Materialismo Histórico Dialético, com o projeto de emancipar a classe proletária de seu tempo e, portanto essa luta passou pelo século XX e perdura até hoje em pleno século XXI, no entanto, homens e mulheres sofrem todos os dias nas mãos do capitalismo e da burguesia.

A revolução é biófila, é criadora de vida, ainda que, para criá-la, seja obrigada a deter vidas que proíbem a vida.

Não há vida sem morte, como não a morte sem vida, mas há também uma “morte em vida”. E a “morte em vida” é exatamente a vida proibida de ser vida¹².

A insurreição, a revolução de homens e mulheres unidos por uma única causa que é a emancipação da classe trabalhadora, para isso é preciso uma organização que venha de longo tempo que tenha tática e estratégia, que possa olhar para o passado e aprender com os erros para não cometê-los no presente. O que Freire vem dizer sobre a revolução biófila, criadora de vida e o amor à vida, é a luta justa dos trabalhadores contra a burguesia empresarial capitalista, e que se for preciso deter a vida dos que amam a necrofilia dos proletários que seja detida a vida dos capitalistas. Homens e suas famílias vivem uma morte em vida e essa morte é a proibição da emancipação das massas, é a exploração exacerbada e contínua do povo trabalhador. A burguesia ama a divisão de classes e almejam o sofrimento das multidões.

5. A engrenagem capitalista e os trabalhadores

O sistema capitalista em sua natureza simplesmente separa o trabalhador da propriedade de realização do trabalho, tornando o homem, a mulher em assalariado. Visto que:

O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ela aparece como “primitiva” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde¹³.

¹² Ibidem, p. 233.

¹³ MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*: livro 1: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 786.

Esse processo da realização capitalista carcomida que separa homem e a propriedade de realização do seu trabalho faz o homem viver em condições desumanas perante a batuta capitalista burguesa. Podemos usar como exemplo, a separação entre o trabalhador e seus instrumentos de trabalho, também a matéria prima de realizar o seu trabalho como a madeira para construir uma cadeira. O cercamento de terras, privatização para que os camponeses não tivessem direito a terra para criar e cultivar é um exemplo de separação do homem e seu meio de vivência. A separação dos meios de trabalho transforma em capital a vida social desses indivíduos, para quem não tem dinheiro para viver em sociedade, esse meio social transformado em capital leva os pobres a mendigarem, a sofrerem no campesinato e na urbe.

A burguesia emergente requer e usa a força do Estado para “regular” o salário, isto é, para comprimi-lo dentro dos limites favoráveis à produção de mais-valor, a fim de prolongar a jornada de trabalho e manter o próprio trabalhador num grau normal de dependência. Esse é um momento essencial da assim chamada acumulação primitiva¹⁴.

Regulando o salário da classe trabalhadora faz com que eles vivam em angústia, em pobreza, para que eles dependam constantemente do burguês empresarial, falei anteriormente em um Estado plutocrata onde o governo e seus órgãos estatais trabalham para empresários, milionários e bilionários. Esse soldo que é entregue ao trabalhador é para manter apenas a energia de aplicação de força no e para o trabalho dentro da fábrica, loja, e etc. Enquanto isso o capitalista gera a mais-valia que é o roubo, é o crime acobertado pelo poder do Estado. Desta forma o empregador aumenta a jornada de trabalho, onde levará a acumulação da produção e igualmente a diminuição de uma vida biofila do ser humano que labuta para a burguesia. Se o dinheiro, segundo Augier, “vem ao mundo com manchas naturais de sangue numa de suas faces” o capital nasce escorrendo sangue e lama por todos os poros, da cabeça aos pés¹⁵.

O capital surgiu do sofrimento e do labor árduo de homens e mulheres, e evidente que também de crianças, vimos anteriormente à exploração e o trabalho análogo à escravidão de crianças em pleno século XXI. O sangue e a lama são os corpos sofridos de pessoas na América Latina, em país africano que foi colonizado, nas guerras causadas pelo capital e pelo capitalismo de grupos reacionários que geram seu capital por meio do sangue e da lama que escorre dos seus poros e que advém do proveito e sofrimento do povo trabalhador. Quanto mais porcentagem o sistema capitalista tirar do trabalhador mais poder coercivo ele terá. E dessa forma a burguesia sangrará mais a classe proletária. Vamos ver uma breve análise cíclica do capital.

O processo cíclico do capital apresenta-se em três estágios, que, a exposição do primeiro volume, constituem as seguintes séries: Primeiro estágio: O capitalista aparece no mercado de mercadorias e no mercado de trabalho como comprador; seu dinheiro se converte em mercadoria ou passa pelo ato de circulação D-M (Dinheiro / Mercadoria). Segundo estágio: O capitalista consome produtivamente a mercadoria comprada. Ele atua como produtor capitalista de mercadorias; seu

¹⁴ Ibidem, p. 809.

¹⁵ Ibidem, p. 829-830.

capital passa pelo processo de produção. O resultado é uma mercadoria de valor maior que seus elementos de produção. Terceiro estágio: O capital retorna ao mercado como vendedor; sua mercadoria é transformada em dinheiro ou passa pelo ato de circulação M-D¹⁶.

É analisado aqui parte de uma das engrenagens do funcionamento dos três estágios do capital. O capitalista compra, consome de forma que venha produzir o que foi comprado em seguida passa pelo processo de trabalho da transformação da mercadoria e depois a mercadoria produzida é vendida pelo capitalista e o produto torna-se capital novamente. O capital passa por processos de D-M e M-D, a mercadoria vale mais do que a produção, e a produção de uma cadeira de madeira ou mesa é força de dispêndio braçal do proletário, o trabalhador é quem produz e sua força de trabalho colocada na mercadoria produzida não é valorizada. O trabalhador ganha um mísero soldo pelo produto produzido por suas mãos e a sua mercadoria enriquece o capitalista.

As mercadorias vêm ao mundo na forma de valores de uso ou corpos-mercadorias, como ferro, linho, trigo etc. Essa é sua forma natural originária. Porém, elas só são mercadorias porque são algo duplo: objetos úteis e, ao mesmo tempo, suportes de valor. Por isso, elas só aparecem como mercadorias ou só possuem a forma de mercadorias na medida em que possuem esta dupla forma: a forma natural e a forma de valor¹⁷.

Marx explana o produto em sua matéria prima, pura e bruta tirada da natureza para tomar forma por meios das mãos da classe trabalhadora. Como a seda que é produzida pelo bicho-da-seda, e de grande importância para o ser humano. Como também o cobre, o ferro, a madeira que serve para construir como para igualmente para aquecer os londrinos em tempos de frio no Séc. XIX, por exemplo. E essa matéria prima tem uma importância dupla de forma social, econômica e política, pois ela se torna mercadoria, visto que essa sua forma dupla ela passa por essa transição da forma natural para a forma de valor, onde pode ser vendida e lucrada pelo capitalista. Para chegar à forma de valor a matéria tem que passar pelas mãos da mulher ou do homem proletário, que é o trabalhador da fábrica ou outro nome que seja do estabelecimento. Entretanto:

O crescente emprego de máquinas e a divisão do trabalho despojaram a atividade do operário de seu caráter autônomo, tirando-lhe todo o atrativo. O operário torna-se um mero apêndice da máquina e dela só se requer o manejo mais simples, mais monótono, mais fácil de aprender. Desse modo, o custo do operário se reduz, quase exclusivamente, aos meios de subsistência que lhe são necessários para viver e perpetuar sua espécie. Ora, o preço do trabalho, como de toda mercadoria, é igual ao seu custo de produção. Portanto, à medida que aumenta o caráter enfadonho do trabalho, decrescem os salários. Mais ainda, na mesma medida em que aumenta a maquinaria e a divisão do trabalho, sobe também a quantidade de trabalho exigido num determinado tempo, quer pela aceleração do movimento das máquinas etc.

¹⁶ MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*: livro 2: o processo de circulação do capital. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 107.

¹⁷ MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*: livro 1..., op. cit., p. 124.

A indústria moderna transformou a pequena oficina do antigo mestre da corporação patriarcal na grande fábrica do industrial capitalista. Massas de operários, amontoados na fábrica, são organizadas militarmente. Como soldados rasos da indústria, estão sob a vigilância de uma hierarquia completa de oficiais e suboficiais. Não são apenas servos da classe burguesa, do Estado burguês, mas também, dia a dia, hora a hora, escravos da máquina, do contramestre e, sobretudo, do dono da fábrica. E esse despotismo é tanto mais mesquinho mais odioso e exasperador quanto maior é a franqueza com que a proclama ter no lucro seu objetivo exclusivo.

Quanto menos habilidade e força o trabalho manual exige, isto é, quanto mais a indústria moderna progride, tanto mais o trabalho dos homens é suplantado pelo de mulheres e crianças. As diferenças de idade e de sexo não há senão instrumentos de trabalho, cujo preço varia segundo a idade e o sexo¹⁸.

Com o avanço da tecnologia desde a revolução industrial 1760 a 1840, a transição da manufatura para o maquinismo a vapor, e depois a máquina elétrica. Portanto perdura esse avanço tecnológico das máquinas para a produção mais rápida da matéria prima dentro das fábricas. A divisão do trabalho realmente tirou a autonomia do proletário que maneja tais inventos. O assalariado que vende a sua força de trabalho é apenas uma peça de sustentação da máquina, onde esta última tem mais prestígio para o patrão do que o funcionário que a maneja. A divisão do trabalho, a desvalorização do trabalhador como ser humano profissional dentro da indústria leva o homem a receber um míngua salário apenas para manter a sua força no trabalho e no sentido de manter-se vivo de modo a procriar. A estratégia burguesa capitalista de manter o homem e a mulher com um soldo para viver e procriar, onde em um futuro próximo, seus filhos serão igualmente seus pais, soldados empobrecidos do sistema fabril.

Quanto mais desagradável se torna a labuta dos trabalhadores, mais mínguem seu salário. É uma das formas desumanas praticadas pelo dono da firma, ou seja, o capitalista burguês para enriquecer além do que já tem. O homem e a mulher pensam apenas em uma formação técnica e profissional, pensam apenas no dinheiro e não sabem que estão mergulhando para as garras do necrófilo, onde serão extremamente explorados e oprimidos, não é diferente com os professores de ensino básico, extremamente explorados pelo sistema capitalista burguês.

Esses profissionais do séc. XXI também são explorados como os do séc. XVII, XVIII e XIX um dia foram, cada um em seu tempo e espaço da história. Os manuscritos de Marx e Engels são de esplêndida pertinência e atuais para o contexto que vivemos da nossa história social. Os proletários de hoje são escravos da maquinaria que manejam servos da manufatura que vende sua força de trabalho, fiscais e supervisores que são os feitores de outrora. Marx explana sobre o trabalho de mulheres e crianças no sistema fabril, mulheres ganhando menos do que os homens e isso perdura até hoje. Marx e Engels, Antônio Gramsci e Rosa Luxemburgo são leituras importantes e sempre atuais.

Portanto é apenas por meio de uma organização e formação da classe trabalhadora de forma consciente junto com os trabalhadores rurais, universitários e jovens de forma internacional que

¹⁸ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 46.

unirão forças para derrubar esse sistema capitalista burguês que é necrófilo e que sangra todos os dias a classe proletária de todos os países. Assim sendo, o técnico em arquivologia, dentre outros trabalhadores devem passar pelos manuscritos marxianos para eliminar a exploração e opressão dos homens e das mulheres.

DE 29/11 A 1º/12 DE 2022
CCHLA - UFPB
JOÃO PESSOA - PARAÍBA

IV Encontro Nacional GT História e Marxismo

